



Boris Perius Zabolotsky
Valdir da Silva Bezerra

Organizadores

**80 ANOS DA
VITÓRIA NA GRANDE
GUERRA PATRIÓTICA
(1941-1945)**

**memória, reconstrução
e perspectivas**

Blucher Open Access

80 ANOS DA VITÓRIA
NA GRANDE
GUERRA PATRIÓTICA

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Ana Livia Esteves (Escola Superior de Economia, Moscú, Rússia)

Dr. Boris Perius Zabolotsky (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, Bahia, Brasil)

Dra. Daniela Vieira Secches (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil)

Dra. Liliya Ilikova (Universidade Federal de Kazan, Rússia)

Dra. Ludmila Baturina (Universidade Estatal Russa de Humanidades, Moscú, Rússia)

Dra. Maria Lagutina Lvovna (Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia)

Dr. Pedro Costa Júnior (Universidade de São Paulo, Brasil)

Dra. Raquel dos Santos (Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil)

Me. Valdir da Silva Bezerra (Universidade Estatal de São Petersburgo, Rússia)

80 ANOS DA VITÓRIA
NA GRANDE
GUERRA PATRIÓTICA

Memória, reconstrução e perspectivas

Organizadores
Boris Zabolotsky
Valdir da Silva Bezerra

80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica: memória, reconstrução e perspectivas
© 2025 Boris Zabolotsky, Valdir da Silva Bezerra (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenadora de produção Ana Cristina Garcia

Preparação de texto Edgar Costa

Diagramação Thaís Pereira

Revisão de texto Lígia Alves

Capa Marcela Badolatto

Imagem da capa iStock – A Mãe Pátria Está Chamando (Родина-мать зовёт!;
tr: Rodina-mat' zovyot!)

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme
6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua
Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras,
julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da
editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard
Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica :
memória, reconstrução e perspectivas / organizadores Boris
Zabolotsky, Valdir da Silva Bezerra. – São Paulo : Blucher
Open Access, 2025.

248 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-555-0277-0 (impresso)

ISBN 978-65-555-0272-5 (eletrônico - Epub)

ISBN 978-65-555-0273-2 (eletrônico - PDF)

1. História da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
(URSS) (1917-1991). 2. História da Grande Guerra Patriótica
(1941-1945). 3. Contribuição Soviética na Segunda Guerra
Mundial. 4. Rússia – Memória Histórica e Identidade Nacional.
5. História da Segunda Guerra Mundial (1935-1945). I. Título.
II. Zabolotsky, Boris. III. Bezerra, Valdir da Silva

CDU 94(47+57)

Índice para catálogo sistemático:

1. História da URSS

CDU 94(47+57)

Conteúdo

Apresentação	7
Prefácio	13
<i>Daniela Vieira Secches</i>	
1. A União Soviética e o início da Segunda Guerra Mundial: mitos e verdades	17
<i>Ricardo Quiroga Vinhas</i>	
2. A Operação Barbarossa e o fator petrolífero na Segunda Guerra Mundial	39
<i>Túlio Cezar de Oliveira Bunder, Flávio Lira</i>	
3. Operação Vístula-Oder, a morte do Terceiro Reich	61
<i>João Claudio Platenik Pitillo</i>	
4. Ocupação e libertação da “Cidade do Gelo”	77
<i>Vera Gers Dimitrov</i>	
5. O discurso de Vyacheslav Molotov de 1955, “A situação internacional e a política exterior do governo da URSS”: uma lembrança da vitória soviética na Grande Guerra Patriótica	87
<i>Fred Leite Siqueira Campos, Beatriz Marcondes de Azevedo, Fábio Moreira de Oliveira, Ferdi Steinbach, Pedro Henrique Dadalt de Queiroz</i>	

6. “Nem tão amigos que não possam ser inimigos”: o Brasil entre a “boa vizinhança” de Roosevelt e as ambições do Terceiro Reich 107
Danilo Thomaz
 7. Um elo com o passado: a influência da Grande Guerra Patriótica na formação de Vladimir Putin 127
Valdir da Silva Bezerra, Jonas Marcell Gomes Domingos
 8. Memória, trauma e verdade histórica: a Grande Guerra Patriótica e a (re)definição da identidade nacional russa no pós-Guerra Fria 143
Boris Perius Zabolotsky, Fabiano Pellin Mielniczuk
 9. “Houston, we have a problem”: o cinema e a disputa pela memória da Grande Guerra Patriótica 173
Danielle Makio
 10. O pensamento estratégico na União Soviética e na Rússia: política externa, autonomia e soberania econômica 205
Fernando Roberto de Freitas Almeida, Pérsio Glória de Paula
- Sobre os autores 241

Apresentação

O objetivo deste livro, *80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica: memória, reconstrução e perspectivas*, é lembrar, revisitar e investigar os principais acontecimentos da Grande Guerra Patriótica (1941-1945), além de abordar a questão da memória histórica na Rússia contemporânea. A importância desta obra se dá por dois motivos fundamentais. Primeiro, porque em 2025 celebram-se os 80 anos da derrota da Alemanha Nazista na Segunda Guerra Mundial. Segundo, porque nas últimas décadas temos observado no Ocidente um movimento que busca reinterpretar, questionar e, no limite, até mesmo rejeitar a contribuição soviética para a vitória contra o nazismo.

Mais do que isso, verifica-se em diversos países europeus, sobretudo nos países bálticos e na Ucrânia, um processo de reabilitação de figuras ligadas ao nazismo, conferindo-lhes o *status* de heróis nacionais, ao mesmo tempo que cresce a russofobia por todo o continente. É diante desse contexto que se torna imperativo resgatar a importância da contribuição soviética na Segunda Guerra Mundial e na formulação da Ordem Internacional que conhecemos hoje. Assim, este livro conta com a participação de acadêmicos brasileiros especializados em Rússia e no espaço pós-soviético, oferecendo uma visão abrangente e honesta sobre o papel decisivo da União Soviética para a derrota da Alemanha Nazista, bem como sobre os reflexos da Grande Guerra Patriótica na Rússia do presente. Os capítulos do livro, por sua vez, serão apresentados de forma relativamente cronológica, começando pelo passado (primeiros

seis capítulos) e avançando até os dias atuais (quatro capítulos na sequência). Sigamos então para uma prévia resumida do que cada texto objetiva trazer.

Ricardo Quiroga Vinhas abre a obra com o Capítulo 1 – A União Soviética e o início da Segunda Guerra Mundial: mitos e verdades, lançando luz aos eventos que precederam o conflito. O autor revela como as potências ocidentais (especialmente França e Inglaterra) não apenas toleraram, como facilitaram a ascensão do nazismo e o expansionismo de Hitler rumo à União Soviética. Vinhas demonstra como as advertências de Moscou sobre a ameaça alemã foram ignoradas por Inglaterra e França, que viam no avanço nazista para o Leste a chance de um embate destrutivo entre alemães e soviéticos. Nesse capítulo, o autor também traz à tona documentos históricos que evidenciam o papel fundamental da URSS na contenção e, posteriormente, na derrota do nazismo, contrariando as narrativas revisionistas do Ocidente.

Na sequência, os autores Túlio Cezar de Oliveira Bunder e Flávio Lira trazem o Capítulo 2 – A Operação Barbarossa e o fator petrolífero na Segunda Guerra Mundial. Nele, Bunder e Lira demonstram a importância do fator energético para a condução dos esforços de guerra da Alemanha Nazista, desempenhando papel crucial na decisão de Hitler de enviar seus exércitos para o Cáucaso russo. Tudo isso em busca de capturar os recursos naturais da União Soviética, especialmente o petróleo. Os autores exploram como a necessidade de combustível revelou-se uma das principais vulnerabilidades da máquina de guerra nazista, cuja derrota em Stalingrado sinalizou um ponto de inflexão no conflito, provando a solidez da resistência soviética e quebrando o mito da invencibilidade de Hitler.

Por sua vez, o autor João Claudio Platenik Pitillo, com o Capítulo 3 – Operação Vístula-Oder, a morte do Terceiro Reich, mostra como essa ofensiva devastadora entre janeiro e fevereiro de 1945 ajudou a selar o destino do Terceiro Reich, esmagando as últimas defesas nazistas no Leste Europeu. Pitillo mergulha nos bastidores dessa investida colossal, revelando os objetivos estratégicos de ambos os lados, as forças envolvidas e as batalhas decisivas que libertaram a Polônia e posicionaram o Exército Vermelho a poucos quilômetros de Berlim. Além dos combates em si, o autor analisa o impacto da propaganda nazista do período e o significado histórico dessa campanha no âmbito da Grande Guerra Patriótica.

Já no Capítulo 4 – Ocupação e libertação da “Cidade do Gelo”, Vera Gers Dimitrov trata da ocupação japonesa de Harbin, na China, a “Moscou do Oriente”, e sua libertação pelo Exército Vermelho ao final da Segunda Guerra Mundial. A autora mostra como Harbin, uma cidade que floresceu como um caldeirão cultural russo-chinês desde o final do século XIX, teve sua vida completamente alterada após a chegada dos japoneses, em 1932, e como a campanha soviética no Oriente libertou a cidade do jugo da dominação imperialista. O capítulo também investiga como a ferrovia e a presença russa moldaram Harbin nos anos que antecederam o conflito, revelando um exemplo das boas relações entre Rússia e China, as quais ganharam ainda mais importância nos dias atuais.

Na sequência, os autores Fred Leite Siqueira Campos, Beatriz Marcondes de Azevedo, Fábio Moreira de Oliveira, Ferdi Steinbach e Pedro Henrique Dadalt de Queiroz, no Capítulo 5 – O discurso de Vyacheslav Molotov de 1955, “A situação internacional e a política exterior do governo da URSS”: uma lembrança da vitória soviética na Grande Guerra Patriótica, resgatam importante fala de Molotov, comissário soviético de relações exteriores sob Josef Stalin, proferida dez anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse discurso, Molotov faz reflexões críticas de cunho político e sociológico válidas até hoje, em um mundo em que narrativas históricas são frequentemente distorcidas pelo Ocidente. Os autores demonstram que revisitar as palavras de Molotov é mais do que um exercício acadêmico, trata-se de um ato de resistência à aparente afasia e à amnésia ocidental em relação ao papel soviético na Segunda Guerra Mundial.

Ainda sobre o passado, o autor Danilo Thomaz, no Capítulo 6 – “Nem tão amigos que não possam ser inimigos”: o Brasil entre “boa vizinhança” de Roosevelt e as ambições do Terceiro Reich, explora como as mudanças econômicas e políticas internacionais determinaram o comportamento ambíguo do Brasil comandado por Getúlio Vargas nos primeiros anos da guerra, antes de seu alinhamento definitivo com os Aliados. Com essa finalidade, Thomaz analisa a evolução da economia nacional desde a Primeira República, o impacto da Grande Depressão de 1929 sobre o Brasil e as estratégias de Vargas para garantir um papel relevante ao país na ordem mundial emergente.

Como transição do passado para o presente, temos o Capítulo 7 – Um elo com o passado: a influência da Grande Guerra Patriótica na formação de Vladimir Putin, escrito por Valdir da Silva Bezerra e Jonas Marcell Gomes Domingos. Nele, os autores mergulham na formação de Vladimir Putin, explorando o impacto da Grande Guerra Patriótica em sua visão de mundo e nas decisões mais marcantes de sua liderança. A abordagem adotada por Domingos e Bezerra é bastante personalista, baseada em relatos e lembranças do próprio Putin sobre as principais fases de sua vida e de sua família. Após mais de vinte anos no poder, Putin se tornou o símbolo de uma Rússia independente e soberana. Portanto, compreender sua trajetória e sua formação pessoal é tarefa fundamental para quem busca decifrar o futuro da Rússia e seu papel no tabuleiro geopolítico mundial.

Já no Capítulo 8 – Memória, trauma e verdade histórica: a Grande Guerra Patriótica e a (re)definição da identidade nacional russa no pós-Guerra Fria, Boris Perius Zabolotsky e Fabiano Pellin Mielniczuk abordam a questão da memória na Rússia contemporânea após o colapso da União Soviética e a turbulenta transição econômica e social da década de 1990. Em meio a um cenário recheado de crises, a memória da Grande Guerra Patriótica tornou-se um pilar essencial na reconstrução do orgulho nacional da Rússia e na reafirmação de sua posição como grande potência no cenário internacional. O capítulo investiga como a interseção entre trauma histórico, segurança ontológica e memória coletiva influencia a política externa russa e sua relação com o Ocidente até os dias atuais, num contexto de tensões geopolíticas cada vez mais crescentes. Para os autores, o apagamento do papel soviético na vitória contra o nazismo e a reabilitação de figuras colaboracionistas na Europa fazem ressoar na Rússia uma espécie de trauma do passado, influenciando em grande medida sua postura regional e internacional. Compreender essa dinâmica, defendem os autores, é essencial para entendermos os embates entre a Rússia e o Ocidente no século XXI.

No Capítulo 9 – “*Houston, we have a problem*”: o cinema e a disputa pela memória da Grande Guerra Patriótica, a autora Danielle Makio investiga como os cinemas estadunidense e soviético ajudaram a moldar as percepções públicas acerca da Segunda Guerra Mundial. Por meio da análise de filmes icônicos, Makio nos instiga a compreender como narrativas cinematográficas

construíram, reforçaram e, em alguns casos, revisaram a memória coletiva sobre o maior conflito da história humana, influenciando não apenas a visão que se tem hoje daquele passado, mas também o estado antagônico das relações geopolíticas envolvendo Moscou e as lideranças ocidentais.

Para fechar a obra, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Pêrsio Glória de Paula analisam, no Capítulo 10 – O pensamento estratégico na URSS e na Rússia: política externa, autonomia e soberania econômica, como Moscou demonstrou resiliência estratégica em diversos momentos de sua história, contrariando as expectativas do Ocidente. Os autores evidenciam como a própria trajetória soviética e o ressurgimento da Rússia no plano internacional durante os anos 2000 expuseram as falhas na narrativa ocidental de que os russos seriam incapazes de resistir a sanções econômicas de longo prazo ou mesmo aos choques causados pela confrontação com a Otan no cenário atual do conflito na Ucrânia.

Dado todo esse conteúdo, acreditamos firmemente que este livro proporcionará uma reflexão histórica, política, social e acadêmica altamente necessária sobre um dos eventos mais marcantes do século XX, a Grande Guerra Patriótica. Para além disso, a obra presta-se a combater as campanhas de desinformação e o revisionismo mnemônico praticado pelo Ocidente com relação ao papel preponderante da União Soviética para a derrota do nazismo. Com efeito, não somente este livro, mas também o Dia da Vitória, celebrado em 9 de maio, visam honrar e trazer à lembrança as mais de 27 milhões de vidas sacrificadas pelo povo soviético em seu inestimável esforço para deter a Alemanha de Hitler. Afinal, como consta numa inscrição logo à entrada do Museu do Bloqueio de Leningrado, em São Petersburgo, “Никто не забыт, ничто не забыто” (“Ninguém é esquecido, nada é esquecido”).

Boris Perius Zabolotsky

Valdir da Silva Bezerra

Organizadores

Prefácio

Desafiando narrativas: a Rússia, a Grande Guerra Patriótica e as lições para o século XXI

O século XXI, ainda em suas primeiras décadas, já se encontra profundamente marcado por múltiplas crises relacionadas à deterioração de uma ordem internacional liberal tida como inconteste após o final da Guerra Fria. A consolidação de ameaças difusas e não estatais ascende em conjunto com a desconstrução da arquitetura de segurança internacional erguida no pós-Segunda Guerra Mundial, pautada no princípio da dissuasão nuclear. Em 2008, a extensão de crises econômicas devastadoras aos países do centro, oriundas da desregulação neoliberal selvagem, demonstra a insustentabilidade de um modelo econômico que há décadas já impactava brutalmente os países do Sul diante da persistência da exploração neocolonial. A crise sanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19 e a aceleração da crise ambiental e climática igualmente apontam para a inviabilidade de seguirmos perpetuando acriticamente o padrão civilizatório apregoado pela ordem internacional liberal.

Relembrando a valiosa lição do filósofo italiano Antônio Gramsci, em tempos nos quais o velho ainda não morreu e o novo ainda não nasceu, a humanidade encontra-se sujeita a violentas turbulências. Uma forma de encarar esse cenário desafiador é buscar o novo a partir das lições até aqui aprendidas, e refletir sobre como lidamos com elas. Contudo, os contornos hegemônicos da velha ordem internacional liberal em decadência não apenas têm ditado os termos para o exercício de poder nas últimas décadas, mas também circunscrevem o nosso modo de conhecer o mundo e entender sua relação com

o passado. Quando olhamos para a trajetória da política internacional contemporânea, seus objetivos e suas práticas foram construídos a partir desses contornos, e o saber sobre eles também se fez no contexto de um campo de estudos marcado pelo olhar branco e nortista.

A obra *80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica: memória, reconstrução e perspectivas* cumpre o desafio de buscar o novo a partir das lições aprendidas, mas sem se deixar contornar pela tentação mecanicista de tratar as lições do passado como um resultado automático do velho que está para morrer. A abordagem crítica do livro encontra seu mérito em duas importantes frentes – pela escolha de seu objeto e pelo olhar a ele oferecido. A decisão de discorrer sobre a Segunda Guerra Mundial na perspectiva da Grande Guerra Patriótica contribui para criticamente rever as lições do passado dando voz a um personagem central da política internacional. A trajetória histórica da Rússia é fundamental para compreendermos o atual cenário de deterioração da ordem internacional liberal em meio a múltiplas crises. Um Estado de proporções continentais, diversidade cultural, riquezas naturais e extenso arsenal militar, a Rússia desafia as categorias tradicionais da política internacional no que tange ao poder e ao *status* dele derivado.

Ainda assim, inegável é sua condição secular de potência do sistema internacional, que insiste em persistir a partir da resiliência de suas ideias e de seu povo. Em sua obra *A política entre as nações* (1948), Hans Morgenthau relembra o curioso caso do diplomata estadunidense que estranha um guarda parado em posição atípica em um dos palácios de São Petersburgo. Ao questionar sua contraparte russa, ele descobre que a presença do guarda ali se deve a uma ordem dada séculos antes por Catarina, a Grande, para que um delicado exemplar da flor *Galanthus*, a primeira que nasce após o degelo, fosse preservado. Essa poética história sobre a resiliência como elemento constitutivo da índole nacional russa simboliza, também, sua persistente busca por *status* na política internacional, e é presença constante na história da atuação do Exército Vermelho na derrota do nazismo.

Não obstante, a adequada compreensão do lugar ocupado pela Rússia e pelo espaço pós-soviético no processo de múltiplas crises em que vivemos não pode ser alcançada avaliando as lições do passado apenas a partir de olhares brancos e nortistas, como o de Hans Morgenthau. É nesse ponto que

encontramos outra contribuição relevante da presente obra – a possibilidade de pensar a persistência russa e seu *status* em uma ordem internacional sob mudança a partir do olhar da Academia Brasileira, constituída aqui por um seleto grupo de pesquisadores e de pesquisadoras. Suas trajetórias apontam para lugares de fala que trazem inerentemente a demanda de apreciar, de forma crítica e com uma distância estratégica, dinâmicas de uma política internacional que sempre tendeu à dominação e à pressão para a subalternização quando pensada a partir do Sul Global.

Ao propiciar um olhar diverso para problematizar o percurso histórico da Rússia e do espaço pós-soviético, que sempre estiveram diretamente implicados na construção da ordem internacional após as grandes guerras, os textos aqui apresentados nos permitem apreciar as lições passadas em perspectivas diversas. Em seus capítulos sobre diferentes momentos da Grande Guerra Patriótica, Ricardo Quiroga Vinhas, João Claudio Platenik Pitillo e Vera Gers Dmitrov oferecem uma leitura detalhada sobre a atuação do Exército Vermelho em diferentes frentes, ilustrando o tamanho da empreitada enfrentada pela União Soviética. Os textos coautorais de Túlio César de Oliveira Bunder com Flávio Lira e de Fernando Roberto de Freitas Almeida com Pérsio Glória de Paula lidam com elementos que foram centrais para o esforço de guerra e seguem sendo pontos importantes da relação russa com a política internacional hoje – o petróleo e a resiliência estratégica, respectivamente.

Danilo Thomaz e Danielle Makio olham para o período histórico da Grande Guerra Patriótica a partir de referências que extrapolam o teatro mais imediato das batalhas. Enquanto Thomaz reflete sobre a relação do Brasil com os anos de conflito, contribuindo para pensarmos o lugar de nosso país nesse importante marco histórico, Makio problematiza a experiência estética como espaço a partir do qual produções cinematográficas estadunidenses e soviéticas moldaram a leitura global sobre o evento. Completando a pluralidade de olhares da obra, outros três capítulos lidam com os desdobramentos da Grande Guerra Patriótica. Fred Leite Siqueira Campos, Beatriz Marcondes de Azevedo, Fábio Moreira de Oliveira, Ferdi Steinbach e Pedro Henrique Dadalt de Queiroz recuperam o Discurso de Molotov, de 1955, refletindo sobre as ideias do diplomata soviético que servem como um contraponto para importantes desafios ainda hoje enfrentados nesse cenário de múltiplas crises.

Valdir da Silva Bezerra e Jonas Marcell Gomes Domingos, com seu trabalho sobre a relação entre Vladimir Putin e a Grande Guerra Patriótica, e Boris Perius Zabolotsky e Fabiano Pellin Mielniczuk, ao discutir memória e orgulho nacional na Rússia contemporânea a partir do mesmo evento, jogam luz em importantes dimensões nas quais as lições da primeira metade do século XX reverberam até hoje.

Em conclusão, *80 anos da vitória na Grande Guerra Patriótica: memória, reconstrução e perspectivas* se destaca não apenas por revisitar um evento histórico central, mas por fazê-lo de uma maneira que desafia as interpretações tradicionais e hegemônicas da política internacional. Ao dar voz a diferentes perspectivas e incorporar análises que extrapolam os limites do olhar ocidental e Norte Global, a obra oferece um espaço plural para refletir sobre a Rússia e o espaço pós-soviético, revelando complexidades que continuam a influenciar o cenário geopolítico contemporâneo. Em seus diversos capítulos, os leitores são convidados a reconsiderar as lições do passado sob novas lentes, enriquecendo o debate sobre como história e memória moldam as dinâmicas globais e continuam a ressoar nas crises multifacetadas do século XXI.

Daniela Vieira Secches¹

Coordenadora e cofundadora do
Observatório Rússia-América Latina (Ruslat)

1 Daniela Vieira Secches é doutora em Relações Internacionais (RI) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Obteve seu mestrado em Ciência Política pela Universidade Masaryk, Tchequia, e é graduada em RI pela PUC-Minas e em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o curso de graduação em RI, no qual também leciona, e é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em RI da PUC-Minas. Membro do conselho diretivo da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI, 2023-2025). Suas áreas de interesse incluem Estados do Leste Europeu, América Latina e discussões sobre teoria e método em RI. Seu currículo Lattes pode ser encontrado em: <http://lattes.cnpq.br/3972163625085544>

1. A União Soviética e o início da Segunda Guerra Mundial: mitos e verdades

Ricardo Quiroga Vinhas

Introdução

A participação e o papel da União Soviética na Segunda Guerra Mundial é um dos temas mais debatidos até hoje, sendo frequentemente alvo de distorções históricas por parte do Ocidente. Este capítulo pretende analisar os eventos que antecederam o conflito, destacando o papel das potências ocidentais no apaziguamento e na ascensão do nazismo, bem como sua conivência com o projeto expansionista de Hitler em direção à União Soviética. O objetivo do texto é desmistificar as interpretações revisionistas empregadas pelo Ocidente a respeito da guerra, apresentando uma análise embasada em documentos históricos e mostrando que os soviéticos sempre foram os mais empenhados em evitar a catástrofe da guerra em solo europeu. Ainda assim, as boas intenções de Moscou em deter a Alemanha de Hitler eram constantemente ignoradas por potências como Inglaterra e França, que tacitamente incentivaram a expansão alemã para o leste, ansiando pelo confronto inevitável entre alemães e soviéticos. Ao expor a hipocrisia ocidental da época, o capítulo restaura, portanto, a compreensão do papel crucial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para a derrota do nazismo, restabelecendo a justiça histórica e desmascarando as inverdades proferidas por europeus e norte-americanos a respeito da Segunda Guerra Mundial.

Mitos e verdades

No momento em que se comemoram os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, fortalecem-se correntes revisionistas eivadas de um anticomunismo e de russofobia. Um movimento que já existia por conta da Guerra Fria e que ganhou força com o fim da URSS e do campo socialista do Leste Europeu, apresentando interpretações que desconsideram e desrespeitam a memória histórica dos milhões de vítimas do conflito. Um exemplo emblemático dessa tendência revisionista manifesta-se na decisão do governo polonês de não convidar representantes russos para a cerimônia comemorativa dos 80 anos da Libertação do Campo de Extermínio de Auschwitz pelas tropas soviéticas, que salvou a vida de milhares de prisioneiros judeus. Curiosamente, membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) foram convidados para o evento, embora suas forças não tenham participado da libertação do campo. Pelo contrário, os aliados ocidentais demonstravam ceticismo em relação às evidências do Holocausto e à existência dos campos de extermínio, interpretando tais informações como elementos da “propaganda soviética”.

Hoje vivenciamos tempos de pós-verdade, *fake news* e manipulação das redes sociais pelos algoritmos, algo propiciado pelas tecnologias recentes, que frequentemente dão voz a argumentos fracos e a falsificações históricas, como é o caso da imputação de culpa à União Soviética pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, tese essa defendida pelo Ocidente coletivo. Então, fica a pergunta: Quais são os objetivos do Ocidente ao falsear o papel soviético na Segunda Guerra Mundial? Obviamente, em primeiro lugar está a questão da disputa capitalismo *versus* socialismo, iniciada com a Revolução Russa de 1917. Todo tipo de calúnias e de propagandas falaciosas foi criado contra a primeira experiência socialista do mundo, para evitar que o exemplo fosse seguido e replicado em outras partes.

Com a ascensão do nazismo em meados dos anos 1930, o Ocidente fez de tudo para empurrar a Alemanha para o leste contra o inimigo comum: a URSS. Como Hitler não eliminou o capitalismo, mas o reforçou¹ (do mesmo modo que Mussolini já havia feito na Itália), ele recebeu todo tipo de apoio

¹ Eliminando partidos de esquerda, sindicatos, aprisionando inimigos políticos em campos de concentração, entre outras medidas.

e tolerância por parte de países como França, Inglaterra, Estados Unidos da América etc. Não importavam naquele momento o antissemitismo (algo difundido pela Igreja Católica na Idade Média e aplicado em maior ou menor grau por outros países europeus), o fim da democracia burguesa, nem mesmo o rearmamento violando o Tratado de Versalhes,² uma vez que a Alemanha Nazista era um excelente aríete contra a pátria do socialismo. De maneira análoga, esse fenômeno manifestou-se no contexto asiático, evidenciado pela prolongada tolerância das potências ocidentais em relação à política imperialista japonesa, que resultou na invasão e na ocupação de extensas regiões da China, da Península Coreana e de outros territórios do Sudeste Asiático.

Entretanto, embora visceralmente anticomunista, Hitler tinha sua própria agenda geopolítica. O desenrolar rápido dos acontecimentos fez com que, tanto à época como posteriormente, as potências ocidentais procurassem minimizar as suas responsabilidades em relação à violência perpetrada pelo Eixo. Para analisar e contrapor-se a mitos, farsas e distorções históricas construídas em torno do papel da URSS na Segunda Guerra Mundial, torna-se necessário, então, examinar os preâmbulos desse grande conflito. São essas questões, portanto, que este capítulo visa endereçar.

O Pacto de Munique

Após a anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, ignorada pelo Ocidente ante a suposta “identidade germânica” comum aos dois países, o dirigente do recém-formado Partido dos Alemães dos Sudetos (equivalente tcheco ao partido nazista), Konrad Henlein, defendeu em Karlovy Vary³ a autonomia dessa região da então Tchecoslováquia. Seu exemplo foi seguido por seu homólogo na Eslováquia, Hlinka, do Partido Católico Eslovaco, também de orientação fascista, que se dizia preocupado com a “defesa” dos interesses de uma minoria germânica supostamente oprimida. Imediatamente Hitler declarou apoio a esse movimento e ameaçou invadir a Tchecoslováquia em maio de 1938.

2 Tratado de paz que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, elaborado pelos vencedores – França, Inglaterra e Estados Unidos –, que, entre outras humilhações impostas à Alemanha, limitou o tamanho de suas Forças Armadas.

3 Cidade da região ocidental da atual República Tcheca.

Hitler desejava os Sudetos, pois eram uma fronteira natural bem defendida entre a Tchecoslováquia e a Alemanha, uma região montanhosa com *bunkers* e trincheiras que permitiriam uma defesa sólida contra qualquer invasão. A anexação dos Sudetos seria o primeiro passo para a ocupação do país, de localização estratégica no centro da Europa e possuidor de uma base industrial e militar considerável. Naquele momento, a Tchecoslováquia contava com o pacto de assistência militar mútua assinado com a França e a União Soviética em 1935, possuindo, em tese, uma situação defensiva sólida. Entretanto, a França pouco se importava com a soberania tchecoslovaca. No mais, ingleses e franceses queriam a todo custo evitar um conflito direto com a Alemanha e optaram por apaziguar Hitler. O Primeiro-Ministro britânico Chamberlain era o porta-voz dessa posição, apoiado pelo *premier* francês, Edouard Daladier, ambos passando por cima do vacilante governo tchecoslovaco.

A ameaça de Hitler sobre o país vizinho, entretanto, era puro blefe. Conforme documentos obtidos posteriormente junto ao acervo do General Franz Halder, membro do Alto Comando da Wehrmacht, a Alemanha Nazista não tinha capacidade de invadir a Tchecoslováquia, algo que talvez só fosse possível em 1943 ou 1945 (Kavka, 1960, p. 125). Ao negociarem com Hitler a respeito dos Sudetos e ao aceitarem seus termos, as potências europeias ocidentais ajudaram o processo de anexação que viria a seguir, aproveitando-se do caráter fraco e burguês do governo tchecoslovaco, comandado pelo presidente Edvard Beneš, que cedeu às pressões políticas externas, desconsiderando tanto o clamor popular quanto o compromisso soviético de honrar o pacto de defesa mútua.

Em 29 de setembro de 1938 foi assinado o famigerado Pacto de Munique, sem a presença de um representante tchecoslovaco. Para além das exigências territoriais da Alemanha Nazista, a região de Těšín foi anexada pela Polônia, enquanto o sul da Eslováquia foi ocupado pela Hungria. Como consequência desse acordo diplomático, a Tchecoslováquia sofreu perdas significativas: um terço de seu território e de sua população e 40% de sua capacidade industrial (Kavka, 1960, p. 125). O Primeiro-Ministro britânico Chamberlain voltou para Londres brandindo orgulhosamente que o Pacto de Munique representava a “paz para o nosso tempo”, desconsiderando o destino de um “pequeno país desconhecido” da Europa Centro-Oriental.

Pouco tempo depois, o presidente Beneš renunciou, sendo eleito em seu lugar o reacionário Emil Hácha,⁴ com apoio dos fascistas tchecos. Imediatamente os fascistas do partido de Hlinka, liderado pelo Monsenhor Josef Tiso,⁵ pleitearam a independência da Eslováquia. Hitler apoiou a fundação do Estado Eslovaco em 14 de março de 1939 e, um dia depois, o presidente Hácha assinou um acordo em Berlim que colocava “o destino do povo tcheco nas mãos do *Führer* do Grande *Reich* Alemão”, estabelecendo assim o chamado Protetorado da Boêmia e Morávia. As tropas nazistas ocuparam todo o país, e a Tchecoslováquia deixou de existir. Os líderes europeus ocidentais, diante do repúdio popular, apresentaram protestos meramente retóricos, mas reconheceram o governo de fato estabelecido pelos nazistas. Apenas o governo soviético se recusou a reconhecer a ocupação.

Com o decorrer do tempo, no entanto, tentou-se alterar os fatos sobre o Pacto de Munique, atribuindo-o a uma incompetência ou “ingenuidade” de Chamberlain, que temia a possibilidade “real” de uma guerra contra a Alemanha, e a uma “omissão” da URSS em proteger os tchecos. Nem a primeira, nem a segunda explicação se sustentam. Conforme dito anteriormente, havia um acordo tripartite entre França, Tchecoslováquia e União Soviética que os russos estavam dispostos a cumprir sozinhos, a despeito de uma cláusula que estabelecia que os compromissos de defesa soviéticos só eram válidos se a França cumprisse com os seus.

Ainda assim, Moscou declarou oficialmente sua disposição em fornecer assistência militar unilateral à Tchecoslováquia, mesmo diante de possíveis impedimentos por parte da Polônia ou da Romênia quanto à passagem de suas tropas por aqueles países. A condição era que o governo tchecoslovaco se defendesse e solicitasse a ajuda (Deborin, 1966, pp. 25-26). Contudo, tal solicitação jamais se materializou, uma vez que o governo de Beneš já se encontrava alinhado às determinações de Londres, Paris e Berlim. Assim, é possível constatar que as potências ocidentais deliberadamente permitiram o desmembramento tchecoslovaco como parte de uma estratégia de apaziguamento de Hitler e de direcionamento de suas ambições contra a União Soviética.

4 Terceiro presidente da Tchecoslováquia, de 1938 a 1939, colaboracionista depois da ocupação.

5 Sacerdote e político eslovaco, presidente da República Eslovaca “Independente”, entre 1939-1945, protetorado da Alemanha Nazista.

O Pacto de Não Agressão URSS-Alemanha Nazista

Um dos maiores ataques à URSS no período da guerra refere-se à assinatura do Tratado de Não Agressão com a Alemanha Nazista, o Pacto Germano-Soviético, também conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov.⁶ O documento foi assinado em 23 de agosto de 1939, sendo estereotipado por muitos como o símbolo da “traição soviética diante das democracias ocidentais” e a “comprovação da semelhança entre dois ditadores [Hitler e Stalin] e de seus regimes totalitários” (Silva et al., 2019, p. 57). Também essas afirmações não resistem ao confronto com os fatos.

Primeiro, é preciso entender o contexto histórico e recuar no tempo até a Revolução Russa de 1917. Após a chegada dos bolcheviques ao poder, ocorre uma intervenção estrangeira na Rússia, capitaneada por catorze países, para sufocar a primeira experiência socialista. Na época, o Ocidente forneceu apoio ao Exército Branco, leal à monarquia e ao Czar, dando início, então, a uma longa e bastante sangrenta Guerra Civil (1918-1921).

Esses eventos e a Paz de Brest Litovsk (1918) com a Alemanha – em guerra contra a Rússia desde 1914 – resultaram na cessão de vários territórios, como a região ocidental da Ucrânia e de Belarus, além de Lituânia, Letônia, Estônia etc. Boa parte dessas perdas territoriais russas acabaram, por sua vez, favorecendo a Polônia. Após deixar de existir como entidade política soberana em 1795, em decorrência de uma partilha entre potências vizinhas, a Polônia ressurgiu como um Estado nacional durante as negociações do Tratado de Versalhes (1918), obtendo importantes territórios até então pertencentes à Rússia e à Alemanha.

Os limites fronteiriços poloneses foram estabelecidos de forma negociada entre os países, sendo que um representante do governo inglês, o General Curzon, estabeleceu uma divisão territorial a leste que passou a ser conhecida como linha Curzon, bastante draconiana para a Rússia Soviética, mas que ainda assim não satisfaz o governo polonês. Desejando ampliar seu território para o leste, a Polônia, comandada por Jozef Pilsudski,⁷ acabou por

6 Em referência aos signatários, Joachim Ribbentrop, Ministro das Relações Exteriores do Terceiro Reich, e Vyacheslav Molotov, Ministro das Relações Exteriores da URSS.

7 Primeiro presidente e posteriormente ditador da Polônia após sua independência, em 1918, instaurou um regime fascista após um golpe de Estado em 1926.

envolver-se em conflitos com a Rússia Soviética, obrigando os bolcheviques a assinarem o Tratado de Riga em 1922. Foram estabelecidos novos limites, que desrespeitavam a linha Curzon, de modo que a Polônia ganhou territórios mais a leste, pertencentes à Rússia e que deveriam fazer, então, parte da URSS, criada nesse mesmo ano. O imperativo de sobrevivência do Estado soviético e o risco de isolamento diplomático, em um contexto de devastação pós-guerra e de cerco econômico internacional, foram fatores determinantes para que a União Soviética aceitasse concessões territoriais tão significativas.

Retomando a análise do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, é importante destacar que o Acordo de Munique gerou reações positivas nos círculos empresariais e governamentais norte-americanos, a ponto de representantes dos Estados Unidos e corporações privadas, como a General Motors, congratularem Hitler por sua suposta “habilidade” diplomática. Segundo o Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Sumner Welles, *in verbis*:

Naqueles anos de pré-guerra, os grandes grupos financeiros e comerciais das democracias ocidentais, inclusive numerosos grupos dos Estados Unidos, estavam persuadidos que a guerra entre a União Soviética e a Alemanha só poderia ser favorável a seus próprios interesses. Estimavam que a Rússia sofreria uma derrota inevitável e que o comunismo seria aniquilado. Mas em consequência do conflito, a Alemanha ficaria tão enfraquecida que, por longos anos, seria incapaz de apresentar um perigo real para o resto do mundo (Deborin, 1966, p. 28).

Em 15 de março de 1939, os alemães quebraram definitivamente os acordos de Munique e, não satisfeitos com os Sudetos, ocuparam toda a Tchecoslováquia e, posteriormente, o porto de Kalipeda, no mar Báltico, território até então pertencente à Lituânia. Winston Churchill, ex-Primeiro-Ministro britânico e ferrenho anticomunista, percebeu a política equivocada de Chamberlain de tentar direcionar a Alemanha à guerra com a URSS, pondo em risco todos os interesses geopolíticos ingleses. Posteriormente, reconheceu que tal desprezo à União Soviética deixou marcas na mente de Stalin (Silva et al., 2019, p. 67).

Com a ocupação da Tchecoslováquia pela Alemanha, a Inglaterra começou a se mover na direção da URSS. Em 18 de março de 1939, Lorde Halifax, Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, procurou o embaixador soviético em Londres, Ivan Maisky, para sondar qual seria a postura soviética caso a Romênia fosse alvo de uma agressão não provocada. O governo soviético respondeu imediatamente, propondo uma conferência em Bucareste com a participação do Reino Unido, da França, da própria União Soviética e da Romênia. O governo britânico rejeitou a proposta, contudo apresentou uma contraproposta que consistia em um comunicado conjunto anglo-franco-soviético-polonês acerca da elaboração de uma ação unificada na eventualidade de uma ameaça à independência política de qualquer Estado europeu. A União Soviética manifestou sua anuência, condicionando-a à participação polonesa no acordo. No entanto, em 1º de abril, o Primeiro-Ministro Chamberlain comunicou ao embaixador Maisky que havia descartado tal iniciativa diplomática (Werth, 1966, p. 35).

É preciso destacar que o governo polonês era de orientação fascista, portanto fortemente anticomunista e antirruso. Nesse contexto, a Polônia mantinha uma postura diplomática ambivalente, demonstrando receio em relação à Alemanha Nazista, sem, contudo, dispor-se a estabelecer acordos com a União Soviética. A existência de um pacto de defesa mútua entre a Grã-Bretanha e a Polônia constituía o principal fundamento da postura diplomática polonesa. Apesar das crescentes pressões parlamentares, Chamberlain mantinha-se reticente quanto à possibilidade de uma cooperação anglo-soviética, desconsiderando, inclusive, os indicadores da opinião pública britânica, que demonstravam expressivo apoio popular (84%) a uma maior aproximação com a União Soviética. Quinze dias após apresentar garantias à Polônia, o Ministério das Relações Exteriores britânico sugeriu aos soviéticos que dessem a esta, à Romênia, à Grécia e a quem mais quisesse uma garantia individual contra a agressão alemã. No entanto, seriam esses países e não a própria União Soviética que decidiriam que auxílio lhes seria mais conveniente. Obviamente isso era inaceitável para a URSS (Werth, 1966, p. 38).

Para os soviéticos, a proposta francesa era mais palatável, representada por um tratado franco-soviético englobando a Romênia e a Polônia, já que a Daladier não agradava a solução britânica imposta por Chamberlain. O

governo soviético fez, portanto, uma síntese das propostas, resultando na sugestão de assinatura de uma aliança franco-britânica-soviética que vigoraria por cinco ou dez anos, prevendo ampla assistência mútua, inclusive militar, em caso de agressão a um dos membros do pacto, estendendo-se também aos Estados da Europa Oriental que faziam fronteira com a URSS do mar Báltico ao mar Negro. Novamente, Chamberlain rejeitou essa possibilidade.

Em suma, a política soviética caracterizava-se por sua natureza defensiva e pela oposição à guerra. No entanto, caso a guerra se mostrasse inevitável, quanto mais os soviéticos pudessem protelar sua participação, melhor seria para sua estratégia de defesa. Em todo caso, o anticomunismo prevalente no cenário internacional obstava a formação de uma frente antifascista, e o governo soviético temia um confronto isolado com a Alemanha de Hitler, possivelmente com apoio tácito ou explícito das democracias capitalistas. Tal cenário poderia culminar inclusive em uma guerra em duas frentes, ante o expansionismo japonês na Ásia (Silva et al., 2019, p. 66).

No final de maio, em reunião do Soviete Supremo, foi anunciado o aumento do orçamento de defesa e foram feitas análises sobre a postura vacilante da Inglaterra e da França, bem como sobre a possibilidade de fazer acordos com ambos os países. Paralelamente, a imprensa soviética mantinha críticas sistemáticas à ocupação nazista na Europa Central e Oriental e às práticas repressivas do regime hitlerista. Enquanto isso, a diplomacia alemã também buscava mover suas peças nesse complexo tabuleiro europeu e necessitava continuar operando a sua máquina de guerra, conquistando novos territórios, justamente para manter os índices de desenvolvimento que alcançara desde metade dos anos 1930.

O objetivo de Hitler para o Leste, por sua vez, continuava sendo a exploração das terras férteis, dos campos de petróleo e dos minérios soviéticos, com a submissão dos eslavos e o fim da experiência “judaico-bolchevique” na Europa. Seja como for, o governo soviético foi sondado por diplomatas alemães em abril de 1939, ao mesmo tempo que o governo nazista entabulava conversações com os ingleses entre junho e agosto desse mesmo ano, propondo a manutenção do Império Britânico, desde que fosse respeitada a vontade alemã na Europa Oriental. No âmbito dessas conversações, por sua

vez, foi ressaltada a necessidade de o governo inglês romper contato com a URSS, convencendo também os franceses de fazerem o mesmo. Portanto, ao contrário do que é propagado pelo revisionismo ocidental, o objetivo final do Terceiro Reich era primeiro o isolamento e depois a destruição da URSS. Hitler chegou até mesmo a realizar a seguinte declaração, *in verbis*:

Tudo o que empreendo é voltado para a Rússia. Se o Ocidente é demasiado estúpido e cego para entender isso, serei obrigado a chegar a um entendimento com os russos e derrotar depois o Ocidente, de modo que após a sua derrota eu possa voltar-me contra a União Soviética com todas as forças por mim reunidas. (Silva et al., 2019, p. 71)

A despeito da sabotagem praticada pelos governos inglês e francês, a URSS seguia tentando estabelecer acordos para a formação de uma frente antifascista. No dia 9 de junho, pressionado, Chamberlain discursou na Câmara dos Comuns informando sobre o envio de uma missão à Moscou para retomar as negociações. No mesmo dia, Churchill escreveu um artigo incentivando um pacto com a URSS. Já o embaixador soviético em Londres, Maisky, havia procurado Lorde Halifax com um convite urgente do governo da URSS para que aquele fosse a Moscou pessoalmente para negociar e assinar o acordo.

Halifax evadiu-se de oferecer qualquer resposta substantiva. Em contraste com as negociações com Hitler, para as quais o governo britânico designava representantes do alto escalão, como Halifax e o próprio Chamberlain, para Moscou foi enviado Mr. William Strang, um funcionário de médio escalão do Ministério das Relações Exteriores, em missão que levaria seu nome. A imprensa e a oposição parlamentar criticaram severamente tal decisão, interpretando-a como uma clara demonstração do baixo nível de prioridade que o Reino Unido atribuía às negociações com a União Soviética.

As negociações não avançaram, como já era esperado, e, em 23 de julho, Molotov sugeriu que Inglaterra e França enviassem uma missão militar a Moscou. Os soviéticos precisavam de garantias concretas para evitar um ataque alemão na direção leste, para cima da Polônia, dos Estados Bálticos e da Romênia,

numa frente que iria do Báltico até o mar Negro e que poderia ocorrer sob o olhar omisso das potências ocidentais sentadas atrás da Linha Maginot.⁸

Em 12 de agosto, depois de onze dias de preparação e seis dias de viagem por navio até Leningrado, chegou a Moscou a missão militar anglo-francesa, chefiada pelo Almirante Drax e pelo General Doumenc, tendo uma recepção de gala, com direito a banquete na companhia de Voroshilov, Shaposhnikov, Budionny, Timoshenko,⁹ os Chefes das Regiões Militares de Kiev e da Bielorrússia e dirigentes da Marinha e da Força Aérea (Werth, 1966, p. 52). No entanto, não passou despercebido aos soviéticos que foram enviados generais e almirante prestes a serem reformados ou detentores de postos de importância secundária. Além disso, após muita insistência por parte dos soviéticos, descobriu-se que nem o Almirante Drax, nem o General Doumenc tinham poderes para assinar qualquer acordo com a URSS.

O princípio que norteava as propostas soviéticas para o acordo de assistência mútua não era apenas o da reciprocidade, mas também o da igualdade dos esforços de guerra por todos os lados envolvidos. Entretanto, quando Shaposhnikov apresentou a posição soviética, foi surpreendido pela resposta desconcertante da delegação britânica. Ao detalhar que a URSS mobilizaria contra o agressor 120 divisões de infantaria, dezesseis de cavalaria, 5 mil canhões médios e pesados, 9 mil a 10 mil tanques e 5 mil a 5,5 mil aviões de caça e bombardeio, recebeu como contrapartida da parte do General Heywood da Missão Militar Britânica a mobilização de cinco divisões de infantaria e uma mecanizada (Werth, 1966, p. 55). Isso era uma clara demonstração da má vontade dos britânicos para fechar um acordo com a URSS. Ao mesmo tempo, os representantes anglo-franceses retardavam as consultas com seus governos, que sempre esgrimiam a resistência polonesa à URSS como obstáculo, sendo que em momento algum se propuseram a dialogar com o governo polonês.

8 A Linha Maginot foi uma linha de fortificações e de defesa de 200 km de extensão construída pela França ao longo de sua fronteira com a Alemanha entre 1930 e 1936.

9 Kliment Voroshilov, Marechal da União Soviética e Ministro da Defesa; Boris Shaposhnikov, Marechal da União Soviética e chefe do Estado-Maior; Semion Budionny, Marechal da União Soviética e Comandante do Distrito Militar de Moscou; Semion Timoshenko, General e Comandante da região ocidental.

A proposta apresentada por britânicos e franceses limitava-se a sugerir que, em caso de ataque nazista à Polônia, a União Soviética declarasse guerra à Alemanha, restringindo, contudo, suas ações militares até que as forças alemãs alcançassem suas fronteiras. Tal proposição evidenciava que o objetivo primordial não era a defesa da Polônia, mas sim precipitar um conflito entre a União Soviética e a Alemanha. Em 17 de agosto, as negociações foram suspensas por mais quatro dias, uma vez que os diplomatas britânicos e franceses precisavam aguardar os posicionamentos de seus governos, que demonstravam clara morosidade em suas tratativas com os soviéticos.

Considerando que o Exército Vermelho, sob o comando do Marechal Georgy Zhukov, já estava empenhado em operações militares contra forças japonesas que haviam invadido a Mongólia (aliada soviética e signatária de um tratado comercial e militar desde maio de 1936), a União Soviética ficou ainda mais preocupada quanto à possibilidade de um conflito em duas frentes.

Finalmente, no dia 23 de agosto, Ribbentrop, Ministro das Relações Exteriores do Terceiro Reich, chegou a Moscou para iniciar a construção de um pacto com os soviéticos. Os contatos já haviam se iniciado em 30 de maio, mas os soviéticos rejeitaram qualquer acordo com os alemães, enquanto ainda acreditavam nas negociações com Inglaterra e França. Entretanto, em 3 de agosto, Ribbentrop abordou os soviéticos propondo um protocolo secreto que dividia em esferas de influência toda a região entre o mar Negro e o Báltico. Esta não era uma demanda soviética, motivo pelo qual a proposta alemã fora rejeitada em 7 de agosto. Contudo, a Alemanha, decidida a atacar a Polônia, estava impaciente com a relutância da URSS, conforme telegramas trocados entre Ribbentrop e a Embaixada Alemã em Moscou.

Em 15 de agosto, o embaixador alemão em Moscou, Conde von Schulenburg, propôs novo protocolo com definição de áreas de influência, e novamente o governo soviético rejeitou. Finalmente, em meio à estagnação nas negociações entre soviéticos, ingleses e franceses, como já descrito, Hitler enviou, em 20 de agosto, um telegrama a Stalin pedindo que recebesse Ribbentrop dia 22 ou dia 23 de agosto. Em 19 de agosto, foi anunciada a assinatura de um acordo comercial entre a URSS e a Alemanha Nazista (os países ocidentais também tinham acordos equivalentes com o Terceiro Reich), o que já era praticamente um preâmbulo do pacto futuro.

Foi então que, em 23 de agosto de 1939, ocorreu a assinatura do Pacto de Não Agressão Germano-Soviético, com vigência prevista de dez anos. Embora tenha causado surpresa na Europa, o acordo revelou-se uma consequência previsível diante da prolongada negligência das potências ocidentais nas negociações com os soviéticos semanas antes. O pacto proporcionava à União Soviética um intervalo estratégico para se preparar para o confronto que ambos os signatários consideravam inevitável.

Poucos dias depois, em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadia a Polônia, sem que a Grã-Bretanha tivesse empreendido ações militares efetivas em sua defesa, apesar do acordo de assistência mútua existente com aquele país. Como consequência, o governo polonês fugiu vergonhosamente para Londres, abandonando a população à sua própria sorte. Conforme o protocolo secreto acordado com a Alemanha, a URSS ocupou a parte oriental da Polônia que englobava a Ucrânia e a Belarus Ocidentais. Os soviéticos insistiram que só realizariam essa operação quando estivessem devidamente preparados, uma vez que ainda havia conflitos com forças japonesas na Mongólia, na região do rio Khalkhin-Gol, e diante do completo colapso do Estado polonês.

Assim a URSS recuperava territórios perdidos décadas antes, mas se mantendo nos limites da linha Curzon, necessária frente de defesa à ameaça nazista (Silva et al., 2019, pp. 72-73). Deve-se destacar que essas novas fronteiras permanecem até os dias atuais, não havendo reivindicação por parte da Polônia à Ucrânia e à Belarus de territórios que lhe pertenceram entre 1922 e 1939. Foram posteriormente estabelecidas bases militares soviéticas na Estônia, na Lituânia e na Letônia, que, por meio de plebiscitos subsequentes, foram incorporadas à URSS.

Inglaterra e França cinicamente protestaram contra o pacto e as ações da URSS, plantando o germe do revisionismo que prosseguiu até os dias de hoje. Entretanto, o próprio Churchill reagiu aos eventos de forma coerente e explícita à época, *in verbis*:

Não há dúvida [...] de que a Grã-Bretanha e a França deveriam ter aceitado a proposta russa [...]. A aliança da Inglaterra, França e Rússia, em 1939, teria despertado o mais profundo alarme no

coração da Alemanha [...]. Hitler não ousaria atirar-se numa guerra em duas frentes [...] Se, por exemplo, Mister Chamberlain, tivesse dito, ao receber a proposta russa: “sim, unamo-nos os três e torçamos o pescoço de Hitler” [...] a história poderia ter tido um curso diferente. (Silva et. al., 2019, p. 75)

Churchill ainda via como justificável a presença soviética na Polônia, assim dizendo que “os exércitos soviéticos se manterem nesta linha é claramente necessário para a segurança da Rússia, em face da ameaça nazista. Em todo o caso, a linha está aí, e uma frente do Leste fora criada para que a Alemanha Nazista não ouse atacar” (Silva et al., 2019, p. 77). O historiador militar britânico B. H. Liddell Hart caracterizou, de modo bastante objetivo, as negociações anglo-franco-soviéticas, que acabaram fracassando por conta da hesitação ocidental:

A única possibilidade de evitar a guerra consistia em assegurar o apoio da Rússia, a única potência capaz de ajudar diretamente a Polônia e de deter assim Hitler. Mas, apesar da gravidade da situação, a Inglaterra agia frouxa e desonestamente. Chamberlain sentia aversão pela Rússia soviética, Halifax uma antipatia religiosa. Além disso, ambos subestimavam a força da Rússia. (Riábov, 1983)

Seja como for, o tratado germano-soviético fora estabelecido entre adversários estratégicos que aguardavam, cada qual dentro de sua própria lógica política e ideológica, o momento propício para o enfrentamento decisivo. Na prática, as relações entre ambos os Estados permaneceram caracterizadas pela desconfiança e pela tensão desde sua implementação inicial.

Outra crítica ao pacto germano-soviético é que ele não foi apenas um tratado militar e sim econômico,¹⁰ mostrando “a proximidade de nazismo e comunismo, com Stalin e a URSS sustentando Hitler e a Alemanha Nazista”.

10 O acordo comercial estabelecia que fossem fornecidos cobalto e alumínio, máquinas pesadas e armamentos para a URSS, permitindo então que esta tivesse acesso à tecnologia militar alemã em troca de cereais e petróleo. Essa transação comercial representava, em janeiro de 1940, menos de 2% das importações totais alemãs.

Entretanto, a URSS não era a primeira a fazê-lo, tendo em vista os acordos realizados entre os alemães e o Reino Unido em anos anteriores, como é o caso do acordo naval assinado em 1935. Portanto, a única traição de que se pode falar foi a do Ocidente, nos moldes do Pacto de Munique, tendo a URSS única e exclusivamente ganhado tempo para reforçar suas defesas e se preparar para um conflito sabidamente inevitável com a Alemanha de Hitler.

A Guerra de Inverno

A Guerra de Inverno, entre a URSS e a Finlândia, é outro tema eivado de falsificação. O Ocidente sempre buscou usar esse conflito como biombo para o seu papel vergonhoso no início da Segunda Guerra Mundial e tentar desqualificar a União Soviética e o Exército Vermelho. A Finlândia era pintada como um David enfrentando um Golias, ainda que as Forças Armadas soviéticas fossem consideradas ineficientes, incompetentes e desorganizadas. Nada mais longe da realidade.

Fato é que, após o Pacto de Não Agressão com a Alemanha, a União Soviética intensificou suas preocupações estratégicas em relação à sua extensa fronteira com a Finlândia. Esta, além de possuir um governo de orientação fascista, recebia apoio da Alemanha Nazista, da Grã-Bretanha e da França em seus preparativos militares, representando uma potencial ameaça à União Soviética, especialmente na direção de Leningrado (localizada a apenas 32 quilômetros da fronteira finlandesa) e Murmansk. No istmo da Carélia, por sua vez, os finlandeses haviam estabelecido um complexo sistema de fortificações denominado Linha Mannerheim,¹¹ enquanto nas regiões meridional e oriental do país foram construídas vias estratégicas que levavam diretamente à fronteira soviética (Deborin, 1966, p. 55).

Diante da ameaça iminente, a União Soviética iniciou negociações diplomáticas com a Finlândia em 12 de outubro de 1939. No entanto, os Estados Unidos interferiam diretamente nesse processo, fornecendo orientações à delegação finlandesa por meio de sua embaixada em Helsinque, que recebia informações imediatas sobre o andamento das negociações. Não obstante, a

¹¹ Em homenagem a Carl Gustaf Emil Mannerheim, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas da Finlândia à época.

própria Alemanha Nazista aliou-se a Estados Unidos, Grã-Bretanha e França numa pressão diplomática sobre o governo finlandês para que este não estabelecesse acordo com a União Soviética.

Inicialmente Moscou propôs um tratado de assistência mútua que foi recusado pelo governo finlandês. Depois propôs uma troca de territórios, com a transferência das fronteiras finlandesas para o norte do istmo da Carélia, enquanto o país receberia uma região da Carélia soviética duas vezes maior. O governo soviético também solicitou um pequeno setor da entrada do Golfo da Finlândia, que seria arrendado. Nada disso atentava contra a independência e a soberania da Finlândia, mas ainda assim o governo finlandês travou as conversações e iniciou provocações contra a União Soviética com a implantação de grandes unidades militares ao longo da fronteira e bombardeio sistemático de unidades soviéticas aquarteladas nos arredores de Leningrado. Esse tipo de reação só era possível mediante o estímulo e o apoio das potências citadas.

Merece destaque aqui o relato do historiador britânico Alexander Werth, que, em 1945, em conversas com Juho Kusti Paasikivi e Urho Kekkonen, futuros presidentes da Finlândia e defensores de uma política de aproximação com a União Soviética, registrou que ambos haviam considerado as propostas soviéticas moderadas e razoáveis, afirmando que o conflito poderia ter sido evitado caso suas perspectivas tivessem prevalecido (Werth, 1966, p. 88). Em 30 de novembro, após um discurso de Molotov pelo rádio declarando guerra à Finlândia, se iniciaram as operações militares de inverno.

A despeito da disparidade gigantesca entre ambos os países, o teatro de operações era coberto de numerosos lagos e de grandes extensões florestais, o que dificultava o desenvolvimento de manobras complexas. Em meados de dezembro, as tropas soviéticas tomaram Petsamo, cidade da região de Murmansk, mas de resto penavam para avançar sobre o istmo da Carélia ou pela Finlândia Central, uma vez que a resistência era dura e a Linha Mannerheim era bem mais sólida do que o inicialmente previsto. A neve em certos pontos atingia de 1,6 m a 1,9 m de profundidade, impedindo o avanço, e as tropas soviéticas não estavam treinadas para se movimentarem em esquis como as tropas finlandesas. Assim, inicialmente houve muitas baixas e, em janeiro, a ofensiva foi detida. Entretanto, já em 28 de dezembro de 1939, o governo finlandês se dirigiu ao governo dos Estados Unidos, solicitando que servisse de

intermediário para a negociação de um tratado de paz. Os Estados Unidos, no entanto, prontamente repeliram qualquer tentativa nesse sentido.

Os países ocidentais tentaram a todo custo transformar a guerra soviético-finlandesa numa cruzada antissoviética. É preciso destacar que a essa altura dos acontecimentos a Segunda Guerra Mundial já havia começado, com a Polônia totalmente ocupada em 30 de setembro. Ainda assim, não houve qualquer ataque sério por parte de ingleses e franceses contra a Alemanha. As operações aéreas desses países se resumiam a lançar panfletos sobre o território alemão, nos quais se condenava Hitler por não ter mantido suas promessas. Houve algumas escaramuças navais apenas.

No final de 1939, as perdas totais das Forças Armadas francesas chegaram a 1.433 homens. As forças expedicionárias britânicas tinham perdido somente três homens (Deborin, 1966, p. 56). Isso dá uma ideia do engajamento anglo-francês contra Hitler no início do conflito. Cynicamente, essas duas potências correram para convocar a Assembleia da Liga das Nações em 9 de dezembro. Em 14 de dezembro, reuniu-se o Conselho da Liga das Nações e, com o apoio de três países recém-incluídos na organização e alinhados com a Inglaterra, sete dos quinze membros votaram pela exclusão da União Soviética (que se recusou a participar da reunião) por conta da guerra.¹²

O Ocidente, que fora omissos e conivente com as agressões japonesas, alemãs e italianas, resolveu de maneira cínica condenar a URSS por um conflito estimulado pelas próprias lideranças ocidentais. Enquanto isso, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França intensificaram o fornecimento de armamentos à Finlândia, tendo sido estabelecido em território norte-americano um “Comitê de Assistência à Finlândia”, comandado pelo ex-presidente Herbert Hoover. O governo norte-americano concedeu à Finlândia um empréstimo de 10 milhões de dólares, além de estabelecer condições especiais para a venda de armamentos, enquanto instituições bancárias disponibilizaram múltiplas linhas de crédito suplementares. Adicionalmente, foram organizadas campanhas de recrutamento de voluntários para atuarem na Guerra de Inverno.

A Grã-Bretanha e a França, os mesmos países que não haviam protegido seus supostos aliados europeus contra Hitler e que conduziam uma guerra

12 A exclusão não era meramente simbólica, mas visava ampliar a ajuda à Finlândia.

defensiva contra a Alemanha Nazista, planejavam uma operação militar contra o território soviético. A ofensiva estava prevista para 15 de março de 1940, devendo ocorrer, simultaneamente, a partir do Oriente Médio em direção a Baku (capital do Azerbaijão) e do território finlandês. Tropas inglesas e francesas encontravam-se concentradas na Síria e no Iraque. A pedido do governo francês, o General Gamelin elaborou um plano estratégico detalhado, que envolvia Turquia, Irã, Romênia, Grécia e Iugoslávia. A coordenação direta das operações militares estava sendo conduzida *in loco* pelo General Weygand (Deborin, 1966, p. 58). A mídia ocidental falava abertamente numa guerra contra a URSS. O jornal francês *Le Temps*, inclusive, relatava tais planos, conforme evidenciado no seguinte excerto:

Primeiramente, uma esquadra anglo-francesa percorreria as costas do Oceano Glacial, bloqueando Murmansk e impedindo, deste modo, ao mesmo tempo, que os alemães se utilizem daquele porto e os russos reforcem por mar seus destacamentos na Lapônia. Depois, forças terrestres francesas e britânicas, pouco numerosas, mas bem treinadas e equipadas para uma campanha na zona ártica, desembarcariam perto de Petsamo e uniriam seus esforços aos dos finlandeses para rechaçar os vermelhos da região. Também, dever-se-ia conjugar a intervenção na Finlândia com uma potente manobra militar efetuada em alguma parte da imensidão do império soviético. A região mais indicada para semelhante operação é o Mar Negro, acessível às construções das forças aliadas. (Deborin, 1966, pp. 58-59)

Para invadir a União Soviética via Finlândia, a Inglaterra e a França organizaram um corpo especial de expedicionários que atravessariam a Suécia e a Noruega. No início de março de 1940, o governo inglês solicitou a esses países permissão para a passagem das tropas anglo-francesas por seus territórios. Entretanto, a URSS também contactou os dois países escandinavos, mostrando-lhes que ações nesse sentido violariam a posição de neutralidade assumida e afetariam as relações entre as partes. Ante a essas advertências, tanto o governo sueco quanto o governo norueguês demoraram a responder a ingleses e franceses.

Nesse contexto, o Marechal Timoshenko, designado Comandante-em-Chefe, coordenou durante o mês de janeiro o planejamento para a ruptura da Linha Mannerheim, mobilizando reforços significativos em engenharia militar, unidades blindadas, artilharia, força aérea, cavalaria e infantaria. Uma das operações táticas previstas consistia no emprego de três divisões de infantaria, apoiadas por unidades blindadas e cavalaria, para executar uma manobra de flanqueamento da Linha Mannerheim na região de Vyborg, através do Golfo da Finlândia congelado (Werth, 1966, p. 97).

Em 11 de fevereiro se iniciou o ataque à Linha Mannerheim com pesado bombardeio de artilharia, tendo os soviéticos inicialmente capturado e destruído muitas casamatas, vencendo a forte resistência dos finlandeses e conseguindo uma ruptura numa frente de 8 milhas. Em 21 de fevereiro, o setor oriental da fortificação foi ultrapassado, e as tropas soviéticas se reagruparam para receber reforços. Em 28 de fevereiro, as operações se reiniciaram, com o Exército Vermelho ultrapassando áreas inundadas pelos finlandeses e atingindo a estrada Vyborg-Helsinque. Nesse momento foi quebrada a resistência principal do Exército finlandês e, em 4 de março, Mannerheim comunicou ao governo finlandês que não era mais possível resistir, havendo a possibilidade de, no dia seguinte, as tropas soviéticas ocuparem Helsinque.

Finalmente, em 12 de março de 1940, foi assinado em Moscou um Tratado de Paz Fino-Soviético. Cessaram as operações militares, com o compromisso das partes de não mais atacar uma à outra. A Finlândia se obrigou, como previsto no tratado de 1920, a não manter em suas águas da costa do oceano Glacial Ártico submarinos e aviões, mas apenas navios com pouco calado e tonelagem limitada (Deborin, 1966, p. 60). No entanto, sendo consequência de uma guerra, as condições de cessão territorial foram mais duras do que as originais: a URSS anexou todo o Istmo da Carélia, incluindo Vyborg, várias ilhas, parte da Península de Rybachi no Ártico, a oeste de Murmansk, e o setor setentrional do Lago Ladoga. Assim a fronteira soviético-finlandesa foi recuada a 150 km de Leningrado. Além disso, a URSS recebia uma concessão de trinta anos sobre o porto de Hangö para o estabelecimento de uma base naval. Entretanto, os finlandeses receberam a compensação territorial conforme prometido, obtendo mais do que perderam.

A paz frustrou o Ocidente, que fez de tudo para justificar o envolvimento de todas as potências capitalistas mais a Alemanha Nazista para direcionar todo o conflito contra a URSS. Entretanto, isso não fez com que desistissem, seguindo com seus planos contra a União Soviética ainda que cientes de que Hitler avançaria sobre Bélgica, Holanda e França, por meio de documentos capturados em um avião alemão que fez pouso forçado em território belga em 10 de janeiro de 1940 (Deborin, 1966, p. 60).

Como disse o General francês Charles de Gaulle em suas memórias a respeito da guerra, *in verbis*: “É preciso dizer que alguns meios preferiam ver um inimigo em Stalin do que em Hitler. Preocupavam-se mais com os meios de ferir a União Soviética, quer ajudando a Finlândia, quer bombardeando Baku, quer desembarcando em Istambul, do que acabar com o Reich” (Deborin, 1966, p. 61). Portanto, mais uma vez se vê a manipulação dos fatos, que busca caracterizar a Guerra de Inverno como uma agressão injustificada da União Soviética contra uma nação menor, estabelecendo assim uma equivalência injustificável com a Alemanha Nazista. Conforme demonstrado nesta análise, a Finlândia tornou-se um instrumento estratégico na confrontação das potências ocidentais e da Alemanha de Hitler contra o Estado socialista. As alegações sobre a suposta ineficiência e desorganização das forças soviéticas nas operações terrestres, aéreas e navais não encontram respaldo histórico, excetuando-se a fase inicial das operações, quando subestimou-se a capacidade de resistência finlandesa, amplamente fortalecida pelo apoio expressivo ocidental e alemão.

Considerações finais

Ainda que de forma bastante resumida, esta análise demonstra que o revisionismo histórico, ao longo do período pós-guerra e, mais acentuadamente, após a dissolução da União Soviética, buscou sistematicamente atribuir a responsabilidade pelo início da Segunda Guerra Mundial a Moscou. As acusações levianas eivadas de manipulações ainda são bastante difundidas até os dias atuais, desconsiderando evidências documentais da época, bem como declarações, depoimentos e pronunciamentos dos atores históricos envolvidos.

A omissão e a cumplicidade dos aliados ocidentais com o nazifascismo seguiu no pós-guerra e se estende até hoje, desde o refúgio dado a milhares de criminosos de guerra até a tolerância com grupamentos de extrema-direita, alguns abertamente neonazistas. O Ocidente sempre tolerou o nazismo e o fascismo por serem uma das expressões possíveis do capitalismo e uma arma a ser utilizada contra os comunistas, os socialistas e a esquerda de um modo geral. Somente o uso das fontes ignoradas pelos revisionistas permite-nos combater essa desinformação e restaurar a verdade histórica, ou seja, o papel decisivo e heroico da URSS na Segunda Guerra Mundial e sua contribuição fundamental para salvar a humanidade do nazismo.

Referências

Deborin, G. (1966). *Segunda Guerra Mundial*. Fulgor.

Kavka, F. (1960). *An outline of Czechoslovak history*. Orbis.

Riábov, V. (1983). *O grande feito do povo soviético e do seu exército*. Edições Progresso.

Silva, F. C. T., Pitillo, J. C. P., & Vinhas, R. Q. (2019). *A Grande Guerra Patriótica dos soviéticos*. Multifoco.

Werth, A. (1966). *A Rússia na guerra: 1941-1945* (Vol. 1). Civilização Brasileira.

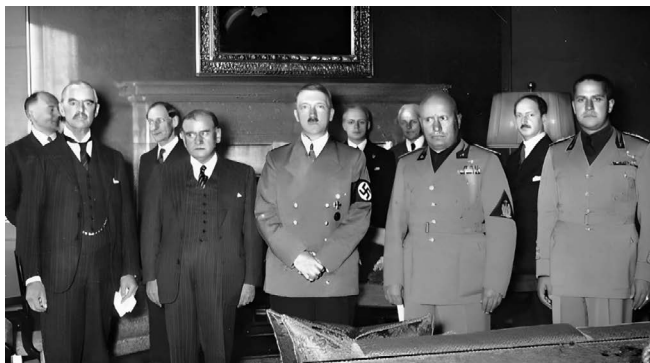


Figura 1.1 – Da esquerda para a direita: Chamberlain, Daladier, Hitler, Mussolini e Ciano retratados antes da assinatura do Acordo de Munique (1938), que cedeu os Sudetos à Alemanha.



Figura 1.2 – Vyacheslav Molotov, ministro das Relações Exteriores soviético, assina o Pacto Molotov-Ribbentrop.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 1.3 – Soldados soviéticos durante a Guerra de Inverno.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).

2. A Operação Barbarossa e o fator petrolífero na Segunda Guerra Mundial

Túlio Cezar de Oliveira Bunder

Flávio Lira

Introdução

Dentre os diversos fatores determinantes para a eclosão, a condução e o desfecho da Segunda Guerra Mundial, ou Grande Guerra Patriótica, os aspectos econômicos, embora não sejam os únicos, desempenharam um papel fundamental no mais brutal conflito da história. A maximização da economia de guerra, evidenciada na concepção de “guerra total”, exigiu um esforço coletivo não apenas nos campos de batalha, mas também nas fábricas, com a participação essencial de grande parte da sociedade, fosse em prol de sua sobrevivência, como no caso soviético e dos demais aliados, fosse em prol das ambições nefastas do Terceiro Reich.

Os recursos energéticos, especialmente o carvão e o petróleo, estiveram no centro dessa dinâmica de guerra econômica mundial, tanto na produção massiva de aço para equipamentos militares quanto na incorporação plena dos veículos de motor a combustão interna na condução de conflitos. O petróleo, como principal fonte de combustível, foi fundamental para o abastecimento das maiores operações militares da história, envolvendo milhões de soldados e centenas de milhares de veículos. Embora a posse ou a ausência desses recursos não tenha sido a motivação principal do conflito, seu impacto, direto e indireto, moldou os cálculos estratégicos, a capacidade de resistência e o ritmo destas operações (Jensen, 1968). No contexto da frente leste, argumentamos

que o petróleo teve papel fundamental nos rumos da guerra. Em linhas gerais, a literatura sobre a geopolítica da energia (Dannreuther, 2014; Klare, 2004, 2008) compreende que os recursos energéticos estão intimamente ligados às questões de alta política e da guerra devido a três âmbitos principais: o geográfico, o político-econômico e o perceptivo/securitário.

Primeiramente, os constrangimentos e as limitações geográficas impostos pela distribuição desigual de recursos pelo globo fizeram do petróleo o calcanhar de Aquiles do continente europeu, especialmente na Europa centro-ocidental, que carece de grandes reservas desse recurso. Em segundo lugar, no âmbito político-econômico, o petróleo era essencial para a máquina de guerra moderna, evidenciando uma relação direta entre produção, logística e a posse ou o acesso facilitado a esses recursos. Por fim, no aspecto perceptivo/securitário, as percepções de (in)segurança energética dos dirigentes políticos e militares influenciaram ações como a busca incessante por combustíveis (no caso alemão) ou sua proteção estratégica e realocação da indústria (para os soviéticos). Embora não fossem as principais motivações, as preocupações energéticas para a condução do conflito integraram o processo decisório de todos os beligerantes.

Para uma análise aprofundada do papel do petróleo na Segunda Guerra Mundial, abarcando seus aspectos econômicos e militares, optou-se pelo estudo de caso das questões petrolíferas da Operação Barbarossa e da Batalha do Cáucaso (1942). Esse conflito encapsula elementos críticos do cálculo geopolítico energético no embate entre a URSS e a Alemanha Nazista. Assim, o objetivo deste capítulo é compreender as influências gerais da geopolítica do petróleo no contexto da Grande Guerra Patriótica, demonstrar as raízes das vulnerabilidades energéticas nazistas e seus anseios pelos recursos soviéticos, bem como evidenciar os alicerces da estratégia soviética de defesa econômico-militar.

Das necessidades energéticas da Alemanha à megalomania hitlerista

A memória viva da derrota na Primeira Grande Guerra e suas lições tático-militares estavam presentes nos cálculos políticos do alto escalão nazista.

Entre essas lições estava: a preponderância do petróleo *vis-à-vis* o carvão, como fonte de energia para suprimento do exército. Outras lições incluíam a proeminência do caminhão sobre o trem para fins de combate, a quebra do paradigma da guerra de trincheiras com a invenção dos blindados de lagarta e a consequente concepção da guerra de movimento.

Por certo, desde que consolidaram o poder, em 1933, Hitler e seu alto comissariado enfrentaram um desafio energético colossal. A posição geopolítica alemã estava debilitada em relação às principais potências globais: seu território e arredores imediatos não possuíam reservas significativas de petróleo, limitando sua capacidade de garantir o abastecimento autônomo mesmo em tempos de paz. Altamente dependente de fornecimentos externos para sustentar sua economia, a Alemanha enfrentava competidores como os Estados Unidos e o Reino Unido, que controlavam o mercado petrolífero global por meio das “Sete Irmãs” (grandes empresas petrolíferas), enquanto a União Soviética, segunda maior produtora mundial, se continha no mercado doméstico e entornos geográficos.

Inicialmente, a estratégia energética nazista, conforme o relatório final de inteligência do Gabinete Britânico de 1946 sobre o fator petrolífero nos cálculos estratégicos alemães¹ consistia em duas diretrizes principais: a máxima ampliação da produção local e a expansão das atividades externas do Terceiro Reich, consolidando fornecedores estáveis – sobretudo a Romênia – e almejando a participação direta de sua companhia petrolífera, *Kontin Öl*,² idealizada para rivalizar com as Sete Irmãs.

Em termos domésticos, destaca-se o emprego de técnicas alternativas diversas para maximizar a produção de combustíveis, como a confecção de óleo sintético – principal iniciativa – (produzido por meio de um processo de injeção de hidrogênio no carvão mineral), além do uso de benzol, fraturamento, extração de areia e carvão betuminosos e procedimentos de reinjeção para aumento de produtividade (Gabinete GB, 1946). Apesar de o óleo sintético ser a grande promessa dos anos 1930, tinha desvantagens inerentes: era altamente

1 Relatório secreto dos Chefes de Gabinete Britânico de 8 de março de 1946, intitulado “O petróleo como fator no Esforço de Guerra Alemão, 1939-1945”.

2 Para uma compreensão ampla da campanha nacional idealizada para as ambições nazistas, ver Toprani, 2014.

custoso e pouco eficiente, pois utilizava grandes quantidades de carvão no processo de conversão (Jensen, 1968, p. 549). No entanto, foi fundamental para o esforço de guerra nazista; ainda que não tenha atingido as metas iniciais, a produção aumentou de forma consistente ao longo dos anos.

No âmbito externo, com o acirramento do conflito europeu em setembro de 1939, a diplomacia energética nazista passou por modificações e aprofundamentos, dadas as tentativas britânicas de bloquear o fornecimento externo (Gabinete GB, 1946). Em primeiro lugar, o estreitamento de laços com a Romênia foi o principal objetivo dos primeiros anos de guerra, com a crescente dependência dos campos de Ploiești, que, em 1940, já respondiam por 60% de todas as importações petrolíferas, um valor que aumentaria conforme a guerra se intensificava e as alternativas se estreitavam. De modo geral, a política petrolífera alemã para a Romênia consistia em três objetivos principais: aumentar a produção romena (com apoio técnico, fornecimento de equipamentos, suporte financeiro e pressões políticas), reduzir o consumo interno romeno e garantir que a maior parte da produção exportável fosse destinada à Alemanha (Gabinete GB, 1946).

No que tange às ambições petrolíferas de Adolf Hitler em relação à União Soviética, inicialmente as relações pragmáticas germano-soviéticas, simbolizadas no pacto de não agressão Molotov-Ribbentrop e em acordos comerciais, satisfaziam³ as demandas da máquina de guerra nazista, suprimindo as necessidades imediatas do Reich. Nesse contexto, embora representasse uma parcela menos significativa que a romena, o fornecimento soviético foi importante nos dois primeiros anos do conflito. De acordo com a obra coletiva do Ministério da Defesa da Federação Russa sobre a Grande Guerra Patriótica (MDRF, 2013), o petróleo e os derivados fornecidos pela União Soviética chegaram a representar um terço das importações nazistas em 1940.

Ademais, a sequência de vitórias implacáveis da Wehrmacht na frente oeste obscureceu as emergentes necessidades petrolíferas do regime nazista, devido ao aumento significativo das reservas apreendidas nos países conquistados, como Países Baixos, Bélgica, França e Polônia (Gabinete GB, 1946). No entanto,

3 Telegrama do Ministro das Relações Exteriores Ribbentrop para o Chefe do Conselho de Comissários do Povo Molotov (Alemanha, 1954).

após o sucesso arrebatador da *Blitzkrieg* entre 1939 e 1940, Hitler se viu em um impasse estratégico com o inevitável prolongamento da Batalha da Grã-Bretanha. Por um lado, sem perspectivas de uma conquista rápida do Reino Unido, os altos custos operacionais das incursões aéreas constantes começaram a evidenciar a insustentabilidade desse *boom* momentâneo nas reservas.

Por outro lado, apesar das dificuldades operacionais e materiais para a conquista das ilhas britânicas, os ingleses não demonstravam grande capacidade de reação, e a frente ocidental estava relativamente estável e sob controle estratégico da Wehrmacht. Isso abriu a possibilidade de Hitler embarcar em seu antigo sonho supremacista de conquistar o espaço vital alemão na Europa Oriental. Em suas palavras sobre a política territorial alemã: “quando hoje falamos, na Europa, de nosso solo, pensamos, em primeira linha, somente na Rússia e Estados adjacentes, a ela subordinados” (Hitler apud. Mello, 1999, p. 85). Nesse contexto, o ano de 1941 iniciou-se com preparativos para a abertura de uma nova frente na guerra, que impactaria diretamente os destinos do conflito e, inevitavelmente, as questões petrolíferas.

O petróleo nos preparativos da Operação Barbarossa

Em 18 de dezembro de 1940, Hitler submeteu as ordens gerais para a preparação de todas as forças para invasão à União Soviética, daquela que se tornaria a maior e mais brutal ofensiva terrestre da história. O documento intitulado Diretivo n. 21 prescrevia os objetivos operacionais e as diretrizes gerais de conduta e compreendia que a União Soviética deveria ser “esmagada” em uma campanha rápida, antes mesmo da conclusão da batalha contra a Inglaterra. Ao longo de janeiro de 1941, enquanto as discussões e atualizações do plano ofensivo estavam permeando as discussões do alto comando nazista, a contraparte soviética continuava comprometida com o estado de coisas do ano anterior.

Em uma conferência em Berghof, no início de fevereiro de 1941, Hitler evidenciava suas preocupações imediatas em relação ao início da grande ofensiva, tendo em vista especificamente garantir acesso às reservas de petróleo da Romênia (Deletant, 2007). Para o alemão, Josef Stálin poderia utilizar a

Crimeia como cabeça de ponte e ordenar operações com paraquedistas e ataques aéreos na região produtora de Ploiești e nos reservatórios de Constanța. Em diretiva do Alto Comando da Wehrmacht, divulgada em março de 1941, estabeleceram-se diretrizes mais concretas para as frentes sul da Barbarossa, enfatizando a necessidade de imobilizar os inimigos, inclusive minando os portos russos do Mar Negro. Ademais, em março, o líder nazista, preocupado com o abastecimento de seu país, se reuniu com o ministro das Relações Exteriores da Hungria para estreitar as relações econômicas entre os países, expressando ávido interesse na expansão da produção de petróleo húngaro e destacando o papel estratégico que Budapeste desempenharia para Berlim.⁴

As preocupações frente ao petróleo, sobretudo em relação à Romênia, no alto comando nazista seguiram nos meses precedentes à Operação Barbarossa. O *Reichsmarschall* Göring, responsável pelos assuntos da economia de guerra alemã, em conversa com o general romeno Antonescu em março, solicitou, em tom de urgência, que as produções petrolíferas romenas aumentassem o máximo possível.⁵ Hermann Göring, sem revelar os planos da Barbarossa, compartilhou com Antonescu sua preocupação em relação ao fornecimento de petróleo russo, o qual “nem sempre permaneceria como estava naquele momento”,⁶ além da situação crítica em que o Reich poderia se encontrar em caso de um ataque inglês bem-sucedido às plantas de óleo sintético. Por fim, apontou que os riscos de um ataque soviético à infraestrutura energética romena pareciam ser mais prováveis que uma incursão inglesa naquele momento, dada a forte concentração de tropas e aeronaves soviéticas na região da Bessarábia.

Às vésperas da operação, em junho de 1941, Hitler discutiu com Antonescu⁷ e Mussolini⁸ as últimas tratativas da ofensiva, abordando elementos operacionais gerais, mas enfatizando mais uma vez a necessidade da proteção da infraestrutura petrolífera romena contra possíveis operações soviéticas de sabotagem,

4 Registro das conversas entre o *Führer* e o Ministro das Relações Exteriores da Hungria, Laszlo de Bardossy, no Quartel General em Munique, em 21 de março de 1941.

5 Registro das conversas entre Hermann Göring e o General Antonescu, 5 de março de 1941.

6 *Ibid.*

7 Registro da conversa entre Adolf Hitler e o General Antonescu em Munique, 11 de junho de 1941.

8 Telegrama de Adolf Hitler para Benito Mussolini, 22 de junho de 1941.

ataques aéreos e operações com paraquedistas, urgindo ambos os líderes: “é dever de nossos exércitos eliminar essa ameaça o mais rápido possível”⁹

Na avaliação da inteligência britânica (Gabinete GB, 1946), os resultados mais importantes dos movimentos diplomáticos e militares alemães da primeira metade de 1941, na perspectiva da geopolítica do petróleo, foram os estreitamentos das relações com Hungria e Romênia, possibilitando o domínio da bacia do Danúbio e garantindo novos prospectos petrolíferos. Na mesma linha, a obra do Ministério de Defesa da Rússia compreende que esses países foram basilares para o esforço de guerra alemão, sobretudo fornecendo recursos estratégicos e alimentares (MDRF, 2013, p. 44). Em 22 de junho de 1941, a colossal Operação Barbarossa era lançada, marcando o início do que seria a frente mais brutal e cruel de todo o conflito mundial, causando milhões de mortes, sobretudo de civis soviéticos. É certo que, em um conflito da magnitude da Segunda Guerra Mundial, nenhum teatro de operações pode ser considerado absolutamente central para o desfecho da guerra. Ainda assim, se algum pode chegar perto disso, é a campanha travada entre soviéticos e alemães na Frente Oriental.

Paralelamente ao início da invasão nazista, a diplomacia alemã intensificava esforços para garantir a participação japonesa na guerra contra a União Soviética. O Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Joachim von Ribbentrop, buscava convencer o embaixador japonês Hiroshi Oshima a influenciar as decisões estratégicas de Tóquio em favor de uma intervenção militar no Extremo Oriente. Para isso, Ribbentrop enviou diretrizes claras à embaixada alemã no Japão, estabelecendo que o governo japonês tomasse uma decisão com a maior brevidade possível. Entre os principais argumentos, Ribbentrop sustentava que a destruição rápida da União Soviética, atacada por duas frentes, garantiria o controle dos poços de petróleo soviéticos, suficientes para abastecer o Eixo e neutralizar os efeitos práticos do bloqueio britânico. Além disso, ele enfatizava que a conquista de um corredor comercial Leste-Oeste isolaria a Inglaterra e inviabilizaria a entrada dos Estados Unidos na guerra, dada a discrepância de forças sem o contrapeso soviético. Apesar dos esforços diplomáticos alemães, o Japão decidiu manter o tratado de não agressão com

9 *Ibid.*

a União Soviética e concentrar suas operações na frente sul, direcionando sua atenção às colônias europeias na Ásia.¹⁰

As ambições nazistas para o controle do petróleo do Cáucaso

Enquanto os preparativos da Operação Barbarossa priorizavam a garantia do abastecimento energético imediato para sustentar as operações militares, o avanço para o Leste trazia à tona as aspirações mais amplas do regime nazista de explorar as riquezas naturais soviéticas. Embora as motivações políticas, como a rivalidade ideológica, e as considerações racistas do nazismo em relação à população soviética fossem centrais, os objetivos econômicos na frente leste também desempenharam papel crucial nas ambições nazistas de controle dos recursos dos territórios ocupados. Figuras importantes do alto comando nazista evidenciaram essa prioridade. O general Friedrich Paulus declarou no tribunal de Nuremberg que os objetivos geoeconômicos do *Reich* durante a invasão à URSS incluíam a captura da linha Volga-Arkhangelsk, que concentrava as principais fontes de recursos naturais, como o petróleo do Cáucaso, terras férteis e grandes centros industriais.¹¹ De maneira semelhante, Albert Speer afirmou em interrogatório às forças aliadas que as considerações petrolíferas foram um fator central para a invasão à Rússia Soviética.¹²

Oficialmente, as diretrizes para a exploração econômica dos territórios soviéticos ocupados foram estabelecidas em junho de 1941 pelo plano de Göring, que definiu como prioridades da campanha a obtenção de alimentos e petróleo. A extração do petróleo, especialmente no Cáucaso, foi destacada como prioridade absoluta, com as operações sendo lideradas e executadas pela Continental Öl-Aktiengesellschaft, principal empresa petrolífera alemã à época.¹³ A ênfase excessiva na exploração petrolífera nas diretrizes da política

10 Telegrama do Ministro das Relações Exteriores para a Embaixada do Japão, 28 de junho de 1941. E outro telegrama de Ribbentrop para o embaixador, 28 de junho de 1941.

11 Testemunho para o Tribunal Internacional Militar, Nuremberg, 1946.

12 Interrogatório de Albert Speer sobre as políticas gerais de produção, pesquisa e desenvolvimento, 11 de junho de 1945, Fulton et al., 1945.

13 Diretivo de Göring sobre a exploração dos territórios da URSS ocupados, Berlin, junho de 1941.

econômica do *Reichsmarschall* para a Barbarossa, em partes, pode ser interpretada pelas necessidades emergenciais do regime para com sua segurança energética. Em relatório do Departamento de Defesa Nacional, formulado em maio de 1941, é possível observar o temor dos oficiais em relação à exaustão das reservas de combustíveis, sendo que as projeções indicavam que, a partir de setembro de 1941, o *Reich* enfrentaria um déficit mensal de 300 mil toneladas de petróleo, em que somente com a incorporação imediata dos campos de petróleo do Cáucaso, pelo menos Grozny e Maikop, a sangria energética seria estancada.¹⁴

Ademais, como aponta Kostornichenko (2021), logo nos primeiros dias após a invasão, como Hitler temia, a Força Aérea Soviética conduziu quatro ataques aéreos às instalações em Ploiești e Constanța, comprometendo ainda mais a situação energética alemã. Apesar das baixas dos ases soviéticos, as operações persistiram em alta intensidade até meados de outubro, quando o cerco nazista à Crimeia impossibilitou a continuação das operações aéreas.

A proteção dos escassos recursos da máquina de guerra alemã era tão fundamental que, em 21 de agosto de 1941, Hitler emitiu uma ordem para o comandante chefe do exército afirmando que o principal objetivo antes da chegada do inverno não era a captura de Moscou, mas enfoque na frente sul da Barbarossa, priorizando a conquista da Crimeia, no contexto da proteção dos suprimentos romenos, a captura de Donetsk e a negação de acesso ao petróleo do Cáucaso pelos russos:¹⁵ “[a] captura da Península da Crimeia é de grande importância para garantir o fornecimento de petróleo da Romênia, portanto, é necessário usar todos os meios disponíveis”.¹⁶

Simultaneamente, a liderança soviética, ciente da importância estratégica do petróleo para a condução da guerra moderna e das ambições nazistas, começou a implementar sua estratégia geoeconômica para o conflito, baseada na reestruturação e realocação das suas bases produtivas sob ameaça nazista para a grande região do Volga-Urais. De acordo com o “Plano Econômico-Militar

14 Plano do Departamento de Defesa Nacional para assumir o controle das áreas petrolíferas do Cáucaso, 4 de maio de 1941.

15 Ordem de Adolf Hitler para o Comandante Chefe do Exército, 21 de agosto de 1941.

16 *Ibid.*

para o 4º trimestre de 1941 e para 1942”¹⁷ emitido pela Gosplan, em relação ao petróleo, as regiões do Volga-Urais (ou “Segunda Baku”), da Sibéria Ocidental e da Ásia Central, aportadas por um grande fluxo de capital, deveriam ampliar as áreas de exploração em 340 mil metros e acelerar o desenvolvimento produtivo imediatamente.¹⁸

Não menos importante foi o plano de evacuação de Moscou para as áreas estratégicas, incluindo o Cáucaso, e a realocação de materiais e indústrias de todos os setores a Leste. No caso petrolífero, a realocação das empresas Maikopneft e Grozneft, nos fins de outubro, e de seus equipamentos e materiais para a “Segunda Baku”, desempenharia um papel fundamental para o desenvolvimento dessas regiões nos tempos de guerra, mantendo o fornecimento estável, além de negar acesso ao inimigo em uma eventual perda da área. Em um nível ilustrativo, entre outubro e novembro de 1941, foram evacuados cerca de 16 mil vagões, dos quais quase 11 mil possuíam equipamentos e materiais industriais (MDRF, 2013).

No final do outono de 1941, apesar do expressivo avanço obtido nos primeiros meses de campanha, havia sinais claros de que a guerra contra a União Soviética não seria tão breve quanto almejado pelo alto comando nazista. A Wehrmacht enfrentou inúmeros desafios, incluindo a logística complexa necessária para abastecer a massiva operação, composta por dezenas de milhares de veículos, durante a penetração do vasto território russo. As dificuldades foram agravadas pelas linhas de comunicação e transporte debilitadas pela tática soviética de terra arrasada e pelos constantes ataques de *partisans* nas áreas recém-ocupadas. Além disso, as tropas alemãs estavam imobilizadas pelo clima hostil do outono, período conhecido como *rasputitsa*, quando as estradas se tornam praticamente intransitáveis devido à combinação de lama e neve, resultando na interrupção temporária das operações. Nesse contexto, os custos operacionais escalavam progressivamente, enquanto o consumo dos estoques de petróleo aumentava de forma constante. A situação geral da

17 Prikaz № 31 Gosplana pri SNK SSSR «O rabote nad voenno-khoziaistvennym planom na IV kvartal 1941 g.». Sekretno. 11 de agosto de 1941.

18 Postanovlenie SNK SSSR i TsK VKP(b). O voenno-khoziaistvennom plane na IV kvartal 1941 g. i na 1942 g. Po raionam Povolzh'ia, Urala, Zapadnoi Sibiri, Kazakhstana i Srednei Azii. 16 de agosto de 1941.

economia de guerra alemã se agravava, intensificando a necessidade emergencial de conquistar novas fontes de petróleo. Em 22 de dezembro de 1941, a inteligência britânica foi informada de que a situação petrolífera do Terceiro Reich havia atingido um estágio crítico (Gabinete GB, 1946).

A Batalha do Cáucaso

Nos primeiros meses de 1942, as enormes reservas de petróleo no Cáucaso, outrora vistas como desejáveis, passaram a ser percebidas por Berlim como essenciais para a sustentabilidade da máquina de guerra hitlerista. A inevitável extensão da ofensiva forçou Hitler a dobrar as apostas, a guerra no Leste ampliaria significativamente as necessidades petrolíferas do Reich e somente com o controle da região a vitória poderia ser alcançada. Para isso, uma nova ofensiva foi planejada para a primavera-verão de 1942: a Operação Blau.

A preocupação dos Aliados frente à possibilidade de uma nova investida nazista, mais bem-sucedida, transpareceu nos diálogos e telegramas entre embaixadas e líderes na primeira metade de 1942. As discussões sobre a possibilidade de uma nova grande ofensiva da Wehrmacht no Cáucaso pautaram essas tensas conversas. O enviado polonês Potworowski, por exemplo, considerava que os rumores de uma grande invasão alemã tinham fundamento sólido. Ele alertou sua contraparte soviética sobre as preparações nazistas e sobre a possibilidade de uma invasão em pinça, por dois *fronts*: por Rostov e ao sudoeste, atravessando a Turquia; esta última, porém, não se materializou.

Além disso, Potworowski mencionou os movimentos dentro do Reich, reportando informações sobre o aumento significativo no processo de conscrição de soldados e as negociações lideradas por Göring com os demais países do Eixo para o fornecimento de novos efetivos.¹⁹ O embaixador russo na Turquia, por sua vez, avaliava que o comando alemão lançaria as operações por um único *front*, rumando ao sul, sem atravessar o território turco, na primavera, ao longo

19 Telegrama do enviado da União Soviética, A. M. Kollontai, para o Comissário do Povo para as Relações Exteriores da União Soviética, 5 de fevereiro de 1942.

da linha Kharkov-Crimeia:²⁰ “[o]s germânicos estão cientes de que a ofensiva da primavera e verão deste ano será um período-chave para eles.”²¹

Adiante, em maio, às vésperas da nova investida alemã, Winston Churchill manifestou sua preocupação com o futuro do conflito caso os planos nazistas na Transcaucásia se concretizassem: “[n]osso bem-estar, portanto, depende da resistência do exército soviético”.²² Simultaneamente, a diplomacia de Moscou, preocupada com os desdobramentos dessa nova fase do conflito, trabalhava ativamente para convencer os aliados a abrir uma segunda frente na Europa, reduzindo, assim, o fardo soviético de suportar quase toda a força militar alemã naquele momento. Além disso, o ministro Molotov alertava o presidente norte-americano, Franklin D. Roosevelt, sobre os riscos de que a superioridade tecno-militar alemã forçasse o Exército Vermelho a recuar, deixando Moscou e os poços de petróleo de Baku nas mãos dos nazistas. A urgência para a criação de uma segunda frente baseava-se na previsão de que, em 1943, as condições do conflito poderiam estar ainda mais desfavoráveis para os Aliados caso Hitler controlasse o petróleo soviético.²³ Em resposta ao iminente ataque nazista, os Estados Unidos conduziram uma operação de bombardeios nas refinarias e poços romenos, lançando cerca de 45 toneladas de bombas e causando impactos significativos.²⁴

Em 1º de junho de 1942, reunido em Poltava com os comandantes do Grupo Sul para os preparativos finais da operação, Hitler declarava que, se ele “não recebesse o petróleo de Maikop e Grozny, então, ele teria que acabar com esta guerra”. Esse objetivo petrolífero tornou-se o foco central da Operação Blau, iniciada em 28 de junho, enquanto o controle do rio Volga e a conquista de Stalingrado, naquele momento, eram vistos como elementos secundários da missão. Apesar da resistência tenaz soviética e dos esforços

20 Telegrama do S. A. Vinogradov, embaixador soviético na Turquia, para o Comissário do Povo para as Relações Exteriores da URSS, 12 março 1942.

21 *Ibid.*

22 Minutas do encontro entre as delegações britânicas e soviéticas com a participação do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, W. Churchill, Londres, 22 de maio de 1942.

23 Registro das conversas entre o Ministro das Relações Exteriores da URSS, V. Molotov, e o presidente dos Estados Unidos, F. Roosevelt, Washington, 30 de maio de 1942.

24 Telegrama do S. A. Vinogradov, embaixador soviético na Turquia, para o Comissário do Povo para as Relações Exteriores da URSS, 15 de junho de 1942.

aliados, a campanha hitlerista alcançou progressos notáveis em seus dois primeiros meses, consolidando posições no Donbass, em Rostov-no-Don e em áreas significativas do Cáucaso do Norte. Em 9 de agosto, os efetivos do Grupo A da Wehrmacht conquistaram Maikop, colocando um dos centros petrolíferos soviéticos sob controle nazista. Contudo, os alemães encontram Maikop arruinada; toda a infraestrutura remanescente fora destruída pelos soviéticos para inviabilizar a produção. Em 23 de agosto, as tropas do Grupo B estabeleceram-se na margem direita do Volga e nas proximidades de Stalingrado, interrompendo as linhas de abastecimento e comunicação fluviais norte-sul (Hayward, 1995; MDRF, 2013).

Com alta confiança no andamento da campanha, os chefes de comando operacional da Wehrmacht, durante negociações com suas contrapartes japonesas sobre os rumos do conflito mundial – incluindo a possibilidade de participação japonesa no enfrentamento contra a URSS –, afirmaram que o principal objetivo do ano já havia sido alcançado: a interrupção das linhas de suprimento de petróleo soviético. Ademais, estimavam que o petróleo de Maikop estaria à disposição da Alemanha em curto prazo e que outras áreas produtoras, como Batumi e Baku, seriam conquistadas em breve. Não satisfeitos, revelaram ainda que os próximos alvos operacionais incluiriam o Irã e o Iraque.²⁵

Todavia, após as importantes vitórias iniciais, o ritmo da campanha diminuiu de intensidade entre setembro e novembro de 1942. Apesar da situação instável no front e de uma posição relativamente favorável perante o Exército Vermelho, a conquista de Grozny e Baku parecia cada vez mais distante à medida que as condições climáticas pioravam e as posições defensivas soviéticas se consolidavam. Não menos importante, durante esse período, as forças soviéticas intensificaram suas atividades atrás das linhas inimigas, conduzindo missões de sabotagem contra infraestruturas estratégicas a serviço do *Reich*, como estradas, poços de exploração, depósitos de combustível e pontes, enfraquecendo ainda mais a já frágil logística alemã. Adolf Hitler, aborrecido com essas atividades, emitiu uma ordem em 18 de outubro para a destruição

25 Negociações entre o Chefe de Gabinete do Alto Comando Operacional da Wehrmacht e os representantes japoneses no Quartel General de Hitler, Berlim, 5 de agosto de 1942.

total dos *partisans* e comandos russos na área, declarando que “em nenhuma circunstância será permitido que qualquer grupo – de sabotagem, subversivo ou terrorista – seja capturado como prisioneiro”.²⁶

Ao final de 1942, as últimas tentativas factíveis de conquistar Grozny e Baku foram repelidas, e a Wehrmacht nunca mais teve condições reais de assegurar o petróleo caucasiano. Entre dezembro de 1942 e fevereiro de 1943, a formação militar soviética, a Frente Transcaucasiana, conduziu uma operação de contra-ataque bem-sucedida, expulsando a escória nazista do Cáucaso. Paralelamente, o Exército Vermelho derrotou o Sexto Exército alemão na batalha mais sangrenta de todo o conflito: Stalingrado (Hayward, 1995). As derrotas no Cáucaso e em Stalingrado, com custos humanos catastróficos e perdas materiais incalculáveis, marcaram o fim do mito da invencibilidade da Wehrmacht e evidenciaram as limitações materiais intrínsecas da máquina de guerra do *Reich* para sustentar operações prolongadas. A partir desse momento, a posição tático-estratégica alemã foi relegada à defensiva, limitada a tentativas vãs de reverter seus fracassos: “Hitler se trancou em seu escritório e não recebe ninguém. A única pessoa que pode entrar em seu escritório é o chefe da Gestapo, Himmler”,²⁷ relatou o Ministro das Relações Exteriores turco, Menemencioglu, em conversa com o embaixador russo em fevereiro de 1943.

Um relatório de inteligência soviético²⁸ formulado no início de 1943 avaliava que os níveis operacionais germânicos estavam amplamente comprometidos e que dificilmente operações de grande escala ocorreriam, dada a escassez de soldados e recursos estratégicos, como aviões, veículos e combustível. O relatório afirmava que a Wehrmacht permaneceria em posição defensiva nas linhas de Smolensk e Leningrado. Essas previsões estavam parcialmente corretas: no caso do Cáucaso, nenhuma grande operação ocorreu; todavia, a Batalha de Kursk, ainda que resultasse em triunfo para os soviéticos, foi de escala gigantesca.

26 Ordem de Hitler para a destruição dos grupos de sabotagem e comandos, 18 de outubro de 1942.

27 Registro das conversas entre S. A. Vinogradov, Embaixador da URSS na Turquia, e N. Menemenjioglu, Ministro das Relações Exteriores da Turquia, 13 de fevereiro de 1943.

28 Telegrama do embaixador I. M. Maisky para o Comissário do Povo para as Relações Exteriores da URSS.

O marco final das ambições hitleristas pelos recursos petrolíferos da URSS foi a retirada alemã de Kuban em setembro de 1943. Em ordem emitida por Hitler, o *Führer*, provavelmente enfurecido, determinou o abandono das posições na região e a destruição completa de todas as instalações petrolíferas, assim como do porto de Novorossiysk. Do ponto de vista energético, pode-se aventar que essa decisão sela o que seria o rumo negativo irreversível da Alemanha Nazista em suas ambições sobre recursos naturais no continente europeu. Com as dificuldades encontradas pela Campanha da África do Norte mais cedo no mesmo ano, Berlim dificilmente teria possibilidades de acesso a regiões produtoras de petróleo a partir de então.

Considerações finais

O controle dos campos de petróleo foi um aspecto fundamental do cenário geoestratégico durante a Segunda Guerra Mundial e desempenhou um importante papel na vitória soviética na frente leste. O enfoque deliberado em garantir tais recursos foi emblemático das bases econômicas mais amplas que moldaram a trajetória do conflito. O êxito soviético na defesa e no aproveitamento desses ativos estratégicos não apenas garantiu a continuidade de sua máquina de guerra, mas também prejudicou de forma crítica as ambições da Alemanha Nazista, reduzindo efetivamente seu alcance operacional e contribuindo para sua eventual queda.

Desde o início do século XX, o petróleo tornou-se um elemento indispensável para ditar as relações entre as nações, devido à sua centralidade na alimentação do maquinário militar moderno. Durante a Segunda Guerra Mundial, isso se tornou ainda mais acentuado. O acesso ao petróleo significava a diferença entre sustentar uma campanha militar e sucumbir à paralisia logística. A capacidade da União Soviética de realocar e defender regiões cruciais de produção de petróleo, principalmente as do Cáucaso, ao mesmo tempo que desenvolvia centros de produção alternativos mais a leste, exemplificou uma previsão estratégica que se mostrou essencial para sua resiliência e eventual sucesso.

A subestimação estratégica da Alemanha em relação à cooperação dos Aliados e à resistência soviética ressaltou uma falha, de certa forma, incontornável em seu cálculo de guerra. A suposição de uma vitória rápida na frente leste desconsiderou as vastas reservas de determinação humana e a desenvoltura estratégica demonstrada pelo Estado soviético. Além disso, os erros de avaliação dos nazistas em relação à extensão e à determinação da colaboração dos Aliados deram a Moscou o espaço necessário para mobilizar seus vastos recursos e estabelecer uma defesa formidável. Cabe, como é de praxe, ressaltar a determinação das tropas soviéticas em seguir com a batalha de forma constante, utilizando, em muitos casos, o conhecimento sobre o seu próprio clima e sobre o território como ativo para o enfrentamento em momentos de avanço alemão.

O fracasso da Operação Barbarossa e os reveses subsequentes durante a Batalha do Cáucaso enfatizaram as consequências de negligenciar os aspectos multidimensionais da guerra, em que as reservas de energia pesavam consideravelmente. Ainda que se possa sustentar que não foi apenas a conquista territorial que moldou os objetivos dos nazistas, mas sim a aquisição de recursos energéticos considerados vitais para sustentar suas ambições mais amplas, cumpre ressaltar que objetivos territoriais caminham comumente de mãos dadas com o asseguramento dos recursos ali presentes. Havia, somado a isso, metas múltiplas pretendidas por Berlim por meio de um eventual sucesso na Operação Barbarossa e na Batalha do Cáucaso, que as fazem tão complexas quanto valiosas para constantes análises: primeiramente, a mais elementar expansão territorial, o que costuma ter um valor quase que endógeno em tempos de guerra de agressão (a não ser que a conquista ou a administração do *locus* seja algo proibitivo); a diminuição – em uma mentalidade de soma zero – do espaço ocupado por seu maior inimigo (Moscou), ou seja, um ganho, no mínimo, inversamente proporcional à perda territorial alheia; a aplicação e a expansão de políticas exclusivistas, persecutórias e racistas (como antieslavismo e antisemitismo) nas regiões conquistadas como forma de ampliação de elementos centrais da ideologia norteadora do *ethos* agressor; e o ato de colocar em dúvida, perante a Europa e o mundo (houvessem sido exitosas as pretensões alemãs), um modelo socioeconômico radicalmente divergente do nazista.

Do ponto de vista energético-cêntrico, os contínuos esforços soviéticos para proteger seus campos de petróleo e construir uma cadeia de suprimentos resiliente foram reflexo da sua compreensão do poder transformador da energia na guerra moderna, o que contribuiu não apenas para o sucesso militar aliado como também para garantir a própria vantagem estratégica da União Soviética no espaço eurasiático no longo prazo, particularmente durante a Guerra Fria. Hoje, como a dinâmica energética global continua a mudar devido aos avanços tecnológicos e à transição energética em andamento, as lições da Segunda Guerra Mundial continuam pertinentes. O papel fundamental da energia, principalmente do petróleo, nos conflitos armados exige uma compreensão diferenciada de suas implicações. As mudanças contemporâneas em direção à energia renovável e a maiores regulamentações sobre combustíveis fósseis podem alterar as estruturas tradicionais de poder, redefinindo os cenários de conflitos futuros, o que sugere que analisar a segurança energética em tal contexto em evolução é essencial para vislumbrar eventuais rumos da geopolítica do século XXI, seja na Eurásia, seja no restante do mundo.

A energia continua a servir como uma lente por meio da qual os conflitos podem ser analisados, oferecendo percepções críticas sobre as vulnerabilidades e os pontos fortes das potências conflitantes, e o petróleo, até o momento, tem sido um dos exemplos mais centrais dessas dinâmicas. Dessa maneira, qualquer discurso futuro sobre resolução de conflitos e segurança estratégica deve levar em conta não apenas as considerações geopolíticas tradicionais, mas também os padrões emergentes de produção e consumo de energia, seja vinculado aos hidrocarbonetos ou não. A compreensão de tal dinâmica pode proporcionar uma previsão valiosa das possíveis áreas de tensão e, idealmente, das oportunidades de cooperação.

A importância histórica do petróleo durante a Segunda Guerra Mundial e a gestão estratégica bem-sucedida dos recursos energéticos da União Soviética durante o período de expansão e de megalomania nazista sobre a Eurásia oferecem um exemplo profundo de como o controle sobre os recursos energéticos pode influenciar decisivamente os resultados de uma guerra e, por conseguinte, a geopolítica como um todo. Resgatar tais experiências históricas e entender quais motivações adquirem centralidade nas possibilidades de recrudescimento (ou mesmo apaziguamento) de um conflito serve

para que futuros cenários sejam analisados de forma a elencar prioridades nas estratégias das grandes potências. E o petróleo, desde o início do século XX, dificilmente deixou de ser crucial, no raciocínio bélico, como meio ou como fim de operações militares decisivas na (e às vezes definidoras da própria) política mundial.

Referências

- Beevor, A. (1999). *Stalingrad: The fateful siege: 1942-1943*. Penguin.
- Dannreuther, R. (2014). *International security: The contemporary agenda*. John Wiley & Sons.
- Deletant, D. (2007). German-Romanian relations, 1941-1944. In J. Adelman (Ed.), *Hitler and his allies in World War Two*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203089552>
- Electromnaya Biblioteka Istoricheskikh Dokumentov (2025). Istoriko-dokumental'nyi prosveshchitel'skii portal sozdán pri podderzhke fonda "Istoriia Otechestva". <https://docs.historyrussia.org/>
- Fulton, Brig. Gen., McKenzie, Lt. Col., & Blunden, Maj. (1945). *Interrogation of Albert Speer and members of the former Reich Ministry of Armaments and War Production*. Publications, Agencies and Staff of the U.S. Department of Commerce, 213. <https://digitalcommons.unl.edu/usdeptcommercepub/213>
- Gabinete GB Reino Unido. (1946, 8 mar.). *Oil as a factor in the German war effort, 1933-1945*. Relatório secreto elaborado pelo British Chiefs of Staff Committee, Technical Sub-Committee on Axis Oil. Offices of the Cabinet and Minister of Defense.
- Gekht, E. V. (2007). *Neft' v politike Germanii* [Tese de Doutorado]. (1933-1943 gg.).
- Gilbert, M. (2014). *The Second World War: A complete history*. Rosetta Books.

- Hayward, J. (1995). Hitler's quest for oil: The impact of economic considerations on military strategy, 1941-42. *Journal of Strategic Studies*, 18(4), 621-646. <https://doi.org/10.1080/01402399508437621>
- Hayward, J. (2000). Too little, too late: An analysis of Hitler's failure in August 1942 to damage soviet oil production. *The Journal of Military History*, 64(3), 687-702. <https://doi.org/10.1353/jmh.2000.0194>
- Jensen, W. G. (1968). The importance of energy in the First and Second World Wars. *The Historical Journal*, 11(3), 538-554. doi:10.1017/S0018246X00001680
- Klare, M. T. (2004). *Blood and oil: The dangers and consequences of America's growing dependency on imported petroleum*. Metropolitan Books.
- Klare, M. T. (2008). *Rising powers, shrinking planet: The new geopolitics of energy*. Metropolitan Books.
- Kostornichenko, V. N. (2022). Neft' v planakh nastupleniia Germanskoi armii na Stalingrad i Kavkaz (1940-1943 gg.). *Vestnik VolGU*, 27(1), 56-63.
- Mello, L. I. A. (1999). *Quem tem medo da geopolítica?* Hucitec.
- Ministério de Defesa da Federação Russa – MDRE. (2013). *Velikaia Otechestvennaia voina 1941-1945 godov*, 12(7). Ekonomika i oruzhie voyny. Ministério de Defesa da Federação Russa.
- Rosiiiia. Ministerstvo inostrannykh del. (2010). *Dokumenty vneshnei politiki SSSR. 1942. Tom XXV: v 2-kh kn. Kn. 1. Yanvar' - iyun'*. Tula: ZAO «Grif i K».
- Rosiiiia. Ministerstvo inostrannykh del. (2010). *Dokumenty vneshnei politiki SSSR. 1942. Tom XXV: v 2-kh kn. Kn. 2. Iyul' - dekabr'*. Tula: ZAO «Grif i K».
- Rosiiiia. Ministerstvo inostrannykh del. (2016). *Dokumenty vneshnei politiki SSSR. 1943. Tom XXVI: v 2-kh kn. Kn. 2. Sentyabr' - dekabr'*. Maikop: OOO «Poligraf».
- Toprani, A. (2014). Germany's answer to standard oil: The continental oil company and nazi grand strategy, 1940-1942. *Journal of Strategic Studies*, 37(6-7), 949-973. <https://doi.org/10.1080/01402390.2014.933317>



Figura 2.1 – Tropas alemãs cruzando a fronteira soviética durante a Operação Barbarossa, 22 de junho de 1941.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 2.2 – Soldados soviéticos ao ataque, Stalingrado, fevereiro de 1943.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 2.3 – Ruínas do moinho de Gerhardt, destruídas durante a Batalha de Stalingrado, onde ficava o posto de observação do comandante de Regimento de Fuzileiros da Guarda, I. P. Elin. O endereço está hoje localizado na Rua Marshal Chuikov, 47a, Distrito Central, Volgogrado, Rússia.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

3. Operação Vístula-Oder, a morte do Terceiro Reich

João Claudio Platenik Pitillo

Introdução

A Operação Vístula-Oder foi uma das mais significativas ofensivas soviéticas da Segunda Guerra Mundial, marcando o colapso definitivo das defesas nazistas no Leste Europeu. Este capítulo analisa em detalhes os objetivos estratégicos, as forças envolvidas e as principais batalhas que levaram à libertação da Polônia e à aproximação do Exército Vermelho de Berlim, em janeiro de 1945. A ofensiva contou com intensa preparação de artilharia e manobras táticas decisivas, permitindo aos soviéticos romper múltiplas linhas defensivas alemãs e conquistar territórios estratégicos ao longo de todo o percurso. Esta análise também enfatiza o papel da propaganda nazista, a brutalidade dos combates e a relevância da Operação Vístula-Oder, cuja campanha consolidou a posição do Exército Vermelho às portas de Berlim, preparando o terreno para a batalha final contra o Terceiro Reich.

O contexto da operação

A Operação Vístula-Oder tinha como objetivos derrotar o que havia sobrado do Grupo de Exército Alemão “Centro”, completar a libertação da Polônia e criar condições favoráveis para desferir o golpe decisivo ao Terceiro Reich em

Berlim. No início de 1945, o Exército Vermelho avançava pelo leste e os aliados ocidentais, pelo oeste; assim, ambas as forças convergiam para Berlim, visando terminar com a aventura assassina de Hitler o mais rápido possível. A situação da Alemanha era desesperadora. Sem condições de reverter a conjuntura por vias militares, seus líderes trabalhavam por algum tipo de acordo que pudesse manter o Estado nazista de pé. Mas, para isso, necessitavam de tempo. No curso dos anos finais da guerra, grande parte dos recursos militares alemães, que não eram poucos, foi direcionada para o leste, a fim de deter os soviéticos.

Apesar das posições vantajosas para desferir o golpe final sobre a Alemanha Nazista, o Exército Vermelho enfrentava uma resistência obstinada por parte das principais forças inimigas, que não permitiam a possibilidade de uma ofensiva em toda a faixa que ia do mar Báltico aos Cárpatos, complicando a situação dos soviéticos (Grechko, 1985, p. 68). O Comando Alemão tinha 169 divisões, vinte brigadas e mais dezesseis divisões e uma brigada húngara, totalizando mais de 3,1 milhões de homens, 25.500 canhões e morteiros, 4 mil tanques e carros de assalto e grande quantidade de aeronaves. Esse era o contingente que o Exército Vermelho enfrentava no âmbito de suas operações em direção a Berlim. Já os aliados enfrentavam 107 divisões, muitas delas compostas por unidades de segunda linha.

O Quartel General Soviético do Alto Comando Supremo (STAVKA) planejava iniciar operações em todas as direções com o posterior desenvolvimento de uma ofensiva em profundidade para a captura de Berlim. Foi isso que predeterminou a escolha da direção do ataque principal da campanha no setor central da Frente Soviético-Alemã, nas zonas da 1ª Frente Bielorrussa e da 1ª Frente Ucraniana. Essas formações, tendo chegado ao rio Vístula (Polônia) durante os combates do final de 1944, mantinham três cabeças de ponte operacionais em sua margem ocidental, sendo elas Magnushevsky, Pulawy e Sandomierz, que, se bem utilizadas, poderiam proporcionar a distância mais curta até a capital alemã. No total, as duas frentes incluíam dezesseis exércitos (134 divisões), quatro tanques e dois exércitos aéreos, cinco tanques separados e um corpo mecanizado, três corpos de cavalaria, quatro corpos de artilharia de avanço, outras formações e unidades de vários ramos das forças armadas. Juntas, somavam mais de 2,2 milhões de pessoas, 36.436 canhões e morteiros, 7.049 tanques e artilharia autopropulsada e 4.772 aeronaves (Minasián, 1975, p. 402).

Os nazistas, por sua vez, prepararam sete linhas defensivas entre o Vístula e o Oder (Alemanha), escalonadas entre 300 km e 500 km. A primeira linha defensiva do Vístula, com uma profundidade que variava de 30 km a 70 km, era a mais fortificada, especialmente suas seções de contato com as cabeças de ponte de Magnushevsky, Pulawy e Sandomierz. Essa primeira faixa tinha seções cobertas com arame farpado, campos minados contínuos de 50 m a 100 m de profundidade e obstáculos antitanques.

O Comando da Operação Vístula-Oder objetivava atacar as cabeças de ponte no Vístula com a 1ª Frente Bielorrussa em direção a Poznan e com a 1ª Frente Ucraniana em direção a Breslau para cortar e destruir as principais forças do Grupo de Exércitos Alemão (A) em uma profundidade de avanço de 300 km a 350 km para a 1ª Frente Bielorrussa e de 280 km a 300 km para a 1ª Frente Ucraniana. Na ocasião, os soviéticos apostavam na sua artilharia autopropulsada para abrir caminho entre as fortes defesas nazistas.

Em 12 de janeiro de 1945, a 1ª Frente Ucraniana foi a primeira a partir para a ofensiva. Às 5 horas da manhã, após uma barragem de artilharia de quinze minutos, os batalhões avançados e suas divisões de fuzileiros atacaram o inimigo. Como resultado de uma batalha de cinco horas, os soviéticos destruíram os postos avançados, localizados na primeira linha de trincheiras, aproximaram-se da segunda e, em algumas áreas, invadiram até mesmo a terceira linha de trincheiras, onde foram detidos por forte combinação de artilharia, morteiros e metralhadoras dos alemães. Essa data de 12 de janeiro de 1945 também foi escolhida para ajudar os aliados que estavam em uma situação difícil nas Ardenas, motivo de um pedido de ajuda de Winston Churchill a Josef Stalin (Shtemenko, 1974, p. 327).

No plano da ofensiva, os soviéticos criaram um falso ataque, que foi realizado em todo o setor de avanço por pelotões da 1ª Frente Ucraniana, especialmente alocados para essa tarefa. Para repeli-lo, as unidades alemãs deixaram os seus abrigos e tomaram posições. Nesse momento, um poderoso ataque foi realizado sobre eles, completado por uma saraivada de artilharia de foguetes (Katyushas). Apesar de o mau tempo não ter permitido o reconhecimento aéreo, o poder de fogo inimigo foi suprimido de forma substancial, interrompendo o controle de suas unidades e comunicações (Kónev, 1985, p. 40).

Para completar o avanço na zona de defesa tática, derrotar as reservas operacionais do inimigo e interromper suas tentativas de ganhar uma posição nas linhas intermediárias, o Marechal Kónev enviou para a batalha o 4º e o 3º Exércitos Blindados de Guardas dos Coronéis Lelyushenko e Rybalko, bem como o 4º Exército de Guardas, o 31º e o 25º Corpo de Tanques. No final do dia, as formações do grupo de choque da 1ª Frente Ucraniana avançaram entre 15 km e 20 km. Continuando a ofensiva à noite, os destacamentos avançados dos exércitos de tanques soviéticos e as principais forças do 4º Corpo de Tanques de Guarda e o 31º Corpo de Tanques tiveram êxito em conseguir dominar mais posições inimigas.

Os destacamentos avançados dos exércitos de tanques e das unidades de guarda penetraram em profundidade na defesa do inimigo por cerca de 35 km. Na manhã de 13 de janeiro, chegaram ao rio Nida, criando uma cabeça de ponte. As operações de combate das tropas terrestres foram apoiadas pelo 2º Exército Aéreo do Coronel de Aviação Krasovsky. Apesar do mau tempo, suas formações e unidades realizaram muitas missões nos primeiros quatro dias de operações. Nos dois dias seguintes, quando as condições meteorológicas melhoraram, puderam ser ampliadas, a fim de neutralizar a defesa nazista.

Com um avanço em vários setores que estavam significativamente distantes entre si, as tropas da 1ª Frente Bielorrussa e da 1ª Frente Ucraniana, entre o terceiro e o quarto dia de operação, expandiram a frente ofensiva para 500 km e, ao final da operação, para mil quilômetros. A profundidade da operação atingiu 500 km e a taxa média diária de avanço foi de 25 km. Em alguns dias, o ritmo chegou a 45 km para formações de infantaria e 70 km para tanques (e demais mecanizados). Tais taxas de avanço territorial eram inéditas para o exército soviético até aquele momento.

Em 14 de janeiro, a 16ª Divisão Panzer alemã foi cercada e depois aniquilada por formações do 3º Exército de Tanques de Guardas e do 52º Exército Soviético nas florestas a oeste de Khmilnik. No dia seguinte, o 3º Exército de Guardas, o 25º Corpo de Tanques, o 13º Exército Soviético e parte das forças do 4º Exército de Tanques atacaram em direções convergentes, liquidando o agrupamento nazista no eixo Kielce-Radom e capturando a cidade de Kielce. Na continuidade da ofensiva, as tropas do grupo de choque cruzaram o rio Warta e libertaram a cidade de Czestochowa em 17 de janeiro de 1945.

Ao longo da ofensiva, de 12 a 17 de janeiro, as tropas da 1ª Frente Ucraniana romperam as defesas inimigas em uma zona de 250 km de largura, derrotaram as principais forças do 4º Exército Panzer e do 24º Corpo Panzer, infligindo grandes danos ao 17º Exército Alemão. Os soviéticos avançaram cerca de 120 km a oeste, forçando os rios Pilica e Warta. Logo, as condições se mostraram favoráveis para dirigir a ofensiva em direção de Breslau, Cracóvia e Silésia. O Comando da 1ª Frente Ucraniana, por sua vez, havia definido que era importante libertar a região da Cracóvia, por ser o principal acesso à região industrial da Silésia (Kónev, 1985, p. 40).

No mais, as operações de combate da 1ª Frente Bielorrussa começaram na madrugada de 14 de janeiro, realizando reconhecimentos em uma faixa com mais de 100 km de largura. Apoiados por uma intensa barragem de fogo, em cerca de noventa minutos a 1ª Frente Bielorrussa estava em condições de trazer as unidades de choque para a cabeça de ponte Magnushevsky. No final do dia, as principais forças do 8º Corpo do Exército Alemão foram derrotadas, com os soviéticos avançando por mais 10 km. As divisões de fuzileiros soviéticos conseguiram cruzar o rio Pilica em vários lugares, mas foram forçadas a parar por conta do fogo inimigo.

No dia seguinte, o Comando Alemão, em um esforço para retardar o avanço dos grupos de choque das Frentes Soviéticas, enviou todas as reservas operacionais, incluindo o 40º Corpo Panzer, para as áreas mais sensíveis. No entanto, essa tática não lhe permitiu alterar o equilíbrio de forças. Como resultado dos dois dias de ofensiva, os grupos de ataque das frentes soviéticas romperam a zona de defesa tática do inimigo de forma profunda e infligiram sérios danos às forças nazistas. A profundidade do avanço das tropas soviéticas da cabeça de ponte Magnushevsky atingiu cerca de 30 km e a do Pulawy, próximo de 50 km. Posteriormente, os locais de avanço nas duas cabeças de ponte foram fundidos em um só.

As reservas operacionais alemãs introduzidas na batalha pelo Comando do Grupo “Centro” sofreram perdas de até 50% e não conseguiram impactar significativamente o curso dos acontecimentos. É verdade que as tropas soviéticas não conseguiram cercar e destruir completamente o 46º e o 56º Corpo de Tanques Alemão, o primeiro na região de Varsóvia, o segundo entre as cabeças de ponte Magnushevsky e Pulawy. Mas, no geral, na primeira

fase da operação, a 1ª Frente Bielorrussa e a 1ª Frente Ucraniana romperam as defesas inimigas em uma zona de 500 km de largura e uma profundidade entre 100 km e 160 km. Como resultado de uma ofensiva bem-sucedida, os soviéticos capturaram grandes centros industriais e importantes redutos inimigos, como Varsóvia, Radom, Kielce, Radomsko e Czestochowa. Além disso, foram criadas condições favoráveis para lançar novos ataques em grandes profundidades.

As unidades inimigas, derrotadas nas batalhas iniciadas no dia 12, não puderam oferecer resistência séria às formações de tanques soviéticos, que mantiveram a sua integridade, contribuindo para o avanço final em direção de Varsóvia. Esses tanques rapidamente se separaram das divisões de fuzileiros, cobrindo 80 km em um dia, e, na noite de 16 de janeiro, chegaram à retaguarda dos alemães que guarneciam Varsóvia, cortando sua rota de fuga para o oeste. No mesmo dia, tendo retomado a ofensiva, formações do 47º Exército Soviético e do 1º Exército Polonês atravessaram o Vístula, capturaram cabeças de ponte a norte e a sul de Varsóvia, e parte das suas forças começou a combater nos arredores da capital.

Varsóvia foi libertada pelas forças polaco-soviéticas em 17 de janeiro de 1945, quando o 61º Exército Soviético envolveu a cidade através da cabeça de ponte de Magnushevsky pelo sul, ao passo que o 2º Exército de Tanques Soviético penetrara a brecha entre as tropas inimigas na área de Sochaczew (a oeste de Varsóvia), flanqueando a ala esquerda do inimigo. Para finalizar, o 47º Exército Soviético cercou Varsóvia pelo Norte, obrigando o Comando Alemão a se retirar da capital polonesa, permitindo assim que o 1º Exército Polonês pudesse entrar em sua capital (Grechko, 1985, p. 74).

Quando as ações do Exército Vermelho iniciaram, em 12 de janeiro, contaram com um fator determinante, que foi a preparação artilheira. Desde a Batalha de Kursk que os soviéticos vinham explorando o uso massivo e cada vez mais preciso da artilharia como parte principal de suas ofensivas, e novamente ela foi a grande responsável por desmantelar as defesas inimigas.¹ Recebendo

1 Isso ocorreu em parte porque os alemães haviam movido suas reservas para mais perto da linha de frente, entrando na zona de fogo devastadora da artilharia soviética, comprometendo tanto as divisões de seu primeiro escalão como também as reservas. Isso levou ao rápido colapso de todo o sistema de defesa alemão.

uma quantidade suficiente de munição, a artilharia soviética pôde realizar um bombardeio devastador, formando uma espécie de “poço de fogo”, responsável por desestabilizar por completo as defesas nazistas. As ordens de Berlim eram para que Varsóvia e o leste da Polônia fossem transformados em terras inexpugnáveis, mas a artilharia soviética não permitiu que isso acontecesse.

Seja como for, a libertação de Varsóvia pelos soviéticos foi um duro golpe para o Terceiro Reich.² O Alto Comando alemão não esperava que a 1ª Frente Bielorrussa, comandada pelo Marechal Jukov, e a 1ª Frente Ucraniana, comandada pelo Marechal Kónev, rompessem tão rápido as defesas escalonadas que os nazistas haviam erguido seguindo a estratégia de Hitler, que, ao ver o avanço soviético em sua direção, queria ganhar tempo e assim entabular negociações com os aliados. Contudo, os militares nazistas não foram capazes de deter os soviéticos na Polônia, cuja rapidez de seu exército pegou os alemães em Berlim de surpresa. Inclusive, a velocidade com que os soviéticos se aproximavam da fronteira alemã impediu que os nazistas erguessem ao longo do rio Oder defesas profundamente escalonadas, como fizeram no Vístula (Kónev, 1985, p. 82).

Ainda em 17 de janeiro de 1945, o STAVKA indicou as demais tarefas das frentes depois da libertação de Varsóvia. A 1ª Frente Bielorrussa deveria capturar Bydgosz, fronteira com Poznan, entre os dias 2 e 4 de fevereiro, e a 1ª Frente Ucraniana deveria continuar a ofensiva com as principais forças na direção de Breslau, chegar ao rio Oder até o dia 30 de janeiro e apoderar-se de cabeças de ponte em sua margem esquerda. Os exércitos da ala esquerda foram ordenados a capturar a Cracóvia e a região industrial da Silésia (Minasián, 1975, p. 404).

A partir de 18 de janeiro, as tropas das duas frentes começaram a perseguir o inimigo. O trabalho de perseguição foi conduzido em largas faixas, diuturnamente. As principais forças soviéticas moviam-se em colunas e desdobravam-se para a batalha apenas quando necessário. Usando tanques, artilharia autopropulsada e toda espécie de veículos de ataque, ambas as frentes, agindo em direções separadas, contornavam os centros de resistência alemã, antecipando-se às suas tropas na ocupação das linhas defensivas e dominando cruzamentos estratégicos.

2 Por sua vez, a liberação total da Polônia custou cerca de nove meses de intensos combates.

O Marechal Ivan Kónev narra que nesse momento da guerra a intensa máquina de propaganda nazista começou a aterrorizar seus militares. Goebbels mandara criar uma campanha massiva de notícias que falavam que os “bárbaros soviéticos” (também chamados de mongóis) não deixariam pedra sobre pedra na Alemanha e que o governo soviético exilaria a população alemã na Sibéria (Kónev, 1985, p. 51). O próprio filme alemão de 2024, *Goebbels and the Führer*, de Joachim Lang, retrata como o Ministro da Propaganda Nazista criou esses mitos sobre os soviéticos na fase final da guerra, a fim de fazer o povo alemão se mobilizar contra os soviéticos pelo medo.

Em resumo, num prazo de apenas 23 dias, a Operação Vístula-Oder, realizada em condições difíceis por conta do inverno, sob o comando dos Marechais Jukov e Kónev, avançou 500 km, ocupou a Cracóvia, cercou um grande grupo alemão em Poznan e libertou parte da Silésia. No final de janeiro e início de fevereiro de 1945, as tropas soviéticas chegaram ao Oder e capturaram várias cabeças de ponte em sua margem esquerda, encontrando-se a cerca de 70 km de Berlim. Esse feito foi realizado por mais de 2 milhões de homens e uma quantidade gigante de armas e equipamentos em uma escala nunca antes vista.

Depois que as principais forças do 9º e do 4º Exércitos Panzers foram derrotadas, o Comando Alemão foi forçado a concentrar seus esforços na manutenção das linhas de defesa e nas fortalezas, que tinham o objetivo de retardar o avanço das tropas soviéticas e ganhar o tempo necessário para a chegada de reservas. Somente no período de 18 a 20 de janeiro, o Comando Nazista transferiu sete divisões para as zonas ofensivas da 1ª Frente Bielorrussa e da 1ª Frente Ucraniana, incluindo uma divisão de tanques e uma motorizada. Sob tais condições, o Comando Soviético viu necessário impedir que o inimigo ocupasse as linhas defensivas em profundidade, proibir a restauração de seu comando e de seu controle violados e impedir a interação entre os agrupamentos de exércitos inimigos. Também entrou na ordem do dia dos soviéticos destruir as reservas inimigas que se aproximavam.

Ainda em 19 de janeiro, as unidades avançadas do 3º Exército de Tanques de Guardas, do 5º Exército de Guardas e do 52º Exército Soviético da 1ª Frente Ucraniana cruzaram a fronteira polaco-alemã. No mesmo dia, as forças soviéticas operando na ala esquerda libertaram Cracóvia após intensos combates,

abrindo caminho para a Alta Silésia. No entanto, nos arredores da região industrial da Silésia, o Comando do Grupo de Exércitos “Centro” conseguiu implantar até doze divisões de infantaria e tanques, desacelerando e, em várias áreas, até mesmo impedindo o avanço das tropas soviéticas.

Sabendo que o grupo de forças nazistas que estava na Silésia era poderoso, Kónev decidiu enviar forças blindadas e interarmas a partir do norte, do sul e do leste. Para além disso, uma espécie de torniquete foi montado para induzir um cerco, obrigando os nazistas a saírem da região, mas para isso foi preciso que o 3º Exército de Tanques de Guarda fizesse uma mudança brusca de rumo, representada por uma complicada virada de 90º das forças blindadas. Contudo, a ação foi concluída com sucesso, seguida por outras unidades que receberam ordem semelhante.

Em 19 de janeiro de 1945, na zona da 1ª Frente Bielorrussa, formações do 8º Exército de Guardas, em cooperação com unidades do 11º e do 9º Exércitos de Tanques e do 7º Corpo de Cavalaria de Guardas, capturaram um grande centro industrial da Polônia na região de Lodz. Em 22 de janeiro, o 2º e o 1º Exércitos de Tanques de Guardas se aproximaram da quarta linha defensiva alemã em Poznan. Essas linhas defensivas estavam dotadas de cidades fortalezas, como Poznan, Bydgoszcz, Torun, Schneidemuhl e Breslau. Nelas havia toda uma preparação defensiva que levava em conta o ambiente urbano, onde armas antitanques eram abundantes.

Na noite do dia 23, a Inteligência Soviética determinou a posição e a composição das forças inimigas na Silésia e, no dia 27, o Comandante Pavel Rybálko iniciou o ataque à cidade com o seu 3º Exército de Tanques de Guarda. Kónev posteriormente narrou que a região em questão era um “osso duro de roer”, contendo 110 km de comprimento e 70 km de largura. Suas construções eram todas de cimento armado (fábricas) e casas de alvenaria. Era defendida por nove divisões alemãs de infantaria, sendo duas blindadas, grupos de combates, duas brigadas, seis regimentos, 22 batalhões, um batalhão de polícia e várias unidades separadas (Kónev, 1985, p. 55).

Ao iniciar o ataque à Alta Silésia, Kónev estabeleceu o método de cerco, mas deixou um “corredor” para que os nazistas pudessem recuar. A ideia de Kónev era encurtar a batalha e preservar a cidade e sua estrutura industrial. Depois de dois intensos dias de batalhas, os nazistas perceberam que não

receberiam reforços e que muito menos conseguiriam resistir ao cerco, tendo assim de abandonar a região. No dia 29 de janeiro de 1945, toda a Alta Silésia foi libertada pelos soviéticos. Kónev revela que, ao chegarem à Silésia, muitas fábricas funcionavam e continuaram funcionando depois que os nazistas partiram.

A partir de 23 de janeiro, as unidades da 1ª Frente Ucraniana, comandada pelo Marechal Ivan Kónev, libertaram também a cidade de Opole. Apesar da obstinada resistência do inimigo, os exércitos do grupo de choque da frente chegaram ao rio Oder, quase em uma zona de 200 km, durante os dias 22 e 25 de janeiro. De imediato, lançaram um movimento vigoroso e capturaram cabeças de ponte nas zonas norte e sul de Breslau. No período de 23 de janeiro a 11 de fevereiro de 1945, as tropas de Kónev alcançaram o Oder em um amplo setor entre as zonas de Olava e ao noroeste de Opole. Ao transpor essa região, estenderam uma cabeça de ponte até a margem ocidental do rio Oder e até ao noroeste de Breslau, onde combates ferozes aconteceram (Minasián, 1975, p. 404).

No final de janeiro, formou-se uma lacuna de mais de 200 km de largura entre a ala esquerda da 2ª Frente Bielorrussa, que estava desenvolvendo uma ofensiva ao norte, e a ala direita da 1ª Frente Bielorrussa. Logo, os nazistas vislumbraram a oportunidade de atacar, introduzindo as suas forças nessa brecha. Então, fizeram um avanço contra a 1ª Frente Bielorrussa pelo norte com o objetivo de frear o avanço soviético e concentrar tropas na Pomerânia Oriental. Pesados combates logo se estabeleceram, mesmo assim os soviéticos continuaram em direção a Poznan, onde, em 29 de janeiro, entraram em território alemão, mas não foi possível seguir avançando.

Em 18 de janeiro, o 3º Exército de Guarda e o 6º Exército Soviético, operando na ala direita da 1ª Frente Ucraniana, movendo-se para o norte, se juntaram na área de Shidlovets com o 33º Exército da 1ª Frente Bielorrussa e, em conjunto, derrotaram dez divisões alemãs. Os remanescentes dessas divisões, que conseguiram escapar ao ataque inicial, foram então cercados pelas forças do 3º Exército de Guardas na área de Konsk em 20 de janeiro e destruídos.

Em 26 de janeiro, o Comando da Wehrmacht criou o Grupo de Exércitos Wisla, que consistia em 28 divisões de infantaria, tanques, motorizados e cinco

brigadas. Sua tarefa era organizar um contra-ataque a partir da Pomerânia à retaguarda das tropas soviéticas que haviam chegado ao Oder. Em resposta, o Marechal Jukov introduziu o 1º Exército Polonês e o 3º Exército de Choque na lacuna entre as frentes na região de Simonyak. Mais tarde, Jukov também teve que lançar o 47º e o 61º Exércitos Soviéticos, bem como o 2º e o 1º Exércitos de Tanques de Guardas na brecha, na direção norte. Apenas quatro formações do Exército Vermelho permaneceram na direção de Berlim. Com isso, o STAVKA teve de suspender o ataque a Berlim até que o inimigo fosse completamente derrotado na Pomerânia.

Nessas ações de contra-ataque, o Comando Alemão esperava retardar o agrupamento de choque da 1ª Frente Bielorrussa, envolvê-la em batalhas prolongadas em regiões urbanas, dispersar suas forças e criar condições para o lançamento de mais contra-ataques. Assim, as formações do 1º Exército Blindado de Guardas que chegaram a Poznan encontraram uma resistência feroz de cerca de 60 mil nazistas bem equipados. Por ordem do Marechal Jukov, as forças principais deveriam continuar avançando em direção ao Oder. Os soviéticos completaram a destruição das tropas alemãs em Poznan apenas vinte dias após a conclusão da Operação Vístula-Oder, em 23 de fevereiro.

O Comandante das tropas da 1ª Frente Bielorrussa procurou capturar as áreas fortificadas na fronteira alemã antes de serem ocupadas pelas reservas inimigas. O papel principal nessa tarefa foi atribuído às formações de tanques. Em 26 de janeiro, elas chegaram à fronteira polaco-alemã de 1939. Dois dias depois, o 2º Exército de Tanques de Guardas rompeu a área fortificada da Pomerânia em um movimento trabalhoso devido à violência da resistência nazista. Em 29 de janeiro, tendo rompido a área fortificada de Meseritsky, formações do 1º Exército de Tanque de Guardas, do 8º de Guardas, do 69º e do 33º Exércitos Soviéticos entraram na Alemanha.

A 1ª Frente Ucraniana conseguiu expulsar os nazistas do sul da Polônia e da Carcóvia, além de terem tomado a Silésia e várias cabeças de ponte no rio Oder. Com isso, as condições para avançar em direção a Berlim e a Dresden estavam prontas. Segundo o cálculo do Comandante da Frente Ivan Kónev, nos 23 dias de luta da Operação Vístula-Oder, os soviéticos derrotaram 21 divisões nazistas de infantaria, cinco blindadas, 27 brigadas de infantaria, nove de

artilharia e várias unidades separadas (Kónev, 1985, p. 69). Kónev destaca que “as tropas soviéticas assimilaram bem a regra operacional básica que consiste em alcançar os rios em frente ampla e atravessá-los em plena marcha antes do inimigo estabelecer ali a sua defesa” (Kónev, 1985, p. 68).

Em 3 de fevereiro, as tropas do Exército Vermelho que chegaram ao rio Oder capturaram cabeças de ponte na área de Kustrin. Restavam cerca de 70 km para Berlim. No entanto, em uma nova contraofensiva, os nazistas avançaram com quatro divisões e várias unidades separadas. Devido às dificuldades em operar os Exércitos Aéreos Soviéticos por conta das más condições climáticas, os nazistas conseguiram se impor por meio de sua força aérea por um tempo. Num prazo de apenas dois dias, em 2 e 3 de fevereiro, a aviação alemã cumpriu 5.080 missões, realizando duros ataques aéreos nas formações de combate das tropas soviéticas, em postos de comando, posições de tiro de artilharia e instalações de retaguarda. Além disso, os alemães lançaram inúmeros contra-ataques terrestres apoiados pela aviação (Shtemenko, 1974, p. 332). Todavia, com a melhora no tempo a partir do dia 4, os soviéticos recobram a supremacia no campo de batalha e começaram a se preparar para assaltar definitivamente os territórios alemães.

Os números

A Operação Vístula-Oder foi uma das maiores operações ofensivas da Grande Guerra Patriótica. Se no início a largura da zona ofensiva era de 500 km, no momento em que foi concluída essa mesma zona já havia atingido mil quilômetros de extensão. Durante 23 dias, as tropas soviéticas avançaram a uma profundidade de 500 km, libertaram parte significativa da Polônia e chegaram às proximidades da capital da Alemanha. Tentando deter a ofensiva da 1ª Frente Bielorrussa e da 1ª Frente Ucraniana, o Comando Alemão transferiu 29 divisões e quatro brigadas de outras zonas para o leste, inclusive das áreas onde combatiam as tropas anglo-americanas. No entanto, essas medidas não lhe permitiram evitar a derrota: 35 divisões alemãs foram destruídas e outras 25 perderam de 50% a 70% de suas tropas, além de armas e equipamentos militares. As tropas das duas frentes soviéticas capturaram 147,4 mil soldados e

oficiais, cerca de 14 mil canhões e morteiros, até 1,4 mil tanques e canhões de assalto e mais de mil aeronaves. Ao mesmo tempo, as perdas no âmbito dessa operação somaram 193.125 homens; 1.267 tanques e canhões autopropulsados; 374 canhões e morteiros e 343 aviões de combate (Minasián, 1975, p. 405).

Mesmo assim, o fim da Operação Vístula-Oder, em 3 de fevereiro de 1945, não garantiu descanso para os soviéticos. Em continuação a essa operação, eles precisaram seguir lutando para libertar a Silésia. Isso era necessário para que a Operação Berlim pudesse ser iniciada com segurança. A liberação da Baixa Silésia começou com avanços a partir das duas grandes cabeças de ponte que haviam sido estabelecidas em Breslau, ao norte e ao sul da cidade. A ideia era cercar a região fortificada pelos nazistas e analisar a possibilidade de confronto ou de se estabilizar o cerco enquanto as principais forças soviéticas seguiriam para Berlim. No início de fevereiro, a Frente Leste do Exército Vermelho encontrava-se na seguinte situação: a 1ª e a 2ª Frentes Bielorrussas lutavam na Pomerânia Oriental e a 1ª Frente Ucraniana lutava na Silésia.

Para não dar tempo aos nazistas de organizarem as suas defesas na linha do rio Oder, o Comandante Kónev decidiu agir o mais rápido possível para liberar a Silésia enquanto se movia em direção a Berlim. A ideia era atacar as forças nazistas na Silésia e já penetrar em território alemão logo na sequência. Em 8 de fevereiro de 1945, tropas da 1ª Frente Ucraniana destruíram as defesas nazistas nas cabeças de pontes ao largo das margens ocidentais do rio Oder, iniciando a libertação da Baixa Silésia. Destruíram também as suas reservas e conseguiram manter a integridade das suas unidades de choque, cercando dessa maneira Breslau, a principal fortificação nazista na região, no dia 15 de fevereiro. Depois de duros combates contra 40 mil nazistas em Breslau e mais 18 mil em Glogau, os soviéticos conseguiram alcançar o rio Neisse e penetrar na província alemã de Brandenburgo, onde encontraram a 1ª Frente Bielorrussa e puderam iniciar o ataque a Berlim (Grechko, 1985, p. 81).

A ideia dos nazistas era fazer os soviéticos acreditarem que as tropas cercadas em Breslau poderiam romper o cerco e que isso obrigaria o Comando da 1ª Frente Ucraniana a deixar grandes forças na região. Tinham também o objetivo de enfraquecer a frente de batalha soviética, instigando forças nazistas a atacá-la na direção de Breslau, além de pressioná-las de modo a atrasar

consideravelmente o seu avanço para Berlim. No entanto, os relatórios de Inteligência do Exército Vermelho mostraram que os nazistas em Breslau estavam estáticos por falta de recursos.³ Assim, o Marechal Kónev deixou somente o 6º Exército Soviético no cerco e seguiu com o grosso de suas tropas para Berlim (Kónev, 1985, p. 83). Em 15 de março de 1945, as forças da 1ª Frente Ucraniana tomaram Neustadt. No dia 18 de março, conseguiram avançar até o sopé dos Sudetos, concluindo assim a liberação da Baixa Silésia.⁴ Pouco menos de um mês depois, em 16 de abril de 1945, dava-se início à ofensiva soviética contra Berlim, a capital do Terceiro Reich. O que parecia impossível alguns meses antes tornara-se então realidade. A Alemanha Nazista estava prestes a ser derrotada em definitivo, graças ao sucesso obtido pelo Exército Vermelho durante a Operação Vístula-Oder.

Considerações finais

A Operação Vístula-Oder foi um marco decisivo na derrocada do Terceiro Reich, demonstrando a superioridade estratégica e tática do Exército Vermelho na fase final da Grande Guerra Patriótica. A ofensiva soviética não apenas libertou vastas regiões da Polônia, incluindo Varsóvia e a Silésia, mas também abriu caminho para o avanço direto sobre Berlim, palco final do conflito. A resistência alemã, apesar de feroz, não conseguiu conter a velocidade e a força dos ataques soviéticos, que utilizaram artilharia massiva e operações coordenadas de blindados e infantaria. Este capítulo procurou evidenciar como a Operação Vístula-Oder consolidou o papel do Exército Vermelho como o principal responsável pela libertação do Leste Europeu, selando, assim, a derrota da Alemanha Nazista e o fim do maior conflito já vivenciado pela humanidade.

3 As forças nazistas de Breslau ficaram ativas por quase três meses na retaguarda soviética, sendo eliminadas somente em 6 de maio pelo 6º Exército Soviético.

4 Com isso, privaram os nazistas de socorrer a guarnição que ficara cercada em Breslau na operação de 8 de fevereiro.

Referências

Grechko, A. A. (Org.). (1985). *Missão libertadora das forças armadas soviéticas na segunda guerra mundial*. Livraria Ciência e Paz.

Kónev, I. (1985). *Ano de 1945*. Edições Progresso.

Minasián, M. (1975). *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-1945*. Editorial Progreso.

Shtemenko, S. M. (1974). *El Estado Mayor Central durante la guerra*. Editorial Organismos.



Figura 3.1 – Ofensiva do Vístula-Oder – Progressão do Exército Vermelho entre 12 de janeiro e 2 de fevereiro de 1945 (em rosa no mapa).

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 3.2 – Tropas soviéticas durante a Ofensiva do Vístula-Oder.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 3.2 – Bombardeio do grupo alemão por tropas da Primeira Frente Bielorrussa, usando morteiros do tipo Katyusha.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

4. Ocupação e libertação da “Cidade do Gelo”

Vera Gers Dimitrov

Introdução

O início do outono de 1945 foi marcado pela capitulação do Japão militarista. Sob o comando do Marechal da União Soviética Aleksandr Mikhaylovich Vasilevsky, o Exército Vermelho subjugou mais de um milhão de soldados japoneses da Guarnição de Kwantung, garantindo a libertação do Nordeste da China e da Coreia do Norte e a devolução à Rússia de Sacalina do Sul e das Ilhas Curilas. O dia 3 de setembro de 1945 foi fixado pelo Soviete Supremo como “Dia da Vitória sobre o Japão”.

O objetivo deste capítulo é debater a dinâmica social de pequena parte do *front* oriental, trazendo um pouco da história da cidade de Harbin, situada na Manchúria, nordeste chinês durante o domínio japonês, com foco na relação de seus habitantes com essa ocupação e a libertação da cidade pelo Exército Vermelho. A escolha da cidade também não é aleatória. Harbin abrigou uma das maiores comunidades de russos no Extremo Oriente, com uma composição social heterogênea. A cidade nasce a partir do assentamento de trabalhadores da Ferrovia Trans-Manchuriana e suas famílias, recebendo posteriormente emigrados da Revolução de 1917 e da Guerra Civil Russa, tornando-se um caldeirão cultural de russos, chineses e outros grupos étnicos. A cidade de Harbin é a capital da província do nordeste chinês, Heilongjiang.

Localizada às margens do rio Sungari, um dos afluentes do rio Amur, fazendo fronteira entre Rússia e China, ela recebeu diversos apelidos não oficiais, como “Atlântida Russa”, “Moscou do Oriente” e “Cidade do Gelo”.

Sua história se inicia com o tratado firmado entre o Império Russo e o Império Chinês em 1896, quando foi concedido à Rússia o direito de construção de um complemento à ferrovia Transiberiana. O tratado em questão era oriundo de um acordo secreto entre as duas nações que, em linhas gerais, objetivava garantir a proteção e a integridade do território chinês contra potenciais ataques japoneses, com a extensão da transiberiana. Fundada como um assentamento de colonos russos em 1898, a cidade nasce como estação da parte chinesa da ferrovia.¹ Logo, Harbin passa a operar não só como um entreposto ferroviário, mas também como centro comercial, administrativo e político. O *status* jurídico da concessão permitiu uma influência russa indireta no território, por meio da estrada de ferro. Assim, os colonos puderam viver sob as leis e os costumes russos, influenciando as tradições urbanas da cidade.²

Com a utilização da concessão, diversas instituições foram criadas: escolas, clubes, balés, cinemas, companhias musicais, bibliotecas e institutos, como o Instituto Politécnico de Harbin, o mais proeminente dentre eles. A vida cultural e urbana condensava as culturas chinesa, russa e europeia e teve seu auge durante os anos 1920-1930. Fato é que a ferrovia teve um papel central no desenvolvimento das relações comerciais e econômicas no nordeste chinês, segundo historiadores soviéticos e contemporâneos.³ Tanto a construção da estrada como sua operação contribuíram para o desenvolvimento das forças produtivas locais e o surgimento de novos setores industriais. Assim, gradualmente foram se ampliando o comércio e a conexão da Manchúria com o mercado global.⁴

Em 1918, a título de comparação, a população russa em Harbin era de 60.200 pessoas.

1 Disponível em: <https://vorontsovopole.ru/rubriki/nashi-yubilei/osobyi-gorod>.

2 Disponível em: <https://www.domrz.ru/map/kharbin/>.

3 Há um consenso dos historiadores em relação ao papel da ferrovia para o desenvolvimento da região.

4 O comércio exterior da região se expandiu consideravelmente, impulsionado principalmente pela exportação de leguminosas, com destaque para a soja, que era vendida para os Estados Unidos, países europeus e outras regiões.

Esse número foi aumentando consideravelmente: em 1920, chegou a 131.073 pessoas; em 1922, a 155.402; e em 1923, atingiu 165.857 pessoas, com estimativas totais variando entre 300.000 e 350.000 habitantes (Цюцзе, 2011, p. 83). Esse aumento populacional é relacionado com o movimento migratório de russos no período que compreende a Revolução de 1917 e a Guerra Civil Russa. Consequentemente, não se tratava de uma população homogênea (Ruseishvili, 2016, p. 87). Divididos, basicamente, em três grandes fluxos, sendo o primeiro constituído de colonos russos e seus descendentes, funcionários da estrada de ferro. O segundo grupo chegou em Harbin após a Guerra Civil, também bem diverso, com camadas da população civil pertencentes à pequena burguesia urbana e, também, camponeses siberianos. O último grupo consistiu em funcionários soviéticos, como arquitetos, engenheiros e outros profissionais.

Em 1926, a zona de concessão da ferrovia foi transformada no Distrito Especial das Províncias Orientais, e Harbin é elevada à categoria de “Cidade Especial”, passando a ser considerada uma unidade administrativa separada. Uma cidade em pleno crescimento e em ebulição cultural. No entanto, em 1932 a Manchúria é ocupada pelo Japão, colocando uma pedra no florescimento da Harbin russa.

A ocupação japonesa

O Japão, após a guerra com a Rússia em 1904 e 1905,⁵ viu seu controle sobre o território da Manchúria ser mitigado, mas, ainda assim, o país obteve posições importantes na região. Uma dessas posições dizia respeito à Estrada de Ferro do Sul da Manchúria, construída pela Rússia, possibilitando a presença militar japonesa na região durante os anos seguintes. A ocupação da Manchúria era vista como um dos caminhos para a consolidação do Japão como potência mundial, com a região servindo de base para sua expansão na Ásia. Além disso, no início do século XX, a Manchúria era a mais industrializada das regiões chinesas, o que atraía ao mesmo tempo os interesses de russos e japoneses.

Em 1918, por sua vez, foi criada a Missão Militar Japonesa em Harbin, inicialmente voltada para a coordenação de atividades de inteligência na

5 Motivada pelo conflito de interesses entre os dois países no nordeste chinês e na Coreia.

Manchúria. Esse serviço de inteligência operava com a colaboração de manchus e chineses locais, apostando também, especialmente após a Guerra Civil na Rússia, nos emigrados russos. A missão contava, por exemplo, com um departamento russo, comandado por Akikusa Shun, que tinha a expectativa de unificar a diáspora russa em Harbin. Outro de seus objetivos era utilizar esses emigrados em futuras ações de sabotagem contra o governo soviético.

Seja como for, em 1932 o Japão ocupa a Manchúria, e a vida cotidiana da população russa e chinesa passa a ser ameaçada. Harbin é então incorporada ao Estado fantoche japonês Manchukuo.⁶ Restrições na utilização de idiomas nativos, discriminação dos trabalhadores russos e chineses pela administração japonesa, tomada de indústrias e fábricas, tudo isso passa a desestabilizar a cidade e seus moradores. Já na Europa, a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha, em 1933, é vista como um verdadeiro presente pelos japoneses, pois, em caso de agressão contra a União Soviética, poderiam contar com um aliado europeu em ascensão. Para a diplomacia japonesa, havia a compreensão de que Alemanha e Japão compartilhavam a mesma posição antagônica concernente à União Soviética.⁷

A presença de dois centros de agressão militar – um no Oeste (Alemanha) e outro no Leste (Japão) – e a política de convivência dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França representavam uma ameaça real de formação de uma frente imperialista unificada contra a União Soviética. Com o objetivo de lidar com a população russa, a Missão Militar Japonesa na Manchúria cria, em 1935, o Departamento de Assuntos dos Emigrantes Russos na Manchúria. Uma das suas funções era acompanhar as atividades do movimento fascista russo, liderado por Konstantin Rodzaevsky, que foi recrutado para operações de sabotagem contra a União Soviética.

Rodzaevsky comandava a Organização Fascista Russa da China, que, em 1934, se une à organização fascista de Anastacio Vonsiatskiy, sediada nos Estados Unidos da América, criando então a União Fascista Russa. Dado esse contexto, as ideias fascistas se propagam entre os emigrados russos, tendo, como característica, a oposição ao bolchevismo (Ruseishvili, 2016, p. 255). Em

6 O último imperador da dinastia Qing foi retirado da aposentadoria e nomeado governante de Manchukuo, na prática controlado pelos japoneses.

7 Posição cunhada pelo diplomata Koki Hirota, que também foi Primeiro-Ministro do Japão entre 1936 e 1937.

1935, por sua vez, a União Soviética vende ao governo Manchukuo sua parte da concessão ferroviária, marcando o início do êxodo da população russa da região. Em seguida, a assinatura do Pacto Anticomintern, entre Alemanha e Japão, em 25 de novembro de 1936, com a adição da Itália em 6 de novembro de 1937, cria uma aliança continental contra a União Soviética. Por fim, em fevereiro de 1939, o Estado fantoche de Manchukuo adere ao pacto, sedimentando as bases para a agressão japonesa, três meses depois, ao rio Khalkhin Gol, na Mongólia.

As agressões japonesas foram duramente combatidas, terminando com a sua derrota. Entretanto, as provocações militares do Japão na região tornaram-se essenciais para a formulação da política externa soviética pré-Segunda Guerra Mundial. No cotidiano da cidade de Harbin, por sua vez, a ocupação nipônica deixou marcas severas na memória da população. A questão da obrigatoriedade do ensino e da aprendizagem do idioma japonês é presente em diversos relatos e entrevistas, como as demonstradas a seguir.⁸

O que aquela cidade onde eu nasci era pra nós, era uma cidade russa mesmo. A gente não aprendia a falar chinês, chinês é que aprendia a falar russo conosco. Tinha bairros completamente chi... só... russos, não tinha nenhum chinês, nenhum japonês. Japonês ocuparam a Manchúria em 1932 e formaram o império de Man... Manchúria. Imperador, esse primeiro imperador era neto do último imperador chinês, que fugiram depois da revolução chinesa, em 1910, fugiu para o Japão, cresceu lá e japoneses o trouxeram pra Manchúria e nomearam ele como imperador. Mas... a Rússia... continuava na nossa cidade duas universidades, duas universidades, onde escolas primárias, seis ou sete escolas de segundo grau... que a gente estudava só na nossa língua, nós não aprendíamos falar... algumas escolas davam aulas em chinês, mas só como língua estrangeira. Ja... japonês também, quando ocuparam a Manchúria também ensinavam japonês. Eu aprendi japonês... quando estudava... (Lisounenko, 2012)

8 As entrevistas citadas neste capítulo foram realizadas com imigrantes russos oriundos de Harbin e pertencem ao acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

O que eu queria dizer, voltando, é que lá a gente falava russo porque eram escolas russas. As russas eram em russo; em cima russo e debaixo chinês. E a gente só falava chinês, assim, não estudando. Porque, naquele tempo, quando eu estudava, a gente estudava língua japonesa na escola. (Kosloff, 2012)

A piora na qualidade de vida durante a ocupação e a diferenciação entre russos e chineses também são percebidas.

Eu acho que naquela época nós tivemos professores excelentes. Estudei quatro anos primários, depois passei para o intermediário do ginásio, porque a programação russa tem dez anos, chama-se desiatiletka. Fiz o primário, depois foram três anos antes do ginásio, depois fiz o ginásio, depois acabou. Já começou a chegar à ocupação japonesa. Foi em 1932, eu já estava com 10 anos. Começou a cair a qualidade de vida, com a chegada dos japoneses. (Petroff, 1999)

A violência com a população chinesa também é notada em uma das entrevistas: “Nesse lugarejo, tinha chefe da estação de trem chinês, e uma polonesa, moça bonita, casou com ele, mas, quando vieram os japoneses, eles simplesmente fuzilaram ele” (Gers, 2007). Além das políticas de não utilização do idioma nativo e da violência contra a população chinesa, medidas tomadas pelo governo fantoche, como a aprovação do Novo Código Civil Manchukuo, tiveram papel significativo na deterioração das condições de vida da população na cidade. O novo código incluía uma mudança na regulação dos aluguéis municipais, que passaram a ser calculados com base nos impostos sobre a renda gerada pelo imóvel. Em suma, não eram considerados fatores como metragem da propriedade, estado de conservação ou preço de mercado, ocasionando cerca de 3.500 proprietários russos inadimplentes com o município (Капран, 2008, p. 122).

Era muito comum que famílias russas alugassem quartos, como forma de complemento de renda, e, a partir da nova fixação de preços, com intuito de atender aos interesses do inquilinato japonês, os preços fossem

drasticamente reduzidos. Também no período da ocupação, já durante a guerra, houve uma grave crise no abastecimento de alimentos e produtos têxteis, sendo necessária a implementação de um sistema de racionamento na região. Uma das ideias para contornar a crise era organizar a distribuição de alimentos para a população russa, porém tal medida não melhorou a nutrição da população, que não tinha condições de pagar preços exorbitantes pela comida, resultado direto da ocupação japonesa.

A libertação pelo Exército Vermelho

Em agosto de 1945, as tropas soviéticas avançaram rapidamente pelo interior da Manchúria, derrotando a guarnição japonesa de Kwantung. Como forma de defesa estratégica, os japoneses tentaram destruir a ponte ferroviária do rio Sungari, porém isso não aconteceu a tempo. Uma operação para libertação de Harbin (Смирнов, 2015, p. 93), comandada pelo General-Major G. A. Shelakhov, representante especial do Conselho Militar da 1ª Frente do Extremo Oriente, impediu a destruição da ponte, que, caso acontecesse, atrasaria significativamente os avanços soviéticos na região.

No dia 18 de agosto de 1945, 120 paraquedistas soviéticos desembarcaram no aeródromo de Harbin, entregando a exigência de rendição do comando japonês. Sua principal missão era tomar pontos estratégicos da cidade, impedir a destruição da ponte e evitar a demolição dos depósitos e das bases inimigas antes da chegada da 388ª Divisão de Infantaria. Seria possível dizer que se tratava de uma missão suicida, pois a força armada japonesa na região tinha cerca de 175 mil soldados. Esse grupo também contou com apoio da inteligência soviética em Harbin, que conseguiu recrutar, dentre os emigrados russos, grupos de guerrilha e sabotagem. A população russa foi de fato essencial no auxílio ao Exército Vermelho, colaborando na tomada de pontos de comunicação e preservação da estrutura da cidade.

Também se deve aos emigrados russos a captura do Chefe do Estado-Maior do Exército de Kwantung, General-Tenente Hiposaburo Hata, que planejava fugir, mas foi capturado antes da decolagem. Hata foi entregue, junto ao Cônsul-Geral japonês em Harbin, ao General-Major Shelakhov, que

passou a ser responsável pela organização da ordem em Harbin. Entretanto, como dito anteriormente, a população russa na cidade era diversa. Parte dos emigrados russos registrados no Departamento de Assuntos dos Emigrantes Russos na Manchúria foi presa ou interrogada pelos agentes da contraespionagem soviética, entre agosto e setembro de 1945 (Капрапн, 2018, p. 123).⁹

De todo modo, a libertação da cidade de Harbin pelo Exército Vermelho foi recebida de forma mista pela população local, principalmente porque havia um esforço do governo fantoche japonês em permitir certa liberalidade aos moradores, com a presença de elementos culturais russos, tais como música, religião e festas, justamente com o intuito de fortalecer o grupo de emigrados que almejavam a derrocada soviética na guerra. Um exemplo dessa situação é retratado pelas palavras do Padre Alexei Lisounenko: “1945... ah... as forças soviéticas invadiram a Manchúria... né, pra acabar com aquele império... e... fizeram muitas prisões políticas, inclusive o meu pai também foi preso. Só na nossa cidade foram presas 15 mil pessoas” (Lisounenko, 2017).

A chegada do Exército Vermelho em Harbin é marcada pela imigração em massa da população, movimento que se iniciou com a ocupação japonesa, estendendo-se até 1954. Entre 1950 e 1952, foi feito o processo de transferência para a República Popular da China dos direitos soviéticos sobre a administração conjunta da estrada de ferro, marcando a demissão em massa dos funcionários russos. Com uma visão desfavorável à presença russa na região pela China, o governo soviético publica, em 1954, um decreto permitindo que os emigrados russos se tornassem cidadãos soviéticos. Seu retorno à URSS, porém, seria condicionado à participação no programa governamental de colonização das terras virgens. Assim, inicia-se um êxodo em massa de Harbin para a União Soviética e para países como Brasil, Estados Unidos da América e Austrália, representando o fim da colônia russa na “Cidade do Gelo”.

Considerações finais

A história da vitória do Exército Vermelho no Oriente é, de alguma forma, preterida se comparada a história do *front* ocidental. Todavia, a necessidade de debater, estudar e pesquisar a contribuição soviética no *front* oriental da

9 Estima-se que cerca de 15 mil pessoas foram presas ou interrogadas.

Segunda Guerra Mundial é tarefa fundamental, principalmente por sua importância para a capitulação japonesa. Em especial, os acontecimentos que se desenrolaram na cidade de Harbin, no nordeste chinês, dizem muito sobre a necessidade desse foco no Oriente. Harbin, de alguma forma, conseguiu condensar extratos sociais muito diversos e polarizados. Concentrou cidadãos soviéticos, descendentes dos primeiros funcionários da estrada de ferro, emigrados russos, poloneses, chineses, europeus e japoneses. Em uma mesma cidade era possível encontrar russos entusiastas da Revolução e russos pertencentes ao movimento fascista.

No mais, o êxodo em massa da população para diversas partes do mundo, motivado pela decadência da cidade, sedimentou uma teia de narrativas complexas e de memórias entrecortadas e uma ausência de unidade documental. Afinal, o próprio contexto geopolítico da fundação de Harbin permitiu que a população da cidade estivesse – em diferentes momentos do tempo – sob a zona de interesses russos (posteriormente soviéticos), japoneses e chineses, ajudando a formar uma sociedade diversa e com olhares distintos sobre a guerra. Em todo caso, foi justamente essa formação heterogênea da população que possibilitou a vitória soviética na região, razão pela qual a “Cidade do Gelo” não pode ser esquecida.

Referências

- Dom Russkogo Zarubezhya. *Харбин* [Harbin]. <https://www.domrz.ru/map/kharbin/>.
- Gers, C. (2007, 14 maio). Entrevista concedida a Sônia Maria de Freitas, Elisandra Gasparini e Priscila Beltrame Franco. *Memorial do Imigrante (São Paulo, SP)*. DVD – HO0366, Cód. 4.148.
- Kosloff, L. (2012, 10 mar.). Entrevista concedida a Andrea Paula dos Santos e Marcela Boni. São Paulo. *Museu da Imigração do Estado de São Paulo*. DVD – HO0483, Cód. 4.825.
- Lisounenko, A. (2017, 6 mar.). Entrevista concedida a Andrea Paula dos Santos e Marcela Boni. São Paulo. *Museu da Imigração do Estado de São Paulo*. DVD – HO0480, Cód. 4.755.

Petroff, C. (1999, 9 jul.). Entrevista concedida a Sônia Maria de Freitas. São Paulo. *Memorial do Imigrante (São Paulo, SP)*. DVD – HO0174, Cód. 4.225.

Ruseishvili, S. (2016). *Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re) formulação de identidade após a revolução bolchevique de 1917*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.

Vorontsovo Pole. *Особый город* [Cidade Especial]. <https://vorontsovopole.ru/rubriki/nashi-yubilei/osobyu-gorod>.

Капран, Инесса Константиновна. (2008). Повседневная жизнь русского населения Харбина (конец XIX в.-50-е годы XX в.). *Вестник Дальневосточного отделения Российской академии наук*, 2, 116-124.

Смирнов, Анатолий Георгиевич. (2015). Операция «ОХ». Малоизвестные строки истории сражений в Маньчжурии. *Россия и АТР*, 3(89), 91-93.

Цюцзе, Чэнь. (2011). Vliyanie KVZhD na chislennost' naseleniya Kharbina [Influência da KVZhD na população de Harbin]. *Rossia i Aziatsko-Tikhookeanskii region* [Rússia e a Região Ásia-Pacífico], 1, 80-85.



Figura 4.1 – Tanques soviéticos T-34 na cidade chinesa libertada de Harbin, Agosto de 1945.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).

5. O discurso de Vyacheslav Molotov de 1955, “A situação internacional e a política exterior do governo da URSS”: uma lembrança da vitória soviética na Grande Guerra Patriótica

Fred Leite Siqueira Campos

Beatriz Marcondes de Azevedo

Fábio Moreira de Oliveira

Ferdi Steinbach

Pedro Henrique Dadalt de Queiroz

Introdução

Em 2025, comemorar-se-ão os 80 anos da vitória do exército soviético contra a Alemanha Nazista. Essa data, certamente, deve ser lembrada para sempre junto aos anais da história da humanidade, representando a grande vitória do povo soviético sobre a barbárie hitlerista. Para lembrarmos esse período, este capítulo será alicerçado no discurso, de 1955, de Vyacheslav Molotov, intitulado: “A situação internacional e a política exterior do governo da URSS”. Em termos estruturais, os comentários críticos aqui tecidos serão organizados em três seções: um resumo da vida de Molotov; a apresentação do discurso (em si); e uma “apreciação” final de seu conteúdo, relacionando-o aos tempos atuais.

*Quem foi Vyacheslav Molotov e qual foi sua contribuição histórica para a vitória soviética na Grande Guerra Patriótica?*¹

Vyacheslav Mikhailovich Scriabin, mais conhecido como Molotov, nasceu em Kukarka, em 9 de março de 1890. Desde a juventude, mais especificamente em 1905, iniciou um aprofundado estudo sobre questões sociais e integrou grupos de estudo revolucionários marxistas de caráter ilegal. Em 1906, ingressou na seção bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo, plenamente ciente de que sua participação poderia resultar em prisão, exílio ou até mesmo colocar sua vida em risco. Posteriormente, conforme apontam relatórios da polícia secreta czarista, assumiu a responsabilidade por articulações da organização revolucionária juvenil na cidade de Kazan.

Em 1909, após ser aprovado em uma universidade, Molotov foi preso e condenado a dois anos de exílio na província de Vologda. O primeiro-ministro russo da época, Pyotr Stolypin, deixou claro que o principal objetivo da prisão era tentar reformar o pensamento “errado” que se desenvolvia com base nos estudos das obras de Marx, Engels e Lênin. Essa intenção se torna evidente na declaração feita por Stolypin aos pais dos jovens presos, que solicitavam a libertação dos filhos:

Se fossem trabalhadores, eu os teria deixado ir para o exterior, pois, é inútil tentar reformar trabalhadores. Nós simplesmente temos que nos livrar de trabalhadores inúteis. Mas, como são estudantes, membros da intelligentsia, o exílio, o calmo Norte, o ar puro, etc., podem curá-los, e eles, ainda, podem ser úteis ao Estado. (Coates & Coates, 1941, p. 7)

Mesmo exilado, Scriabin deu continuidade aos estudos, com o objetivo de aprofundar sua compreensão dos ideais bolcheviques. Como aluno extremamente dedicado, insistiu para que pudesse realizar seus exames em 1910. Obteve a permissão necessária, foi aprovado e permaneceu no exílio até 1911.

1 A condução desta primeira parte se dá a partir do esboço bibliográfico Coates & Coates, 1941.

Ainda durante o exílio, Molotov mantinha contato secreto com trabalhadores ferroviários, demonstrando profundo conhecimento e esclarecendo questões relacionadas ao que viria a ser conhecido como Marxismo-Leninismo, além de abordar as contradições presentes na Rússia daquele período. Paralelamente, engajava-se em intensas “disputas ideológicas” com anarquistas, mencheviques e outras facções políticas. Graças à sua didática exemplar e dedicação incansável, moradores de Vologda frequentemente afirmavam que os esforços de Molotov foram essenciais para que a cidade mantivesse uma posição revolucionária firme em 1917.

Ao término de seu exílio, Molotov se mudou para São Petersburgo, onde ingressou na Escola Politécnica. Na instituição, a presença revolucionária do “exilado Scriabin” tornou-se evidente, destacando-se como um grande líder à frente de greves, discursos e outras atividades políticas. Além disso, desempenhou um papel crucial na agitação e na propaganda entre os trabalhadores da cidade.

Entre 1912 e 1915, Molotov desempenhou um papel central na organização e na expansão da imprensa bolchevique, contribuindo ativamente para os jornais *Zvezda* e *Pravda*. Destacou-se por sua habilidade em mobilizar trabalhadores para a produção e distribuição dos periódicos, além de organizar correspondentes operários que enriqueciam as publicações com cartas e artigos. Como Secretário-Geral do comitê editorial do *Pravda*, fundado em maio de 1912, Molotov utilizou pseudônimos como “Mikhailov” e “Zvanov” para assinar seus artigos. Durante esse período, colaborou com Lênin, que estava no exílio, e fortaleceu sua relação com Stalin.

Mesmo após sua prisão, em 1913, e a proibição de residir em São Petersburgo, Molotov deu continuidade ao seu trabalho revolucionário em cidades vizinhas, contribuindo para o *Pravda* e promovendo a propaganda bolchevique. Apesar de novas detenções, manteve suas atividades clandestinas até 1915, consolidando sua posição no movimento revolucionário.

Enviado para Moscou pela filial do partido em Petrogrado, Molotov manteve sua atuação no movimento operário, ampliando o sentimento revolucionário na cidade por meio de suas ações, fato confirmado inclusive pela polícia secreta czarista. Em 1915, desempenhou um papel crucial na organização da importante conferência do partido em Moscou. No verão de 1915, Molotov foi

novamente preso e exilado, desta vez na região de Irkutsk. Apesar das adversidades de viver em aldeias da Sibéria, deu continuidade aos estudos, encarando a situação como uma oportunidade de “enriquecer sua mente”.

No entanto, em 1916, Vyacheslav conseguiu escapar de sua prisão e ocultar seus rastros, chegando a Petrogrado, onde deu continuidade às suas atividades no partido. Entre 1914 e 1917, com Lênin no exílio e líderes como Stalin e Sverdlov afastados, Molotov desempenhou um papel central na estrutura bolchevique na Rússia, implementando a linha política antiguerra e socialista revolucionária defendida por Lênin e pelo partido.

Após a revolução de março de 1917, Molotov assumiu posições de destaque no Comitê Bolchevique de Petrogrado, no Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado e no Soviete de Deputados dos Trabalhadores e Soldados. Liderou iniciativas importantes, como a eleição de deputados pelos soldados e a formação de Sovietes locais, fortalecendo o apoio militar à revolução. Como membro do Comitê Militar Revolucionário, ao lado de Stalin e Dzerzhinsky, Molotov desempenhou um papel essencial na preparação, na realização e na consolidação da revolução de novembro de 1917. Organizou as Guardas Vermelhas entre os trabalhadores e liderou campanhas de propaganda, contribuindo significativamente para o sucesso da revolução.

Enfatiza-se ainda que, durante a Guerra Civil, Molotov ocupou importantes posições, destacando-se principalmente na organização do Exército Vermelho. No início de 1918, ele assumiu pela primeira vez uma posição econômica: Presidente do Conselho de Economia Nacional do Distrito Norte. Apesar de sua pouca experiência na área, tinha uma compreensão sólida dos fundamentos do socialismo, que passariam a moldar a sociedade russa pós-1917. Em 1919, Molotov ocupou cargos importantes dentro dos grupos bolcheviques, ao lado de nomes como Krupskaya, com quem fez uma viagem ao Volga. O objetivo da viagem era entender as necessidades dos operários e camponeses, com a intenção de proporcionar melhores condições de vida a eles.

No início da década de 1920, Molotov assumiu a liderança do Comitê Executivo Provincial de Nizhny-Novgorod, dedicando-se à reconstrução econômica da região devastada pela Guerra Civil. Mobilizou trabalhadores voluntários, inspirando-os a contribuir com o esforço coletivo para a construção do socialismo. Sua liderança também incentivou o trabalho voluntário

durante os feriados para acelerar a recuperação econômica. Posteriormente, Molotov participou da mecanização da região de Donetsk e, no final de 1920, foi eleito Secretário do Partido Comunista da Ucrânia, consolidando seu papel no desenvolvimento soviético.

Em 1921, foi eleito membro e Secretário do Comitê Central do Partido Comunista, cargo que ocupou até 1930. Além de seu expressivo destaque no partido com o secretariado, assumiu diversas outras funções e nomeações durante esse período. Sua importância era notável, estando presente não apenas para garantir uma boa gestão interna do partido e resolver dificuldades organizacionais, mas também para enfrentar as dificuldades externas, com elementos antirrevolucionários ainda presentes no seio do povo soviético.

Em 1930, foi eleito Presidente do Conselho de Comissários do Povo, participando ativamente dos planos quinquenais, que tinham como objetivo superar o atraso produtivo e distributivo resultante das posições semifeudais e semicoloniais anteriores das nações soviéticas. Sua ascensão dentro do partido foi fruto de seu grande trabalho. Molotov investigava problemas localmente, identificava falhas como sabotagem ou ineficiência e implementava soluções claras, treinando líderes e ampliando a compreensão política sobre as necessidades prementes da sociedade soviética.

Rigoroso, combatia a burocracia, exigia precisão e acompanhamento e inspirava um trabalho eficiente por parte de seus correligionários. Seu grande apreço pela educação soviética era notório. Molotov defendia que a construção de uma nova cultura socialista não exigia a rejeição das conquistas culturais do passado, mas, sim, sua valorização e integração. Ele argumentava que o verdadeiro progresso, fundamentado no socialismo, deveria se basear nas realizações históricas de todas as nações, reconhecendo o valor das heranças culturais como parte essencial para o desenvolvimento futuro. Ao destacar o vínculo dos bolcheviques com o povo, Molotov sublinhou que a cultura socialista não apenas preserva, mas revela o significado profundo da história e das conquistas dos povos, promovendo um futuro glorioso e universal.

Em 1939, ainda no cargo de Presidente do Conselho, Molotov foi também nomeado Comissário do Povo para Assuntos Exteriores, permanecendo fiel aos seus princípios bolcheviques. Foi também em 1939 que a ameaça nazifascista se aproximou da União Soviética, com o claro discurso de limpeza étnica

dos “comunistas”. Tornou-se necessária, então, uma meticulosa articulação para poupar vidas e idealizar táticas de guerra para o inevitável confronto que se avizinhava, além de fortalecer a indústria bélica do país. Foi em 1939, aliás, sob a chefia de Molotov no cargo de Comissário para Assuntos Exteriores da URSS, que foi assinado o Pacto de Não Agressão Ribbentrop-Molotov.

É a partir desse momento que se inicia, na concepção europeia, a Segunda Guerra Mundial. Contudo, os pactos de não agressão entre países eram comuns nesse período. Eles ocorreram tanto no período pré-guerra quanto durante a guerra. A necessidade desse acordo no caso soviético surgiu devido à relação antagônica entre o fascismo e o comunismo. Desde o início, os movimentos fascistas deixavam claro seu objetivo de destruir os movimentos comunistas. Com a ascensão da extrema-direita, por sua vez, os comunistas defendiam que a derrota do fascismo, por meio de uma frente ampla da esquerda, era uma necessidade imprescindível.

Ao mesmo tempo, a tentativa fracassada da URSS de usar a Liga das Nações para combater a ameaça fascista, com a “neutralidade” das potências liberais na Guerra Civil Espanhola, evidenciava a aproximação entre as democracias ocidentais e o nazifascismo alemão. Mais tarde, quando a Alemanha expandia suas fronteiras para o leste, também era visível a falta de ação das potências ocidentais para tentar ajudar os povos e as nações invadidas, com exceção da neutralidade mantida pela União Soviética. No entanto, tudo isso não foi por acaso. Com conversas, estratégias e tratados, era evidente que o objetivo de países como Inglaterra e França era canalizar o expansionismo nazista rumo a Moscou. Constantes tentativas por parte do governo de Stalin para formar alianças com potências europeias foram recusadas ou ignoradas, tornando ainda mais necessária uma ação por parte da União Soviética a fim de se proteger da ameaça iminente.

Antes da invasão alemã à Polônia, a URSS viu a necessidade de formação de um exército multinacional que barrasse a expansão germânica. No entanto, documentações públicas provam que não houve sequer resposta de Paris e de Londres a respeito dessa proposta soviética. Hitler, no entanto, tinha receio de que, caso invadisse a Polônia, sofresse retaliações tanto por parte da URSS quanto da Inglaterra e da França e começou, então, a enviar oficiais para sondar um tratado com o governo de Moscou. Com o descaso dos governos de

Paris e Londres, Moscou iniciou, então, negociações com Berlim. O acordo, por parte da URSS, previa o domínio sobre alguns territórios a oeste para criar um cinturão de proteção contra a (já esperada) traição do tratado por parte da Alemanha. Hitler queria domínio, Stalin queria tempo e espaço, pois já previa que a guerra entre os países era inevitável e seria o maior conflito de todos os tempos. Assim, o papel de Molotov ao assinar o tratado foi fundamental para que a União Soviética tivesse a capacidade militar e as estratégias necessárias para triunfar sobre o nazifascismo (Opera Mundi, 2024).

Nos discursos de Molotov de 1939, já mencionava a (deturpada) visão de que haveria uma aproximação ideológica entre a Alemanha e a URSS, algo que seria criticado pelas potências imperialistas. Molotov argumentava que essas potências já haviam feito pactos de não agressão entre si e questionava por que a União Soviética não poderia ter o mesmo direito. Durante uma série de discursos feitos até o rompimento do pacto pela Alemanha, Molotov deixou claro que não se visava cooperar com os nazistas na guerra. Também foi evidenciado o falso interesse na paz por parte das potências imperialistas ocidentais. Além disso, Molotov defendia que a França estava indiretamente contribuindo com movimentos antissoviéticos, como no caso do armamento de grupos antissoviéticos na Finlândia e na própria França.

No mais, Molotov deixava claro, em suas falas, o oportunismo das demais potências europeias e as agressões cometidas por estas durante a guerra contra a União Soviética, assim como seu desprezo pelo projeto socialista iniciado após a Revolução de 1917. Molotov enfatizou também, em 1940, a cooperação do povo soviético com povos de outros países para libertá-los da opressão e prestar ajuda militar durante a Segunda Guerra. Ele denunciou as tentativas diplomáticas frustradas de cooperação com o povo da Finlândia, por culpa da burguesia dirigente, e a sabotagem estrangeira (Molotov, 1940).

Em 1941, após a Alemanha romper o tratado de não agressão e declarar guerra à URSS, Molotov foi a público e expôs a situação conforme a enxergava. A justificativa alemã para o ataque era de que havia uma grande concentração do Exército Vermelho nas fronteiras orientais da Alemanha. A União Soviética não havia descumprido o tratado, mas agora tinha a possibilidade de reagir. Nas palavras de Molotov:

Esta não é a primeira vez que nosso povo teve de enfrentar o ataque de um inimigo arrogante. Na época da invasão de Napoleão à Rússia, a resposta de nosso povo foi a guerra pela pátria, e Napoleão sofreu a derrota e encontrou seu destino. Será o mesmo com Hitler, que, em sua arrogância, proclamou uma nova cruzada contra nosso país. O Exército Vermelho e todo o nosso povo travarão novamente a guerra vitoriosa pela pátria, por nosso país, pela honra, pela liberdade. (Molotov, 2008, p. 5)

De 1942 em diante, Molotov levava ao povo informações sobre as atrocidades cometidas pela Alemanha hitlerista na Grande Guerra Patriótica (Molotov, 1942). Ele também explicava questões geopolíticas em seus discursos e reuniões, tendo, inclusive, uma participação fundamental na Conferência de Moscou de 1943 (Watson, 1996). Molotov firmou acordos de ajuda mútua com o Reino Unido e com os Estados Unidos, participando, também, das conferências dos aliados em Teerã (1943), Yalta (1945) e Potsdam (1945) (Wilson Center Digital Archive, 2025).

Após sua participação fundamental para a vitória soviética, Molotov fez profundas análises sobre como o conflito traria consequências para a política mundial, tecendo seus argumentos a partir da análise de classes e do imperialismo capitalista. Entretanto, com a morte de Stalin, em 1953, e o processo de desestalinização do partido iniciado por Nikita Krushev, Molotov foi destituído de seu cargo em 1957 e nomeado Embaixador da Mongólia. Entre 1960 e 1962, foi Embaixador da Comissão Internacional de Energia Atômica e, mesmo após todo o seu trabalho e relevância, acabou sendo expulso do partido, sendo readmitido somente em 1984. Em seus últimos momentos de vida, Molotov gostava de conversar sobre críticas às gestões da URSS e sobre os princípios do socialismo.

Como ser humano “fora da política”, Molotov era apaixonado por esportes, literatura, música e arte, sendo um bom violinista. Gostava de cinema, teatro, ópera e concertos, e seu autor russo favorito era Gorki. Ele adorava crianças, que o adoravam em retorno, e frequentemente visitava o acampamento de férias “Artek”. Molotov também recebia grupos de infantes em sua *datcha*, onde se divertia com elas, cantava, jogava e ouvia suas histórias

e seus sonhos. Nascido sob o governo do czar Alexandre III, Vyacheslav Mikhailovich Scriabin Molotov faleceu um dia após o 69º aniversário da Revolução Russa, durante o governo de Gorbachev.

Em seu funeral, foi dito que era a despedida do “último companheiro de armas de Lênin” (Chuev, 1973).

“A situação internacional e a política exterior do governo da URSS”: discurso de Molotov (Molotov, 1955)

Ao exercer seu papel como Comissário do Povo das Relações Exteriores, Molotov fez profundas análises sobre o legado deixado pela Grande Guerra Patriótica para a geopolítica mundial. O discurso de Vyacheslav Molotov proferido no dia 8 de fevereiro de 1955 divide-se em cinco partes principais e se inicia lembrando que se passaram dez anos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Ele destaca que, após a vitoriosa revolução de outubro de 1917, a União Soviética atravessou um período de aproximadamente 25 anos cercada por nações e políticas capitalistas hostis. Vamos agora analisar em mais detalhes cada uma das partes desse discurso.

1) As modificações na situação mundial

O resultado da Primeira Guerra Mundial foi o estabelecimento da URSS, e a consequência mais importante da Segunda Guerra Mundial foi a formação de uma comunidade de países socialistas, em paralelo à comunidade capitalista. Essa vitória da democracia, nas palavras de Molotov, ocorreu após a derrota do fascismo, que só foi possível devido à contribuição da URSS, por meio do heroísmo de seu povo e do Exército Vermelho. Assim, após a vitória na Grande Guerra Patriótica, outras revoluções de caráter socialista ocorreram em vários países ao redor do mundo, fruto da união, do desejo e da ação de todas as forças trabalhadoras de cada uma dessas nações. Essa comunidade socialista acabou removendo a URSS de seu isolamento internacional, derrotando o capitalismo exploratório em uma frente mundial ampla, na Europa,

na Ásia, mas com reflexos também na África e nas Américas, ainda que de maneira mais fraca nesses dois últimos cenários.

Nessa direção, era incentivado que esse novo bloco possuísse amplo apoio e ajuda mútua, para conseguir se desenvolver de maneira coletiva e barrar as sanções, os boicotes e as sabotagens dos países imperialistas, que mandavam e desmandavam no mundo capitalista. Como destaque, Molotov menciona a África, que, à altura da confecção de seu discurso de 1955, ainda era explorada colonialmente por nações europeias. A questão africana é um dos pontos brilhantes do discurso de Molotov, pois mantém-se atual, mesmo após a queda do sistema colonialista formal em meados dos anos 1960 e 1970.

Molotov, ademais, encerra a primeira parte de seu discurso lembrando que o grande capital ainda busca regredir os países socialistas ao capitalismo exploratório e destaca que uma das vozes mais enfáticas nesse sentido é a do Primeiro-Ministro inglês da época, Winston Churchill. Molotov conclama os revolucionários a não manterem esperanças sobre as agruras que os aguardam na luta constante contra o grande capital, e que eles não devem esperar “carinhos nem simpatias” dos imperialistas. Ele lembra ainda que essa política de confrontação que o grande capital apresenta às nações socialistas não pode significar outra coisa senão a preparação para uma nova conflagração mundial.

2) Duas orientações na política internacional

Na segunda parte de seu discurso, Molotov destaca as duas orientações gerais da geopolítica de seu tempo: enquanto a URSS atuava mundialmente em favor da paz e da harmonia entre as nações, os Estados Unidos orientavam sua política externa em termos de força e intimidação. Essa é mais uma parte do discurso em que Molotov é previdente, pois mesmo hoje pode-se perceber o mesmo *modus operandi* norte-americano em ação. Molotov destaca, para além de qualquer dúvida, que o campo de atuação da política exterior da União Soviética é o campo da paz.

Como já havia destacado na primeira parte do discurso, o embate do imperialismo capitalista com a comunidade socialista mundial deve resultar em um novo conflito armado de grandes dimensões, destacando ao mesmo tempo

que “nada afeta tanto os destinos de um povo, nada causa tantas dores e sofrimentos como a guerra” (Molotov, 1955, p. 10). Molotov indicou que a União Soviética considerava como sua principal tarefa no cenário mundial consolidar a paz e contribuir para o relaxamento das tensões internacionais. Nesse sentido, Molotov destaca a política norte-americana de construir alianças militares agressivas por todo o mundo, disfarçadas de grupos de defesa mútua.

Molotov segue em sua explicação sobre as duas orientações de política internacional, ao mencionar as propostas soviéticas de acordos com os Estados Unidos, a França e a Inglaterra contra a remilitarização da Alemanha (um desejo do próprio povo alemão, que vivia o luto e as consequências de duas grandes guerras inter-imperialistas) e a proposta de uma convenção mundial para a redução dos armamentos. Mas ele destaca, após uma análise cuidadosa dos pontos de convergência e divergência na discussão dessa proposta, que os países capitalistas mais agressivos estão sempre, de maneira copiosa, opondo-se às iniciativas soviéticas de reduzir as tensões internacionais.

Na Indochina, por exemplo, havia um significativo processo agressivo dos países imperialistas contra os povos laocianos, cambojanos e vietnamitas. Com uma postura voltada para denunciar as tentativas imperialistas de abalar a paz, o assunto foi abordado na Conferência de Genebra. Molotov dá, então, os créditos dessa conquista ao povo e aos dirigentes do Vietnã, mas denuncia a posição tomada pelos Estados Unidos. O governo ianque chegou a realizar sua própria conferência em Manila para a “defesa coletiva do sudeste asiático”, que era outro nome para a continuidade da política de agressão norte-americana.

Outro exemplo destacado por Molotov é o caso da ilha de Taiwan. Segundo o autor, a soberania chinesa sobre a ilha de Taiwan (e outras ilhas menores) foi estabelecida ainda em 1945, como resultado das declarações de Cairo (1943) e de Potsdam (1945). Contudo, mesmo sendo signatários dessas declarações, os Estados Unidos utilizam seu poder militar para manter um constante clima de hostilidade entre as populações da China continental e, em particular, de Taiwan, onde começaram a apoiar a dissidência de Chiang Kai-Shek com dinheiro e armas contra o governo chinês continental.²

2 Atitudes que conduzem até hoje, ainda que “oficialmente” não reconheçam Taiwan como Estado independente.

Mais uma vez é possível observar como, a exemplo do ditado popular “o mundo mudou muito para permanecer do mesmo jeito” (Molotov, 1955, p. 11), as tensões entre a China continental e a ilha de Taiwan continuam grandes, e a todo momento tem-se a sensação de que uma guerra é iminente entre os exércitos da República Popular da China e da ilha rebelde. Naquele longínquo ano de 1955, Molotov deixava claro em seu discurso que a posição soviética era a de soberania chinesa sobre sua província de Taiwan e de que as ameaças norte-americanas de conflito em torno dessa questão deveriam ser condenadas pela Organização das Nações Unidas, se esta realmente pretendesse ser respeitada mundialmente.

Mais adiante, Molotov volta a destacar que os esforços de remilitarização da Alemanha, empreendidos pelas potências imperialistas ocidentais após 1945, iam contra os acordos de pós-guerra estabelecidos pela União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra. A função da mídia propagandista dos grandes jornais burgueses e das emissoras de televisão à época foi a de aumentar o pânico geral, estabelecendo as necessidades irrealis de manutenção da militarização e da política de agressão ocidental frente ao bloco socialista.

3) A luta da União Soviética pela paz, por garantir a segurança coletiva

Na terceira parte de seu discurso, Molotov apresenta as ameaças e as garantias à paz mundial segundo a visão soviética de 1955. O texto começa destacando as propostas de Moscou de estabelecimento de uma estrutura de segurança europeia que envolvia todas as nações do continente, independentemente de suas constituições políticas e sociais. Entretanto, o autor observa a resistência dos países capitalistas, que afirmam que dispositivos de segurança podem ser implementados apenas entre os membros capitalistas da Europa, participantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Por sua vez, a URSS propõe uma estrutura ampla, que não opusesse os países entre si em função de seus sistemas econômicos e de governo. Assim, diante das ameaças militares de organizações de segurança de nações capitalistas, a sociedade de países socialistas não intentava ficar de braços cruzados. Ainda que não pretendam formar alianças militares, planejam organizar em conjunto suas

tropas no caso de uma eventual agressão contra algum país da comunidade democrática. Destaca-se a Alemanha Ocidental já militarizada, seguindo a direção de ingressar na Otan. Na época do discurso, Molotov ressaltava que alguns acordos nessa área já estavam sendo costurados.

Durante grande parte desse capítulo do discurso, Molotov empenhava-se em destacar o então estado de negociações e as relações amigáveis da URSS com vários países vizinhos, como Irã, Afeganistão, Japão e Índia. O autor também destacava o esforço contínuo da classe política dos Estados Unidos para legislar regras que dificultassem o comércio da URSS com nações capitalistas sobre as quais os Estados Unidos exercem influência, como Chile, Dinamarca e Itália, entre outras. Entretanto, Molotov sublinhava que tais esforços revelam-se infrutíferos, pois o comércio da URSS com as nações capitalistas ocidentais estava indo muito bem. Vale ressaltar que, até os dias atuais, no contexto do conflito na Ucrânia, os Estados Unidos continuam a aplicar o mesmo expediente de pressões econômicas diretas sobre Moscou e seus aliados, além de tentarem pressionar, de maneira indireta, os países do Ocidente a não negociarem nem comercializarem com a Rússia. Assim, pode-se concluir que, embora os tempos passem e os governos mudem, a vontade norte-americana de derrotar o povo russo permanece renovada.

Molotov conclui essa seção destacando a disposição soviética de realizar comércio com todas as nações do mundo, independentemente de suas orientações políticas e sociais. Ele afirmava que essa cooperação entre os sistemas socialista e capitalista representava o que de melhor poderia ser desejado no cenário global daquela época, enfatizando o desejo da URSS de promover uma relação pacífica e mutuamente benéfica com todos os países, sem discriminação ideológica.

4) A política agressiva dos Estados Unidos da América constitui ameaça para a paz

Na quarta parte do discurso, Vyacheslav Molotov aprofundou sua análise sobre as políticas agressivas dos Estados Unidos e de seus aliados na Otan. Inicialmente, ele observou que, além das discriminações econômicas, os

imperialistas associam uma série de iniciativas militares de intimidação, investindo substancialmente em uma corrida armamentista e na instalação de bases militares ao redor do mundo, com o intuito de cercar a União Soviética e a China, bem como outros países de orientação socialista. Molotov, contudo, alertou para o perigo iminente da corrida armamentista iniciada pelos países imperialistas, um fenômeno que não poderia ser subestimado.

Neste trecho, Molotov não apenas oferece uma visão abrangente sobre os problemas mais prementes da geopolítica de sua época, mas também demonstra um profundo senso de observação ao identificar questões que perdurariam nas relações internacionais, muitas das quais continuam a se manifestar até os dias atuais. Nesse contexto, destaca-se a criação da Otan, que na época era composta por catorze países. Atualmente, a aliança já inclui mais de trinta nações e, embora a razão original de sua constituição tenha sido superada, continua a se expandir, cercando a atual Federação Russa e a China. Essas iniciativas agressivas são sustentadas pela constante renovação de uma política de medo, direcionada às populações dos países membros da Otan. Tal política de medo justifica para os cidadãos norte-americanos e europeus a possível perda das liberdades individuais e o financiamento de aventuras militares ao redor do mundo, como tem sido observado desde os anos de Molotov.

Entretanto, o autor destaca que o comportamento agressivo por parte dos países imperialistas foi, e continua sendo, motivo de considerável controvérsia entre as populações locais: “aos que nutrem receios, os operadores do grande capital apresentam narrativas amedrontadoras sobre uma suposta ameaça iminente da União Soviética (ou da atual Federação Russa)” (Molotov, 1955, p. 15). Molotov denunciou o desencadeamento da Guerra da Coreia como orquestrado pelo governo de Washington, atribuindo à própria derrota dos democratas nas eleições desse período o reflexo de uma saturação popular em relação a essas aventuras militares.

O autor ainda destaca que, em sua época, a URSS foi capaz de fazer frente a esse comportamento intimidador. Ele salienta, em particular, o desenvolvimento da tecnologia nuclear por parte da União Soviética, e pode-se perceber, com um mínimo de observação, o quanto esse desenvolvimento foi crucial para a URSS.

5) Nossa tarefa principal: fortalecer a paz

Finalmente, na quinta e última parte do discurso, Molotov apontou uma profunda diferença nas mentalidades da URSS e de seus algozes, destacando que a União Soviética assumiu, como um ator internacional de grande relevância, a missão de lutar pela paz e pela coexistência pacífica entre os povos. O autor ressalta que, considerando-se apenas a questão das armas nucleares, a URSS propôs aos Estados Unidos a eliminação desses artefatos e a delimitação da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. Contudo, como sabemos hoje, tais propostas não foram aceitas (e, mesmo que o tivessem sido, deveria haver desconfiança quanto às reais intenções), e o holocausto nuclear continua a ser uma constante nas notícias ao redor do mundo. Por outro lado, o governo soviético reitera que os Estados Unidos e quaisquer agressores devem estar cientes de que a URSS possui a capacidade de defender sua terra, seu povo e suas conquistas.

Molotov conclui seu discurso perguntando: “Mas, afinal de contas, o que propõe a URSS?”. Ele destaca que a resposta deve ser encontrada nos ensinamentos de Lênin, que defendia a coexistência pacífica entre os diversos sistemas políticos do mundo. Apenas essa coexistência pacífica poderá conduzir o mundo ao desenvolvimento, enquanto a imposição de ideias baseada na força só pode levar a uma nova guerra mundial.

Considerações finais: alusão à memória da Grande Guerra Patriótica e o papel atual da Rússia no mundo

Ao concluir este capítulo, é possível refletir sobre a atualidade das palavras de Molotov. Passaram-se setenta anos desde seu discurso de 1955. A URSS já não existe mais, novos países surgiram, e alguns desapareceram. Os sistemas de governo de várias nações mudaram, alterações estas impulsionadas em parte por desejos populares genuínos e, em parte, por interesses de outras nações mais poderosas. No entanto, é possível observar que as mesmas problemáticas do período da Guerra Fria persistem na política internacional. Se nos anos 1950 falava-se sobre a pressão norte-americana sobre a União Soviética e seu povo, hoje se observa uma pressão ainda maior sobre a Federação Russa.

Mesmo com o fim da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, que podem ser considerados o *casus belli* para a criação da Otan, a organização continua existindo. E, como se isso não fosse suficiente, a presença das bases da Otan nas fronteiras da Federação Russa permanece intensa, de forma semelhante à descrição de Molotov há quase um século. No entanto, se o fim do sistema socialista na URSS não resultou no término da “inimizade” entre os países liderados pelos Estados Unidos e a Federação Russa, quais seriam as razões para isso? Talvez a resposta resida nas vastas riquezas naturais desse imenso país ou até mesmo em um sentimento revanchista, de tentar derrotar um povo que, mesmo estando em uma área ampla e de difícil defesa, sempre soube sobreviver e se reinventar diante de ataques de potências estrangeiras.

É claro que as respostas a essa pergunta não são triviais, mas, para nos atermos ao discurso de Molotov, é inegável a genialidade do político soviético ao descrever a situação geopolítica mundial de maneira tão visionária e abrangente.

De forma complementar, é para nós, demais povos do mundo, uma grande lição de resiliência e de fé que nos ofereceu esse povo extraordinário, o povo russo! A Rússia, aliás, que ao longo de toda a sua história atuou sempre como o fiel da balança entre a civilização e as aventuras militaristas de mongóis, suecos, franceses, alemães, norte-americanos... No passado, a luta pela hegemonia mundial travada pelos Estados Unidos utilizou-se de um antagonismo visceral à ideologia soviética da mesma forma que hoje se utiliza de um antagonismo visceral às políticas soberanas empreendidas pela Rússia de Putin.

No mais, a exploração denunciada por Molotov de países com vastas riquezas naturais, mas marcados por expressivos níveis de pobreza, como nos continentes africano, americano e asiático, continua perfeitamente funcional ao imperialismo capitalista. Recursos são extraídos e povos são reprimidos sob a falsa bandeira de paz, liberdade e prosperidade. Por sua vez, a militarização crescente da Otan e a ascensão de movimentos de extrema-direita na Europa são consequência dos desdobramentos políticos internacionais promovidos pelo Ocidente no pós-Guerra Fria. Ora, o incentivo a uma visão unilateral e enviesada quanto à manutenção do papel hegemônico dos Estados Unidos no mundo reflete um completo desrespeito à diversidade civilizacional e política existente em nosso planeta.

Por fim, o legado da vitória soviética na Grande Guerra Patriótica é, entre outros aspectos, a motivação principal por trás das ações de política doméstica e externa da atual Federação Russa, que, graças a suas riquezas, sua população, seu poderio militar e seus recursos naturais abundantes, precisa novamente se defender das potências imperialistas ocidentais, que tentam a todo custo manter sua hegemonia no mundo.

Referências

- Chuev, F. I. (Ed.). (1973). *Molotov remembers: Inside Kremlin politics. Conversations with Felix Chuev.* (pp. 227, 418-419). Ivan R. Dee.
- Coates, W. P., & Coates, Z. K. (1941). *A biographical sketch of V. M. Molotov.* Lawrence and Wishart Ltd.
- Molotov, V. M. (1940). *Soviet peace policy: Four speeches by V. Molotov.* Lawrence and Wishart Ltd.
- Molotov, V. M. (1942). *The Molotov notes on German atrocities.* H. M. Stationery Off.
- Molotov, V. M. (1955, jul.). A situação internacional e a política exterior do governo da URSS. *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política*, (68). <https://www.marxists.org/portugues/molotov/1955/02/08.htm>
- Molotov, V. M. (2008, 26 ago.). Reaction to the german invasion of 1941. *Historical Resources about the Second World War.* <http://www.historicalresources.org/2008/08/26/molotov-reaction-to-german-invasion-of-1941/>
- Opera Mundi. (2024, 23 de agosto). *85 anos do Pacto Ribbentrop-Molotov, 1939: o polêmico acordo de Stalin com Hitler – Breno Altman* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=ca-aGSHO8rg>
- Watson, D. (1996). *Molotov and the Moscow Conference, October 1943.* Centre for Russian and East European Studies, The University of Birmingham.
- Wilson Center Digital Archive (2025). *Vyacheslav Mikhaylovich Molotov.* <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/people/molotov-vyacheslav-mikhaylovich>



Figura 5.1 – Fotografia recortada do ministro das Relações Exteriores soviético, Vyacheslav Molotov.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 5.2 – Stalin gesticula ao seu ministro das Relações Exteriores Molotov em Yalta, Crimeia, Rússia.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 5.3 – Deputados da 1ª convocação do Soviete Supremo da URSS (Câmara dos Povos). Na primeira fila [da esquerda pra direita] estão os líderes da União Soviética: Beria, Mikoyan, Andreev, **Molotov**, Kalinin, Voroshilov, Stalin, Kaganovich, Yezhov, Zhdanov.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

6. “Nem tão amigos que não possam ser inimigos”: o Brasil entre a “boa vizinhança” de Roosevelt e as ambições do Terceiro Reich

Danilo Thomaz

Introdução

“Inimigos? Não sei se os tenho. Mas se os tiver não serão jamais tão inimigos hoje que não possam vir a ser amigos amanhã.” Não se sabe se essa declaração foi dada com um charuto entre os dedos ou pressionado pelos dentes. Tampouco se a transcrição é literal. De todo modo, o significado é real e sintetiza o modo de fazer política de Getúlio Dornelles Vargas (1881-1954), o autor da frase e o homem que mais tempo governou o Brasil. Ao longo dos 19 anos em que esteve no poder – entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954 –, Vargas consagrou um modo de fazer política baseado na administração de interesses contraditórios visando, grosso modo, o desenvolvimento do Estado burocrático brasileiro, da indústria nacional, da sua burguesia e da classe trabalhadora urbana.

Esse modo de fazer política – o qual, aliás, configura um jeito brasileiro de fazer política – não se circunscreveu, porém, ao território e às disputas nacionais, tendo nisso o *modus operandi* de Vargas na política externa. Em especial no período da Segunda Guerra Mundial. Uma época na qual o Brasil, potência média ascendente na América Latina, foi o centro da disputa entre as duas nações que pleiteavam a hegemonia mundial. De um lado, o império ascendente, os Estados Unidos, em processo de reconstrução por meio do *New Deal* do democrata Franklin Delano Roosevelt, que procuravam firmar, de maneira amigável, a condição de subalternidade do Brasil e dos demais países

latino-americanos. Do outro lado do Atlântico Norte, um império arruinado buscava reerguer-se, sob a liderança de Adolf Hitler, e fazer dos países periféricos, que então viviam sob forte influência do Reino Unido e dos Estados Unidos, um mercado para seus produtos industriais, reforçando a condição subalterna, do ponto de vista econômico, que marca o Brasil e a América Latina desde o século XIX.

Aquele mundo de 1930, porém, não era o mesmo do período de 1870 a 1914, quando os Estados Unidos, a França, a recém-criada Alemanha, a Itália e o Japão, tendo desenvolvido suas indústrias, entraram na disputa pelo comércio global com o império britânico, que dominava a América Latina. A alta valorização dos produtos agrícolas, como o café, no caso brasileiro, e o fechamento dos mercados durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918) haviam desenhado uma nova periferia, que, se não deixava de estar em condição subalterna perante o Reino Unido e os impérios ascendentes, tampouco era meramente o vasto território agrário, oligárquico e semicapitalista do século XIX. O Brasil entrava naquele mundo em ruínas dos anos 1930 com uma indústria de transformação em desenvolvimento, classes sociais modernas em ascensão e forte processo de urbanização. Essas mudanças traziam consigo todas as demandas que advêm do processo de revolução capitalista, desde medidas protecionistas para a indústria nacional até a criação de uma legislação trabalhista que não apenas garantisse direitos aos trabalhadores, mas permitisse a eles fazer parte do mercado de consumo interno, tornando-se, assim, parte do desenvolvimento nacional.

Neste capítulo, vamos analisar de que maneira as transformações que se intensificam no país a partir da crise de 1929 determinaram seu comportamento pendular durante a Segunda Guerra. Para tanto, faremos uma análise histórico-estruturalista, analisando o modo de inserção do país na divisão internacional do trabalho, as transformações de sua economia e o comportamento dos atores político-econômicos no período de 1930 a 1945 para explicar a posição ambígua do governo brasileiro nos primeiros anos da Segunda Guerra, antes de enviar as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, junto dos soldados norte-americanos.

Na primeira parte, analisaremos brevemente o modo de inserção subordinada do Brasil a partir da ascensão do café e o desenvolvimento da indústria

e das classes sociais ao longo da Primeira República (1889-1930). Em seguida, trataremos do impacto da Crise de 1929 sobre a aliança de classes que sustentava o governo de Washington Luís, o último governo liberal-oligárquico da Primeira República, e sobre a aliança que sustentou o processo de transformação da economia e do Estado no governo de Getúlio Vargas. Na sequência, analisaremos as transformações da economia e do Estado nos Estados Unidos e na Alemanha e seu impacto na divisão internacional do trabalho. Por último, analisaremos como as mudanças empreendidas por Vargas determinaram a posição do governo nacional frente à Segunda Guerra.

O nascimento de uma nação periférica (1870-1929)

Até a década de 1870, dado o relativo atraso industrial da França, da Alemanha e dos Estados Unidos frente à Inglaterra, prevaleceu uma determinada realidade econômica em âmbito internacional, pautada no livre-comércio. Com o avanço dessas novas potências a partir do governo de Napoleão III, da Guerra Civil americana (1861-65) e da “modernização conservadora” (Moore Jr, 2000) de Bismarck, há uma alteração na correlação de forças internacionais. Como afirma Luxemburgo,

O ponto de vista puro da troca de mercadorias, de que provinha a ilusão livre-cambista da harmonia de interesses no mercado mundial, foi abandonado tão logo o grande capital da indústria arraigou-se o suficiente nos países mais importantes do continente europeu, para pensar em suas condições de acumulação. Essas, porém, colocavam em primeiro plano, frente à reciprocidade de interesses dos estados capitalistas, seus antagonismos e a competição na luta pela conquista do meio não capitalista. (Luxemburgo, 2021, p. 451)

O protecionismo começa a se tornar a política de Estado das economias capitalistas centrais e industrializadas nas décadas finais do século XIX (Luxemburgo, 2021, p. 451). É justamente nesse momento que se estabelece a divisão desigual, que terá graves repercussões no século XX, entre os

Estados Unidos, a Grã-Bretanha e os principais países da Europa Ocidental e a América Latina. Ante uma conjuntura na qual os termos de troca entre produtos industrializados e matérias-primas eram inicialmente favoráveis aos países da América Latina (Prebisch, 1949), como mostra a Tabela 6.1, as nações industrializadas fecharam suas economias, em defesa de seu desenvolvimento industrial, e as nações latino-americanas mantiveram-nas abertas, como receptoras dessas mercadorias, configurando, assim, sua posição subordinada na divisão do trabalho internacional.

Tabela 6.1 – Relação entre os prêmios de produtos primários e artigos de produtos finais da indústria – Preços médios de importação e exportação, respectivamente (1876-1880 = 100)

1881-1885	102,4
1886-1890	96,3
1891-1895	90,1
1896-1900	87,1

Fonte: Prebisch (1949).

Isso não significa, porém, que países como o Brasil e a Argentina não tenham se beneficiado de sua posição subordinada. Não apenas pela alta demanda e pelo preço externo dos produtos que exportavam – o café, no caso brasileiro, e a carne, a lã e o algodão, no caso argentino –, mas também por se configurarem em mercados de consumo potenciais para os países centrais, que, por isso, realizaram investimentos em infraestrutura, propiciando um processo de desenvolvimento capitalista nesses países.

Além disso, o próprio excedente gerado pelos produtos comercializados no exterior permitiu o avanço industrial e urbano desses países, além de menor dependência do Reino Unido como credor, já no século XIX. No caso brasileiro, objeto de nosso artigo, ocorre um surto industrial que marcou a última década do Império. Nos anos 1880, o número de empresas industriais mais que triplicou (Prado Junior, 1961), superando as seiscentas. O governo do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano do Brasil,

buscou utilizar o setor bancário e financeiro como alavanca para induzir o crescimento do setor por meio de uma nova regulamentação para a emissão de moeda, de forma a resolver a falta de papel circulante.

Desse modo, lastreou a emissão de dinheiro aos papéis da dívida pública, de forma conversível. A medida, assim, resolveria o problema da falta de liquidez de moeda, do financiamento da indústria e da dívida. Entretanto, a pressão política das oligarquias e do setor bancário-financeiro por mais bancos emissores e pela autorização pela emissão lastreada a ouro, sem a possibilidade de conversão, como no Império, fez o intento industrializante fracassar. Em vez de o setor bancário-financeiro estimular a produção, o que fez foi criar empresas apenas para fins especulativos. Esse excesso levou ao estouro de uma “bolha”, a uma quebraadeira econômica e a uma crise inflacionária ante o excesso de papel-dinheiro circulante.

O episódio ficou conhecido como “encilhamento”¹ e marcou a vitória dos setores agrário e financeiro sobre o setor industrial e produtivo. No governo Rodrigues Alves (1902-06), teve início uma reversão dessa hegemonia, com a adoção de medidas industrializantes por meio das divisas do café. O “Plano de Valorização do Café” (1906), criado por Augusto Ramos, “visava produzir mais riqueza no Brasil a partir do café” (Caldeira, 2017, p. 486), segundo o próprio formulador, e auxiliar o crescimento industrial por meio da estabilização de uma taxa de câmbio competitiva, a grande questão do país ao longo da Primeira República.

Essa mudança na tendência agrário-liberal é decorrente do próprio fortalecimento da indústria nacional. O primeiro Censo Industrial, de 1907, mostra que havia no país 3.258 estabelecimentos industriais e 150.841 operários empregados (Prado Júnior, 1961). Com o fechamento dos mercados, na Primeira Guerra, a indústria ganha, de fato, maior presença na economia nacional. O Censo de 1920 mostra um aumento de 9,4 mil para 13,3 mil indústrias em comparação a 1912. Desse total, 5.936 são fundadas entre 1915 e 1919 (Prado Júnior, 1961). Já na comparação com o levantamento de 1907, o número de operários quase dobrou, chegando a 275.512 (Prado Júnior, 1961).

1 O termo faz referência ao ato de “encilhar”, ou seja, à prática de preparar um cavalo para ser montado.

Essa mudança na economia levou a um realinhamento da luta de classes à brasileira, com a ascensão da classe industrial como um ator de peso, ainda que em posição de inferioridade em comparação com as oligarquias agrário-exportadoras, e das classes operárias urbanas, que passam a realizar greves, como a histórica Greve Geral de São Paulo em 1917. Em 5 de julho de 1922, entram em cena novos atores, fruto desse Brasil em processo de industrialização e urbanização, que já não toleravam mais o domínio das oligarquias agrárias. Trata-se dos setores médios e militares, no movimento que ficaria conhecido como “Levante dos 18 do Forte de Copacabana”, número hipotético de rebeldes resistentes, uma vez que o levante fora censurado na imprensa. Mesmo reprimido pelo governo Arthur Bernardes (1922-26), representante das oligarquias agrárias, o movimento acabaria identificado como primeiro movimento militar e civil a unir diferentes setores urbanos em defesa da modernização do país, inspirando outros movimentos, como a Revolução de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes.

A pressão dos setores médios e populares vai se encontrar, no final da década de 1920, com a quebra da Bolsa de Nova York, que derruba o preço dos produtos agrícolas, incluindo o café, e rompe com a frágil hegemonia do setor oligárquico-agrário no poder, que buscou, no governo de Washington Luís, adotar medidas em prol do desenvolvimento industrial, como a desvalorização cambial. Após o grave período de crise atravessado no governo Arthur Bernardes, sobretudo em decorrência da valorização cambial, o setor industrial, fortalecido politicamente, fez valer sua voz no governo de seu sucessor, Washington Luís, que tem como ministro da Fazenda Getúlio Vargas e adota uma política de desvalorização e estabilização da moeda nacional. Com a decadência da “economia do café”, o movimento industrialista e de modernização do Estado e das relações sociais, que veio num crescente ao longo das primeiras décadas do século XX, encontra sua oportunidade histórica, dando início a um novo projeto político e econômico.

A Revolução de 1930 e o Brasil que sonha ser soberano

A Revolução de 1930 levou ao poder uma coalizão heterogênea, civil e militar, que constituiu um “Estado de compromisso” (Fausto, 1969) visando a

constituição de um Estado nacional moderno, uma economia industrial e uma sociedade do trabalho, políticas afins às demandas pleiteadas nos protestos dos anos 1920. Trata-se de um “Estado de compromisso” porque as novas classes que ascendem com a Revolução de 1930 não têm, ainda, peso suficiente para se impor como frações hegemônicas. Ante esse compromisso se unem, além de setores da oligarquia e das Forças Armadas, “frações da burguesia”, com destaque para a industrial, parte das classes médias e dos trabalhadores urbanos (Fausto, 1969). As duas últimas classes mantêm, todavia, uma posição subordinada em relação à burguesia industrial.

Esse “Estado de Compromisso”, que se consolidaria a partir do golpe de 1937, dá início a um consenso relativo em torno do desenvolvimento industrial brasileiro. É consenso porque, a partir de 1930, já não se contesta mais a ideia de que o país necessita de uma indústria nacional, e o próprio Estado passa a atuar ora como criador, ora como criatura dessa nova forma dominante de acumulação. É relativo porque, ao mesmo tempo, a própria evolução do processo industrial e produtivo do Brasil gera fissuras nessa corrente que chamaremos aqui de desenvolvimentista, conforme a definição de Bielschowsky:

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (Bielschowsky, 2007, pp. 18-19)

O governo Vargas vai atuar justamente nesse consenso estabelecido. Em seu governo, promove a centralização do Estado brasileiro, marcadamente federativo na Primeira República, e promove também a intervenção estatal

na economia e a transferência das decisões econômicas relevantes para a esfera do governo federal (Nunes, 2003). Além disso, o governo promove uma centralização política, que também se contrapõe ao poder oligárquico e regionalista da Primeira República, a reforma administrativa, a racionalização e a modernização do aparelho de Estado, por meio do corte de despesas e a criação de novos ministérios, como o do Trabalho. Além disso, a criação de vários outros ministérios e de dezenas de agências “produziu milhares de empregos para indivíduos de classe média, advogados, burocratas e intelectuais, contribuindo para ampliar a presença do Estado na vida nacional” (Nunes, 2003, p. 53).

Em novembro de 1937, ocorre o golpe que implanta o Estado Novo, uma ditadura de caráter nacionalista e corporativista, com a qual o governo de Getúlio Vargas consegue sedimentar as bases de um Estado criador do modo capitalista de acumulação. Trata-se de um Estado centralizador, mediador das relações entre capital e trabalho e dos conflitos entre as frações capitalistas/dominantes. Um Estado que visa operar como estabilizador, planejador e indutor das perspectivas e demandas econômicas. É nesse momento também que se sedimenta o “compromisso de 37” (Marini, 2000), ou seja, o pacto iniciado no período anterior do governo Vargas, com o fortalecimento da burguesia industrial e das classes a ela associadas.

Em 1938, o governo instituiu o Departamento de Administração do Serviço Público, o Dasp, que buscou criar “uma burocracia insulada” (Nunes, 2003, p. 35), que deveria atuar como formuladora de políticas no novo Estado brasileiro, contribuindo para sua centralização. Nesse período há também uma profunda transformação no Estado brasileiro, de modo a propiciar a acumulação capitalista do setor produtivo, por meio da criação de uma série de indústrias e serviços pertencentes ao Estado. Entre elas, destacam-se: a Fábrica Nacional de Motores, manufaturas militares e indústrias, serviços e autarquias ligados à infraestrutura e às telecomunicações, como os Correios e a Companhia Siderúrgica Nacional, marco da siderurgia moderna brasileira, fruto da ação nacional nos anos da guerra.²

2 A lista completa pode ser vista em Nunes, 2003, p. 60.

Tabela 6.2 – Crescimento da manufatura, siderurgia e energia 1939 = 100

Segmento	1939	1945	%
Manufaturas (geral)	100	138,4	38,4%
Siderurgia	100	169,1	69,1%
Energia	100	153	53%

Fonte: Ipea, 1978.

Antes, porém, de analisarmos a postura do governo brasileiro entre 1939 e 1945, vamos, a título de contextualização, fazer uma breve análise do cenário político e econômico dos Estados Unidos e da Alemanha a partir de 1929.

O New Deal de Roosevelt: a nova face do imperialismo norte-americano

Com a crise de 1929, chegam ao fim os “anos loucos” da prosperidade norte-americana da década de 1920. O país vive o seu primeiro desastre coletivo desde a Guerra Civil (1861-1865), que leva à eleição, em 1932, do democrata Franklin Delano Roosevelt, ex-governador do Estado de Nova York, figura popular, de forte comunicação direta com o povo por meio do rádio, mídia ascendente à época. Herdando uma nação solapada por quatro anos de uma depressão econômica, Roosevelt dá início a uma série de medidas que viriam a ser conhecidas como o *New Deal*. A sua agenda “se baseava na ideia de que era necessário um planejamento governamental para a recuperação” (Lepore, 2019, p. 485), uma novidade na história dos Estados Unidos, e “que a solução para a depressão era o gasto público” (Lepore, 2019, p. 485), de forma a estimular a economia por meio de investimentos, gerando empregos e, assim, estimulando o consumo.

O contexto da crise o favoreceu. A gravidade e a longevidade da Depressão fazia com que muitos norte-americanos acreditassem “que seria necessário

que o novo presidente adotasse poderes de um ditador, para evitar que o Congresso obstruísse pautas” (Lepore, 2019, p. 481). Além disso, o liberalismo estava em completa desmoralização, em decorrência da crise de 1929, da Depressão, além da resposta rápida e positiva do governo de Hitler à crise alemã (Lepore, 2019, p. 481; Hobsbawn, 1995) e da industrialização soviética. Esses dois últimos fatores trouxeram ao mundo uma alternativa política à crise do liberalismo. Assim, a proposta de um Estado indutor, regulador e planejador da economia tornou-se, no contexto dos Estados Unidos, um meio de preservação da democracia liberal. Como se diz na adaptação de *O leopardo*, do autor italiano Giuseppe de Lampedusa, “é preciso que tudo mude para que continue como está”.

Esses fatores se somavam à popularidade de Roosevelt, fortalecendo-o junto às classes trabalhadora e média, ambas espoliadas pela quebra da economia. Desse modo, o presidente democrata conseguiu criar uma base política e ideológica para enfrentar a oposição republicana no Congresso, os empresários habituados ao *laissez-faire* e a Suprema Corte, também opositora do *New Deal* e dos trabalhadores. Assim, Roosevelt deu início a reformas que não apenas recuperaram a economia, mas representaram uma terceira refundação do país, após a Independência (1776) e a Reconstrução pós-Guerra Civil. Entre as reformas empreendidas estão a do setor bancário e financeiro, como a Lei Glass-Steagall, que proibia “qualquer banco que recebesse depósitos de clientes de também subscrever ou vender qualquer tipo de título financeiro” (Ferguson, 2013, p. 35). Já o “Securities Act de 1933 e o Securities Exchange Act de 1934 exigiram ampla transparência financeira de empresas negociadas em bolsa e bancos de investimentos, e criaram a Securities and Exchange Commission (SEC) para policiá-los” (Ferguson, 2013, p. 35).

Além disso, o presidente transformou em lei uma série de demandas trabalhistas e sociais que vinham desde o início do século XX. Em 1935, foi aprovada a Lei Nacional das Relações de Trabalho, garantindo o direito de organização dos trabalhadores “e instituindo a Agência do Progresso Público (WPA, sigla em inglês para Work Progress Administration), que contratou milhões de pessoas para construir estradas, escolas e hospitais, bem como escritores e artistas” (Lepore, 2019, p. 486). No mesmo ano, fora criada e aprovada a Lei de Seguridade Social, que “estabelecia a criação de pensões,

da assistência do governo federal para famílias sem pais, e do seguro-desemprego” (Lepore, 2019, p. 486).

Outra vitória obtida foi em relação à alíquota de impostos. Se, na chamada Era Progressista (1896-1916), a Suprema Corte chegou a considerar um Imposto de Renda federal como inconstitucional, nos anos Roosevelt, conseguiu-se ampliar o teto das alíquotas de imposto de renda em quase 50%, passando de 63% (1935) para 94% (1944-45). Já as alíquotas dos lucros do setor corporativo em relação ao PIB saíram de 0,5% em 1934 para mais de 7% em 1945. O forte crescimento econômico após as medidas – 10,8% (1934), 8,9% (1935) e 12,9% (1936) – e do emprego formal o reelegeram para um segundo mandato em 1937, quando o país cresceu 5,1%. A segurança no desempenho econômico, todavia, levou o governo a retirar algumas medidas de estímulo, e o PIB caiu mais de 3% no ano seguinte.

Isso, no entanto, não abalou o governo. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o esforço da economia de guerra, até então o maior já empreendido pela história humana (Hobsbawm, 1995), deu um novo impulso à economia norte-americana. “Entre 1940 e 1945, os americanos produziram 300 mil aviões militares, 86 mil tanques, 3 milhões de metralhadoras e 71 navios de guerra” (Lepore, 2019, p. 538). O crescimento agrícola foi na ordem de 25%. Os suprimentos agrários abasteciam as forças norte-americanas e “a Inglaterra, a França, a União Soviética, a China e outros aliados” (Lepore, 2019, p. 538). Em 1944, o país produziu 12 milhões de toneladas de grãos a mais que em 1939.

Nesse período, tem início também a configuração de uma nova forma de Estado norte-americano. Como afirma Poulantzas, em um mesmo Estado subsistem diferentes tipos de Estado inerentes a diferentes modos de produção, capitalistas ou não, nos quais uma determinada forma-Estado torna-se a dominante. A partir do *New Deal* e, com maior preponderância, a partir de 1939, compreende-se que o capitalismo “monopolista de Estado” – baseado na forte intervenção, indução e regulação estatal – torna-se a forma dominante nos Estados Unidos. Nesse período, o orçamento federal cresceu “de 9 bilhões de dólares em 1939 para 100 bilhões em 1945. Entre 1941 e 1946, o governo federal gastou mais do que 1789 até 1941. Em 1939, menos de 2% da receita do país ia para a guerra; em 1944, eram 40%” (Lepore, 2019, p. 538).

O Estado administrativo (*The Administration*), eixo do Estado norte-americano, também cresceu em tamanho e poder, com a criação do Pentágono e o aumento da burocracia pública de 950 mil para 3,8 milhões de funcionários (Lepore, 2019, p. 540). Somente as Forças Armadas moviam um contingente de 15 milhões de homens e mulheres. Em 1945, havia 12 milhões de membros ativos ante 300 mil em 1939. Os programas estatais de desenvolvimento científico – incluindo-se a pesquisa para o desenvolvimento da bomba atômica – empregavam 130 mil funcionários. Até o fim da Segunda Guerra, o governo central empregava três de cada quatro físicos do país (Lepore, 2019, p. 540). Assim, Roosevelt reposicionou os Estados Unidos, que, para se tornar uma potência hegemônica e fazer frente ao poderio ascendente do nazifascismo na Europa, necessitava ter presença ideológica, política e econômica na periferia global, em especial na América Latina, onde o Brasil era um ator fundamental. Antes, porém, trataremos da ascensão do nazismo alemão.

A ascensão do nazismo e a retomada do imperialismo alemão

A ascensão do Partido Nacional Socialista da Alemanha, o partido nazista, ao poder, em 1933, foi a resposta da sociedade alemã, pela via autoritária, para recuperar a grandeza que julgava perdida após a derrota na Primeira Guerra (1914-1918) e o Tratado de Versalhes (1919). De acordo com esse tratado, a Alemanha deveria destruir seus armamentos e equipamentos de guerra, parte importante do capital do país, além de abrir mão de territórios para a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, o Japão e a Austrália, vendo o seu império reduzir-se “de 2.915.069 km² para apenas 540.000 km²” (Reis, 2001, apud Couto & Hackl, 2007, p. 314). Essa perda de território significava um prejuízo econômico irreparável, para além da perda óbvia de influência geopolítica.

O mais grave, porém, foi o acordo econômico de reparação pela guerra, que suscitou críticas até mesmo entre os representantes dos países vencedores, como o então Ministro da Guerra do Reino Unido, Winston Churchill, e o economista inglês John Maynard Keynes (Couto & Hackl, 2007). Conforme acordado em 1921, a Alemanha teria de pagar aos países vencedores 24 bilhões de libras esterlinas, o que equivaleria, em dezembro de 2024, a quase 1 trilhão

de libras. O valor, à época, consumiria “anualmente 80% das exportações alemãs” (Couto & Hackl, 2007, p. 315) e era considerado “impagável”. Buscou-se, então, uma redução da dívida e seu pagamento em moeda nacional – cerca de 20 bilhões de marcos alemães, 1/6 do valor proposto pelo Reino Unido. Para os países vitoriosos, por sua vez, não era uma solução atraente receber o pagamento da dívida na moeda alemã, uma vez que ela circulava apenas em seu território, não sendo uma unidade de reserva e troca internacional. Assim, as indenizações teriam de ser pagas pela via da importação de produtos, o que tampouco se configurou numa alternativa menos draconiana, diante da disputa comercial entre as nações europeias no período do entreguerras.

Sem opções, em 1922 a Alemanha suspendeu o pagamento da dívida externa, fazendo acentuar a tendência inflacionária da economia, em decorrência da valorização do dólar, então moeda ascendente no exterior, que levou a uma crise de desconfiança, à desvalorização do marco e ao início da maior escalada inflacionária já vista até então no país. A hiperinflação alemã desorganizou a vida econômica da população e do Estado, com queda nas vendas e na produção e causando aumento do desemprego. Entre setembro e novembro de 1923, o número de desempregados na Alemanha passou de 250 mil para quase 1,5 milhão (Bresciani & Turrone, 1989, apud Couto & Hackl, 2007).

Uma reforma monetária, liderada pelo economista Hjalmar Schacht, ligado à centro-direita e à frente do Reichsbank (o Banco Central alemão),³ substituiu o marco pelo reichsmark, uma nova moeda, atrelada a cédulas hipotecárias. Por meio dela, conseguiu erradicar a hiperinflação, recompor o valor do marco frente ao dólar, ajudar as reservas internacionais, retirar o excesso de moeda de circulação e diminuir o papel das moedas paralelas criadas pelos cidadãos para se proteger da inflação. Ao recuperar a estabilidade monetária, a economia alemã pôde também reativar a produção, impulsionada pelo investimento público.

Entretanto, os problemas do desemprego e da dívida externa persistiram, e se retroalimentaram, com a decisão de Schacht de “pagar as reparações aos governos da Inglaterra, França e países aliados” (Couto & Hackl, 2007, p. 328)

3 O Reichsbank existiu entre 1876 e 1948, tendo sido encerrado nesse ano, junto do reichsmark, e substituído pelo Deutsche Bundesbank.

por meio de uma nova dívida externa, adquirida pela via de empréstimos tomados de particulares dos Estados Unidos. De acordo com o BIS (Bank for International Settlements), “entre 1924 e 1930, a Alemanha recebeu 18 bilhões de reichsmark [a nova moeda alemã] de empréstimos estrangeiros” (Couto & Hackl, 2007, p. 328), dos quais “10,3 bilhões foram usados para pagar as reparações e o restante foi gasto em consumo e investimentos públicos, ou seja, em coisas que não geravam divisas estrangeiras” (Couto & Hackl, 2007, p. 328). Tudo isso, somado ao aumento da produtividade de parte da indústria alemã, agravou o problema do desemprego, que “permaneceu elevado na segunda metade dos anos 1920 (acima de 1 milhão de desempregados), mesmo com a economia alemã crescendo consideravelmente” (Couto & Hackl, 2007, p. 328).

A crise de 1929, claro, também vitimaria a Alemanha. A decisão do Reichsbank, em meados de 1931, de não declarar moratória à dívida externa levou a uma fuga de divisas que deixou o país sem reservas cambiais e sem meios de pagar os credores. Os bancos, logo, entraram em falência, refletindo o estado da economia, sintetizado por:

Uma diminuição da produção em quase um terço, um alto índice de desemprego que se torna um fenômeno duradouro, uma dívida interna que se expressa diariamente nos números de concordatas, uma dívida externa que impossibilita um pagamento no vencimento, uma moeda que não serve mais para a circulação regular de mercadorias, mas apenas para ocultar a falta de liquidez de nossas instituições financeiras e do setor público, esta é a situação alemã. (Couto & Hackl, 2007, p. 330)

Pode-se dizer, portanto, que a crise econômica foi o que permitiu a ascensão do Partido Nacional-Socialista Alemão, que se tornou o maior do *Bundestag* (o parlamento), após a unção de seu líder, Adolf Hitler, ao cargo de chanceler (Primeiro-Ministro) em 1933. No ano seguinte, Hitler torna-se *Führer* (Líder) e *Reichskanzler* (Chanceler do Reich), acumulando a um só tempo os dois maiores cargos de autoridade do país. Hjalmar Schacht, por sua vez, regressou ao Reichsbank e, novamente, reorganizou a economia alemã, por meio da criação de títulos adquiridos por entes privados, que recebiam

juros de 4% ao ano. O dinheiro adquirido era então convertido em obras públicas e rearmamento, o que dinamizou a economia alemã, permitindo-lhe, diante do crescimento seguinte, voltar a emitir moeda sem se preocupar tanto com a inflação.

Em 1938, Schacht era destaque da *Time*, principal revista semanal dos Estados Unidos, pelo trabalho realizado à frente da economia. Entretanto, o *Führer* queria mais. Não lhe bastava trazer de volta o dinamismo e a prosperidade à economia alemã. Ele queria restabelecer o Império, expandindo o território alemão por toda a Europa, mas também conquistando mercados na Europa do Leste e na América Latina, onde um país em ascensão tornou-se o fiel da balança nesse projeto.

Um país periférico entre duas potências

Em 1938, Getúlio Vargas liderava um governo centralizado no Executivo Federal, com o Congresso fechado, os estados sob intervenção e o crescimento econômico impulsionado pelo planejamento estatal, como acontecia nos Estados Unidos, na Alemanha e na União Soviética. Essa centralização, entretanto, não significava que não houvesse divergências a serem mediadas. Os interesses dos industriais nem sempre se encontravam com o das classes operárias urbanas. A burocracia profissionalizada, instituída pelo Dasp, convivia com interesses corporativos e reminiscências do Estado pré-Revolução de 1930.

A divisão político-ideológica dos Estados Unidos e da Europa também encontrava correspondência no governo, dividido entre simpatizantes do nazifascismo, como o Ministro da Guerra, Goés Monteiro, e simpatizantes do liberalismo norte-americano, como o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Cada grupo pressionava o presidente em torno dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e da Alemanha Nazista. O primeiro tinha no Brasil um aliado potencial importante para a integração econômica e ideológica do continente americano ao redor dos Estados Unidos. A Alemanha do Terceiro Reich, por sua vez, tinha no país um aliado fundamental para a conquista de novos mercados e a consolidação do imperialismo alemão a partir da subordinação de economias como as da América Latina.

Àquela altura, o Brasil, do ponto de vista político e ideológico, se aproximava dos Estados Unidos, por meio de declarações em defesa do panamericanismo e do livre-comércio entre as nações. Por outro lado, quando o assunto eram as trocas comerciais, o Brasil estreitava suas relações com a Alemanha, tornando-se, para incômodo dos Estados Unidos, o principal parceiro do país europeu na América Latina (Naiditch, 2015), adquirindo armamentos e angariando uma proposta de construção de duas siderúrgicas pelos alemães. A questão das siderúrgicas era fundamental para a estratégia de industrialização e soberania de Vargas e da aliança constituída por industriais, burocracia civil e militar e trabalhadores urbanos que sustentava o Estado Novo.

No entanto, essa aproximação com a Alemanha incomodava os Estados Unidos, que desde a Conferência Panamericana de Montevideu (1933) adotaram a estratégia da “Política da Boa Vizinhança” junto aos demais países latino-americanos, no intuito de manter as nações de origem ibérica como receptoras de suas mercadorias manufaturadas. Todavia, aquele contexto geopolítico beneficiou o Brasil: diante das boas relações comerciais com os alemães, que poderiam se configurar em boas relações políticas, o governo norte-americano propôs novos acordos bilaterais de comércio e o comprometimento na construção de uma siderúrgica brasileira, ganhando, assim, a confiança do governo Vargas (Alves, 2002, apud Naiditch, 2015).

Nesse ínterim, a primeira resolução brasileira em relação à Segunda Guerra Mundial, em 1939, foi de neutralidade. A política do Brasil, em uma circunstância de forte avanço da indústria de transformação, incluindo a militar, estava pautada no reequipamento das Forças Armadas e na construção de uma usina siderúrgica moderna. Enquanto isso, nos bastidores, Vargas buscava um alinhamento com os Estados Unidos, que ainda não haviam entrado na guerra, em troca de investimentos nos setores estratégicos citados. Até que, em maio de 1940, chegou-se a um primeiro acordo entre os dois países do continente americano. Nele, estabeleceu-se que o Brasil receberia um empréstimo na ordem de US\$ 10 milhões para a usina siderúrgica – que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) –, um valor que Vargas julgou insuficiente. No mês seguinte, Vargas, em discurso, reafirmou o “objetivo brasileiro de construir a Siderúrgica e de reequipar as Forças Armadas, e

caso o governo dos EUA não promovesse o desejo brasileiro, Getúlio Vargas estaria disposto a ‘olhar a organização dos povos fortes’” (Oliveira, 2015, p. 10), ou seja, a Alemanha e as demais potências do Eixo.

A contundência do discurso de Vargas causou receio nos Estados Unidos e temor de que a Alemanha pudesse aumentar sua zona de influência política, econômica e cultural no Brasil, o que seria fatal para os norte-americanos, que “perderiam o espaço brasileiro, não só como região estratégica [...] mas também, como um grande mercado consumidor em potencial” (Oliveira, 2015, p. 12). Não sem razão, os Estados Unidos, que nunca tiveram qualquer interesse na construção de uma Siderúrgica brasileira, ampliaram a oferta de crédito para esse fim ao governo Vargas. O pacto entre as duas nações, porém, foi firmado apenas em 1941, quando o Brasil e os Estados Unidos assinam os “Acordos de Washington”, que previam “o envio de matérias-primas brasileiras para os EUA e a abertura militar do Nordeste para os Aliados” (Naiditch, 2015, pp. 19-20) em troca do investimento norte-americano “em uma siderúrgica para o Brasil [e do envio de] [...] 200 milhões de dólares em armamentos ao exército brasileiro” (Naiditch, 2015, pp. 19-20).

Com o acordo firmado, e sem riscos comerciais e econômicos para o Brasil, Vargas rompeu as relações com o Eixo, sofrendo as consequências bélicas previstas: até agosto de 1942, a Marinha Alemã afundou 23 navios da frota brasileira. Finalmente, no dia 22 de agosto do mesmo ano, o Brasil declarou guerra ao Eixo, enviando as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar junto às tropas norte-americanas na Itália.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, vimos de que maneira a crise política e econômica do modelo liberal em 1929 reconfigurou as classes, a economia e a administração estatal nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Nossa análise, ao mesmo tempo, centrou-se num elemento novo dessa conjuntura, a saber, a ascensão político-econômica do Brasil, que, nas circunstâncias dos anos 1930 e 1940, pôde se posicionar de maneira soberana frente a duas nações imperialistas em

disputa pela hegemonia global. A defesa do interesse nacional – num contexto de forte industrialização, crescimento e modernização do Estado brasileiro – sobrepunha as divisões ideológicas do Estado Novo, frente às quais Getúlio atuava como mediador. Tal cenário permitiu ao Brasil instrumentalizar seus interesses perante os Estados Unidos e a Alemanha no contexto da Segunda Guerra Mundial, garantindo assim concessões importantes, sobretudo dos norte-americanos, para a melhoria de suas condições socioeconômicas.

Referências

- Bielschowsky, R. (2007). *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (5a ed.). Contraponto.
- Caldeira, J. (2017). *História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Estação Brasil.
- Couto, J. M., & Hackl, G. (2007, dez.). Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*, 16(3), 311-341.
- Fausto, B. (1969). *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. Brasiliense.
- Ferguson, C. (2013). *O sequestro da América*. Zahar.
- Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos: O breve século XX*. Companhia das Letras.
- Lepore, J. (2019). *Estas verdades: A história dos Estados Unidos*. Intrínseca.
- Luxemburgo, R. (2021). *A acumulação do capital*. Civilização Brasileira.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Vozes.
- Moore, B., Jr. (1967). *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Edições Cosmos.
- Naiditch, A. F. (2015, jul.-dez.). “A cobra vai fumar”: a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul*, 2(2).
- Nunes, E. (2003). *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Jorge Zahar.

Oliveira, C. P. (2015, mar.). A política externa do Governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. *História e Cultura*, 4(1), 5-21.

Prado Júnior, C. (1961). *História econômica do Brasil* (6a ed.). Brasiliense.

Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3(3), 47-111.

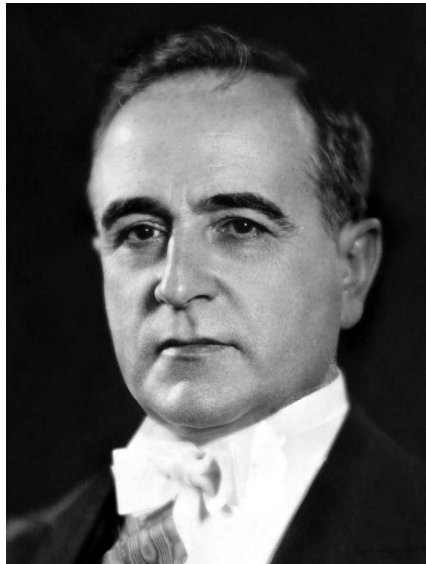


Figura 6.1 – Foto oficial de Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

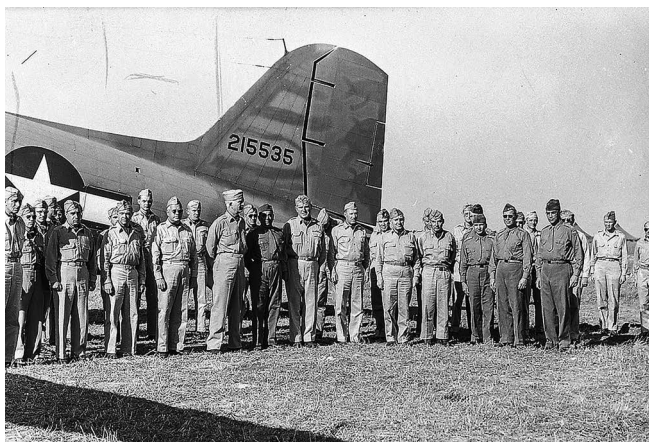


Figura 6.2 – Aviadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 6.3 – Getúlio Vargas (sentado à esquerda) e o presidente americano Franklin Delano Roosevelt (sentado à direita), Rio de Janeiro, 1936.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

7. Um elo com o passado: a influência da Grande Guerra Patriótica na formação de Vladimir Putin

Valdir da Silva Bezerra

Jonas Marcell Gomes Domingos

Introdução

Vladimir Putin é percebido por muitos no Ocidente como a representação de uma política externa russa mais assertiva e independente (Pomeranz, 2012). É em função disso que diversos analistas políticos ao redor do mundo tentam interpretar os principais traços de sua personalidade a fim de prever quais serão os próximos passos do atual presidente russo e, conseqüentemente, da própria Rússia nas relações internacionais. Este capítulo propõe analisar a história de Vladimir Putin, bem como os impactos da Grande Guerra Patriótica em sua formação e nas decisões políticas mais significativas à frente da Rússia. Para isso, foi escolhida uma abordagem “intimista”, ou seja, baseada em relatos do próprio Vladimir Putin acerca das diferentes fases de sua vida, porque há quem defenda que Putin procurou construir uma versão da Rússia similar à de sua infância (Bullough, 2014), ou seja, a de um país que age de forma independente no mundo e cujas posições devem ser respeitadas pelas demais grandes potências do sistema. Em todo caso, como Putin é o Chefe de Estado da Rússia há mais de vinte anos, entender sua história, suas crenças e suas percepções é tarefa fundamental para os que desejam decifrar os rumos da política doméstica e externa russa (Mankoff, 2011).

Infância, adolescência e vida adulta

Vladimir Vladimirovich Putin nasceu em 1952 em Leningrado (atual São Petersburgo), sete anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, ou Grande Guerra Patriótica, como é conhecida na Rússia. Em suas próprias palavras, Putin veio “de uma família comum” (Putin, s/d) e estruturada, com pai e mãe presentes durante toda a sua formação. Josef Stalin era o líder soviético à época de seu nascimento, um dos principais responsáveis pela derrota da Alemanha Nazista na guerra e figura central na reconfiguração da ordem mundial no pós-conflito. Sobre Stalin, Putin é enfático em dizer que não concorda com a visão demonizada que se tem dele no Ocidente, afirmando que o líder soviético foi, na verdade, um produto de sua época, como outros nomes famosos na história. No entanto, segundo Putin, nem a Rússia, nem a União Soviética podem ser confundidas com Stalin. A mentalidade do povo russo mudou. Pode até haver, por óbvio, alguns vestígios daquele período nos dias atuais, mas a Rússia mudou radicalmente desde então e, com ela, sua sociedade (Putin et al., 2000; Stone, 2017).

Com relação à sua família, Putin lembra que sua mãe era operária, mas que trabalhou em várias outras atividades profissionais. Comenta que ela passou bastante dificuldade, incluindo a perda de seu segundo filho aos 2 anos de idade devido à difteria e à fome durante o cerco de Leningrado pelos alemães¹ (que durou de 8 de setembro de 1941 a 27 de janeiro de 1944). Ela mesma quase morreu de fome durante aquele terrível período da história russa (Putin et al., 2000). O pai de Putin, Vladimir Spiridonovich, era marinheiro em um destacamento de submarinos e cumpriu serviço militar em Sebastopol, na Crimeia, durante a Grande Guerra Patriótica. Quando o conflito chegou à União Soviética, em 1941, Vladimir Spiridonovich escreveu um requerimento para filiar-se ao partido e depois outro requerimento dizendo que queria ir para a *front*. Ele foi então enviado a um destacamento de sabotagem da NKVD (*Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del*, “Comissariado do Povo para Assuntos Internos”, em tradução livre), junto de outras 27 pessoas, responsáveis por

1 ПБК, 2019. Os dois irmãos mais velhos de Putin morreram antes de seu nascimento. O primeiro irmão faleceu antes da Segunda Guerra Mundial. O segundo, falecido durante o cerco de Leningrado, foi enterrado em uma vala comum no Cemitério Memorial *Piskaryovskoye*, em São Petersburgo.

realizar atos de sabotagem na retaguarda do exército, como explodir pontes e trilhos de trem,² e assim atraparhar as ações dos nazistas em solo soviético.

Mais tarde, já no cargo de Presidente, Putin conseguiu confirmar esses fatos por meio do acesso a arquivos oficiais do Estado. O presidente russo lembra que, após operações iniciais de sabotagem, seu pai foi enviado para uma das áreas mais perigosas da guerra, o *front* de Leningrado, mais precisamente para *Nevsky Pyatachok*, onde o exército soviético lutou para manter uma pequena cabeça de ponte junto ao rio Neva. Naquele local, seu pai quase morreu em virtude de uma granada lançada por um alemão em sua direção.³ Ainda assim, terminou saindo gravemente ferido por conta dos estilhaços e viveu “o resto de sua vida com fragmentos na perna: [que] nunca foram removidos para não esmagar os ossos” (ПУТИН, 2015, tradução nossa).

Para além das histórias envolvendo a participação de seu pai na guerra, Putin conta que seus anos iniciais na escola foram bastante agradáveis. Nesse período, ele desenvolveu algumas habilidades sociais. Quando essas habilidades já não lhe pareciam suficientes, buscou apoio nas artes marciais, passando pelo sambo, pelo boxe e pelo judô. Aliás, Putin menciona que sua vida melhorou quando começou a praticar sistematicamente o judô⁴ e que a arte marcial o ensinou a ser flexível quando necessário e também a ceder quando esse for o caminho para a vitória. Sobre a filosofia do judô, Putin extraiu a lição de que ninguém deve ser encurralado nem levado a uma situação de beco sem saída. No mais, os professores de Putin dessa época ressaltam seu comportamento sorrateiro e, por vezes, desorganizado. No entanto, todos captavam o potencial, a energia e o caráter que ele tinha, elogiando-o por sua boa memória e por seu pensamento rápido (Putin et al., 2000).

Putin relata que terminou o Ensino Médio ainda em Leningrado e depois ingressou na Universidade Estatal (hoje Universidade de São Petersburgo)

2 ПУТИН, 2015. Das 28 pessoas que faziam parte do destacamento onde serviu Vladimir Spiridonovich, apenas ele e mais três sobreviveram ao final da guerra.

3 Vladimir Spiridonovich morreu somente em agosto de 1999, aos 88 anos, pouco mais de um ano após a morte de sua esposa, mãe de Putin, falecida em julho de 1998. Sete dias após perder o pai, Boris Yeltsin nomeou Putin como Primeiro-Ministro da Rússia.

4 É interessante apontar que, devido ao esporte e ao serviço militar, o comportamento de Putin se tornou bastante regrado, incluindo sua rotina de sono e de exercícios. Putin é incisivo ao dizer que, se não há disciplina, não há trabalho bem-feito.

para cursar Direito. Ali conheceu sua esposa, com quem se casaria em 1983, aos 31 anos de idade. Em 1975, após se graduar, Putin ingressou no KGB (*Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti*, “Comitê de Segurança do Estado”, em tradução livre). Conta que, ainda como aluno do Ensino Médio, foi até a sede do KGB em Leningrado e indagou a um funcionário sobre o que seria necessário para trabalhar ali. O funcionário explicou-lhe a necessidade de possuir ensino superior e, de preferência, na área jurídica. Sendo assim, Putin decidiu fazer o curso de Direito. Apesar de romantizar o trabalho no KGB, por ter lido muitos livros e visto filmes sobre os serviços de inteligência, como é o caso de *The Shield and the Sword* [*O escudo e a espada*], Putin também tinha críticas sobre como o sistema funcionava (Putin et al., 2000). Uma de suas críticas, por exemplo, dizia respeito à obrigatoriedade de pertencer ao Partido Comunista para trabalhar no setor de inteligência, o que para Putin representava um absurdo.

Seja como for, seu período de formação no KGB durou cerca de dez anos, após passar por escolas especiais do serviço, tanto em Leningrado como em Moscou. Depois de trabalhar um tempo na contrainteligência e na inteligência estrangeira, foi enviado, em 1985, para Dresden, na Alemanha Oriental, onde ficou até 1990. Em Dresden, Putin serviu no escritório de inteligência local,⁵ sendo promovido duas vezes: na primeira vez, para o posto de Tenente-Coronel e, depois, à posição de Assistente-Sênior do chefe de departamento.

Na Alemanha, Putin residia com sua esposa e filhas. Em casa, ele não conversava sobre o trabalho. Para o KGB, quanto menos sua esposa soubesse sobre suas atividades, melhor ela dormiria. Nos finais de semana, eles recebiam amigos do trabalho e também alguns alemães para jantar e conversar. Os Putin levavam, por assim dizer, uma vida relativamente normal. Anos depois, Putin avaliou que sua vivência na Alemanha Oriental permitiu-lhe ampliar sua visão de mundo, além de “adquirir certas competências, habilidades de lidar com as pessoas, com informações [...] escolher o que é prioritário e o que é menos importante” (Putin, 2000). Menciona que o trabalho no exterior era complexo e que os efeitos psicológicos de ter tido contato com outras perspectivas e realidades sociais tiveram um impacto significativo sobre ele.

5 Coletando informações sobre personalidades importantes e inimigos em potencial. Para tanto, ele também realizava o recrutamento de fontes.

O retorno à Rússia e o início da carreira política

Putin retornou à Rússia em 1990, pouco tempo antes do fim da União Soviética. Ao voltar, frequentou novamente a universidade, prosseguindo sua carreira acadêmica, mas mantendo o cargo de oficial do KGB. Posteriormente, o prefeito de São Petersburgo (antiga Leningrado, renomeada após o colapso soviético), Anatoli Sobchak,⁶ lhe ofereceu um emprego na administração local, o que fez com que Putin deixasse o KGB após muita reflexão.⁷ Na prefeitura, exerceu a função de assessor, algo que o familiarizou com os meandros da política interna daquela que era – e é até hoje – a segunda maior cidade da Rússia, atrás apenas de Moscou. Putin era um chefe centrado, rigoroso, mas nunca levantava a voz. No cargo, ajudou a economia local atraindo empresas estrangeiras e modernizando a infraestrutura de São Petersburgo, criando condições melhores para os negócios e gerando empregos.

Em 1996, no entanto, viria uma grande mudança. Nesse ano, Putin deixou sua cidade natal e mudou-se para Moscou, para trabalhar como Vice-Chefe da Diretoria de Administração de Propriedade Presidencial, sob Boris Yeltsin. Segundo Putin, Yeltsin era um homem que não se esquivava de suas responsabilidades pessoais pela condução e pelos rumos do país. Putin se adaptou bem a Moscou, mas ainda assim detinha maior carinho por São Petersburgo. Foi na capital russa, contudo, que sua carreira política ascendeu de forma meteórica. Em março de 1997, Putin foi nomeado Vice-Chefe de Gabinete do Escritório Executivo Presidencial e Chefe da Diretoria de Controle Principal.

Em julho de 1998, foi nomeado Diretor do FSB (*Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti*, “Serviço Federal de Segurança”, em tradução livre), uma das organizações sucessoras do KGB. Curiosamente, Putin passou a chefiar a mesma agência na qual iniciou sua carreira de inteligência. Na sequência, a partir de março de 1999, Putin também ocupou a posição simultânea de Secretário do Conselho de Segurança da Federação Russa, até que, em agosto do mesmo

6 Sobchak ocupou o cargo de prefeito de São Petersburgo de 12 de junho de 1991 a 5 de junho de 1996.

7 Após entregar seu cargo no KGB, Putin menciona que as pessoas ficaram ainda mais curiosas sobre o que ele fazia dentro da organização, a tal ponto que resolveu conceder uma entrevista pública, quando dissertou sobre seu trabalho como oficial de inteligência.

ano e sete dias após a morte de seu pai, foi nomeado por Boris Yeltsin para o seu maior cargo político até então, o de Primeiro-Ministro.

Após a nomeação, Putin menciona que seu desejo era “ajudar a salvar a Rússia do colapso” (Putin, s/d). No decorrer de sua curta gestão, Putin fez ajustes essenciais que uniram algumas atividades do Ministério do Interior, do Exército e do FSB. Entretanto, aquele era um momento bastante conturbado para a Rússia, que sofrera as pesadas consequências da famigerada Crise Financeira de 1998, levando a uma significativa fuga de capitais e depreciação do rublo,⁸ dificultando o acesso a crédito no mercado internacional tanto para o governo quanto para empresas do setor privado.

Em vista, por sua vez, de uma gigantesca perda de popularidade diante daquela situação, Boris Yeltsin decide deixar o cargo de Presidente da Rússia de uma forma surpreendente. Seu anúncio ocorreu justamente na noite de Ano Novo de 2000, com Yeltsin indicando Vladimir Putin para a posição de Presidente interino do país. Putin lembra que considerou a presidência “um fardo bastante pesado para suportar” (Putin, s/d). Ao mesmo tempo, o destino estava lhe oferecendo uma chance única de trabalhar para a Rússia no mais alto cargo que alguém poderia almejar. Logo, “teria sido tolice dizer não” (Putin, s/d).

Putin como Presidente: impressões e momentos-chave

Em 26 de março de 2000, Putin foi confirmado no cargo de Presidente da Rússia, após vencer as eleições nacionais. Em seu discurso de posse, ele considerou seu “dever sagrado” “unificar o povo da Rússia [...] e lembrar a cada dia e a cada minuto que temos uma única Pátria, um único povo e um único futuro” (Putin, s/d). Em entrevistas recentes, Putin relembra o momento conturbado em que se tornou presidente. Era uma época em que grupos terroristas e separatistas do Cáucaso ambicionavam desmembrar o país, a começar pela Chechênia. Para Putin, no entanto, a integridade territorial da Rússia não

8 Em julho de 1998, 1R (1 rublo russo) equivalia a 0.16 USD, enquanto em dezembro do mesmo ano 1R valia apenas 0.04 USD, representando uma desvalorização de cerca de 75% em poucos meses.

estava sujeita a negociação. Aos 39 anos, ele assumiu, então, a responsabilidade de manter o país unido, custasse o que custasse. Afinal, somente assim a Rússia poderia retornar a seu lugar de direito entre as grandes potências (Trenin, 2016).

Putin ainda menciona que sempre viu com clareza a ameaça contra a Rússia representada pelos separatistas. No tratamento a essa ameaça, porém, foi chamado de duro, até brutal, mas a realidade é que os terroristas não buscavam apenas a independência da Chechênia (intenção essa que não era compartilhada pela maioria da população local, vale ressaltar), mas sim formarem uma base no sul do Cáucaso para efetuar novos ataques contra a Rússia (Putin et al., 2000; Stone, 2017). A agressão dos separatistas chechenos começou com invasões a territórios vizinhos, não para se defender do Governo Federal, mas justamente a fim de expandir sua zona de atuação para outras regiões do país. Se os separatistas conseguissem tomar o Daguestão (área vizinha à Chechênia), por exemplo, seria apenas o começo de um processo maior, podendo avançar sobre a Inguchétia, o Bascortostão e o Tartaristão, no coração da Rússia. Para deter essa ameaça, Putin visitava pessoalmente as unidades russas que combatiam na Chechênia, mostrando seu apoio aos que lutavam pela integridade territorial do país (Putin et al., 2000; Stone, 2017). E tais medidas obtiveram o resultado esperado, uma vez que as forças federais, mesmo que a um alto custo, conseguiram retomar o controle da Chechênia e desmantelar os planos dos separatistas. Com isso, Putin concretizava logo de início uma das vitórias políticas mais significativas de sua carreira.

Anos depois, quando indagado sobre os primeiros anos de sua presidência (de 2000 a 2008), Putin disse que trabalhou duro para entregar o país em boas condições para o presidente seguinte, Dmitri Medvedev, que comandou a Rússia entre 2008 e 2012. Nesse período, Putin atuou novamente como Primeiro-Ministro, ressaltando que não interferia nas decisões de Medvedev. Ainda assim, era perceptível a permanência de alguns imperativos geopolíticos da era Putin na administração Medvedev. Um exemplo disso foi a curta guerra contra a Geórgia, em agosto de 2008, que reforçou a soberania da Rússia na região, defendendo seus interesses de segurança no espaço pós-soviético (Mazat & Serrano, 2012).

No Ocidente, aquela guerra foi vendida para o público como uma guerra de agressão russa contra o país vizinho. No entanto, os russos intervieram em defesa das populações da Abcássia e da Ossétia do Sul (duas regiões dentro da Geórgia nas quais estavam estacionadas forças de paz da Rússia), que haviam sido atacadas injustificadamente pelas forças do exército georgiano, a mando do presidente Mikheil Saakashvili. Tratava-se, portanto, de um dos primeiros exemplos da guerra de desinformação empregada pelo Ocidente contra a Rússia. Para Putin, se as pessoas comuns se preocupassem mais com os acontecimentos internacionais, ou seja, se acompanhassem mais de perto as notícias, deixariam de ser tão facilmente manipuladas. Segundo ele, apenas uma análise crítica e bem fundamentada pode fornecer o entendimento mais apropriado da realidade. Corroborando tal postura, Putin diz que não se contenta em ler os resumos do serviço de inteligência que lhe são fornecidos com frequência, mas que realiza, ele mesmo, a leitura minuciosa dos documentos originais para tirar suas próprias conclusões sobre determinado tema (Putin et al., 2000; Stone, 2017).

Essa é uma das marcas da era Putin, diferenciando-a do período caótico vivenciado nos anos 1990. Por falar em diferenças, outra alteração importante trazida por Putin quando chegou ao poder foi o tratamento para com os chamados “oligarcas”, que detinham bastante influência sob o governo Yeltsin. Logo no início de seu primeiro mandato, Putin teve uma conversa séria com os principais representantes da oligarquia russa, expondo-lhes os trâmites da lei e extinguindo a influência desse grupo na política do país.⁹ Poucos foram os que não se adaptaram ao novo cenário, sendo que a maioria dos oligarcas buscou seguir as orientações emanadas por Putin, melhorando o clima político e de negócios na Rússia (Stone, 2017). Em resumo, se antes Boris Yeltsin demonstrava lealdade aos oligarcas, agora os oligarcas é que deveriam demonstrar lealdade ao Estado russo, ou seja, sem se intrometerem nas decisões do Kremlin.

9 Alguns desses “oligarcas” chegaram inclusive a exercer cargos de relevância durante o período Yeltsin, como são os casos de Boris Berezovsky, que atuou por algum tempo como Vice-Secretário do Conselho de Segurança e controlador do principal canal de TV estatal do país, de Vladimir Potanin, que chegou ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro, e de Mikhail Khodorkovsky, que atuou como Vice-Ministro das Minas e Energia.

Negociar com os oligarcas foi uma demonstração clara da liderança doméstica exercida por Putin. Entretanto, como presidente da Rússia, ele também precisou demonstrar liderança no plano internacional. E aqui o presidente russo faz alguns apontamentos interessantes. Segundo ele, a exemplo da relação entre Rússia e Estados Unidos, nem sempre ocorre de ambos concordarem em algum ponto, mas que ainda assim compromissos precisam ser buscados, de modo a melhor acomodar os interesses dos atores envolvidos (Putin et al., 2000; Stone, 2017). Nesse contexto, um dos pontos mais espinhosos nas relações russo-estadunidenses diz respeito à questão dos chamados “valores democráticos universais”. Putin ressalta que a democracia não pode ser imposta de fora para dentro, mas que ela deve nascer e evoluir no seio da sociedade, e que esta sociedade deve se ajustar a ela aos poucos. É em vista dessa observação que a elite política russa elaborou o conceito de “democracia soberana”,¹⁰ fundamentando-se nas especificidades culturais, históricas e sociais existentes na Rússia (Wilson, 2009) e diferenciando-a, portanto, das democracias liberais existentes no Ocidente.

Putin, aliás, é bastante crítico em relação ao Ocidente justamente por este não ter aceitado a decisão democrática tomada pelos moradores da Crimeia, em março de 2014, de se unirem à Rússia,¹¹ um dos momentos-chave de seu terceiro mandato como presidente. Em 18 de março de 2014, dois dias depois desse simbólico evento, Putin discursou para as duas câmaras da Assembleia Federal no Salão de São George, no Grande Palácio do Kremlin, dizendo que

Nos corações e mentes das pessoas, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia. Essa firme convicção é baseada na verdade e na justiça e foi passada de geração em geração, ao longo do tempo, sob quaisquer circunstâncias, apesar de todas as mudanças dramáticas pelas quais nosso país passou durante todo o século XX. (Putin, s/d)

10 Formulado originalmente em fevereiro de 2006 por Vladislav Surkov, então conselheiro de Putin.

11 Após referendo no qual 96% da população residente na península optou por retornar à pátria natal.

A Crimeia representa um lugar simbólico para Putin. Seu pai, como mencionado anteriormente, serviu em Sebastopol, motivo pelo qual o retorno da península à Rússia, nas palavras do presidente, confirmou a lealdade do povo russo à verdade histórica¹² e à memória de seus ancestrais. Afinal, “o feito da geração que derrotou o nazismo será sempre um exemplo de coragem, valor e força de vontade inabalável, um exemplo de serviço altruísta à Pátria” (Путин, 2014, tradução nossa). Por fim, quando reeleito para o seu quarto mandato como Presidente, em 18 de março de 2018, Putin declarou: “[...] é meu dever e o significado de toda a minha vida fazer de tudo pela Rússia, [por] seu presente e futuro” (Putin, s/d). Foi justamente por esse futuro que, em fevereiro de 2022, Putin precisou tomar a decisão mais emblemática de sua vida.

A decisão de uma vida: 2022 e a Operação Militar Especial

Putin nasceu e cresceu ouvindo as histórias da Grande Guerra Patriótica, em que a União Soviética teve sua integridade territorial violada pelas forças alemãs, até estas serem finalmente debeladas pelo Exército Vermelho a um custo altíssimo de vidas.¹³ Dado o peso desse legado histórico, Putin precisou assumir uma visão realista das relações internacionais, preocupando-se, em primeiro lugar, com a segurança nacional da Rússia.¹⁴ Por isso que, ao discursar durante a Conferência de Segurança de Munique, em 2007, Putin se opôs abertamente à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para o leste no período pós-Guerra Fria. Afinal, com a expansão, a infraestrutura militar ocidental foi se aproximando cada vez mais das fronteiras russas, assim como fizeram os alemães antes da invasão de 1941. Ora, anos antes do ataque de Hitler à União Soviética, o próprio Stalin já observava

12 Em 2020, dentre as principais emendas à Constituição da Rússia, encontra-se, por exemplo, justamente a proteção da verdade histórica.

13 De 25 a 27 milhões de mortos, entre militares e civis, segundo algumas estatísticas.

14 Há séculos os russos tiveram de lidar com ameaças à sua integridade territorial oriundas do Ocidente. Essa constante histórica decorre da ideia de que os recursos, o território e o poderio acumulados pela Rússia são um obstáculo direto às aspirações de controle global por parte de potências como o Reino Unido (até o século XIX), a Alemanha (primeira metade do século XX) e os Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial.

que, “quando um Estado deseja atacar outro com o qual não faz fronteira, esse Estado começa a criar ‘novas fronteiras’ até se aproximar daquele que deseja atacar” (Stalin, 1936 *apud* Kotkin, 2017, p. 575, tradução nossa). E é assim que Putin e a liderança russa enxergam a “expansão das fronteiras da Otan”, iniciada em 1999 e continuada nos anos 2000.

Não sem razão, uma das principais críticas de Putin em relação ao Ocidente se refere à quebra da promessa feita a Mikhail Gorbachev (último Secretário-Geral da União Soviética), no início dos anos 1990, pelas lideranças ocidentais de que a Otan não se moveria nem uma polegada a mais para o leste. Afinal, a Aliança Atlântica “surgiu durante a Guerra Fria, entre dois sistemas [distintos e antagônicos]. E agora a Otan é um mero instrumento da política externa dos Estados Unidos” (Stone, 2017), cuja manutenção baseia-se na falsa acusação de que a Rússia ainda representa uma ameaça para a Europa. Vale lembrar que, no começo dos anos 2000, Putin tentou se aproximar do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos, empreendendo uma política de cooperação e não de confrontação como o eixo Euro-Atlântico. No entanto, esse movimento acabou sendo frustrado pela postura taxativa dos norte-americanos em querer estar à frente de tudo e não aceitar posicionamentos diferentes. Como grande potência, a Rússia não pode admitir a ideia de um mundo em que suas opiniões não sejam respeitadas nem levadas em consideração.

Seja como for, os planos de alargamento da Otan, defendidos pelos Estados Unidos, em especial com a inclusão da Ucrânia (como já exposto durante a Conferência de Bucareste de 2008), significariam entrar em conflito direto com a Rússia, por regiões pouco importantes do ponto de vista da segurança norte-americana (Тренин, 2021, p. 275, tradução nossa). Por isso que, no começo de 2022, Putin e a alta cúpula russa empreenderam negociações com as lideranças ocidentais a respeito da situação na Ucrânia. Na ocasião, o presidente russo exigiu garantias da Aliança Atlântica de que o país vizinho não seria aceito na Otan, nem naquele momento, nem no futuro, mencionando a justificada preocupação russa com a provável instalação de mísseis nucleares de médio alcance e de tropas da Otan em solo ucraniano. Contudo, as tentativas de se chegar a um acordo foram frustradas pela completa insensatez do Ocidente, que ignorou as preocupações russas a respeito da “linha vermelha” representada pela aproximação da Ucrânia da organização militar ocidental ou por uma eventual entrada nessa organização.

Para Putin, a resolução de problemas internacionais deve passar inicialmente pelo caminho da negociação e da observância do Direito Internacional. No entanto, o uso das forças armadas, incluindo forças terrestres, por vezes acaba sendo a única opção viável para a defesa dos interesses nacionais e securitários de um país. Foi por isso que, em 24 de fevereiro de 2022, Putin anunciou o início da operação militar especial na Ucrânia, sendo essa talvez a decisão mais emblemática de toda a sua vida. Em seu discurso à nação, Putin afirmou que tal decisão foi tomada de acordo com os princípios da Carta da ONU,¹⁵ objetivando “proteger as pessoas [da região de Donbass] que, há oito anos, enfrentam a humilhação e o genocídio perpetrados pelo regime de Kiev” (Putin, s/d).

Para tal, a Rússia buscaria “desmilitarizar e desnazificar a Ucrânia, bem como levar a julgamento aqueles que perpetraram inúmeros crimes sangrentos contra civis” (Putin, s/d). Em suma, o conflito na Ucrânia resultou do não aprendizado por parte do Ocidente das lições da Grande Guerra Patriótica. Do lado russo, por sua vez, representou justamente o aprendizado dessas lições, a saber, de que os interesses nacionais e de segurança da Rússia não podem ser negociados, seja quem for o adversário que os ameace.

De fato, não há como negar que a decisão de Vladimir Putin de enviar tropas à Ucrânia em fevereiro de 2022 tornou-se o mais dramático capítulo na história recente das relações entre a Rússia e o Ocidente. Mas também não há como negar o peso que a história da Grande Guerra Patriótica teve sobre essa decisão. Afinal, é impossível se livrar do elo com o passado. E isso é válido tanto para indivíduos como para Estados.

Considerações finais

Forjado nas sombras do pós-guerra, Vladimir Vladimirovich Putin se desenvolveu num ambiente que lhe propiciou um arrojado repertório comportamental, baseado na disciplina, reforçada por momentos desafiadores em sua carreira na inteligência e na política, que também lhe exigiram resiliência. Sua conduta discreta sugere um antecedente regulado pelo autocontrole e

15 Em especial o Artigo 51 (Capítulo VII).

pelo pensamento estratégico, enquanto seu genuíno apego à Rússia reflete um condicionamento sustentado por reforços histórico-sociais. Sua personalidade forte e, ao mesmo tempo, tranquila pode ser interpretada como um padrão comportamental modelado por momentos aversivos ao longo de sua trajetória. Suas ações no comando da Rússia são resultado de uma experiência moldada ao longo das diferentes fases de sua vida. O caminho de Putin, assim como o caminho de qualquer pessoa, foi traçado não apenas pelo destino, mas também pelas marcas invisíveis de sua própria história. História essa que está intimamente ligada com as repercussões da Grande Guerra Patriótica, como se procurou demonstrar neste capítulo.

Referências

- Путин, В. (2014). *Путин в Севастополе: патриотическая столица, молочные кухни и особый статус участников обороны города*. Комсомольская Правда. <https://www.sevastopol.kp.ru/daily/28353.5/4499578/>
- Путин, В. (2015). «Жизнь такая простая штука и жестокая». Русский пионер. <https://ruspioner.ru/cool/m/single/4655>
- РБК (Росбизнесконсалтинг). (2019). *Путин сообщил о найденной поисковиками могиле брата*. Москва. <https://www.rbc.ru/rbcfreenews/5defcof79a79475a6f6886e5>
- Тренин, Д. (2021). *Новый Баланс Сил: Россия в поисках внешнеполитического равновесия*. Альпина: Москва.
- Bullough, O. (2014). Vladimir Putin: The rebuilding of 'Soviet' Russia. *BBC*. <http://www.bbc.com/news/magazine-26769481>
- Kotkin, S. (2017). *Stalin: Waiting for Hitler, 1929-1941*. Penguin Books.
- Mankoff, J. (2011). *Russian foreign policy: The return of great power politics*. Council on Foreign Relations. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gggdw1CEJGU>
- Mazat, N., & Serrano, F. (2012). A geopolítica da federação russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito.

In A. A. M. P. Alves (Org.), *O renascimento de uma potência?: Rússia no século XXI* (pp. 9-50). Ipea.

Pomeranz, L. O objetivo da modernização econômica e a capacidade de inovação da Rússia. In A. A. M. P. Alves (Org.), *O renascimento de uma potência?: Rússia no século XXI* (pp. 169-208). Ipea.

Putin, V. Biography. *Personal website*. <http://en.putin.kremlin.ru/bio/page-o>

Putin, V. (2000). Interview with CNN's Larry King Live. *CNN*. <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21558>

Putin, V., Gevorkyan, N., Timakova, N., & Kolesnikov, A. (2000). *First person: An astonishingly frank self-portrait by Russia's President Vladimir Putin*. Public Affairs.

Stone, O. (2017). *As entrevistas de Putin* (C. Szlak Trad.). Best Seller.

Trenin, D. (2016, maio/jun.). The revival of the Russian military: How Moscow reloaded. *Foreign Affairs*, 95(3), 23-29.

Wilson, J. L. (2009). Colored revolutions: The view from Moscow and Beijing. *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 25(2), 369-395.



Figura 7.1 – Vladimir Putin com seus pais em 1985, antes de sua partida para a Alemanha Oriental.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 7.2 – Boris Yeltsin se encontra com o (até então) primeiro-ministro Vladimir Putin, dezembro de 1999.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 7.3 – Putin carrega o retrato de seu pai durante o ato “Regimento Imortal” em Moscou, 2017.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

8. Memória, trauma e verdade histórica: a Grande Guerra Patriótica e a (re)definição da identidade nacional russa no pós-Guerra Fria

Boris Perius Zabolotsky

Fabiano Pellin Mielniczuk

Introdução

O desmonte da União Soviética e o subsequente caótico período de transição na década de 1990 representaram não apenas uma ruptura geopolítica, mas também uma profunda crise de identidade para a Rússia pós-soviética. Nesse contexto, a memória da Grande Guerra Patriótica emergiu como um elemento central na reconstrução da identidade nacional russa e em sua busca por reconhecimento internacional como grande potência. Este capítulo analisa como a interseção entre trauma histórico, segurança ontológica e memória coletiva molda as dinâmicas da política externa russa e suas relações com o Ocidente no período pós-Guerra Fria.

O objetivo central é o de investigar como a persistência da memória traumática da Segunda Guerra Mundial na Rússia atual se relaciona com as políticas de “descomunização” e “criminalização” do inventário soviético implementadas pelos países ocidentais a partir de 1989. Para tanto, o texto está estruturado em três partes principais de análise: primeiro, estabelece o marco teórico que conecta os conceitos de memória política do trauma, segurança ontológica e identidade nacional; segundo, investiga como o trauma histórico da década de 1990 se relaciona com a busca russa por reconhecimento

internacional; e terceiro, analisa o impacto das políticas de “descomunização” na Europa sobre a memória da Grande Guerra Patriótica e suas implicações para as relações entre a Rússia e o Ocidente.

A relevância dessa discussão reside no fato de que as divergentes interpretações sobre o legado soviético não repercutem apenas como uma disputa por narrativas históricas, mas constituem um elemento fundamental na compreensão das tensões geopolíticas contemporâneas entre a Rússia e o Ocidente. Argumenta-se que as tentativas ocidentais de descredibilizar, falsificar e excluir a importância do papel soviético na vitória na Segunda Guerra Mundial, associadas à reabilitação de figuras ligadas ao nazismo na Europa, repercutem na Rússia como um trauma político que reverbera na formação de subjetividades e em sua política externa.

Segurança ontológica, identidade nacional e o político da Memória do Trauma

A noção de “segurança ontológica”¹ nas Relações Internacionais associa-se às “certezas individuais” sobre respostas para questões existenciais relativas a “tempo, espaço, continuidade e identidade” (Giddens, 1991, p. 37). Na ausência dessas respostas, os indivíduos e os grupos sociais se tornam objetos sobrecarregados de incertezas e “ansiedades existenciais”. A cosmovisão da segurança ontológica, portanto, busca tornar o mundo compreensível aos indivíduos, proporcionando a sustentação necessária para a continuidade de sua identidade (Giddens, 1991, p. 37).

Nessa linha de entendimento, assim como a identidade nacional, as identidades individuais se baseiam em uma lógica reflexiva. O “Eu” é entendido reflexivamente e dialogicamente pelas suas interações sociais, que buscam

1 Nas Relações Internacionais, o conceito de segurança ontológica se refere a uma lógica que não preconiza a “segurança do corpo”, mas da identidade do “Eu” – remete ao “senso subjetivo de quem se é, que capacita e motiva a ação e a escolha”. Dessa forma, faz referência à “segurança do ser/sujeito” em oposição à “segurança como sobrevivência”. Nesse sentido, a segurança ontológica faz referência ao estabelecimento de um senso de confiança no mundo que preconiza uma ideia de continuidade, estabilidade e ordem. Para mais detalhes, ver Giddens, 1991; Mitzen, 2006; Steele, 2008.

que “essa identidade seja reconhecida e performada pelos outros” (Innes & Steele, 2014, p. 15). Isso significa que um sentido coerente de autoidentidade estatal ou individual está ancorado, antes de tudo, em uma narrativa biográfica contínua e em seu reconhecimento pelos “outros”. A tríade Estado-sociedade-identidade desempenha um papel crucial como referência de segurança ontológica para indivíduos e grupos sociais, uma vez que a busca por essa segurança está fundamentalmente interligada nos níveis individual, social e estatal (Giddens, 1991, p. 37).

Mälksoo estabelece uma articulação teórica da relação entre o “Eu” e a “identidade” mediante o enquadramento da segurança ontológica, fundamentando-se na interseção conceitual entre “segurança-como-sobrevivência” e “segurança-como-ser” (Mälksoo, 2015). Esses construtos teóricos operam em uma relação de interdependência, promovendo o entrelaçamento tanto dos aspectos físicos quanto ideacionais das entidades políticas. De maneira específica, o autor demonstra como a segurança do “corpo” (que compreende território, população e soberania) estabelece uma interface com a “ideia” (que abrange a narrativa biográfica da identidade nacional do Estado, sua memória histórica e o reconhecimento dessa identidade por seus pares), como imperativos para segurança (Mälksoo, 2015). Nessa perspectiva, a entidade estatal busca assegurar sua “existência/sobrevivência” como uma forma específica, unificada e coesa “de ser”. Dessa noção decorre o papel da memória como uma maneira de percepção do ator social sobre si mesmo e seu papel no mundo. Se a base histórica autobiográfica do “Eu” for desmontada, isso pode resultar na desestabilização da sua identidade, limitando sua capacidade de atuar e ser reconhecido como um participante importante nas relações internacionais (Mälksoo, 2015).

A partir dessa leitura, os Estados procuram garantir a si mesmos por meio da “articulação discursiva de uma narrativa de identidade (auto)biográfica”, que “atribui significado às suas ações passadas e presentes” (Innes & Steele, 2014, p. 15). A segurança ontológica é tão vital para os Estados quanto a segurança física (Zarakol, 2010). Portanto, a insegurança estatal decorre não apenas de ameaças materiais potenciais, mas também das “transformações e desenvolvimentos prospectivos que questionam a identidade de um Estado ou grupo” (Innes & Steele, 2014). Nesse quadro teórico, a política da memória

está intrinsecamente conectada à política de identidade e à busca por segurança ontológica. Se a identidade está vinculada à segurança, a memória também se torna um elemento relacionado à esfera securitária. Isso permite inferir que os dilemas ontológicos da identidade do “Eu”, que são constituídos pela política de memória, são partes fundamentais da busca por “segurança”. A lógica reflexiva e relacional dessa interação busca no “Outro” a aceitação da narrativa projetada pelo “Eu” (Lindemann, 2014; Narozhna, 2020).

Associadas a esse debate teórico, diferentes perspectivas críticas no campo das ciências sociais têm buscado entender o trauma legado por guerras devastadoras (caso da Grande Guerra Patriótica na União Soviética) como um fenômeno intrinsecamente político, analisando como se conecta a questões fundamentais relacionadas a identidade, segurança ontológica, justiça, reconciliação e reconhecimento. Muitos estudos sobre memória têm procurado investigar a dimensão política do trauma de guerras a partir de diversas áreas do conhecimento, como a psicanálise, os estudos culturais, a antropologia, a sociologia, a história, a filosofia, a ciência política e as relações internacionais. Os impactos sociais e políticos da memória traumática são demasiadamente complexos para serem compreendidos por uma única área do saber, considerando as diferentes interpretações sobre sua natureza específica e as várias formas de como experiências traumáticas do passado afetam tanto indivíduos quanto sociedades. Por isso, teorizar sobre esse tema requer necessariamente uma abordagem que integre múltiplas disciplinas, transitando constantemente entre diferentes campos e métodos interpretativos (Bell, 2006; Hutchison, 2016; Resende & Budryte, 2014; Steele, 2008).

As principais interseções dessas áreas do saber residem na conceituação do trauma como uma experiência solitária, desoladora e, sobretudo, desestabilizadora. O evento traumático derivado de episódios de violência política extrema pode ser compreendido como um acontecimento tão aterrorizante e devastador que mergulha os envolvidos em um universo de inseguranças e medos. A sensação de certeza dos hábitos cotidianos e das expectativas do futuro se dissolvem diante da catástrofe imposta pela violência. Suposições, convicções e significados construídos anteriormente, que moldaram as condições de sujeito e as subjetividades dos indivíduos em seu cotidiano, são desmantelados. A vida deixa de ser percebida como um percurso teleológico linear, retilíneo rumo a um objetivo particular. Assim, aqueles que

vivenciaram experiências traumáticas decorrentes de uma violência extrema podem ter sobrevivido, porém o sentido atribuído à própria existência se transforma radicalmente, de maneira irreconciliável com a realidade social progressa (Caruth, 1995, 1996; Edkins, 2003; Hutchison, 2016).

A experiência traumática, para além da dimensão psicológica do sofrimento que envolve, sugere uma constatação paradoxal e inacessível: a descrição mais direta de um evento violento pode residir na própria impossibilidade de conhecê-lo ou de enquadrá-lo dentro da realidade preexistente. As repetições do evento traumático continuam a se intrometer na percepção, o que sugere “uma relação mais ampla com o evento que se estende além do que pode simplesmente ser visto ou do que pode ser conhecido, e está inextricavelmente ligada ao atraso e à incompreensibilidade” (Caruth, 1996, p. 91-92).

A insuficiência de fornecer inteligibilidade ao trauma está estreitamente relacionada à descontinuidade de sua experiência temporal. É nessa aporia² que as consequências do encontro traumático desencadeiam um processo de ruptura temporal em seus participantes. Isso significa que tais eventos não podem ser experimentados ou processados da mesma maneira que outros fenômenos políticos, pois alteram a “linearidade do tempo histórico e narrativo” (Edkins, 2003, p. 40). Eventos traumáticos não existem onde o passado permanece passado. Ao contrário, a resposta ao trauma é sempre tardia ou protelada. Na verdade, a memória do trauma é recuperada somente depois que a vítima do evento experimenta seus sintomas e, portanto, envolve uma vivência socialmente mediada pelas memórias que evocam. A experiência/memória traumática é, nesse sentido, atemporal. Essa memória não pode ser transformada em uma história, colocada no tempo, com um começo, meio e fim (Edkins, 2003, p. 40).

Esse processo é político tanto em seus efeitos quanto em suas motivações. Por meio de fragmentos da lembrança, constrói-se uma compreensão compartilhada dos momentos difíceis do passado. Essa dinâmica permite

2 Em termos filosóficos, aporia refere-se a uma situação de impasse ou complexidade em que se encontra uma dificuldade insuperável e irresolúvel para solucionar um problema ou encontrar uma resposta. Derrida, por exemplo, utiliza o termo para descrever situações em que há conflito interminável entre várias interpretações de um mesmo texto ou conceito. Essa indeterminação mostra os limites da linguagem e da interpretação, evidenciando que a busca por um significado definitivo é sempre temporária e contingente. Ver Derrida, 1993.

que os indivíduos busquem aceitação e conforto junto àqueles que também vivenciaram experiências semelhantes. O significado coletivo do trauma proporciona aos indivíduos um senso mútuo de solidariedade, a sensação de estarem passando pelo mesmo sofrimento e pela mesma dor, mas de “não estarem sozinhos”. O paradoxo se estabelece pela contingência, à medida que os sobreviventes e as testemunhas procuram reconstruir as conexões sociais que foram rompidas em uma busca de “resposta”. Da mesma forma que “o trauma isola, ele também reconstrói” os arranjos políticos anteriores (Hutchison, 2016, p. 131).

Trauma histórico e a busca por reconhecimento no pós-Guerra Fria: a Rússia como grande potência

O caso da Rússia nos anos 1990 é destacado como um exemplo paradigmático de uma identidade nacional envolta em insegurança ontológica (Narozhna, 2021). A dissolução da URSS e o subsequente período caótico dos anos de neoliberalismo selvagem representam traumas que comprometeram a continuidade autobiográfica do Estado, emergindo como referências cruciais para compreender a reconstrução da identidade nacional russa no período pós-Guerra Fria. Nesse contexto, embora a existência do “Outro” russo possa ser reconhecida, ao ser comparada ao “Eu” ocidental, a Rússia era percebida como um sujeito hierarquicamente ou moralmente inferior, não digno de plena inclusão (Zabolotsky, 2019). Em outras palavras, o Ocidente via a Rússia a partir de uma representação que oscilava entre o “bárbaro” do Leste e o “aprendiz”.

Nesse sentido, a instância de (in)segurança ontológica russa em sua relação com a Europa não abrange apenas o caráter traumático da Grande Guerra Patriótica e da posterior dissolução da União Soviética, mas também se insere no “não reconhecimento” da Rússia como uma “igual” no pós-Guerra Fria. Isso se reflete tanto em sua marginalização e subalternização no espaço securitário europeu quanto em seu *status* de *outsider*. Tal exclusão alimentou uma relação ambígua e conflituosa com o Ocidente (Tsygankov, 2013; Zabolotsky, 2019) e, ao mesmo tempo, uma contínua busca pelo seu reconhecimento como uma grande potência (Tsygankov, 2005).

Nesse aspecto, o desmonte do bloco socialista e a fragmentação do Estado soviético não se tratavam apenas de deslocamentos econômicos e sociais. O colapso da União Soviética fez desmoronar os pilares simbólicos e o tecido ideacional em que as pessoas costumavam viver. Esse período foi marcado por uma aguda crise na identidade nacional russa. Conforme cita Kazientsev, “*os russos* – esta palavra se tornou um som vazio sem qualquer significado” (Kazientsev, 1992 *apud* Tolz, 1998). De modo similar, Morozov argumenta que, no contexto da crise identitária enfrentada pela Rússia após o colapso das estruturas soviéticas, “a sociedade russa se viu em uma situação de indeterminação absoluta, com as antigas estruturas de significado destruídas pela mudança revolucionária e a necessidade urgente de redefinir os próprios fundamentos de sua comunidade política” (Morozov, 2018). Esse paradoxo foi exacerbado pelas contradições inerentes à adoção dos preceitos de universalidade liberal nos anos 1990, em contraste com a necessidade de delimitar os próprios limites nacionais.

Nesse sentido, a desintegração da União Soviética não se tratou apenas de questões territoriais, militares ou de influência geopolítica; antes, implicou o desaparecimento de uma narrativa histórica comum. Os significados do papel dos russos/soviéticos no mundo e as certezas teleológicas sobre o passado, o presente e o futuro, cultivados por décadas, mudaram radicalmente, com uma rapidez inesperada. “Tudo colapsou diante de seus olhos” (Torbakov, 2011), gerando uma ruptura “entre o passado soviético e o caminho ainda desconhecido em direção a um futuro incerto” (Wijermars, 2019, p. 6).

Por outro lado, as promessas de prosperidade vinculadas à abertura econômica, à globalização e à democracia liberal revelaram-se insuficientes para compensar os prejuízos em termos de estabilidade social e serviços públicos que acompanharam o colapso do Estado soviético. Para os russos, a realidade após a dissolução da União Soviética foi, primordialmente, a da humilhação, da traição e da derrota, em uma “Guerra Fria” que, ao que parecia pelo discurso ocidental, havia sido vencida por este bloco.

A teorização de Fattah e Fierke sobre as implicações da “humilhação” e da “traição” proporciona *insights* valiosos para compreender os desdobramentos políticos dessas emoções ao se refletir sobre a Rússia pós-soviética (Fattah &

Fierke, 2009). Segundo os autores, o “poder da humilhação” não reside apenas na experiência em si, mas também na exposição pública e na percepção por parte de uma grande audiência de que a humilhação ocorreu. A traição é uma experiência menos explícita que silencia e, assim, aniquila a agência do sujeito traído. Nesse sentido, humilhação e traição são conceitos relacionais, sendo exatamente essa relacionalidade prejudicada no momento em que a confiança esperada ou o “senso de pertencimento” a um grupo são ameaçados ou se revelam não confiáveis (Fattah & Fierke, 2009, p. 72-73).

Nessa dinâmica emocional, a experiência russa nos anos 1990 pode ser definida por um tipo particular de interseção traumática entre a humilhação e a traição. A “humilhação” nacional sofrida pela Rússia foi percebida de maneiras diversas que vão além da aparente “derrota” na Guerra Fria e da falta de reconhecimento de seu papel como “grande potência”. Associado a isso, o Kremlin percebia que as promessas de uma parceria mais estreita com o Ocidente não foram cumpridas ou que suas preocupações com segurança foram negligenciadas com a expansão da Otan para o Leste Europeu. De acordo com Lukyanov,

[A] “nova ordem mundial” deixou de representar um arranjo entre iguais; passou a significar o triunfo dos princípios e da influência ocidentais. Dessa forma, na década de 1990, as potências ocidentais deram início a um ambicioso experimento para atrair uma parte significativa do mundo para o que consideravam “o lado correto da história”. [...] A Rússia se encontrava em uma posição estranha. Era a sucessora de uma superpotência, com quase todas as características formais da União Soviética, mas, ao mesmo tempo, precisava superar um declínio sistemático enquanto dependia da benevolência (e apoio financeiro) de seus antigos adversários. (Lukyanov, 2016, p. 32-33)

Nesse sentido, as repercussões simbólicas da queda do Muro de Berlim foram dramaticamente diferentes nos países pós-comunistas. Enquanto nas demais nações que faziam parte do antigo Pacto de Varsóvia a transição para o capitalismo foi representada como o retorno a sua “independência” e um

sentimento de excepcionalismo, integrando-se às instituições de cooperação e segurança euro-atlânticas (notadamente a União Europeia e a Otan), a Rússia, por outro lado, foi excluída dessa arquitetura (Zabolotsky, 2019). Isso resultou no desafiante ônus de se diferenciar e, em certa medida, reconstruir a nação a partir dos escombros do passado (Malinova, 2020; Wijermars, 2019).

Conseqüentemente, as dores e os traumas da transição foram assimilados de maneira radicalmente distinta nos países pós-soviéticos. Para boa parte dos países do Leste Europeu, o colapso da URSS foi interpretado como um “retorno à Europa”, e a “independência nacional” tida como a possibilidade para o florescimento “real” de sua nacionalidade, antes “capturada pelo projeto socialista”. Em contrapartida, para os russos, as repercussões do fim do socialismo significaram humilhação, traição e vergonha; os eventos dos anos 1990 e a difícil transição para o capitalismo representaram, antes, um “trauma coletivo”.

Para a população russa e no discurso público, a década de 1990 frequentemente é retratada como a “década turbulenta”, “tempos difíceis” ou os “noventa selvagens” (*dikhie devianostye*). Para os russos, os anos 1990 foram um período caracterizado por desordem, criminalidade e empobrecimento de um “Estado enfraquecido e em colapso”. Essa experiência traumática atua como um catalisador dentro de uma estrutura cognitiva que transforma a imaginação coletiva e influencia o modo como os cidadãos russos formam seus julgamentos políticos.

A memória desses “tempos difíceis” é frequentemente retratada em vários filmes, livros e músicas da cultura popular. O filme *Brat (Irmão)*, de Alexey Balabanov, possivelmente seja o mais representativo que capta as complexidades e as dificuldades da sociedade russa pós-soviética. A obra narra a história de Danilo Bagrov (interpretado por Sergey Bodrov), um ex-soldado que retorna a São Petersburgo após as guerras na Chechênia. Na cidade, ele tenta reconstruir sua vida pós-guerra, mas acaba se envolvendo no submundo do crime e nas máfias russas que dominavam o país. Uma das falas mais emblemáticas do filme *Brat 2* está no diálogo entre o protagonista, Danilo Bagrov, e seu antagonista norte-americano, Richard Mennis (interpretado por Gary Houston). Nesse diálogo, Danilo pergunta:

*E aí, americano, me diga, onde está o poder? É no dinheiro? Meu irmão diz que é no dinheiro. Você tem muito dinheiro, e daí? Eu acho que o poder está na verdade. Quem tem a verdade é mais forte. Se você engana alguém, ganha dinheiro. E aí, você ficou mais forte? Não, não ficou. Porque a verdade não está com você. E aquele que você enganou, a verdade está com ele, isso significa que ele é mais forte. Entendeu?*³

Nessa linha de raciocínio, Bagrov parece sugerir que o poder, para ele, não se limita a uma entidade coercitiva fundamentada em capacidades militares ou econômicas. Em vez disso, o poder é concebido como uma força que atua por meio da produção e da disseminação de “verdades” e, conseqüentemente, do conhecimento. Nesse sentido, a essência crucial dessa reflexão se localiza na convicção de Bagrov de que o verdadeiro poder ou a força reside na “verdade”. Essa perspectiva se estende ao papel dos soviéticos na vitória sobre o nazifascismo. Afinal, o povo soviético lutou na guerra para defender sua “verdade histórica” e fez isso ao custo de incontáveis e irreparáveis perdas. Mais do que uma conquista militar, a vitória representou a afirmação de uma força moral e um sentido de existência que foram profundamente enraizados e transmitidos de geração em geração, moldando a identidade coletiva e o espírito nacional.

Nessa lógica, em 1991, a Rússia optou por se tornar formalmente a herdeira da URSS e assumiu os compromissos securitários de sua antecessora socialista. Por outro lado, grande parte dos países da Europa Oriental optaram por restabelecer a continuidade histórica com suas entidades estatais pré-comunistas. A concepção contemporânea da Rússia como sucessora direta do Estado soviético levou as elites russas, desde os comunistas e eslavófilos até os ocidentalizantes, a anteciparem que, com o término das disputas ideológicas da Guerra Fria, haveria um reconhecimento formal por parte dos países ocidentais do papel fundamental desempenhado pela URSS na vitória

3 Do original em russo: “Вот скажи мне, американец, в чём сила? Разве в деньгах? Вот и брат говорит, что в деньгах. У тебя много денег, и чего? Я вот думаю, что сила в правде. У кого правда – тот и сильней. Вот ты обманул кого-то, денег нажил. И чего, ты сильнее стал? Нет, не стал. Потому что правды за тобой нет. А тот, кого обманул, за ним правда, значит, он сильней. Да?” (tradução nossa).

e na libertação da Europa das forças nazistas. Não longe disso, esperavam o reconhecimento do *status* da Rússia como uma “grande potência” e de sua verdade histórica.

A interseção da identidade nacional projetada com o reconhecimento internacional traz implicações para o sentido coletivo de segurança ontológica e para a política externa da Rússia com o Ocidente. Para Narozhna, a recusa em reconhecer um Estado e uma sociedade conforme sua autodescrição gera uma contradição entre os aspectos reflexivos e sociais da identidade coletiva, representando uma ameaça ao senso coletivo de segurança ontológica (Narozhna, 2020, 2021). Nesse cenário, o Estado se depara com um desafio significativo e persistente em sua política externa, precisando encontrar maneiras de manter e conquistar o reconhecimento internacional de sua imagem e de sua projeção coletiva (Narozhna, 2020, 2021).

O ato de obter o reconhecimento internacional daquilo que é projetado pelo “Eu” atribui um valor positivo à identidade coletiva que está sendo reconhecida, indicando respeito pelo Estado e pela sociedade em questão. Em contraste, recusar esse reconhecimento equivale a negar sua agência e implica sua minimização simbólica e desonra. É nesse espaço de tensão que a negação do reconhecimento “reativa” a política da memória da Grande Guerra Patriótica como um pilar fundamental na identidade nacional russa. A lógica triunfalista do Ocidente em estabelecer a “verdade” de seus valores e de sua história como moralmente superiores, associada à ausência do reconhecimento da Rússia de seu “lugar de direito” na ordem pós-Guerra Fria, repercute em um substrato político de emoções próprias do encontro traumático na população russa. Ao mesmo tempo, os espólios emocionais traumáticos deixados pela percebida “traição” ocidental e a “humilhação” da Rússia na década de 1990 impulsionam as subjetividades na busca por reconhecimento e reparação.

O vínculo político entre a segurança ontológica, o trauma e o reconhecimento da Rússia como “grande potência” está profundamente entrelaçado com a memória da Segunda Guerra Mundial. Malinova destaca que as memórias da Grande Guerra Patriótica “se tornaram o principal pilar da identidade pós-soviética russa” e possuem uma intensa “ressonância emocional” tanto entre as novas gerações quanto entre as gerações mais antigas da sociedade

rusa, consolidando-se como um elemento essencial da autoimagem nacional (Malinova, 2017, p. 45-56).

Nesse sentido, as visões divergentes do Ocidente sobre a Rússia e sua posição na “nova ordem mundial” também foram acompanhadas por um questionamento exógeno de seu passado e por um “revisonismo mnemônico” (Mälksoo, 2009) por parte dos “novos membros do Ocidente” em relação à URSS e à sua contribuição na vitória na Segunda Guerra Mundial. Nessa linha de pensamento,

Moscou percebe as tentativas de alguns novos membros da UE de ajustar o “mapa mnemônico da Europa” como um esforço para questionar a autoimagem, o prestígio e o status internacional da Rússia. Ao insistir que a memória do Leste Europeu sobre a Segunda Guerra Mundial, em grande medida, continua sendo les lieux d’oubli (lugares de esquecimento), mais do que les lieux de mémoire (lugares de memória).⁴

Para os demais países da Europa Oriental, “esquecer” o legado soviético implicou um esforço consciente para desvincular-se de uma história supostamente marcada por influências políticas e ideológicas da antiga União Soviética. Esse processo de “esquecimento” se tornou evidente a partir da adoção das leis de “purificação” e “lustração”⁵ que almejavam a “descomunicação” de seus países no pós-Guerra Fria. Tais ações buscavam se diferenciar ao reafirmar autonomia e construir identidades nacionais ligadas a um “futuro europeu” comum a partir de uma ruptura, da criminalização e da negação de seu passado.

4 Do original em russo: “[...] Москва воспринимает попытки некоторых новых членов ЕС скорректировать «мнемоническую карту Европы» как стремление поставить под сомнение самоощущение, престиж и международный статус России. Настаивая на том, что «память Восточной Европы о Второй мировой войне в большей степени все еще остается les lieux d’oubli, нежели les lieux de memoire [...]”. Ver Torbakov, 2012, p. 103.

5 A etimologia da palavra “lustração” tem origem no latim *lustratio*, que se traduz como “purificação por sacrifício”, indicando uma espécie de limpeza cerimonial da culpa ou dos delitos coletivos. O termo passou a ser associado às leis de descomunicação adotadas pelos países que compunham o Pacto de Varsóvia após o desmantelamento do bloco socialista, referindo-se aos expurgos e à exclusão das antigas elites comunistas da vida pública. Ver Neumayer, 2019; David, 2006.

Esses esforços não permitiram uma “reconciliação” com o legado da experiência socialista. Ao legitimar uma interpretação inequivocamente negativa do período soviético comparada ao nazifascismo, os projetos de “lustração” e “descomunização” igualmente suprimiram memórias alternativas, emoções e genealogias. Apagar esses e muitos outros fios da história levaram a uma visão acrítica e inequívoca de “verdade” sobre o passado. Diante de uma percepção do período soviético como marcado pela subjugação e pelo “totalitarismo”, os “novos países europeus” empreenderam esforços para “purificar”, “apagar”, “eliminar” ou até mesmo “vingar” esse passado. Essa constituição alimenta uma relação conflituosa com a Rússia, reativando, igualmente, sentimentos de remorso, traição, vergonha e humilhação e a busca por justiça.

As políticas de “descomunização” na Europa: impactos na memória da Grande Guerra Patriótica e nas relações com a Rússia

Existem diferenças notáveis entre os países da Europa Central e da Europa Oriental em relação às suas heranças históricas, aos caminhos escolhidos para a reconstrução e à magnitude das mudanças que ocorreram desde a queda do muro de Berlim. No entanto, há um consenso na literatura especializada de que, após a dissolução do bloco socialista, a maioria dos “novos países europeus” passou por um processo abrangente, tanto simbólico quanto material, de “descomunização” como um meio de refundação de seus mitos e de sua identidade nacional diante da nova realidade. A criminalização e a exclusão de seu “passado comunista” tornaram-se um anteparo de oposição para a adoção de novos significados em relação à sua nacionalidade, agora vinculada ao “projeto europeu” (Mälksoo, 2009; Mark, 2010; Subotić, 2020; Welsh, 1996; Zombory; 2020).

A temporalidade da “transição para a democracia”, desvinculada da “opressão do Leste” e ainda em busca de reconhecimento ocidental, estava profundamente orientada para um “futuro compartilhado” nas instituições ocidentais, reinterpretando o período comunista como um “sacrifício pela liberdade” e pela Europa. A construção nacional que influenciou as políticas

mnemônicas dos países pós-comunistas baseou-se significativamente nos “traumas escolhidos” da “repressão comunista” e nas “glórias escolhidas” de “retornar à Europa”. Na avaliação de Zombory, as representações do passado estavam intrinsecamente ligadas à ideia de uma “luta heroica da nação pela independência” e em “defesa do Ocidente”, supostamente caracterizado por “liberdade e tolerância”, contrastando com o Leste, visto como “bárbaro e opressor”. Diante dessa dicotomia, a centralidade de “honrar” a memória do legado socialista na vitória contra o nazifascismo se torna um objeto “completamente e irreversivelmente deslegitimado e desacreditado como uma mentira histórica disseminada pelos comunistas com o objetivo de manipular a nação e manter sua dominação” (Zombory, 2020, p. 39).

Nesse contexto, a promulgação de diversas legislações em âmbito nacional na maioria dos países pós-comunistas buscava precisamente refletir essa narrativa. No entanto, tais legislações falharam em abordar as complexidades dos traumas coletivos e em refletir criticamente sobre as contradições do passado. Pelo contrário, tratava-se de um objetivo ahistórico mais amplo que visava monopolizar narrativas e fixar o legado soviético como um “período criminoso”, cuja nacionalidade foi sequestrada por um projeto perverso em sua totalidade, no qual seu principal perpetrador era a Rússia (herdeira da URSS). Esse movimento de rejeição do inventário comunista não apenas representou uma tentativa de distanciamento do sistema político anterior (e da Rússia pós-soviética), mas também serviu como um mecanismo de construção de uma narrativa autobiográfica nacional e de sua segurança ontológica na busca pelo reconhecimento e pela aceitação de sua “europeidade” no Ocidente.

Diante desse entendimento, durante as celebrações do fim da Segunda Guerra Mundial e dos eventos que antecederam a cúpula da Otan em Riga, em 2006, a presidente letã, Vaira Vike-Freiberga, destacou em seu discurso perante o Congresso norte-americano que, para “metade da Europa”, a opressão não terminou com a queda de Hitler, mas apenas com a plena adesão à Otan e à União Europeia:

Ninguém conquistou a liberdade sob a tirania stalinista e a opressão do comunismo totalitário [...] O desejo de ingressar na OTAN e na União Europeia tornou-se uma força que nos impulsionou

tão vigorosamente quanto a força que nos afastava do passado da ditadura soviética. (Vike-Freiberga, 2006)

Nesse contexto, durante o processo de transição pós-socialista, a maioria dos países do antigo Pacto de Varsóvia⁶ adotou uma série de leis e normativas internas que visavam alterar a paisagem política e simbólica nacional. A promulgação de leis que proíbem a “simbologia comunista” ocorreu em quase todos os países pós-comunistas, principalmente na Polônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Estônia, Moldávia, Geórgia, Ucrânia e Bulgária (Meleshkina, 2019, p. 37). Os “novos países europeus” que adotaram leis, resoluções e atos parlamentares qualificando a antiga administração comunista e suas lideranças como “criminosos” são República Tcheca (1993), Lituânia (1989 e 1992), Letônia (1996 e 2005), Bulgária (2000), Hungria (2011), Estônia (1989 e 2002), Eslováquia (1996) e Romênia (1991) (Neumayer, 2019). Sob aspectos simbólicos, uma ampla sorte de monumentos e “lugares de memória” em “honra” ao Exército Vermelho pela libertação desses países das forças nazistas foi deliberadamente destruída ou retirada da toponímia urbana.

Em muitos desses lugares, foram erguidos memoriais com o objetivo de ressignificar ou “apagar” a reminiscência ideológica indesejada. Nessa dinâmica, esses espaços, antes interpretados como fontes de “glória” e “redenção”, se tornaram “símbolos do crime e do genocídio”. Entre os exemplos mais emblemáticos, destaca-se o prédio anteriormente pertencente ao Serviço de Segurança Comunista húngaro, em Budapeste, que foi transformado no Museu “Casa do Terror”. Além disso, o “Museu das Vítimas do Genocídio”, em Vilnius, posteriormente renomeado e reformatado como o “Museu das Ocupações e Lutas pela Liberdade”, está situado na construção que anteriormente pertencia ao serviço de inteligência soviético. Ainda, o “Museu das Ocupações”, em Riga, ocupa o edifício que, até 1991, abrigava o “Museu dos Riflemen Letões”, grupo que apoiou os bolcheviques durante a Revolução Russa (Zombory, 2020, p. 44).

6 Conforme observado por Stan (2009), a maioria dos países do ex-bloco socialista promulgou diversas leis de lustração e descomunização ainda nos anos 1990 e início dos anos 2000. A exceção ocorreu nos países que compunham a antiga Iugoslávia, assolada pela guerra nesse período.

Nesse contexto político-institucional, com o objetivo de promover a “puri-ficação” desses países das antigas elites comunistas, diversos partidos políticos e lideranças regionais vinculadas ao passado socialista foram desmobilizados e excluídos da arena política por meio das chamadas leis de “lustração”.⁷ Nos países do Leste Europeu, a judicialização da memória por meio dessas leis permite que atores políticos avancem em suas agendas de segurança ontológica da identidade nacional, com o respaldo da recém-conquistada “soberania nacional”. Mälksoo argumenta que, ao evocar o direito do Estado à autodeterminação sobre o seu passado, está sendo defendido o direito de uma nação como uma entidade autoconsciente que busca garantir sua continuidade por meio de “segredos, mentiras, silêncios e disfarces” (Mälksoo, 2015).

Tal dinâmica confere uma “ontologia à segurança”, transformando-a em uma condição inevitável da interação política entre Estados (Mälksoo, 2015, p. 2). Conforme exposto, grande parte das legislações sobre a memória do comunismo adotadas pelos países pós-comunistas antecedeu sua adesão à União Europeia e permaneceu em vigor mesmo após sua integração no bloco. Após suas incorporações definitivas nas instituições ocidentais, esses países passaram a buscar ativamente a integração de suas narrativas autobiográficas nacionais, almejando a inclusão dessas perspectivas em contexto supranacional. Com efeito, o consenso anteriormente estabelecido nas instituições ocidentais em torno da memória do Holocausto como sendo o “maior crime contra a humanidade do século XX” tem sido gradualmente desafiado com a expansão do bloco para o Leste (Mälksoo, 2009, p. 656).

Os “novos países europeus” passaram a apresentar, nas instâncias supranacionais europeias, apelos para a condenação e a judicialização universal do passado comunista. Neumayer destaca que questões anteriormente associadas

7 Na República Tcheca, por exemplo, altos funcionários e indivíduos associados ao governo comunista anterior foram proibidos não apenas de participar da política, mas também de ocupar cargos de influência, como posições acadêmicas proeminentes e cargos de gerência em empresas estatais ou privadas. Em contraste, a lei de lustração polonesa de 1997 estabelecia que, embora os funcionários públicos devessem declarar se eram ou não colaboradores conscientes das elites comunistas, a proibição de ocupar cargos públicos só ocorreria se suas acusações fossem comprovadamente falsas, conforme determinado pelo Tribunal de Lustração. Hungria e Romênia ameaçaram a divulgação pública dos arquivos secretos de indivíduos associados aos serviços de segurança da era comunista, o que, por sua vez, inviabilizaria qualquer candidatura a cargos públicos. Ver Stan, 2009.

ao “consenso do Holocausto” começaram a ser discutidas em Bruxelas em relação ao período soviético. Exemplos específicos incluem medidas para penalizar o negacionismo dos “crimes comunistas” e estabelecer um tribunal internacional sediado na União Europeia para julgar os responsáveis por esses atos (Neumayer, 2019). Nessa linha, Subotić destaca que “muitos estados na Europa pós-comunista escolheram [...] empreender projetos radicais de criminalização do comunismo, usando grande parte da linguagem de memória desenvolvida para comemorar o Holocausto para, ao invés disso, comemorar crimes comunistas” (Subotić, 2020, p. 2).

Nesse sentido, a emergência de um discurso moral no intuito de justapor o nazismo ao comunismo, incluindo a terminologia oficial de “duplo genocídio”, visava institucionalizar politicamente e juridicamente um regime de memória específica e fixo. A judicialização política e social da “descomunização” empreendida nas últimas décadas teve um impacto fundamental na formulação da rigidez mnemônica sob o manto das “leis de memória” na região, incorporando estratégias normativas que visam equiparar ideologicamente o “comunismo ao nazifascismo” em nível pan-europeu (Mälksoo, 2009; Neumayer, 2019; Subotić, 2020).

Os Estados membros pós-comunistas da União Europeia têm empregado uma “gramática anticomunista” em várias instituições de Bruxelas e Estrasburgo cuja base ideacional visa promover uma agenda que busca assemelhar os crimes do comunismo ao Holocausto (Mälksoo, 2009; Neumayer, 2019; Subotić, 2020). Nesse sentido, o repertório normativo e judicial dessas políticas de memória procura criminalizar a experiência comunista anterior, equiparando-a a um sistema de violência indistinguível do Holocausto, ao reinterpretar o comunismo como um projeto histórico de genocídio das populações do Leste Europeu perpetrado pela URSS.

Conforme destacado anteriormente, os esforços para integrar a narrativa mnemônica dos países do Leste Europeu no contexto pan-europeu antecederam até mesmo sua completa adesão ao bloco. Inicialmente, a maioria das discussões ocorreu no âmbito da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE). Com a expansão da União Europeia para o leste, esses esforços foram direcionados para as principais plataformas deliberativas do bloco, como o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e o Conselho da

União Europeia. Audiências públicas e conferências internacionais sobre esse tema foram organizadas sob os auspícios das Presidências da União Europeia da Eslovênia, República Tcheca, Hungria e Polônia entre 2008 e 2011. Os argumentos centrais para impulsionar essa agenda giravam em torno do reconhecimento do Pacto Molotov-Ribbentrop, de 1939, como o meio pelo qual a União Soviética e a Alemanha Nazista haviam dividido a Europa. Essa posição fundamentava a ideia de que essa aliança não fazia distinção entre o stalinismo e o nazismo; portanto, era uma comprovação da equivalência na natureza genocida de seus crimes (Mälksoo, 2014; Neumayer, 2019).

Na primeira década dos anos 2000, os desdobramentos imediatos dessas discussões resultaram em uma ampla sorte de declarações, resoluções e iniciativas legais que foram absorvidas no âmbito das discussões intra-bloco. Destaca-se entre as principais a Resolução de 2006 da APCE sobre a “necessidade de condenação internacional dos crimes dos regimes comunistas totalitários” (Parliamentary Assembly, 2006). Em 2008, a Declaração do Parlamento Europeu proclamou o dia 23 de agosto como o “Dia europeu em memória das vítimas do stalinismo e do nazismo” (European Parliament, 2008). A Resolução do Parlamento Europeu de 2009 sobre a “consciência europeia e o totalitarismo”,⁸ na sua linha K, considera que a “Europa não será unida a menos que seja capaz de formar uma visão comum de sua história, reconhecendo o nazismo, o stalinismo e os regimes fascistas e comunistas como um legado comum” (European Parliament, 2009).

Antecedendo à resolução do Parlamento Europeu de 2009, a presidência eslovena do Conselho Europeu, em colaboração com a Comissão Europeia, promoveu uma audiência pública sobre “crimes cometidos por regimes totalitários”. Posteriormente, o Senado da República Tcheca organizou uma conferência específica sobre os “crimes do comunismo”. Os resultados dessa conferência culminaram na assinatura da “Declaração de Praga sobre Consciência e Memória Europeias”, clamando pelo:

2. Reconhecimento de que muitos crimes cometidos em nome do Comunismo devem ser avaliados como crimes contra a humanidade,

8 A resolução aprovada no Parlamento Europeu foi apresentada por políticos dos países bálticos, Polônia, República Tcheca, Hungria e Romênia; também foi apoiada por políticos belgas, alemães e suecos. Ver Mälksoo, 2014, p. 95.

[...] da mesma forma que os crimes nazistas foram avaliados pelo Tribunal de Nuremberg.

[...]

7. Reconhecimento do Comunismo como parte integral e horrível da história comum da Europa.

8. Aceitação da responsabilidade pan-europeia pelos crimes cometidos pelo Comunismo.⁹

À medida que as tensões geopolíticas entre Rússia e o Ocidente se tornavam mais evidentes, a natureza dessas resoluções passou a ter uma dimensão explicitamente antirrusa. Em 2019, o Parlamento Europeu adotou uma resolução¹⁰ intitulada “Sobre a Importância da Lembrança Europeia para o Futuro da Europa”, condenando os “esforços envidados pela atual liderança russa para distorcer os fatos históricos”, que “nega ou glorifica os crimes do comunismo”, relacionando isso a uma “propaganda de guerra de informação brandida contra a Europa democrática” com o objetivo de dividi-la. Essa resolução também insta à remoção de todos os memoriais relacionados ao “totalitarismo” em toda a Europa, incluindo aqueles dedicados a homenagear o soldado desconhecido do Exército Vermelho. Ao categorizar a Segunda Guerra Mundial como “o conflito mais devastador na história da Europa”, a resolução atribui responsabilidade compartilhada à União Soviética e à Alemanha Nazista pelo início da guerra, considerando-a “consequência imediata do tratado de não agressão germano-soviético de 23 de agosto de 1939, também conhecido como Pacto Molotov-Ribbentrop” (European Parliament, 2019).

Tais resoluções legislativas, embora desprovidas de instrumentos legais vinculantes no âmbito interno dos membros da União Europeia, desempenharam um papel significativo na socialização das narrativas autobiográficas nacionais dos países pós-comunistas. O consenso anterior em torno

9 Do original em inglês: “2. recognition that many crimes committed in the name of Communism should be assessed as crimes against humanity [...], in the same way Nazi crimes were assessed by the Nuremberg Tribunal [...] 7. recognition of Communism as an integral and horrific part of Europe’s common history. 8. acceptance of pan-European responsibility for crimes committed by Communism”. Ver Prague Declaration on European Conscience and Communism, 2008.

10 Resolução do Parlamento Europeu adotada em 19 de setembro de 2019 por 535 votos a favor, 66 contra e 52 abstenções.

da memória da Segunda Guerra Mundial foi gradualmente desafiado com a adoção de uma agenda mnemônica que se autoconstituía em oposição aos significados representados pela Rússia. Ao mesmo tempo, apagavam determinados aspectos sobre o contributo decisivo dos comunistas e da União Soviética na vitória sobre o nazifascismo. Isso não implica pensar que Moscou adota uma agenda de defesa do “comunismo” ou queira restaurar o projeto socialista. Conforme demonstrado anteriormente, a “revisão do mapa mnemônico europeu” ameaça as narrativas autobiográficas construídas em torno dos símbolos da vitória soviética na Segunda Guerra Mundial e dos significados dessa herança. Nesse sentido, os efeitos político-institucionais subjacentes do discurso de “equiparação do comunismo ao nazismo” foram mais amplos, pois conferiam sentido à expansão da União Europeia e da Otan para o leste e, simultaneamente, legitimavam as ações e sanções anti-Rússia adotadas no âmbito dessas instituições.

Diante disso, as *performances* mnemônicas de reconhecimento da “europeidade” a partir da condenação do passado comunista são igualmente evidentes nos países que buscam sua inclusão no bloco europeu. O caso da Ucrânia pós-Maidan é particularmente emblemático. Nesse contexto, o diretor do Instituto Ucrainiano de Memória Nacional, Volodymyr Vyatrovych,¹¹ um dos principais proponentes e idealizadores da política de “descomunização” da Ucrânia, propôs adotar os países do Leste Europeu como modelo. Em sua perspectiva, a condenação do comunismo poderia resultar na adesão da Ucrânia à União Europeia e à Otan, de modo similar ao caso de outras nações da Europa Oriental:

Hoje é o melhor momento para finalmente concluir a descomunização do país. Ao contrário de outros países pós-comunistas do Leste Europeu, a Ucrânia não fez isso no início da década de 1990. Em países como República Tcheca, Polônia e nos países bálticos, leis semelhantes foram adotadas no início da década de 1990...

11 Como historiador, Vyatrovych é um notório negacionista dos crimes cometidos por nacionalistas ucranianos durante a Segunda Guerra Mundial e é acusado de encobrir as colaborações da SS Galizien, OUN (Organização dos Nacionalistas Ucranianos) e da UPA (Exército Insurgente Ucraniano) com a Alemanha Nazista. Ver Marples, 2018. Desde 3 de dezembro de 2019, Vyatrovych é membro do parlamento ucraniano.

Dessa forma, nesses países, o processo de revoluções democráticas foi concluído, o que permitiu que se tornassem membros da União Europeia e da Otan. Estou convencido de que o rompimento com o passado totalitário é uma condição incrivelmente importante para o desenvolvimento da Ucrânia como um estado democrático normal. (Klymenko, 2017, p. 319, tradução nossa)

Sob essa orientação, as leis de “descomunização” na Ucrânia abrangem um contexto mais amplo do que “Leis da Memória”; elas são vistas como um projeto de “europeização”. Ademais, incluem um programa que visa homogeneizar culturalmente e etnicamente uma nação multinacional além de estabelecer a língua ucraniana como o único idioma oficial no país, embora grande parte da população tenha o russo como única língua falada (Marples, 2018). Nesse contexto, em 2015, foram aprovadas quatro leis de um “pacote de descomunização” cujo mote central previa a criminalização do comunismo e a proibição da propagação de sua simbologia. A divulgação de símbolos comunistas (brasão, bandeira e hino da URSS) se tornou objeto de penalização, incluindo prisão de até cinco anos. Isso resultou na proibição de todos os três partidos comunistas na Ucrânia (Marples, 2018, p. 2). Foram estas as leis adotadas no “pacote de descomunização”:

314-VIII Sobre o Estatuto Legal e Homenagem à Memória dos Combatentes pela Independência da Ucrânia no século XX;

315-VIII Sobre a Perpetuação da Vitória sobre o Nazismo na Segunda Guerra Mundial de 1939-1945;

316-VIII Sobre o Acesso aos Arquivos dos Órgãos Repressivos do Regime Totalitário Comunista de 1917-1991;

317-VIII Sobre a Condenação dos Regimes Comunista e Nacional Socialista (Nazista) e Proibição da Propaganda de seus Símbolos; (Klymenko, 2017, p. 311, tradução nossa)

Com efeito, diversos símbolos e monumentos da época socialista foram desmontados e, em seu lugar, foram erigidos monumentos às figuras de Stepan Bandera e Roman Shukhevych, líderes da OUN (Organização dos Nacionalistas Ucranianos) e da UPA (Exército Insurgente Ucraniano) durante

a Segunda Guerra Mundial. A reabilitação da saudação da OUN e da UPA – *Slava Ukraïni!* (Glória à Ucrânia!), com a resposta antecipada *Heroiam slava!* (Glória aos heróis!) – tornou-se uma espécie de *slogan* dos governos pós-Maidan. Assim como outras leis de “descomunicação”, suas contradições são inúmeras, e talvez sua discussão esteja fora do escopo desta análise.

No entanto, destaca-se o fato de que, ao condenar tanto o nazismo quanto o comunismo, o texto reabilita simultaneamente os combatentes ultranacionalistas da insurgência ucraniana na metade do século XX, conferindo-lhes o *status* de heróis nacionais. As organizações vinculadas à independência da Ucrânia no século XX, como a OUN e a UPA, foram notoriamente forças colaboracionistas¹² da Alemanha Nazista na Europa Oriental e são responsáveis pelo assassinato de milhares de judeus, ciganos, poloneses e russos nas décadas de 1930 e 1940 (Rossolinski-Liebe, 2014). Além disso, em termos organizacionais e ideológicos, a OUN era, de fato, uma organização fascista típica, conforme evidenciado por diversas de suas características: o princípio de liderança (*Führerprinzip*), a aspiração em proibir todos os outros partidos políticos e movimentos, o *slogan* fascista (*Slava Ukraïni! Heroiam slava!*), a bandeira vermelha e preta, a saudação com o braço erguido, a xenofobia e o antisemitismo, o culto à violência e a admiração por Hitler, Mussolini e outros expoentes do fascismo europeu (Himka, 2010, p. 87).

Nesse contexto, a legislação de memória nos novos membros da União Europeia (ou em processo de adesão) não visa à reconciliação com os traumas do passado ou promover uma reflexão crítica sobre o período comunista. Pelo contrário, essas legislações e resoluções buscam disciplinar e “regular representações coletivas do passado” (Koposov, 2017, p. 2). É por meio de sua mobilização constante que novos aspectos da identidade são formulados,

12 Segundo Rossolinski-Liebe (2014, p. 240), a OUN e a UPA, em colaboração com os nazistas, forneceram assistência militar e informações de inteligência para preparar a Operação Barbarossa. A OUN, liderada por Bandera, tentou estabelecer um estado ucraniano após o ataque alemão à União Soviética, esperando aprovação por parte dos alemães, assim como estes haviam aceitado os estados estabelecidos pelo Partido Hlinka e pela Ustaša. Após o ataque alemão à União Soviética, em junho de 1941, as forças-tarefa da OUN auxiliaram as tropas alemãs e, em conjunto com elas e com os ucranianos locais, organizaram uma série de *pogroms* no oeste da Ucrânia, resultando em assassinato, saque e torturas a milhares de judeus, ciganos, russos e poloneses.

tendo como anteparo a oposição a Moscou. Nessa dinâmica, símbolos da luta “anticomunista” ligados ao nazifascismo da metade do século XX são resgatados na memória pública dos países do Leste Europeu, fornecendo e recriando mitos para refundar suas nacionalidades.

Esse conjunto normativo da memória baseia-se em um sentimento de vitimização e transfere a responsabilidade pelo passado comunista a forças externas, negando a própria “agência” de forças internas ou o eventual apoio popular da época e tratando esse período como uma “ocupação russa” (Koposov, 2017, p. 131). Essa exoneração de responsabilidade alimenta a instrumentalização nacionalista na União Europeia ao impor uma perspectiva unilateral da memória e encontra apoio em vários âmbitos do espectro político, incluindo grupos radicais nacionalistas, populistas e conservadores (Mark, 2010). Como demonstra o caso ucraniano pós-Maidan, o resultado é o fortalecimento de uma corrente política ultranacionalista centrada na memória histórica, cuja retórica redefine a luta anticomunista apelando à reabilitação do nazismo como o principal pilar da construção de sua “europeidade”.

Nesse caso, 1989 não foi uma ruptura na qual as sociedades pós-comunistas pudessem promover uma reflexão crítica e abordar as complexidades da Segunda Guerra Mundial e de sua herança comunista. O desmonte do bloco socialista apenas reestruturou as *performances* do Estado. Os discursos de “descomunização” e/ou “europeização” nunca são completos ou finalizados. É por meio da legislação da memória que se estabelecem mitos e dinâmicas que servem aos propósitos específicos do poder. Essa constituição revela-se fundamentalmente “antipolítica”, pois, em última instância, busca suprimir ou transcender o antagonismo inerente ao âmbito “político” (Mouffe, 2015).

As tentativas de forjar um consenso mnemônico sobre questões históricas multidimensionais, como a Segunda Guerra Mundial e o legado do passado socialista na Europa Central e Oriental, são motivadas pelo desejo de superar o antagonismo político que essas questões suscitam. Contraditoriamente, essas tentativas acabam por impor uma visão particular da história a um conjunto diverso de atores sociais, condenando, deslegitimando ou criminalizando alternativas. Tais esforços alimentam tensões e reativam antagonismos. Essa dinâmica tende a “amplificar as espirais negativas da insegurança ontológica” (Mälksoo, 2015, p. 5) ao fomentar “ameaças” à “segurança” do “Eu”

nacional. Isso implicou a formação de uma narrativa do trauma que alimenta um sentimento coletivo de ansiedade, insegurança, medo e indignação, o qual pavimentou o caminho para formas retaliatórias de violência.

Nesse contexto, ao traçar as fronteiras entre o presente e o futuro do “mundo civilizado” europeu em oposição ao passado da “barbárie comunista” soviética/russa, se estabelecem relações hierarquizadas cujas “verdades” são moralmente superiores. O “Outro” emerge “como um inimigo a ser combatido”, em vez de um interlocutor legítimo “cujo direito de defender essas ideias deve ser respeitado” (Mouffe, 2015, p. 5). As tentativas de forjar um consenso mnemônico a partir da criminalização do passado como expressão de um ideal superior de natureza cosmopolita (como a memória do Holocausto na União Europeia) surgem como uma variante que retroalimenta o extremismo na Europa Ocidental (Mälksoo, 2015; Mark, 2010). Tal fenômeno fortalece as narrativas nacionalistas da identidade, acentuando o antagonismo radical e resultando em uma escalada de conflitos e violência que perpetua a continuidade do trauma nas sociedades pós-socialistas.

Considerações finais

Este capítulo buscou analisar a persistência da memória da Grande Guerra Patriótica na Rússia pós-soviética e sua relação com a dinâmica elucidada nos países do Leste Europeu no pós-Guerra Fria. A vitória sobre o nazifascismo configura-se como um elemento que permeia dimensões internas e externas, nas quais a relação com esse trauma coletivo desempenha um papel central. “Falar”, ser “ouvido” e, mais do que isso, “ser reconhecido” são aspectos fundamentais para possibilitar uma reflexão sobre o passado e fomentar a reconciliação em sociedades pós-guerra.

A memória traumática dos desafios insuportáveis, do sacrifício dos soldados, das inúmeras vítimas, dos milhões de prisioneiros de guerra, da fome em massa e dos cercos a cidades, deixadas pela devastação da guerra, ocupa um lugar de imensa relevância e reverência para a Rússia. No entanto, para os países do Ocidente, esse legado tornou-se uma “herança indesejada”, frequentemente interpretada como um instrumento de influência russa no espaço

pós-soviético. O não reconhecimento pleno desse sacrifício por parte do Ocidente não apenas alimenta tensões, mas também aprofunda o sentimento de exclusão e deslegitimação histórica na Rússia.

Para os russos, a memória da Grande Guerra Patriótica transcende os limites do passado e permanece como um pilar da identidade nacional e da narrativa estatal, sendo constantemente evocada para sustentar o papel da Rússia como uma grande potência. Nesse contexto, o desinteresse ou a relutância do Ocidente em acolher ou validar essa memória é percebido como uma tentativa de marginalizar o papel soviético na história global, menosprezando o protagonismo russo na derrota do nazifascismo. Mais do que isso, os caminhos “escolhidos” pelas potências ocidentais foram os da condenação ao invés da absolvição. A criminalização do passado socialista por meio da adoção das leis de “descomunização” e a subsequente reabilitação de figuras ligadas ao nazifascismo nos países do Leste Europeu alimentam a repetição traumática na Rússia.

Essa divergência na percepção do legado da Segunda Guerra Mundial reflete não apenas uma disputa por narrativas históricas, mas também uma batalha simbólica por reconhecimento internacional. Para a Rússia, a negação desse reconhecimento equivale a uma negação de sua própria identidade e de seu papel no mundo, reforçando um ciclo de desconfiança e competição com o Ocidente.

Referências

- Bell, D. (2006). Introduction: Memory, trauma and world politics. In D. Bell (Ed.), *Memory, trauma and world politics: Reflections on the relationship between past and present* (pp. 1-32). Palgrave Macmillan.
- Caruth, C. (1995). *Trauma: Explorations in memory*. Johns Hopkins University Press.
- Caruth, C. (1996). *Unclaimed experience: Trauma, narrative, and history*. Johns Hopkins University Press.

- David, R. (2006). From Prague to Baghdad: Lustration systems and their political effects. *Government and Opposition*, 41(3), 347-372.
- Derrida, J. (1993). *Aporias*. Stanford University Press.
- Edkins, J. (2003). *Trauma and the memory of politics*. Cambridge University Press.
- European Parliament. Declaration of the European Parliament on the proclamation of 23 August as European Day of Remembrance for Victims of Stalinism and Nazism. Document P6_TA(2008)0439. (2008). https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2008-0439_EN.html
- European Parliament. European Parliament resolution of 2 April 2009 on European conscience and totalitarianism. Document P6_TA(2009)0213. (2009). https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-6-2009-0213_EN.html
- European Parliament. European Parliament resolution of 19 September 2019 on the importance of European remembrance for the future of Europe (2019/2819(RSP)). Document P9_TA(2019)0021. (2019). https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0021_EN.html
- Fattah, K., & Fierke, K. M. (2009). A clash of emotions: The politics of humiliation and political violence in the Middle East. *European Journal of International Relations*, 15(1), 67-93.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Stanford University Press.
- Himka, J. (2010). *The Organization of Ukrainian Nationalists and the Ukrainian Insurgent Army: Unwelcome elements of an identity project* (Vol. 4). Ab Imperio.
- Hutchison, E. (2016). *Affective communities in world politics*. Cambridge University Press.
- Innes, A. J., & Steele, B. J. (2014). Memory, trauma and ontological security. In E. Resende, & D. Budryte (Eds.), *Memory and trauma in international relations: Theories, cases and debates*. Routledge.

- Klymenko, L. (2017). Cutting the umbilical cord: A narrative of the national past and future in Ukrainian de-communization policy. In U. Belavusau, & A. Gliszczynska-Grabias (Eds.), *Law and memory: Towards legal governance of history* (pp. 310-328). Cambridge University Press.
- Koposov, N. (2017). *Memory laws, memory wars: The politics of the past in Europe and Russia*. Cambridge University Press.
- Lindemann, T. (2014). Interest, passion, (non)recognition, and wars: A conceptual essay. *Global Discourse*, 4(4), 483-496.
- Lukyanov, F. (2016). Putin's foreign policy. *Foreign Affairs*, 95(3), 30-37.
- Malinova, O. (2017). Political uses of the great patriotic war in post-soviet Russia from Yeltsin to Putin. In J. Fedor, M. Kangaspuro, J. Lassila, & T. Zhurzhenko (Eds.), *War and memory in Russia, Ukraine and Belarus*. Palgrave Macmillan.
- Malinova, O. (2020, 1 jun.). Framing the collective memory of the 1990s as a legitimization tool for Putin's regime. *Problems of Post-Communism*, 68(5), 429-441.
- Mälksoo, M. (2009). The memory politics of becoming European: The East European subalterns and the collective memory of Europe. *European Journal of International Relations*, 15.
- Mälksoo, M. (2015, 26 fev.). 'Memory must be defended': Beyond the politics of mnemonical security. *Security Dialogue*, 46(3), 221-237.
- Mark, J. (2010). *The unfinished revolution: Making sense of the communist past in Central-Eastern Europe*. Yale University Press.
- Marples, D. R. (2018). Decommunization, memory laws, and "builders of Ukraine in the 20th century". *Acta Slavica Iaponica*, Tomus 39, 1-22.
- Meleshkina, E. Yu. (2019, 4 dez.). Zapreshcheniye Kommunisticheskoy Simvoliki v Postkommunisticheskikh Stranakh (The prohibition of communist symbols in post-communist countries). *Humanities and Social Sciences. Bulletin of the Financial University*, 9(4), 36-45.

- Mitzen, J. (2006). Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. *European Journal of International Relations*, 12(3), 341-370.
- Morozov, V. (2018). Global (post)structural conditions. In A. P. Tsygankov (Ed.), *Routledge handbook of Russian foreign policy* (pp. 22-42). Routledge.
- Mouffe, C. (2015). *Sobre o político* (F. Santos Trad.). Martins Fontes.
- Narozhna, T. (2020). State-society complexes in ontological security-seeking in IR. *Journal of International Relations and Development*, 23(1), 559-583.
- Narozhna, T. (2021). Revisiting the causes of Russian foreign policy changes: incoherent biographical narrative, recognition and Russia's ontological security-seeking. *Central European Journal of International and Security Studies*, 5(2), 56-81. https://www.researchgate.net/publication/352915320_Revisiting_the_Causes_of_Russian_Foreign_Policy_Changes_Incoherent_Biographical_Narrative_Recognition_and_Russia's_Ontological_Security-Seeking
- Neumayer, L. (2019). *The criminalization of communism in the European political space after the Cold War*. Routledge.
- Parliamentary Assembly. Resolution 1481 (2006). Need for international condemnation of crimes of totalitarian communist regimes. (2006). <http://assembly.coe.int/nw/xml/xref/xref-xml2html-en.asp?fileid=17403&lang=en>
- Prague declaration on European conscience and communism. (2008, 3 jun.). <https://www.legal-tools.org/doc/e123be/pdf/>
- Resende, E., & Budryte, D. (Eds.). (2014). *Memory and trauma in international relations: Theories, cases and debates*. Routledge.
- Rossolinski-Liebe, G. (2014). *Stepan Bandera: The life and afterlife of a Ukrainian nationalist: Fascism, genocide, and cult*. Ibidem Press.
- Stan, L. (Ed.). (2009). *Transitional justice in Eastern Europe and the Former Soviet Union: Reckoning with the communist past*. Routledge.
- Steele, B. J. (2008). *Ontological security in International Relations: Self-Identity and the IR State*. Routledge.

- Subotić, J. (2020). The appropriation of Holocaust memory in post-communist Eastern Europe. *Modern Languages Open*, (1), 1-8.
- Tolz, V. (1998). Forging the nation: National identity and nation building in post-communist Russia. *Europe-Asia Studies*, 50(6), 993-1022.
- Torbakov, I. (2011). History, memory and national identity: Understanding the politics of history and memory wars in post-soviet lands. *Demokratizatsiya*, 19(3).
- Torbakov, I. (2012). Passado “imprevisível” ou “incerto”? Relações internacionais e política histórica russa. (Nepredskazuyemoye’ ili ‘Neopredelennoye’ proshloye? Mezhdunarodnyye otnosheniya i rossiyskaya istoricheskaya politika.) *Política simbólica (Simvolicheskaya politika)*, 1, 91-125.
- Tsygankov, A. P. (2005, jan.). Vladimir Putin’s vision of Russia as a normal great power. *Post-Soviet Affairs*, 21(2), 132-158.
- Tsygankov, A. P. (2013, mar.). The Russia-NATO mistrust: Ethnophobia and the double expansion to contain “the Russian Bear”. *Communist and Post-communist Studies*, 46(1), 179-188.
- Vike-Freiberga, V. (2006). *Address by the President of Latvia before a joint meeting of Congress*. United States House of Representatives, House of Representatives. <https://www.congress.gov/109/crec/2006/06/07/CREC-2006-06-07.pdf>
- Welsh, H. A. (1996). Dealing with the communist past: Central and East European experiences after 1990. *Europe-Asia Studies*, 48(3), 413-428.
- Wijermars, M. (2019). *Memory politics in contemporary Russia: Television, cinema and the State*. Routledge.
- Zabolotsky, B. P. (2019). *As faces do “outro”: A representação da diferença russa nos discursos da Otan no pós-guerra fria*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. UFRGS Lume Repositório Digital. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196066#>
- Zarakol, A. (2010). After defeat: How the East learned to live with the West. *Cambridge Studies in International Relations*, 118.

Zombory, M. (2020, 16 out.) The anti-communist moment: Competitive victimhood in European politics. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 51(2-3), 21-54.



Figura 8.1 – Participantes da tradicional marcha anual de tochas em homenagem à Stepan Bandera no centro de Kiev.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).

9. “Houston, we have a problem”: o cinema e a disputa pela memória da Grande Guerra Patriótica

Danielle Makio

Introdução

A Segunda Guerra Mundial, um dos eventos mais significativos do século XX, continua a ser objeto de intenso debate e análise histórica. Um aspecto particularmente controverso é o papel desempenhado pela URSS na vitória contra as potências do Eixo. Embora os historiadores reconheçam a contribuição soviética como fundamental, haja vista a relevância da tomada de Berlim e de batalhas como a de Stalingrado, as percepções públicas sobre essa participação variam significativamente, especialmente entre o Ocidente e a Rússia contemporânea. Um estudo de 2019 avaliou a percepção de diferentes indivíduos sobre eventos relacionados à Segunda Guerra Mundial. Pessoas de onze países que participaram do conflito foram entrevistadas acerca de seus julgamentos sobre a relevância de diferentes Estados combatentes para o fim da guerra. Ao final do tratamento dos dados, constatou-se que, excluídas as respostas de participantes estadunidenses e russos, 27% dos demais creditavam aos Estados Unidos o papel central na derrota do Eixo, enquanto 20% responderam que a URSS foi o Aliado mais determinante na vitória sobre o nazismo (Roediger et al., 2019). Entre as nacionalidades dos entrevistados, destacamos os três países do Eixo, Estados Unidos e Rússia.

Em outro estudo, de 2019 (Abel et al., 2019), analistas buscaram avaliar o nível de conhecimento acerca de eventos ocorridos durante a Segunda

Guerra Mundial por meio de entrevistas com indivíduos de diferentes idades de onze nacionalidades.¹ Esse estudo, de forma complementar ao anterior, demonstrou que os participantes russos detinham maior conhecimento factual acerca do conflito, seja no que diz respeito a informações específicas de conflitos isolados, seja a questões mais gerais. Ademais, é importante ressaltar que, entre todas as nacionalidades presentes, à exceção da Rússia, houve uma concentração massiva de memórias exclusivamente relacionadas a eventos protagonizados por atores ocidentais e, mais particularmente, pelos Estados Unidos. Nesse sentido, mais de 50% de todos os entrevistados elegeram como principais eventos: o ataque de Pearl Harbor, o Dia D e o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. As batalhas de Stalingrado e de Kursk, reconhecidas por diferentes tradições historiográficas como eventos indispensáveis para a vitória dos Aliados, foram mencionadas exclusivamente por participantes russos.

Postas essas disparidades, este capítulo se dedica à exploração das causas por trás da configuração da disputa memorativa aqui caracterizada, que em muito nos parece remeter não somente a embates típicos da Guerra Fria, mas também a rivalidades crescentes entre a Rússia contemporânea e o Ocidente político, aqui representado sobretudo pelos Estados Unidos. Argumentamos, assim, que, ainda que muitos fatores se sobreponham para que o presente cenário se coloque, há um elemento especialmente interessante na modelação de memórias coletivas tão díspares: o cinema. Ao longo das próximas páginas, buscaremos, portanto, explorar como as produções cinematográficas, tanto de Hollywood quanto da URSS (e posteriormente da Rússia), contribuíram para moldar e reproduzir diferentes percepções acerca da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial. Nosso foco, nesse sentido, recai sobre filmes produzidos durante o conflito em questão, durante a Guerra Fria e após esta. Pretendemos, dessa maneira, analisar como essas diferentes obras refletem e influenciam as atitudes culturais e políticas de suas respectivas épocas. É importante ressaltar que o objetivo deste estudo não é exaurir a análise de todos os fatores que se podem imbricar na qualificação do embate aqui colocado, nem sequer estabelecer uma relação causal direta entre a produção cinematográfica e as

¹ A saber: Estados Unidos, Rússia, Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Itália, Japão, Nova Zelândia e Reino Unido.

percepções públicas, mas sim examinar como o cinema, como poderoso meio de comunicação e expressão artística, contribui para a formação e a manutenção de memórias coletivas sobre eventos históricos.

Por meio da análise de filmes selecionados, buscaremos compreender como diferentes narrativas são construídas, propagadas e, eventualmente, revisadas ao longo do tempo. Esperamos, assim, promover uma compreensão mais robusta sobre como a arte cinematográfica influencia nossa interpretação do passado e, conseqüentemente, nossa visão do presente e sobre como processos de rememoração acerca da Segunda Guerra Mundial podem ser influenciados pelo cinema. As obras aqui analisadas, tanto as ocidentais quanto as soviéticas/russas, foram selecionadas com base em seu alcance, medido em fatores diversos, como bilheteria, nomeações e vitórias em premiações internacionais e presença no imaginário coletivo local ou internacional.

O cinema e a construção da memória histórica

Identidade é algo que o Estado tem ou é o que ele é? Com essa indagação, Bartelson nos propõe questionar não apenas em que consiste a identidade nacional, mas, também, em que medida pode ela de fato existir. Algumas tradições de pensamento, como aquelas representadas por nomes como Norman Angell (2002), Robert Keohane (1998), Kenneth Waltz (2004) e outros, não se preocupam efetivamente com uma conceituação de identidade nacional e, quando invocam tal conceito, em geral o encaram como um elemento que surge junto do Estado e que assume características próprias e incontestes. A identidade, e mesmo a própria ideia de nação, nesse contexto, é dada e pretende representar na íntegra aquilo que é conhecido como Estado. Por outro lado, outras correntes de pensamento partem de diferentes entendimentos acerca da natureza desse elemento.

Na esteira dessas interpretações alternativas, o construtivismo de Alexander Wendt (1992) é um marco na medida em que afirma que a identidade nacional nada mais é que um amálgama de entendimentos e expectativas razoavelmente estáveis que se tem sobre determinada nação ou país. Ou seja, uma identidade não depende apenas daquilo que um indivíduo é, mas, também,

daquilo que outros entendem acerca dele. Wendt, assim, nos alerta para uma nova camada de entendimento sobre a identidade: seu caráter relacional. Não basta ser ou ter uma identidade, é preciso que esta seja reconhecida pelos demais agentes políticos como tal. Há, nesse contexto, um aspecto elementarmente dual, como se o doméstico e o estrangeiro fossem existências que estabelecem relações relevantes entre si. A identidade, por conseguinte, deve também ser compreendida a partir dessa díade.

Ainda que os contributos construtivistas tenham em muito avançado a complexidade de nosso entendimento acerca da identidade, podemos argumentar que a excessiva dualidade com a qual essa perspectiva aborda a temática pode potencialmente limitar outros entendimentos. Uma possibilidade de superação desse problema é a inclusão da linguagem, mais especificamente do discurso, como elemento central da análise, o que é usualmente feito por autores como David Campbell (1992), Laclau e Mouffe (1985) e Derrida (1995). Segundo esses, é por meio de mecanismos discursivos que formamos o indivíduo e o Estado, nossa identidade e nosso conhecimento. Tal conclusão resulta de uma conceituação que confere ao discurso a alcunha de ato político na medida em que é encarado como produto da articulação entre saber e poder, entre o local de fala do sujeito e a comunidade que o legitima ou não. Ou seja, aquilo que é enunciado, de onde parte a enunciação e para quem ela se dirige são fatores que importam para os efeitos de sentido que o discurso produz. Tais “efeitos de sentido”, intimamente atrelados ao caráter socioideológico do discurso, estão, por sua vez, relacionados às narrativas que nos cercam e que nós mesmos produzimos e/ou reforçamos (Baitello, 1997). Dessa maneira, a identidade passa a ser compreendida para além da dicotomia entre interno e externo e nos oferece novas possibilidades de compreender sua natureza e sua lógica constitutiva.

Ainda que as conceituações de identidade aqui expostas apresentem inúmeras diferenças entre si, há ao menos um ponto de aproximação entre todas elas: a maneira com que são mobilizadas. Seja entendida como um elemento dado e que de certa forma antecede grande parte da história moderna na medida em que nasce com o Estado, seja entendida como uma construção que se apoia em diversos aspectos, mas que ainda assim se materializa a partir da cisão entre dois universos, ou seja, entendida como consequência discursiva, a identidade é referenciada para que se entenda o Estado no contexto internacional

(Weber, 1998). Nesse sentido, independentemente da natureza filosófica da abordagem escolhida para se conceituar esse objeto, é preciso que este seja capaz de demonstrar como determinado Estado pode se denominar um ator uno e soberano em meio a um ambiente (dito) anárquico (Ringmar, 1996).

Para que haja a devida delimitação das fronteiras (sejam elas geográficas, sociais, políticas, entre outras) que definem o Estado enquanto ator na seara global, é preciso que sejam compreendidas as características que o singularizam e, para além disso, como elas se distanciam da caracterização que delimita os demais agentes, sejam eles estatais ou não. Nesse contexto, a alteridade torna-se central no debate na medida em que trata justamente da relação antagônica, de diferenciação, que permite que sejam explicitados os limites que separam um Estado do outro. Dessa maneira, há uma indução tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista prático de reforçar os discursos que corroboram essa cisão entre aqueles que compõem o cenário da política internacional (Weber, 1998).

Nessa esteira de pensamento, podemos concluir, portanto, que a identidade estatal está ligada à busca pelos interesses do Estado, pois é graças a ela que este formulará as estratégias e práticas necessárias à concretização dos seus próprios objetivos. Se partirmos de uma abordagem positivista, essa identidade é a única da qual goza o agente, e basta que as diferenças entre este e os demais sejam reforçadas. Contudo, se partirmos de tradições pós-positivistas, entenderemos que essa identidade que se pretende assumir deverá ser construída socialmente e deve mudar de acordo com o contexto em que se insere. Como diria David Campbell (1992), a identidade é um elemento performático e, por isso, necessita de movimentos constantes que a sustentem (Neumann, 2004). Desses, destacam-se as narrativas que reforçam o embate entre o *Self* e o *Outro*.

É a partir dessa singularização de si, ou da singularização estatal, que um país corrobora sua soberania em meio ao sistema internacional. Ou seja, uma identidade devidamente performada é uma o suficiente para, entre outros: garantir que outros Estados reconheçam a existência soberana de outro e a respeitem; garantir que o Estado em questão seja estável do ponto de vista doméstico, ou seja, garantir que sua população reconheça a legitimidade dos mecanismos estatais; e garantir legitimidade às decisões do Estado perante sua

população, já que é graças ao discurso identitário que um país codifica seu *modus operandi* em relação ao mundo e a si mesmo. Portanto, uma identidade estável é, por diversos motivos, uma questão de estratégia e segurança nacionais. Daí a importância de garantir a “incontestabilidade” de suas identidades por parte dos Estados.

Há uma série de elementos que podem ser mobilizados na construção identitária. Símbolos nacionais, literatura, cultura e religião são alguns exemplos. Entre as muitas possibilidades e fatores que integram a identidade nacional, uma é especialmente poderosa: a memória, mais especificamente, a memória coletiva. Conceito desenvolvido, entre outros, pelo sociólogo Maurice Halbwachs, a memória coletiva refere-se às lembranças compartilhadas por um grupo que são construídas e mantidas por meio de interações sociais e práticas culturais (Halbwachs, 1990). Essa memória compartilhada, por uma série de razões, desempenha um papel importante na formação da identidade nacional e na maneira como uma sociedade interpreta seu passado e seu presente. Primeiramente, ela importa, pois, dá um senso de unicidade à população de um Estado.

O compartilhamento de um mesmo passado, das mesmas conquistas, dos mesmos traumas, aproxima as pessoas na medida em que dá a elas um senso de pertencimento a um grupo, no caso de um país, a uma sociedade. Assim garante-se a formação de um tecido social íntegro, formado por indivíduos que, a despeito de suas diferenças, compartilham de uma mesma identidade nacional que os une. Como argumenta Benedict Anderson (2008), forma-se uma “comunidade imaginada”, um coletivo de pessoas que se identifica e se aproxima a partir de um pertencimento compartilhado a um mesmo corpo político: o Estado.

Outro fator de relevância da memória parte do caráter relacional da identidade. Se, para existir, a identidade depende do reconhecimento externo, então não podemos negar a importância da construção discursiva acerca de como os Estados se reconhecem enquanto países soberanos e distintos entre si. Portanto, assim como a memória coletiva nacional é importante para que a sociedade doméstica legitime o Estado a que pertence, a memória coletiva internacional também afeta como essa identidade é ou não aceita pelos outros países. No contexto da política externa, a memória coletiva pode influenciar

significativamente as decisões e as estratégias adotadas pelos Estados. Por um lado, as narrativas históricas compartilhadas por uma nação muitas vezes moldam suas percepções sobre outros países, incidindo sobre o *status* de conflitos passados ou ainda indicando alianças potenciais.

Por outro lado, as narrativas históricas compartilhadas por outros países sobre um Estado em particular também incidem sobre a dinâmica por trás de suas relações bilaterais dentro do sistema. Exemplo claro é a forma com que algumas antigas colônias se relacionam com suas outrora metrópoles ou mesmo como países que já se envolveram em conflitos diretos passam a tratar um ao outro após o fim das hostilidades. Em muitos desses casos, há uma predominância de memórias traumáticas, negativas, que incidem diretamente sobre como um Estado concebe o outro e codifica seu comportamento. Portanto, a predominância de memórias compartilhadas sobre um país em particular pode resultar em políticas externas que buscam, entre outros, reparar injustiças históricas percebidas ou manter relações baseadas em laços culturais e históricos compartilhados.

Assim, controlar os mecanismos de rememoração do passado e de reavivamento de memórias relevantes é um instrumento de poder importante na política internacional, seja para que um país construa sua identidade, seja para que outro(s) module(m) como os demais vão se relacionar com ele. Cria-se, nesse contexto, uma arena de disputa. Sendo as memórias uma lembrança de eventos passados, as dinâmicas de retomada desses eventos abrem espaço para diversas e diferentes interpretações. Uma mesma história pode ser recontada a partir de variadas perspectivas, o que, no limite, cria potenciais descolamentos com a realidade. Nesse contexto, o controle dos mecanismos de rememoração garante a alguns atores maior capacidade de definir quais narrativas sobre um dado evento serão hegemônicas ou não. Portanto, em um cenário mais sistêmico, quem melhor controla o discurso sobre o passado goza de maior capacidade de influenciar a política doméstica e internacional.

Há inúmeros mecanismos pelos quais é possível realizar esse controle memorativo. Entre os muitos instrumentos disponíveis, o cinema se destaca como um poderoso meio de comunicação e expressão artística capaz de moldar e transmitir essas memórias coletivas, além de influenciar a

percepção pública sobre questões de política externa. Como observa Robert A. Rosenstone (2023), o cinema não apenas reflete a história, mas também a constrói, oferecendo interpretações que podem influenciar profundamente a compreensão pública de eventos passados. Filmes históricos, documentários e até mesmo obras de ficção podem contribuir para a construção e a manutenção de determinadas narrativas nacionais, reforçando ou desafiando visões estabelecidas sobre acontecimentos transcorridos há décadas. Ora, ao retratar eventos históricos ou questões contemporâneas de política internacional, as produções cinematográficas não apenas refletem a memória coletiva estabelecida, mas também participam ativamente de sua construção e possível transformação. Filmes podem reforçar narrativas dominantes ou oferecer contranarrativas que desafiam interpretações estabelecidas, influenciando assim a opinião pública e, potencialmente, as decisões de política externa.

A influência do cinema na construção da memória histórica é ainda mais significativa quando consideramos seu alcance e sua acessibilidade. Diferentemente de livros acadêmicos ou documentos históricos, os filmes atingem um público muito mais amplo e diversificado. Como resultado, as representações cinematográficas muitas vezes têm um impacto mais duradouro na formação das percepções públicas sobre eventos históricos do que fontes mais tradicionais de conhecimento. Além disso, o poder emocional do cinema permite que ele crie conexões afetivas com o passado, tornando eventos históricos mais tangíveis e relevantes para o público contemporâneo. Essa capacidade de evocar empatia e identificação com personagens importantes pode ser particularmente influente na formação de atitudes e opiniões sobre períodos complexos como a Segunda Guerra Mundial. No entanto, é importante reconhecer que a relação entre cinema e memória histórica não é unidirecional. Enquanto os filmes moldam as percepções públicas, também são produtos de seu tempo, refletindo as atitudes e preocupações contemporâneas.

Um exemplo notável da dinâmica entre cinema e política pode ser observado no contexto do cinema norte-americano e sua relação com a política externa dos Estados Unidos. Filmes que retratam conflitos históricos, como a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra do Vietnã, muitas vezes refletem e reforçam narrativas nacionais sobre o protagonismo dos Estados Unidos no cenário global. Obras como *Apocalypse now* (1979) ou *O resgate do soldado*

Ryan (1998) não apenas representam eventos históricos, mas também contribuem para moldar a memória coletiva norte-americana e mundial sobre esses conflitos e, por extensão, influenciam a percepção pública sobre o papel dos Estados Unidos nas relações internacionais contemporâneas (Carnes, 1996).

No Brasil, filmes como *O que é isso, companheiro?* (1997), *Zuzu Angel* (2006) e *Ainda estou aqui* (2024) abordam a ditadura militar, contribuindo para a construção da memória coletiva sobre esse importante período da história brasileira. Essas obras cinematográficas não apenas retratam eventos históricos, mas também participam ativamente do processo de reconciliação nacional e da formação da identidade brasileira contemporânea. Além disso, podem influenciar a maneira como o Brasil se posiciona internacionalmente em relação a questões de direitos humanos e democracia (Ferreira, 2015).

A relação entre cinema e política externa também se manifesta na forma como filmes estrangeiros são recebidos e interpretados em diferentes contextos nacionais. A circulação global de produções cinematográficas pode servir como uma forma de diplomacia cultural, promovendo o entendimento mútuo entre nações ou, em alguns casos, exacerbando tensões. Por exemplo, filmes que retratam conflitos geopolíticos contemporâneos podem influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, as relações diplomáticas entre os países envolvidos. Nesse contexto, vale mencionar que a capacidade de influência do cinema sobre memórias coletivas internacionais é diretamente proporcional à expressão que uma produção tem na indústria cinematográfica global, ou seja, é importante considerar o nível de consumo internacional de um mesmo título. Caso a reprodução desse filme se resuma a um ou alguns poucos países, os efeitos sobre a memória coletiva se restringirão a esses locais em que há maior consumo da obra em questão. Por essa razão, é razoável sugerir que os Estados Unidos, graças a Hollywood, indiscutivelmente a maior indústria cinematográfica existente, gozam hoje, e já há algum tempo, de uma capacidade sobremaneira hegemônica de controlar processos de rememoração coletiva internacionalmente.

Finalmente, é importante notar que a influência do cinema na memória coletiva e na política externa não é unidirecional. As políticas governamentais e as relações internacionais também podem moldar a produção cinematográfica, por meio de financiamento direto, censura ou incentivos para

abordar determinados assuntos. Essa dinâmica complexa cria um ciclo de retroalimentação entre a produção cultural, a memória coletiva e as decisões de política externa (Castells, 2008). Além disso, o advento das plataformas de *streaming* e a globalização da indústria cinematográfica têm ampliado o alcance e o impacto potencial dos filmes na formação da memória coletiva transnacional. Produções que antes teriam circulação limitada agora podem atingir audiências globais, contribuindo para a construção de narrativas compartilhadas que transcendem fronteiras nacionais. Isso apresenta novos desafios e oportunidades para a diplomacia cultural e a política externa, na medida em que os Estados buscam gerenciar suas imagens internacionais em um ambiente midiático cada vez mais complexo e interconectado. Similarmente, as mídias sociais e as novas tecnologias de comunicação também têm trazido mudanças interessantes nas dinâmicas por trás do poder dos filmes na política internacional. Essas plataformas não apenas facilitam a disseminação global de conteúdo cinematográfico, mas também proporcionam espaços para discussão e reinterpretação de narrativas históricas e questões de política internacional. A interação entre cinema, memória coletiva e política externa agora ocorre em um ecossistema midiático mais amplo e participativo, no qual múltiplas vozes e perspectivas podem coexistir e competir por atenção e legitimidade.

No caso específico da representação da URSS na Segunda Guerra Mundial, os cinemas ocidental e soviético adotaram abordagens marcadamente diferentes. Enquanto as produções hollywoodianas tendiam a minimizar ou ignorar a contribuição comunista para a resolução do conflito, focando principalmente nos esforços dos Aliados Ocidentais, o cinema da URSS enfatizava o heroísmo e o sacrifício do povo soviético na luta contra o nazismo. Essa divergência nas representações cinematográficas reflete não apenas diferenças ideológicas, mas também estratégias de propaganda da Guerra Fria. Durante esse período, o cinema tornou-se uma ferramenta indispensável na batalha ideológica entre o capitalismo ocidental e o comunismo soviético, com cada lado utilizando-o para promover sua própria versão da história e legitimar seu sistema político. No mais, Pierre Sorlin (2015) argumenta que os filmes históricos revelam mais sobre o período em que foram produzidos do que sobre o período que retratam. Há, contudo, uma série de produções mais recentes, lançadas após o fim da Guerra Fria, que mantêm o mesmo discurso e sugerem

a continuidade de uma narrativa que se propõe a perpetuar, e potencialmente expandir, uma perspectiva ocidentocêntrica dos desdobramentos do conflito.

Nesse sentido, a análise das produções cinematográficas sobre a Segunda Guerra Mundial oferece valiosos entendimentos não apenas sobre as percepções sobre essa guerra, mas também sobre as dinâmicas políticas e culturais contemporâneas. Reitera-se que a construção de narrativas ideológicas pelo cinema durante a Guerra Fria foi particularmente evidente na forma como a URSS era retratada nos filmes ocidentais. Frequentemente apresentada como uma ameaça à liberdade e à democracia, a imagem do bloco comunista nos filmes hollywoodianos contribuiu para a criação de um “inimigo” implacável na consciência pública norte-americana e ocidental. Essa representação negativa, por sua vez, influenciou a percepção do papel soviético na Segunda Guerra Mundial, muitas vezes minimizando sua contribuição para a vitória sobre o nazismo. Por outro lado, o cinema soviético focava em narrativas de heroísmo coletivo e sacrifício patriótico. Filmes como *A balada do soldado* (1959), de Grigori Chukhrai, e *A ascensão* (1977), de Larisa Shepitko, retratavam a guerra como uma luta épica do povo soviético contra o fascismo, reforçando a ideia de que a URSS desempenhou um papel central e decisivo na derrota do Eixo.

O cinema de guerra

Criado no final do século XIX, o potencial político do cinema foi compreendido por lideranças de Estado logo nos primeiros anos do século seguinte. Ao longo dos anos 1910, como resultado dos prelúdios da Primeira Guerra Mundial, alguns políticos já começavam a notar uma possível sobreposição entre propaganda e indústria cinematográfica. A Grã-Bretanha se destaca nesse contexto como primeiro Estado a integrar o cinema em sua estrutura, com a criação do *War Propaganda Bureau* em 1914 (Stojanova, 2017). O estopim do conflito trouxe à tona a necessidade de legitimação do esforço de guerra. Agora, era preciso justificar para a população a importância de ir à luta. Na dimensão individual, isso significava fazer com que as pessoas compreendessem porque deveriam celebrar a convocação de maridos e filhos ao campo de batalha. Na dimensão nacional, significava unir-se perante um mal em comum e exaltar as qualidades de seu país.

Entre os países envolvidos no conflito, os Estados Unidos compreenderam o recado melhor do que ninguém. Ao final da guerra, estima-se que o país já concentrava a produção de 85% de todos os filmes exibidos no mundo (Matta, 2008). Enquanto Hollywood se consolidava como a grande indústria cinematográfica mundial, a Europa e a recém-criada URSS enfrentavam desafios próprios. A primeira, arrasada pela guerra, direcionava seus esforços para se reconstruir, sendo limitados os recursos que poderia investir no cinema local. A segunda, ainda se estruturando após as revoluções de 1917, passava por um contexto no qual a produção cinematográfica ainda não era prioridade do regime. Temos, portanto, um período que possibilitou aos Estados Unidos construir um verdadeiro monopólio cinematográfico mundial, fato que em boa medida justifica porque, até o presente momento, é Hollywood quem concentra a maior capacidade de interlocução com o público global através das telas (Alves & Bussoletti, 2015).

No entreguerras, por sua vez, algumas mudanças começam a surgir. Pouco após a criação da URSS, Lênin passou a dedicar robustos esforços para a consolidação do cinema soviético. Em suas palavras: “De todas as artes, o cinema é para nós a mais importante. Deve ser e será o principal instrumento cultural do proletariado” (Pudovkin, 1958, p. 44 apud Pereira, 2011, p. 4). Lênin compreendia que, para a União se fortalecer, era indispensável criar um forte senso de unidade e integração entre os muitos povos que a formavam. Em meio a tantas diferenças étnicas, religiosas e culturais, era urgente a formação de uma identidade única e estável que agrupasse todas essas muitas comunidades em um todo coeso. O cinema, nesse sentido, foi eleito como um dos principais instrumentos de construção identitária. Era ele que desempenhava a função de construir e divulgar a narrativa política para todo um país. Em virtude de tamanha ambição, em 1919 o cinema soviético passa a ser integralmente financiado pelo Estado. Essa formalização forneceu o aporte financeiro necessário para que a indústria cinematográfica se desenvolvesse na URSS, cujo crescimento fora ainda mais incentivado pelos bons resultados da Nova Política Econômica (NEP) (Carvalho, 2011).

Ao longo dos anos 1920, o cinema da União cresceu consideravelmente. Com roteiros inovadores e cativantes, produzidos no seio do característico modernismo soviético, os filmes feitos à época tinham temáticas variadas,

ainda que recorrentemente buscassem retratar a vida cotidiana dos habitantes da URSS e de alguma forma exaltar os benefícios trazidos pelo comunismo. Produções educativas também eram muito comuns, sempre voltadas à construção de um senso de unidade entre a população (Carvalho, 2011). Pode-se afirmar que, ainda que tivesse planos de internacionalização, o cinema soviético, nesse momento, tinha como propósito principal construir uma identidade comum no seio dos diferentes povos que compunham o Estado, sendo seu consumo voltado predominantemente para o público doméstico. Por essas e outras razões, ainda que a URSS começasse a se desenvolver como uma grande nação produtora de filmes, encontrava dificuldades para alcançar a repercussão internacional da qual Hollywood gozava.

A Segunda Guerra Mundial e seu prelúdio alteram razoavelmente o cenário aqui exposto tanto para o Ocidente quanto para o bloco comunista. As mudanças na política internacional que antecederam o conflito trouxeram à tona questões que culminaram em importantes mudanças no fazer cinematográfico. A ascensão do totalitarismo de extrema direita na Europa durante os anos 1930 era um indício do que o mundo viria a presenciar. Para os Estados Unidos, esse foi um momento em que era preciso conter reações adversas causadas pela Grande Depressão de 1929, entre elas a ascensão do fascismo, a ameaça à liberal-democracia estadunidense e a redução da capacidade de influência dos Estados Unidos sobre a Europa. Nesse ínterim, Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) aumenta exponencialmente o envolvimento do Estado com Hollywood como forma de propagar o *New Deal* internacionalmente e recuperar a imagem positiva do *self-made man* e do sonho americano (Pereira, 2011).

Na esteira do governo Roosevelt, é criada, em 1940, a Secretaria de Informação de Guerra (OWI), órgão que tinha como função basilar controlar o que a população consumia acerca da guerra, desde notícias até filmes. Criava-se, portanto, uma simbiose entre cinema e governo com um objetivo único: promover uma imagem positiva dos Estados Unidos internacionalmente. Era também por meio da OWI que os Estados Unidos geriam projetos de aproximação de diversos Estados, como os latino-americanos, que ganhavam personagens da Walt Disney como forma de aproximação diplomática com vistas à criação de alianças estratégicas. Ao entrar na guerra ao lado dos Aliados, os

Estados Unidos usaram de todo o seu já sólido arsenal para produzir filmes que representassem e engrandecessem seu próprio esforço de guerra.

Para a URSS, os anos 1930 foram um período de profundas mudanças. A ameaça totalitarista que crescia na Europa e atemorizava o regime comunista levou a uma série de mudanças político-econômicas. Entre estas, o cinema não saiu ileso. Entendendo que era preciso, mais do que nunca, fazer com que as pessoas compreendessem o valor do sistema comunista. Assim, os filmes passam a ter outro tom, agora muito mais afeito ao realismo soviético e muito mais claramente direcionados à produção de enredos pró-regime (Franciscon, 2013). A criação de um senso de unidade já não era o centro das produções cinematográficas. As películas agora deveriam sinalizar a estabilidade do Partido, a superioridade da União e a perspectiva positiva de futuro que a URSS representava. Assim, o governo aumentou o grau de controle sobre a produção cinematográfica nacional com o intuito de garantir o êxito dos objetivos estatais. Essa agenda se aprofunda com a entrada da URSS na Segunda Guerra Mundial, momento em que o esforço de guerra soviético se torna o centro inquestionável de toda a produção. Nesse contexto, a grandeza do esforço de guerra comunista e a magnitude do perigo representado pelo inimigo nazista eram temas recorrentemente utilizados na tentativa de legitimar a decisão pela participação no conflito, tornando-a inquestionável e desejada (Dias, 2021). Se considerarmos o fato de que a URSS foi o país aliado que mais mobilizou tropas e que mais contabilizou baixas, entenderemos como, para a União, a justificativa do sacrifício humano envolvido na Grande Guerra Patriótica era mais urgente que em qualquer outro Estado.

Ainda que ambos, Estados Unidos e URSS, tenham se dedicado às suas respectivas produções cinematográficas durante o andamento da Segunda Guerra Mundial, e ainda que ambos o fizessem com propósitos estratégicos, é imperativo salientar que a indústria norte-americana de cinema continuava à frente da capacidade de produção e de disseminação da soviética. Tal cenário se justifica não somente pelo assimétrico nível de desenvolvimento cinematográfico já tratado anteriormente, mas, também, pelos próprios custos envolvidos no conflito. Enquanto os Estados Unidos permaneciam geograficamente seguros, afastados do teatro principal de guerra, a URSS tinha receios muito mais latentes, evidenciados pela sua própria localização, o que justificou um

investimento financeiro, militar e humano muito mais significativo. A URSS direcionou aproximadamente 192% de seu de seu produto interno bruto ao conflito, enquanto os Estados Unidos investiram cerca de 33% de seu PIB (Harrison, 2000). O cinema, assim, ainda que fosse uma pasta relevante para ambos, ocupava lugares diferentes no índice de investimentos de cada Estado, fato que permitiu aos Estados Unidos manter sua liderança na exportação mundial de produções audiovisuais.

O cinema na Guerra Fria

O período da Guerra Fria foi marcado por uma intensa polarização ideológica que se refletiu diretamente nas produções cinematográficas tanto do Ocidente quanto da URSS. Nesse ínterim, a Segunda Guerra Mundial, embora já findada, continuou a ser tema de interesse do cinema internacional. Da parte estadunidense, o contexto representou uma oportunidade para consolidar a hegemonia norte-americana em meio à bipolaridade da ordem mundial. Agora, era preciso que os Estados Unidos conseguissem não somente manter o poder a eles concedidos pelo fim da guerra e por uma Europa arrasada, mas também expandi-lo com vistas a enfrentar o crescimento do bloco soviético. Nesse contexto, algumas grandes estratégias podem ser enfatizadas: a criação de políticas de investimento e reconstrução político-financeira, como o Plano Marshall, destinado à Europa, e o Plano Colombo, destinado à Ásia, e investimentos em *soft power*, isto é, em mecanismos culturais e ideacionais que garantissem maior identificação de países com o bloco liderado pelos Estados Unidos. O cinema, assim, mantinha seu *status* de recurso estatal primordial. Com a disseminação de obras que enaltescessem a grandeza e a superioridade estadunidense, seria mais fácil convencer indivíduos e Estados que a opção pelo bloco capitalista era a chave para um futuro próspero.

O embate ideológico, portanto, foi levado às telas de diversas formas. Das muitas maneiras usadas pelos Estados Unidos para destacarem suas qualidades perante sua contraparte, a memória da Segunda Guerra Mundial foi uma opção popular. Não se tratava, porém, de desqualificar a contribuição soviética, mas de diminuir a relevância desta perante a norte-americana. O desempenho das tropas estadunidenses é, assim, retratado como fundamental

para a vitória contra o nazismo, tendo como pano de fundo a superioridade estratégica, moral e tecnológica dos Estados Unidos. A despeito da magnitude das perdas humanas e da contribuição da URSS em batalhas definidoras, como as de Kursk e Stalingrado, o cinema *yankee* sugere que a vitória sobre o Eixo foi garantida por outros episódios, como o desembarque na Normandia, e pela qualidade de seus soldados, apresentados como oficiais incrivelmente superiores a quaisquer outros. É na esteira dessa narrativa que grandes produções foram feitas, como *A ponte do rio Kwai* (1957), *O mais longo dos dias* (1962), *Patton – Rebelde ou herói* (1970) e *Uma ponte longe demais* (1977). Estas contabilizam uma longa lista de premiações, sugerindo ampla aceitação do público internacional e, por conseguinte, êxito nas intenções de divulgação da narrativa estadunidense.

Em *O mais longo dos dias* (1962), o enredo se concentra no desembarque da Normandia, a famosa operação Overlord, na qual os soldados norte-americanos são destacados como heróis, enfrentando enormes desafios e realizando feitos extraordinários. O filme transmite a ideia de que os Estados Unidos desempenharam um papel crítico na virada da guerra, simbolizando sua liderança no esforço aliado contra o nazismo. Por outro lado, em *Uma ponte longe demais* (1977), o foco recai sobre a falha estratégica na tentativa de liberação de grandes áreas na Europa durante a Segunda Guerra, mas, mesmo nesse contexto, os heróis são, em grande parte, os soldados norte-americanos, que são retratados como indivíduos que enfrentam situações extremas em nome de um bem maior. Embora o filme se concentre em uma operação fracassada, ele ainda destaca o sacrifício e a coragem dos soldados dos Estados Unidos, reforçando a imagem de sua importância central no conflito.

Em *Patton – Rebelde ou herói* (1970), temos o retrato do famoso general norte-americano George S. Patton, cujas decisões durante a campanha na Europa e sua personalidade controversa foram interpretadas como exemplares da liderança norte-americana durante a guerra. O filme não só exalta as vitórias do exército dos Estados Unidos, mas também apresenta Patton como o líder indiscutível, simbolizando a força e a superioridade militar norte-americana em contraste com os outros líderes aliados. Por fim, *A ponte do rio Kwai* (1957), embora tenha um foco maior nos prisioneiros britânicos, também inclui a participação significativa de soldados norte-americanos na luta

contra o exército japonês. O filme explora o heroísmo e a resistência diante de adversidades extremas, associando os Estados Unidos à luta pela liberdade e pela resistência à opressão, especialmente no contexto da guerra no Pacífico. Esses filmes, em conjunto, ajudaram a construir uma narrativa de vitória e de superioridade norte-americana durante a Guerra Fria, reforçando a ideia de que os Estados Unidos não apenas desempenharam um papel essencial na vitória contra o Eixo, mas também que estavam moralmente e estrategicamente acima das demais potências.

Outra estratégia adotada pelos Estados Unidos também durante a Guerra Fria foi a produção de “filmes de guerra” que não diretamente tratavam da Segunda Guerra Mundial, mas que corroboravam a ideia de superioridade estadunidense. Nesse contexto, destacamos títulos como *O franco atirador* (1978), *Reds* (1981), *A caçada ao Outubro Vermelho* (1990) e, claro, toda a série *Rambo*, iniciada nos anos 1980 e continuada até 2019. Com essas produções, esperava-se corroborar a grandeza estadunidense em diferentes níveis, o que, somada às narrativas acerca da participação de Washington na guerra, reforçava a noção de superioridade pretendida. Com *A caçada ao Outubro Vermelho* (1990), por exemplo, temos um enredo que narra a história de um submarino soviético tentando desertar para os Estados Unidos, reforçando a ideia de superioridade moral e tecnológica norte-americana, enquanto retrata o sistema soviético como opressivo e instável. Já em *Reds* (1981), temos um retrato dos primeiros anos da Revolução Russa. Ao focar nas decepções do jornalista norte-americano John Reed com a realidade do episódio, o filme contribui para uma narrativa que questiona os ideais e as práticas do comunismo soviético. Por sua vez, *O franco atirador* (1978) retrata as duras consequências da Guerra do Vietnã e é uma reflexão sobre o papel dos Estados Unidos na luta contra o comunismo. A película mostra como os soldados norte-americanos enfrentaram condições extremas em um dos conflitos mais intensos da Guerra Fria. Por fim, os clássicos títulos da franquia *Rambo*, para consumo de massa, reforçavam o arquétipo de heroísmo estadunidense.

Esses filmes, ainda não diretamente relacionados à Segunda Guerra Mundial, ajudaram a criar um contexto no qual o público ocidental tendia a ver a URSS com desconfiança e ceticismo. Somado a isso, é importante considerar o papel de líderes políticos e da mídia ocidentais, que, no pós-guerra, em

muito buscaram abalar a imagem soviética a partir de constantes lembretes acerca do pacto nazi-soviético firmado por Molotov e Ribbentrop (Oliveira, 2010). Sobrepostos esses elementos, há, durante a Guerra Fria, uma (re)construção discursiva sobre os eventos da Segunda Guerra Mundial que potencialmente criaram as bases para uma alteração da percepção do papel da URSS na guerra, alimentando então uma espécie de revisionismo histórico que perdura até os dias atuais.

Em contraste, o cinema soviético do período da Guerra Fria focava intensamente na experiência da Grande Guerra Patriótica. Nesse ínterim, os filmes geralmente enfatizavam o heroísmo e o sacrifício do povo soviético, reforçando a narrativa de que a URSS desempenhou um papel crucial e decisivo na derrota do nazismo. Ademais, o cinema da União buscava demonstrar a superioridade moral e o sacrifício coletivo do povo soviético, reafirmando não somente a importância decisiva da URSS na vitória contra o Eixo, mas também enfatizando o viés ético e moral do Estado. Essa estratégia, para além de posicionar o bloco comunista como grande potência da época, buscava também fazer frente a narrativas ocidentais que insistiam em sugerir que os acordos Ribbentrop-Molotov apontavam para uma possível cumplicidade entre os regimes nazista e comunista. Portanto, para além de mitigar o revisionismo histórico que estava sendo promovido por filmes e discursos ocidentais, as produções soviéticas da Guerra Fria buscavam também garantir o reconhecimento de sua contribuição na luta contra o nazismo e sua absoluta oposição ao fascismo em suas muitas formas.

Nesse sentido, muitas obras podem nos ajudar a elucidar e qualificar a forma com que tais objetivos foram buscados. *Vá e veja* (1985), dirigido por Elem Klimov, é um exemplo poderoso. O filme retrata de forma brutal e realista a experiência de um jovem *partisan* bielorrusso durante a invasão nazista. A obra é notável por sua representação gráfica do horror da guerra e da resistência heroica do povo soviético, contribuindo para uma narrativa que enfatiza o imenso sacrifício da URSS na luta contra o fascismo. Outro filme significativo é *A balada do soldado* (1959), de Grigori Chukhrai, obra que continuou a influenciar a percepção soviética sobre a Grande Guerra Patriótica durante a Guerra Fria. Nela, somos apresentados a uma visão mais humanista da Grande Guerra, focando na jornada de um jovem soldado soviético, mas

ainda assim reforçando a ideia do sacrifício coletivo e da importância da contribuição comunista para a vitória contra o nazismo. Esses filmes não apenas celebravam o heroísmo e o sacrifício do povo soviético, mas também serviam como um contraponto às narrativas ocidentais que tendiam a minimizar o papel da URSS na guerra. Em *O destino de um homem* (1959), de Sergei Bondarchuk, o foco no sofrimento e na resistência do soldado soviético enfatiza o heroísmo individual dos combatentes no contexto da luta coletiva contra o nazismo. Esse filme retrata a história de um homem que, após perder sua família na guerra, encontra uma nova chance de lutar na linha de frente, sendo um símbolo do sacrifício pessoal em nome da pátria.

Outro filme significativo é *A queda de Berlim* (1950), que transmite a ideia de que a URSS foi a principal responsável pela derrota do nazismo, exaltando o heroísmo das tropas soviéticas e a liderança de Stalin. O título também segue uma linha de grande propaganda de guerra, tentando reforçar o poder do regime soviético, mostrando a força moral e militar do Exército Vermelho e exaltando seu sacrifício e coragem, ao mesmo tempo que retrata o nazismo como a força do mal a ser derrotada pela luta coletiva do povo soviético. Essa obra em particular foi razoavelmente bem recebida pela crítica soviética e ocidental na época de seu lançamento, porém mais recentemente tem sido criticada por especialistas europeus e estadunidenses por trazer uma narrativa excessivamente centrada na URSS.

No campo dos filmes mais intimistas, *Eles lutaram pela pátria* (1975), de Sergei Bondarchuk, é digno de destaque, ao retratar os impactos psicológicos da guerra sobre os soldados comunistas. A obra segue um grupo de soldados do Exército Vermelho revelando os efeitos devastadores da guerra sobre a mente e o espírito dos combatentes. O filme destaca o desgaste mental e emocional dos personagens, mostrando os sacrifícios pessoais e a luta soviética para manter a humanidade em meio ao caos da guerra. Por fim, *Libertação* (1970-1971), série de cinco filmes dirigida por Yuri Ozerov, é um exemplo claro de um épico cinematográfico soviético que visa ilustrar a grandeza do Exército Vermelho durante as campanhas militares de libertação na Europa Oriental. A série coloca as forças soviéticas como as protagonistas do confronto final contra o Eixo, reforçando o papel essencial da URSS na vitória decisiva sobre a Alemanha de Hitler.

Sua produção foi um marco da cinematografia soviética, buscando consolidar a visão de que a URSS garantiu, a duras custas, a libertação de vários países ocupados pelos nazistas. Esses filmes não apenas celebravam o heroísmo de um povo, mas também eram parte de um esforço contínuo para manter viva a memória da Grande Guerra Patriótica como um dos pilares da identidade soviética. Enquanto o cinema ocidental, por meio de suas narrativas de superioridade tecnológica e moral dos Estados Unidos, procurava reafirmar seu domínio cultural e político no mundo, o cinema soviético fazia o oposto: ao focar no sacrifício, na resistência e na importância histórica da URSS, buscava reforçar o orgulho nacional e a legitimidade do regime soviético na luta contra o fascismo.

Por fim, a comparação da popularidade internacional entre os filmes aqui mencionados revela diferenças significativas no alcance e no impacto das produções soviética e ocidental. Enquanto os filmes de Hollywood, como *A ponte do rio Kwai* (1957), *O mais longo dos dias* (1962) e *Patton – Rebelde ou herói* (1970), gozavam de uma infraestrutura de distribuição global robusta, permitindo que suas narrativas chegassem a um público vasto e diversificado, os filmes soviéticos enfrentavam barreiras políticas e logísticas que restringiam sua difusão fora do bloco socialista. A indústria cinematográfica dos Estados Unidos, com seu domínio das bilheterias internacionais e sua capacidade de ser reconhecida nas principais premiações, conseguiu facilmente consolidar sua narrativa, cumprindo assim seu objetivo de moldar a memória coletiva mundial durante a Guerra Fria.

Já os filmes soviéticos, como *O destino de um homem* (1959) e *Vá e veja* (1985), apesar de seu valor artístico e histórico, só começaram a ser mais reconhecidos globalmente após o fim da Guerra Fria, quando a distribuição e o interesse internacional por essas produções cresceram (Dick, 2016). Dessa forma, enquanto os filmes ocidentais foram amplamente bem-sucedidos em alcançar seu público-alvo e promover a narrativa de um protagonismo norte-americano na guerra, o cinema soviético teve sucesso em reforçar o orgulho nacional e a memória histórica dentro da URSS, mas seu alcance global foi significativamente mais restrito, principalmente durante o período da Guerra Fria. No entanto, a disparidade nas representações cinematográficas contribuiu significativamente para a formação de memórias coletivas divergentes sobre o papel da URSS na guerra.

O cinema pós-Guerra Fria e a revisão das narrativas

O fim da Guerra Fria e o colapso da URSS trouxe mudanças importantes nas abordagens cinematográficas sobre a Segunda Guerra Mundial. O período que segue após a queda do muro de Berlim viu o surgimento de narrativas mais timidamente nuançadas no que diz respeito à retratação da participação dos Estados envolvidos no conflito, tanto da parte do Ocidente quanto da Rússia pós-soviética. Em Hollywood, podemos notar um esboço de reconhecimento mais explícito da contribuição soviética para a vitória na Segunda Guerra Mundial. *Círculo de fogo* (2001), dirigido por Jean-Jacques Annaud, é um exemplo dessa mudança. O filme, que retrata a Batalha de Stalingrado, apresenta uma visão mais equilibrada do esforço de guerra soviético, reconhecendo, ainda que não de forma hiperbólica, o heroísmo e o sacrifício dos soldados russos. *Corações de ferro* (2014), dirigido por David Ayer, embora centrado em uma unidade de tanque norte-americana, faz referências à presença soviética na frente oriental, reconhecendo implicitamente a escala do esforço de guerra soviético.

Ainda que esses títulos indiquem mudanças, é importante dimensionar a expressividade dessa subversão. Sim, esses e outros filmes narram de forma mais aberta algumas das contribuições soviéticas à vitória dos Aliados, mas sempre à sombra dos feitos ocidentais. Estes, sim, são o eixo central do roteiro, revelando a manutenção de uma narrativa essencialmente atracada aos antigos arquétipos de superioridade estadunidense e ocidental. Uma breve análise dos principais filmes de guerra do período revela essa situação. *A lista de Schindler* (1993), *A vida é bela* (1997), *O resgate do soldado Ryan* (1998), *Além da linha vermelha* (1998), *Até o último homem* (2016), *Greyhound – Na mira do inimigo* (2020) e muitos outros títulos revelam a manutenção dos discursos forjados no seio da Guerra Fria, que agora são reproduzidos com roupagens ligeiramente diferentes, atualizadas a fim de garantir maior aderência ao público contemporâneo.

Em *O resgate do soldado Ryan* (1998), filme vencedor de cinco Oscar, o enredo segue um grupo de soldados norte-americanos em uma missão para resgatar o soldado James Ryan, e a trama foca no heroísmo e no sacrifício destes militares. O filme transmite a ideia de que os Estados Unidos desempenharam

um papel fundamental e corajoso no conflito, com um foco especial na bravura dos soldados norte-americanos e sua liderança na luta contra os nazistas. *Além da linha vermelha* (1998), que acumulou sete indicações ao Oscar, enfatiza a experiência dos soldados norte-americanos na Batalha de Guadalcanal, no Pacífico, e a coragem e o sofrimento no combate.

A narrativa busca explorar temas mais amplos, como os dilemas morais e existenciais dos soldados, mas, de forma indireta, mostra os estadunidenses como protagonistas que enfrentam as adversidades do conflito de maneira heroica. *Até o último homem* (2016) coloca os combatentes dos Estados Unidos em um papel central, destacando o valor e a bravura do Estado mesmo na ausência de armas. A história do pacifista Doss, que, sem disparar uma única bala, salva dezenas de soldados, torna-se uma narrativa de heroísmo que celebra o caráter e a coragem dos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. *Greyhound – Na mira do inimigo* (2020), estrelado por Tom Hanks, foca o Capitão Ernest Krause liderando um comboio de navios aliados durante a Batalha do Atlântico. O filme exalta as habilidades táticas e a liderança de Krause, representando os Estados Unidos como uma nação fundamental na luta contra os submarinos alemães e, mais amplamente, na vitória sobre o Eixo.

Já títulos como *A lista de Schindler* (1993) e *A vida é bela* (1997), embora não tenham como eixo narrativo principal a ação estadunidense, servem ao propósito de reafirmação do discurso geral de superioridade da participação dos Estados Unidos de formas indiretas, mas poderosas. O primeiro título, nome incontornável do cinema mundial com sete Oscar, apresenta, em suas cenas finais, soldados norte-americanos chegando para libertar os sobreviventes, sinalizando a vitória dos Aliados sobre os nazistas. Embora o filme narre o avanço das tropas soviéticas, são os Estados Unidos, não a URSS, que ocupam a posição de “libertadores”. A cena reforça a ideia de que, no fim das contas, a intervenção norte-americana foi decisiva para a o fim do ciclo de opressão que os judeus e outros prisioneiros viveram.

O segundo título, também mundialmente aclamado, com três Oscar, assemelha-se ao anterior. Ao final, quando o campo de concentração em que o protagonista e sua família se encontravam é finalmente invadido pelas tropas aliadas, soldados estadunidenses aparecem como os libertadores dos

sobreviventes. A cena é uma das últimas do filme e mostra a vinda dos soldados que, com sua chegada, trazem a libertação e o fim da opressão nazista. Essa representação de heroísmo em uma película italiana não somente reforça, mais uma vez, o papel dos Estados Unidos no conflito, mas também demonstra a força da participação *yankee* na guerra perante o imaginário coletivo. Todos esses filmes, para além dos temas em que se inserem, compartilham ainda outras características importantes que justificam sua presença no presente capítulo: contabilizam expressivas indicações e vitórias em grandes premiações internacionais, sendo por isso ainda hoje considerados grandes clássicos do cinema de guerra mundial, e cifras – todos arrecadaram milhões de dólares em bilheteria.

Somados a esses títulos, temos ainda toda uma filmografia que, ainda que não atrelada à Segunda Guerra Mundial, contribui em muito com a perpetuação, e quiçá com o aprofundamento, de uma imagem geral de superioridade militar estadunidense. Nesse cenário, destacamos as muitas obras em que os Estados Unidos, ou seus cidadãos, salvam o mundo inteiro. *Blockbusters* como toda a franquia *Os vingadores*, da Marvel, *Independence day* (1996), *Armageddon* (1998), *O dia depois de amanhã* (2004), *Guerra mundial Z* (2013) e muitos outros garantem a sobrevivência, e a remodelação, de uma ideia constante: os Estados Unidos são, e sempre foram, o país mais poderoso do mundo. Em um cenário em que as gerações existentes não experienciaram a Segunda Guerra Mundial em primeira mão, a legitimação de um estereótipo de grandeza e poder tem uma capacidade palpável de moldar como a sociedade contemporânea lida com memórias de eventos passados. Imbuídas em um contexto ideacional coletivo que credita aos Estados Unidos uma posição de liderança militar e estratégica quase imemorável, as gerações do pós-Guerra Fria têm seus mecanismos de (re)memoração do passado coletivo condicionados a supervalorizar a participação estadunidense na Segunda Guerra Mundial.

A Rússia pós-soviética, por outro lado, experienciou, após a queda da URSS, um período de renovado interesse pela Grande Guerra Patriótica. Esta sempre ocupou um lugar central no imaginário coletivo soviético, mas, após 1991, as novas produções cinematográficas buscaram reexaminar esse legado em um contexto mais amplo e diverso, muitas vezes com uma perspectiva

mais complexa e multifacetada. Filmes como *A resistência* (2010) destacam a brutalidade do cerco que envolveu a fortaleza de Brest, um dos primeiros grandes confrontos na invasão nazista da URSS. Esse filme é uma tentativa de perpetuar a memória da resistência comunista, não só em sua luta heroica, mas também abordando as dificuldades e tragédias humanas nela contidas, reforçando o sacrifício soviético, mas sem cair em um heroísmo unidimensional. Embora não tenha sido amplamente premiado fora da Rússia, a produção teve grande impacto local, tornando-se um filme de referência no país. Outro título importante, *Stalingrad* (2013) é uma superprodução russa que retrata a importante batalha com efeitos visuais impressionantes e um forte apelo emocional. Embora mantenha muitos elementos da narrativa soviética tradicional sobre a guerra, o filme também incorpora elementos mais modernos de produção cinematográfica, visando atrair um público internacional além do russo.

Em *Batalha de Sevastopol* (2015), acompanhamos a vida da atiradora de elite soviética Lyudmila Pavlichenko, grande heroína não fictícia do Exército Vermelho. A produção foca a coragem e a habilidade de Pavlichenko, que matou mais de trezentos inimigos no conflito, sobretudo durante a invasão nazista da Crimeia, e apresenta a mulher como uma heroína central, destacando o papel fundamental das tropas soviéticas no enfrentamento do Eixo. Ao apresentar uma figura feminina como protagonista em uma guerra tão brutal, *Batalha de Sevastopol* reforça a ideia de que a URSS, além de desempenhar um papel fundamental na derrota dos nazistas, também foi responsável por desenvolver uma grande variedade de figuras icônicas que lutaram heroicamente pela sobrevivência e pela liberdade de sua nação.

T-34 - O monstro de metal (2019), por outro lado, é um filme de ação de guerra que mistura história com elementos de ficção. A trama gira em torno de um soldado soviético que, após ser capturado pelos nazistas e ser forçado a lutar em um campo de concentração como prisioneiro, utiliza um tanque T-34 para escapar da prisão. O filme busca não só retratar a coragem e os feitos heroicos dos soldados soviéticos durante a guerra, mas também exaltar a resistência comunista contra a opressão nazista. O tanque T-34, um dos principais símbolos da força militar da URSS durante a Segunda Guerra Mundial, é central à narrativa, e o filme enfatiza o poder de fogo e a engenhosidade do *design* militar soviético.

Assim como Hollywood, o cinema russo contemporâneo também busca construir consensos coletivos acerca de sua primazia militar para além de sua atuação na Grande Guerra Patriótica. Nesse sentido, o filme *9ª Companhia* (2005) se destaca na medida em que aborda a resistência e a coragem dos soldados soviéticos em tempos de grandes dificuldades com base nos eventos da Guerra do Afeganistão. A obra foi bem-sucedida comercialmente, com grande bilheteria e várias indicações a prêmios locais, evidenciando a continuidade do tema em grande parte do cinema russo contemporâneo.

Embora esses filmes se refiram principalmente à experiência soviética, é inegável que sua recepção internacional ainda se dá de forma diferenciada em comparação com as grandes produções de Hollywood, que dominam o mercado global. Filmes russos, especialmente os mais voltados para o público local, raramente alcançam a mesma aceitação universal. Mesmo assim, títulos como *A resistência* (2010) são amplamente respeitados por sua acuracidade histórica e pela capacidade de transmitir a brutalidade e o sofrimento do povo soviético durante a guerra. Já filmes mais recentes, como *Stalingrad* (2013), apesar de sua grandiosidade e investimento, não conseguiram capturar uma audiência internacional tão expressiva quanto seus equivalentes ocidentais, embora ainda estejam presentes em premiações e festivais, principalmente na Rússia e em países com forte presença de diásporas russas.

Já em termos de bilheterias, a Rússia ainda enfrenta dificuldades para competir com os lucros dos *blockbusters* hollywoodianos, mas o sucesso doméstico dos títulos moscovitas aqui retratados indica um forte apelo dentro do contexto nacional, reforçando o poder da memória da Grande Guerra Patriótica na Rússia contemporânea. Ao mesmo tempo, a presença limitada de filmes russos nas grandes premiações internacionais sugere uma recepção crítica mais amparada em nichos do que uma verdadeira aceitação global.

Considerações finais

O papel do cinema na construção da memória histórica sobre a Segunda Guerra Mundial vai além da mera representação de eventos. Filmes têm o poder de criar experiências emocionais e viscerais que podem ser mais

impactantes e memoráveis do que livros didáticos ou documentários. Eles oferecem uma forma de “memória prostética”, permitindo que o público experimente eventos históricos de maneira vicária, criando assim conexões emocionais com o passado. Além disso, a forma como o cinema retrata a vitória na Segunda Guerra Mundial tem implicações para a construção de identidades nacionais e de legitimidade política. Na Rússia contemporânea, por exemplo, a memória da Grande Guerra Patriótica continua sendo um pilar fundamental da nação e da legitimidade do Estado (Malinova, 2017), enquanto os Estados Unidos vêm buscando formas de reiterar sua posição de primazia global em um contexto de possível transição hegemônica.

Nesse contexto, a capacidade de modulação de mecanismos memorativos representa, para ambos, uma ferramenta de fazer político intimamente atrelada aos interesses estratégicos estatais. Dos muitos episódios passíveis de mobilização coletiva, a Segunda Guerra Mundial se destaca como um elemento comum a russos e norte-americanos. Para Moscou, diz respeito a toda uma estrutura estatal que se volta cada vez mais à recuperação de uma posição de poder internacional inquestionável perante todo o sistema internacional. Para Washington, integra um projeto mais amplo de reforço de uma imagem de “insuperabilidade”. No mais, as visões discrepantes acerca do reconhecimento e da rememoração das contribuições de cada lado (norte-americano e russo) na vitória sobre o nazismo indicam uma assimetria clara e potencialmente multivetorial, a favor da versão ocidental dos fatos.

Isso porque a análise dos filmes aqui retratados revela padrões distintos nas representações audiovisuais da Segunda Guerra Mundial. Enquanto as produções de Hollywood tendem a focar nas experiências e nas contribuições dos Aliados Ocidentais, muitas vezes relegando o papel da URSS a um segundo plano ou omitindo-o completamente, as produções soviéticas e russas enfatizam fortemente o papel central da URSS na derrota do nazismo, destacando batalhas como Stalingrado e a tomada de Berlim. Essa disparidade nas percepções pode ser atribuída a vários fatores, como, mas não apenas, os seguintes:

1. Domínio global de Hollywood: a indústria cinematográfica norte-americana tem alcance e influência incomparáveis, mais expressivos

que os do cinema soviético ou russo, o que permite que suas narrativas atinjam um público global;

2. Continuidade narrativa: enquanto os Estados Unidos mantiveram uma narrativa consistente ao longo das décadas, a dissolução da URSS impôs dificuldades temporárias na continuidade da narrativa soviética/russa, sobretudo no que diz respeito à fragilidade econômica e à incerteza política da Rússia do início dos anos 1990, o que limitou aportes mais expressivos no cinema nacional;
3. Simplificação histórica: a tendência do cinema, especialmente de Hollywood, de simplificar narrativas históricas complexas para torná-las mais palatáveis ao público em geral;
4. Contexto político pós-Guerra Fria: a posição dos Estados Unidos como superpotência global após o colapso da URSS reforçou seu poder de modelagem de narrativas históricas perante as diversas audiências do mundo.

Referências

- Abel, M.; Umanath, S., Fairfield, B., Takahashi, M., Roediger, H. L., III, & Wertsch, J. V. (2019). Collective memories across 11 nations for World War II: Similarities and differences regarding the most important events. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 8, 178-188.
- Alves, J. do P., & Bussoletti, D. M. (2015). Reflexo e reinvenção da realidade: Quando o cinema encontra a guerra. *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 14(28).
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (Denise Bottman Trad.). Companhia das Letras.
- Angell, N. (2002). *A grande ilusão*. Editora da Universidade de Brasília
- Annakin, K., Marton, A., & Wicki, B. (Diretores). (1962). *O mais longo dos dias* [Filme]. 20th Century Fox.
- Annaud, J. J., & Schofield, J. D. (Diretores). (2001). *Círculo de fogo* [Filme]. Paramount Pictures.

- Attenborough, R. (Diretor). (1977). *Uma ponte longe demais* [Filme]. United Artists.
- Ayer, D. (Diretor). (2014). *Corações de ferro* [Filme]. Columbia Pictures.
- Baitello, N., Jr. (1997). *O animal que parou os relógios*. Annablume.
- Barreto, B. (Diretor). (1997). *O que é isso, companheiro?* [Filme]. O2 Filmes.
- Bay, M. (Diretor). (1998). *Armageddon* [Filme]. Walt Disney Pictures.
- Beatty, W. (Diretor). (1981). *Reds* [Filme]. Paramount Pictures.
- Benigni, R. (Diretor). (1997). *A vida é bela* [Filme]. Melampo Cinematografica.
- Bondarchuk, F. (Diretor). (2005). *9ª companhia* [Filme]. CTB.
- Bondarchuk, F. (Diretor). (2013). *Stalingrad* [Filme]. Central Partnership.
- Bondarchuk, S. (Diretor). (1959). *O destino de um homem* [Filme]. Mosfilm.
- Bondarchuk, S. (Diretor). (1975). *Eles lutaram pela pátria* [Filme]. União Soviética.
- Campbell, D. (1992). *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. The University of Minnesota Press.
- Carnes, M. C. (1996). *Past imperfect: History according to the movies*. Henry Holt.
- Carvalho, D. (2011). Stalinismo, cultura e cinema na URSS. *Anais do vigésimo sexto simpósio nacional de história*. Anpuh.
- Castells, M. (2008). The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93.
- Chiaureli, M. (Diretor). (1950). *A queda de Berlim* [Filme]. União Soviética.
- Chukhrai, G. (Diretor). (1959). *A balada do soldado* [Filme]. Mosfilm.
- Cimino, M. (Diretor). (1978). *O franco atirador* [Filme]. Universal Pictures.
- Coppola, F. F. (Diretor). (1979). *Apocalypse now* [Filme]. American Zoetrope.
- Derrida, J. (1995). *A escritura e a diferença* (Maria Beatriz da Silva Trad.). Perspectiva.

- Dias, S. M. (2021, junho). O cinema nos países aliados: De seu surgimento à Segunda Guerra Mundial. *Revista História em Curso*.
- Dick, B. F. (2016). *The screen is red: Hollywood, communism, and the Cold War*. University Press of Mississippi, 2016.
- Emmerich, R. (Diretor). (1996). *Independence day* [Filme]. 20th Century Fox.
- Emmerich, R. (Diretor). (2004). *O dia depois de amanhã* [Filme]. 20th Century Fox.
- Ferreira, R. de M. (2015). Cinema, memória e ditadura civil-militar: Representações sobre as décadas de 1960 e 1970 nos filmes *O que é isso, companheiro?* e *Batismo de sangue*. *Revista Contemporânea*, 5(7), 1-26.
- Forster, M. (Diretor). (2013). *Guerra mundial Z* [Filme]. Paramount Pictures.
- Franciscon, M. W. (2013). A construção do herói no cinema soviético: Chapayev (1934) e Aleksa Dundic (1958). *sÆculum – Revista de História*, 28.
- Gibson, M. (Diretor). (2016). *Até o último homem* [Filme]. Lionsgate.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Vértice.
- Harrison, M. (Ed.). *The economics of World War II: Six great powers in international comparison*. Cambridge University Press, 2000.
- Keohane, R. (1988). International institutions: Two approaches. *International Studies Quarterly*: 32(4), 379-396.
- Klimov, E. (Diretor). (1985). *Vá e veja* [Filme]. Mosfilm.
- Kott, A. (Diretor). (2010). *A resistência* [Filme]. Central Partnership.
- Laclau, E.; Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Verso.
- Lean, D. (Diretor). (1957). *A ponte do rio Kwai* [Filme]. Columbia Pictures.
- Malick, T. (Diretor). (1998). *Além da linha vermelha* [Filme]. 20th Century Fox.
- Malinova, O. (2017). Political uses of the Great Patriotic War in post-soviet Russia from Yeltsin to Putin. In J. Fedor, M. Kangaspuro, J. Lassila, & T. Zhurzhenko (Eds.), *War and memory in Russia, Ukraine and Belarus*. Palgrave Macmillan.

- Matta, J. P. R. (2008). Marcos histórico-estruturais da indústria cinematográfica: Hegemonia norte-americana e convergência audiovisual. *Anais do quarto encontro de estudos multidisciplinares em cultura*. Ufba.
- McTiernan, J. (Diretor). (1990). *A caçada ao Outubro Vermelho* [Filme]. Paramount Pictures.
- Mokritskiy, S. (Diretor). (2015). *Batalha de Sevastopol* [Filme]. Kinorob.
- Neumann, I. (2004). Beware of organicism: The narrative self of the State. *Review of International Studies*, 30, 259-267.
- Oliveira, D. (2010). O cinema e a Segunda Guerra Mundial no século XXI. *Anais do oitavo encontro nacional de história da mídia*.
- Ozerov, Y. (Diretor). (1970-1971). *Libertação* [Filme]. Mosfilm.
- Pereira, W. P. (2011). Cinema e política na era Roosevelt: O “American Dream” nos filmes de Frank Capra (1933-1945). *Anais do vigésimo sexto simpósio nacional de história*. Anpuh.
- Rezende, S. (Diretor). (2006). *Zuzu Angel*. [Filme]. Globo Filmes.
- Ringmar, E. (1996). On the ontological status of the State. *European Journal of International Relations*, 2(4), 439-466.
- Roediger, H. L., III, Abel, M., Umanath, S., & Wertsch, J. (2019). Competing national memories of World War II. *PNAS*, 116.
- Rosenstone, R. A. (2023). *History on film/film on history*. Routledge.
- Salles, W. (Diretor). (2024). *Ainda estou aqui*. RT Features.
- Schaffner, F. J. (Diretor). (1970). *Patton – Rebelde ou herói* [Filme]. 20th Century Fox.
- Schneider, A. (Diretor). (2020). *Greyhound – Na mira do inimigo* [Filme]. Apple TV+.
- Shepitko, L. (Diretora). (1977). *A ascensão* [Filme]. Mosfilm.
- Sidorov, A. (Diretor). (2019). *T-34 – O monstro de metal* [Filme]. Mars Media Entertainment.
- Sorlin, P. (2015). *Introduction à une sociologie du cinéma*. Klincksieck.

- Spielberg, S. (Diretor). (1993). *A lista de Schindler* [Filme]. Universal Pictures.
- Spielberg, S. (Diretor). (1998). *O resgate do soldado Ryan* [Filme]. Paramount Pictures.
- Stojanova, C. (2017). The great war: Cinema, propaganda, and the emancipation of film language. *Acta Univ. Sapientiae, Film and Media Studies*, 14, 131-156.
- Waltz, K. N. (2004). *O homem, o Estado e a guerra: Uma análise teórica*. Martins Fontes.
- Weber, C. (1998). Performative States. *Millennium*, 27(1).
- Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. *International Organization*, 46(2).

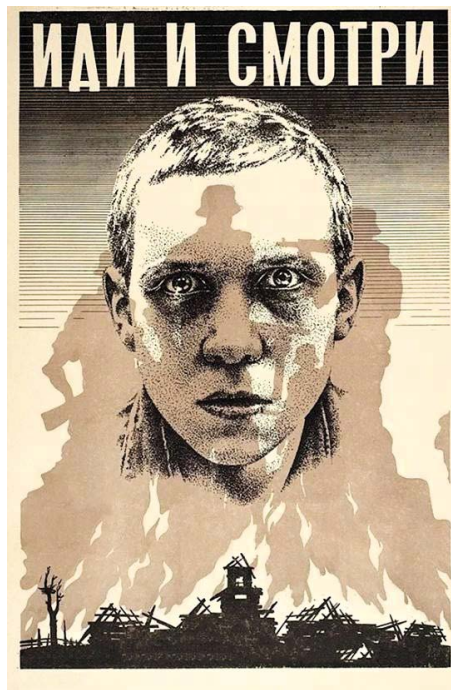


Figura 9.1 – Pôster do filme soviético *Vá e Veja* (1985).

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 9.2 – Cena do filme *A Balada do Soldado* (1959), com os atores Zhanna Prokhorenko e Vladimir Ivashov.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 9.3 – Cena do filme *Stalingrado* (2013).

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).

10. O pensamento estratégico na União Soviética e na Rússia: política externa, autonomia e soberania econômica

Fernando Roberto de Freitas Almeida

Pérsio Glória de Paula

Introdução

No prelúdio da Operação Barbarossa – a invasão das forças do Terceiro Reich à União Soviética que marcaria o início da Grande Guerra Patriótica –, havia uma percepção compartilhada entre as lideranças nazistas não só da existência de uma aparente fraqueza do Exército Vermelho, mas também de uma debilidade inerente da União Soviética e de sua estrutura interna. Apesar dos desafios em âmbito doméstico e das dificuldades na Guerra de Inverno, essas percepções sobre a fragilidade da URSS se fundaram, principalmente, em um sistema de dimensões ideológicas e disfunções cognitivas. Esse problema estava presente nas ideologias nazistas e fascistas, que se ampararam em suas pseudociências de superioridade racial e na *húbris* causada pelas rápidas vitórias anteriores da *Blitzkrieg*, e afetou igualmente outros sistemas cognitivos dominantes no período, como as sociedades ocidentais, que também antecipavam um rápido colapso soviético. Esses países também foram perpassados pela propaganda anticomunista e pela demonização da União Soviética, em voga desde a consolidação da Revolução de Outubro.

No entanto, como a história demonstrou, essa percepção revelou-se equivocada. O próprio líder nazista afirmou durante as reuniões de preparação para a invasão à URSS, em 1941, que “só precisamos chutar a porta e toda

a estrutura podre vai desabar”¹. Já Goebbels, em seus diários que esperava serem publicados no pós-guerra (foram microfilmados e escondidos), cedo manifestou perplexidade com a extensão da malha ferroviária soviética e a capacidade da força aérea, como registrado por Losurdo.² Em 1942, já no contexto do conflito, Hitler, ao discutir com as lideranças do regime finlandês,³ também demonstrou perplexidade frente ao real tamanho das forças e das capacidades industriais-militares da URSS. Esses são alguns dos exemplos das limitações dos sistemas cognitivos vigentes na época, que subestimaram elementos cruciais do poder soviético, como as capacidades de coordenação social e econômica, o real potencial da mobilização militar e industrial do país e o ímpeto e o espírito de luta do povo.

Nesses 80 anos após o fim da Segunda Guerra, o sistema internacional passou por profundas transformações e o século XXI tem testemunhado a ascensão de novos atores internacionais e o ressurgimento de potências com conteúdo civilizacional e acúmulos históricos e culturais distintos do Bloco Ocidental. Há, na atualidade, uma ambiguidade sistêmica que é um dos fatores centrais para explicar a intensificação das tensões geopolíticas contemporâneas. Por um lado, existe uma tentativa continuada de consolidação de hegemonia unipolar de um centro sistêmico euro-atlântico e, por outro lado, há um processo de reconfiguração dos arranjos de poder globais que tem dado proeminência a atores emergentes não ocidentais. Além disso, o atual quadro de tensões revela também um novo problema de conflitos de narrativa que afeta a interpretação da realidade e o entendimento das reais capacidades dos principais atores estatais.

Nesse contexto, a Rússia emerge como um caso emblemático, não apenas por ser uma das potências ressurgentes, mas também pelo fato de estar no epicentro dos processos de transformação sistêmica e dos atuais conflitos entre os blocos de poder. Essa reconfiguração dos arranjos de poder e o conflito na Ucrânia revelaram não apenas as fissuras nas relações internacionais

1 Fala atribuída ao líder nazista. <https://www.iwm.org.uk/blog/partnerships/2021/09/operation-barbarossa-the-german-invasion-of-the-soviet-union-1941-part-one>.

2 Os últimos registros foram feitos dez dias antes de sua morte. Os “Diários” foram publicados primeiramente apenas em 1978. Losurdo, 2010.

3 Em gravação secreta da conversa de Hitler com Carl Mannerheim, marechal fascista finlandês, e outras autoridades finlandesas. <https://yle.fi/aihe/a/20-270673>.

contemporâneas, mas também as limitações e incongruências entre a realidade e certas narrativas e percepções acerca do papel e do potencial russo. A Rússia, que foi rotulada como “um grande posto de gás fingindo ser um país”⁴ e como nada mais que uma “simples potência regional” que “estaria do lado errado da história”,⁵ não só tem resistido aos maiores pacotes de sanções econômicas já visto, mas também apresentado taxas de crescimento econômico e estabilidade social em meio ao conflito. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar o desenvolvimento histórico da economia soviética e do ressurgimento russo, evidenciando seus impactos geopolíticos e as incongruências presentes nas narrativas contemporâneas sobre as crises internacionais atuais, com ênfase nas perspectivas russas e brasileiras.

As experiências soviéticas: geopolítica e geoeconomia

Os russos constituíram um dos maiores impérios da História, ocupando a região que os fundadores da Geopolítica consideraram o “pivô do mundo”, a Eurásia, chegando até a América do Norte. Para o inglês Halford Mackinder, o controle da imensa região seria o objetivo das principais potências mundiais, mas a Rússia já estava lá. Com o avanço das redes ferroviárias, especialmente na Alemanha e na Rússia, o poder marítimo dos países imperialistas estava sendo ultrapassado pela visão da importância do poder terrestre, e ver a Rússia como uma ameaça ao equilíbrio do poder europeu era algo trivial nas grandes capitais, sedes dos impérios coloniais.

Tendo entrado na Primeira Guerra Mundial como uma economia atrasada industrialmente em relação aos países da Europa Ocidental, e com atividades econômicas em grande medida controladas por empresas francesas, inglesas e alemãs (forte motivo por trás de seu ingresso no conflito), a Rússia em pouco tempo passou de “sócia tardia e menor” do capitalismo mundial, em seu formato imperial, no dizer de Luís Manuel Fernandes (1999), para a

4 Afirmação do então senador John MacCain em 2015. <https://theweek.com/speedreads/456437/john-mccain-russia-gas-station-masquerading-country>

5 Fala do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, sobre o golpe do Euromaidan e a anexação da Crimeia em 2014. <https://www.reuters.com/article/world/obama-in-dig-at-putin-calls-russia-regional-power-idUSBREA2O19J/>

posição de “polo articulador” de um sistema mundial antagônico, no formato soviético. Tendo em mente as colossais perdas humanas nos dois grandes conflitos do século XX, a resiliência russa é um dos mais notáveis acontecimentos políticos da História.

O país conheceu forte impulso industrializante em meados do século XIX, quando possuía uma única ferrovia completa, com ramal pouco extenso, de Moscou a São Petersburgo, mas, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, já contava com mais de 70 mil km de malha ferroviária, incluindo a colossal Transiberiana. O império adotou política de substituição de importações, com tarifas elevadas para importados, visando a desenvolver e proteger indústrias que, prioritariamente, apoiassem as ferrovias e a modernização militar. Assim a produção industrial cresceu a uma taxa de 8% ao ano, no final do século XIX, sendo prejudicada por uma crise financeira mundial, em 1899/1900, pela guerra com o Japão, em 1904, e pela revolução em 1905. A seguir, retomou o crescimento, até 1913, com taxas anuais de 6%. Contudo, havia uma “monopolização precoce”, pois apenas um cartel (o *Prodamet*) controlava 80% da produção de ferro e aço e apenas sete empresas controlavam 90% da produção de trilhos para as ferrovias (Fernandes, 1999).

A situação desse desenvolvimento acelerado sob o czarismo motivou amplos debates, sendo considerado um modelo de “via prussiana”, em que a modernização mantinha as velhas estruturas do poder de elites agrárias conservadoras. Para viabilizar maior ingresso de investidores estrangeiros, a Rússia havia aderido ao padrão ouro, em 1897, e eles se dirigiram aos setores estratégicos. Metalurgia e mineração estavam sob controle de empresas francesas e belgas, os alemães se destacavam nas indústrias químicas e elétricas e 50% dos poços de petróleo pertenciam a capitais anglo-franceses. Nas finanças, principalmente franceses controlavam 42% dos dezoito principais bancos. O Império Russo entrou na Primeira Guerra como o segundo país mais endividado do mundo, com os Estados Unidos em primeiro lugar, e seu maior importador era o Império Alemão, o que criava uma situação especialmente complexa, no cenário de proximidade de um confronto de larga escala. Apesar da dependência do mercado alemão, sua enorme dívida externa estava ligada aos países da Europa Ocidental, com quem havia assinado diversos acordos

secretos. Ocorria uma “armadilha do endividamento”, numa situação quase neocolonial em relação aos credores mais avançados. A renda *per capita* russa foi calculada em 1/3 da inglesa e da estadunidense e 80% da população economicamente ativa russa se dedicava à agricultura.

As condições para a evolução dos acontecimentos políticos desencadeadores da Revolução de 1917 são conhecidas: contradições do capitalismo tardio e terríveis destruições humanas e materiais. Na vitória dos bolcheviques, sem poderem contar com ajuda externa a seu projeto, já em 1918 foram tomadas medidas fundamentais que direcionariam o futuro imediato e bem além: cancelamento das dívidas com os bancos dos países do centro do sistema e monopólio estatal do comércio exterior. Seria a solução óbvia para as relações de troca desiguais e, no momento, elogiava-se a dinâmica da economia alemã, de um “capitalismo de Estado”. As nacionalizações soviéticas foram restringidas aos bancos, fundidos num só, o Banco do Estado, às maiores empresas da indústria armamentista e às fábricas abandonadas pelos proprietários. Todas as medidas aqui citadas obviamente geraram reação forte de setores poderosos da economia, levando, imediatamente, em 1918 à revolta dos “generais brancos”,⁶ guerra civil e invasão do território russo, orquestrada por treze exércitos estrangeiros, incluindo as grandes potências do período, como os Estados Unidos, o Império Britânico, a França, o Japão e a Itália. Muitas outras empresas foram imediatamente abandonadas por seus proprietários e os invasores aliados criaram um bloqueio econômico ao país.

A resposta governamental foi nacionalizar todo o setor industrial e estabelecer regras de requisição compulsória e distribuição centralizada da produção. Como resultado, estima-se que o comércio exterior russo, nessa fase (1918-1920), denominada “comunismo de guerra”, não tenha chegado a 1% do que fora, em 1913. Todos os esforços governamentais voltaram-se ao ambiente militar e, em 1921, com a vitória na guerra civil, imaginou-se manter o “comunismo de guerra”, para acelerar a implantação do socialismo, que havia progredido nas cidades. A maioria no governo acreditava que as condições peculiares da Rússia, território gigantesco, indústrias modernas nas cidades,

6 A criação do Exército Vermelho, em 28/1/1918, pelo Conselho do Comissariado do Povo, foi fundamental para a defesa da Revolução e do país, a partir de então.

riquezas naturais fartas e, em grande medida, até mesmo não dimensionadas, poderiam levar à construção de uma sociedade socialista sem apoio externo. Isso levou a uma retomada da política anterior ao comunismo de guerra, abolindo requisições compulsórias e restabelecendo relações monetárias nas operações entre as indústrias e o campo, na chamada Nova Política Econômica (NEP).

O sucesso dessas operações levou ao encerramento do bloqueio decretado pelas potências ocidentais, mas o comércio exterior não poderia mais retornar ao padrão anterior à Revolução, pois não se baseava mais em tarifas protecionistas e, sim, no monopólio estatal. O Balanço de Pagamentos podia ter tratamento diferente, uma vez que não havia mais problemas com o serviço da dívida externa, com a remessa de lucros para o exterior ou gastos com turistas em visita ao estrangeiro. Isso eliminava a persistente busca anterior pela obtenção de superávits comerciais e, como resultado, o comércio exterior não obtinha valores sequer maiores do que 50% dos verificados antes da NEP.

O capitalismo de Estado seria assentado em poucas regras básicas: 1) estabelecer concessões a grupos privados nacionais ou estrangeiros, por tempo limitado; 2) alugar forças produtivas a empresários, por tempo determinado; 3) construir empresas mistas, com estatais e empresários estrangeiros; 4) pagar comissões a comerciantes privados para venderem mercadorias; 5) definir relações estáveis entre entes estatais e cooperativas agrícolas privadas.

A partir de 1925, pensou-se que este modelo poderia ser adotado entre o Estado e setores não socialistas da economia soviética, mas de fato as relações imaginadas quase não se concretizaram, ou seja, o capitalismo de Estado não prosperou. Não terem recebido financiamentos estrangeiros de longo prazo, em boicote evidente às importações governamentais soviéticas, era um obstáculo fundamental. O “Ocidente” jamais perdoaria o cancelamento da dívida externa. Mesmo assim, o nível de produção anterior à Primeira Guerra Mundial foi alcançado em 1926, embora não houvesse efetivamente recursos para um novo surto de industrialização. Isso motivou a chamada “crise das tesouras”, em 1923/24 (explicada por Trotsky), quando se percebeu que os preços agrícolas, liberalizados, caíam, enquanto os preços dos manufaturados, dependentes de aumento na produção industrial, controlada pelo Estado, subiam. Seria preciso ampliar a industrialização, e os debates sobre a direção do

país se intensificaram. Sem créditos estrangeiros de longo prazo, os recursos necessários viriam de fonte interna. A industrialização deveria prosseguir nos marcos da NEP, ou ser acelerada, com intervenção estatal?

O governo lançou, em 1927, “títulos de industrialização”, resgatáveis em dez anos, que foram insuficientes. Partiu-se, então, para taxação dos agricultores ricos e dos comerciantes privados. Mais uma vez, obteve-se resultado insuficiente, o que levou a uma reforma fiscal, em 1930, com um imposto sobre circulação de mercadorias, fortemente incidente sobre produtos agrícolas, e voltaram as requisições compulsórias com preços baixos.⁷

Em 1928, sob a égide de Josef Stalin, foi adotado o I Plano Quinquenal,⁸ cujo texto apontava para a necessidade de “garantir a utilização máxima dos recursos na industrialização do país”. Optou-se pela instalação de indústrias pesadas estratégicas: ferro e aço, tratores, carros, caminhões, usinas hidroelétricas, mineração de carvão, produção de petróleo e fábricas de máquinas-ferramentas.⁹ Aqui, é preciso fazer uma pausa e colocar em perspectiva a situação do sistema internacional dos anos 1920/30: os Estados Unidos viviam os “anos loucos”, de otimismo exacerbado; na Alemanha crescia a influência dos nazistas, com uma plataforma fanaticamente anticomunista; Mussolini tomara o poder na Itália e a Inglaterra rompera relações com a Rússia em 1927. Ao mesmo tempo, era preciso que a União Soviética tivesse uma base industrial de defesa de grande porte, pois um novo conflito se avizinhava e não haveria como resistir sem ela. O I Plano Quinquenal propiciou maior concessão de empréstimos de curto prazo por bancos estrangeiros, mas esses permaneciam irrisórios frente às necessidades do país.¹⁰ Foram mais importantes os acordos de assistência técnica, principalmente com empresas alemãs

7 Em 1935, quase metade da receita do governo provinha das instituições criadas para as requisições, e uma crise grave com o setor agrícola foi instaurada, com desvio de produtos e, até mesmo, sua destruição pelos produtores, faltando alimentos nas cidades.

8 Os dados estatísticos dos planos, citados por Segrillo (2013) e Fernandes (1999) podem ser consultados em *Norodnoe Khozyaistvo SSSR: statisticheskii ezhegodnik* (Economia da URSS: Anuário Estatístico).

9 Com efeito, ainda em 1925, o XIV Congresso do PCURSS havia decidido que era preciso impedir que o país fosse “transformado em mero apêndice da economia mundial capitalista, em vez de uma unidade econômica independente, que constrói o socialismo”.

10 Seguiram-se outros planos quinquenais até a dissolução da União Soviética em 1991. Até os anos 1980, os planos soviéticos lograram resultados impressionantes, num contexto de

e estadunidenses, para produção de equipamentos elétricos, automóveis (Ford) e até mesmo a construção de uma represa.

Seja como for, no âmbito do I Plano Quinquenal (1928/32), a URSS testemunhou um crescimento de 13,2% ao ano; no segundo (1933/37), 16,1% e, no terceiro, a partir de 1938 e interrompido em 1941, com a invasão nazista, 12,5% ao ano. No III Plano Quinquenal, as dotações para a Defesa chegaram a 25% do orçamento total do Estado. Em 1939, por sua vez, o acordo com o Terceiro Reich, como anotado por Lukács (2008), evitou um ataque alemão à URSS antes da Operação Barbarossa, que viria a ocorrer apenas em 1941. Segundo Fortes (2018), o governo soviético teria avaliado ser mais fácil obter apoio dos países europeus, caso a Alemanha rompesse o pacto de não agressão e atacasse o território russo.

Quando a Operação Barbarossa foi lançada por Hitler em 22 de junho de 1941, dando início então à Grande Guerra Patriótica, a “frente interna” soviética realizou feitos hercúleos. Destacam-se a transposição em massa do parque industrial para os Urais, para a Ásia Central e para a Sibéria e a mobilização total do país, com enorme esforço também da população feminina, que resultaram em um aumento não só na produção de armamentos, mas também de bens industriais para a reconstrução rápida de infraestruturas atingidas pelo inimigo. A capacidade de coordenação econômica e o desenvolvimento industrial orientado para as necessidades estratégicas, aliados à mobilização abrangente de todos os segmentos da sociedade e ao espírito de união e de sacrifícios extraordinários feitos pelo povo soviético, permitiram não apenas conter a máquina de guerra nazista, mas também reverter o curso do conflito em favor dos Aliados.

Terminado o conflito, o IV Plano Quinquenal (1946/50) evidentemente visava à reconstrução da URSS, para “restaurar as regiões afetadas do país, [além de] restaurar o nível pré-guerra da indústria e da agricultura”. Mais uma vez, essa reconstrução ocorreria sem apoio estrangeiro, já que a URSS não poderia participar da remodelagem do sistema internacional sob hegemonia dos Estados Unidos, manifestada pela Conferência de Bretton Woods (1944). A União Soviética até chegou a participar da Conferência, visando a reestruturação

estatização total das forças produtivas e planificação centralizada de todos os processos visando ao desenvolvimento.

mundial no contexto pós-Guerra, mas ficaria sem poder de veto – restrito aos Estados Unidos – em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Logo, “o país que fora a principal força a derrotar o nazismo na Segunda Guerra sentiu que o tratado [costurado em Bretton Woods] não estava à altura de seu prestígio e ambição internacional” (Klyausova, 2016).

Paralelamente, Washington iniciava sua estratégia de contenção da URSS, com a instauração da Guerra Fria e a declaração do Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill (em Fulton, Estados Unidos), em 1946, acerca da “Cortina de Ferro” que descia sobre a Europa. É diante desse contexto que o IV Plano Quinquenal soviético procurou avançar em todos os setores essenciais do país, incluindo melhorias no bem-estar material e na cultura, mas dedicando 87,9% dos recursos disponíveis para os setores pesados e apenas 12,1% para os bens de consumo (Reis Filho, 2004). Em consequência, a renda nacional cresceu 71%, a produção industrial cresceu 85% e a agrícola, 21%. Os investimentos quase dobraram e o PIB cresceu a uma taxa média de 11% ao ano. Tal desempenho não encontrava análogo em nenhuma economia capitalista,¹¹ e, consolidando o bloco das economias planificadas,¹² em 1949 foi instituído o Conselho para Ajuda Econômica Mútua, Comecon, que existiria até 1991.

O V Plano Quinquenal (1951/55), por sua vez, já lidava com um mundo muito diferente, sendo agora a União Soviética uma potência nuclear com influência global, vendo seu gigantesco vizinho, a China, também instalando uma economia socialista, além de assistir ao desmonte dos impérios coloniais europeus mundo afora e à Guerra da Coreia. Naquele momento, os Estados Unidos haviam desistido da ideia de desindustrialização de seus ex-inimigos alemães e japoneses e, ao contrário, investiam pesadamente em ambos. Mesmo assim, o crescimento da economia soviética superava o de qualquer um deles. O V Plano previa investir em maior coletivização da agricultura, criando *kolkhozes* gigantescos, cujo número foi reduzido de 252 mil unidades para 75 mil (Reis Filho, 2004). Nos países ocidentais, considera-se

11 Observe-se que o governo brasileiro do Marechal Dutra rompeu relações com a URSS, por conta própria, em 1947, sendo que o Brasil havia sido o primeiro país sul-americano com quem o Império Russo estabeleceu relações, em 1828. As relações bilaterais foram restabelecidas apenas em 1961.

12 Países de fora do Leste Europeu aderiram posteriormente: Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978).

que o pós-guerra apresentou a ênfase numa Terceira Revolução Industrial, conhecida nos países socialistas como Revolução Científico-Técnica.¹³ Com o falecimento de Stalin, em 1953, reformas foram iniciadas promovendo grandes mudanças, que enfrentaram resistência em determinados setores, como a democratização do PCURSS, com voto secreto para a eleição dos dirigentes, candidaturas múltiplas e limites para reeleição (Reis Filho, 2004).

Já o VI Plano Quinquenal (1955-1960) visava o estabelecimento pleno do comunismo até o ano de 1980. Nesse quinquênio, a renda nacional aumentou 150%, a produção industrial, 64% e a agrícola, 32%. A agricultura se expandiu para o Cazaquistão e a Sibéria Ocidental, embora a orientação equivocada de um biólogo, Lysenko, tenha impedido sucesso nesse processo, o que levou a futuras quebras da produção agrícola. De grande relevância, no âmbito do Plano, foi o lançamento do primeiro satélite artificial, o *Sputnik*, ao qual se seguiu extensa série de sucessos no programa espacial, granjeando enorme prestígio para a ciência russa e soviética. Buscando uma “coexistência pacífica”, a URSS fez diversos acenos aos países capitalistas, inclusive recebendo, pela primeira vez, a visita do chanceler Konrad Adenauer, da Alemanha Ocidental, em 1955, e apoiando o Tratado de Neutralidade da Áustria. Dando mais atenção ao Terceiro Mundo, no ambiente em que se realizava a Conferência de Bandung, o secretário-geral do PCURSS, Krushev, visitou a Argentina e a Índia. A seguir, em 1959, reuniu-se com Eisenhower e discursou na ONU, em 1960.

Na URSS, enquanto isso, centros industriais avançados continuavam sendo instalados na Sibéria e nos Urais. O V Plano Quinquenal foi estendido então até 1965. Em 1960, foi lançado o Plano de Defesa de Sete Anos, que se tornou um grande escoadouro de recursos, prejudicando avanços em outras áreas da economia. A partir dele, a estratégia de dissuasão mantida na Guerra Fria precisou focar-se na competição acirrada causada pela corrida nuclear com os norte-americanos. Ainda assim, o novo modelo obteve alguns êxitos: a renda nacional cresceu 53%, os meios de produção se expandiram em 91% e a produção industrial cresceu 84%. A agricultura, porém, ficou muito abaixo

13 Em russo, *Nauchno-Tekhnicheskaya Revolyutsiya*, sendo a sigla NTR, muito citada na literatura soviética. Ver Segrillo, 2013.

dos 70% de crescimento pretendidos, aumentando apenas 15%, apesar dos grandes avanços na remuneração dos agricultores coletivos e nos programas habitacionais. Em 1962, a União Soviética respondeu à colocação de mísseis dos Estados Unidos na Turquia com a instalação de mísseis em Cuba, provocando uma crise séria do ponto de vista internacional e se apresentando como um poder bastante efetivo contra a maior potência do mundo capitalista.

Por outro lado, em meados dos anos 1960, a União Soviética começou a perder desempenho econômico, ao mesmo tempo em que tinha início a era de Leonid Brezhnev (1964-1982) à frente do poder.¹⁴ No VIII Plano Quinquenal (1966-1970), já sob Brezhnev, foram obtidos alguns bons resultados: crescimento de 42% na renda nacional, produção industrial bruta 51% maior que no período anterior e crescimento de 21% na agricultura. O IX Plano Quinquenal (1971-1975) contava com a URSS solidamente estabelecida como grande potência industrial, aumentando a produção de bens de consumo e investindo bastante em geração de energia. No entanto, pela primeira vez, a economia dava sinais de estagnação e houve forte crise na produção agrícola, desencadeando alta no mercado mundial de alimentos.

O X Plano Quinquenal (1976-1980), por sua vez, ficou conhecido como “Plano de Qualidade e Eficiência”, mas não havia como dimensionar a mudança de paradigma técnico-econômico nos países capitalistas, iniciada nos anos 1970, com a superação do modelo fordista-keynesiano, substituído então pelo modelo neoliberal-toyotista, que abandonava compromissos com o Estado de Bem-Estar Social, projetos associativos e a busca do pleno emprego. Começava a era do individualismo exacerbado, da concorrência global entre grandes corporações, da descrença em atitudes associativas e cooperativas. A ofensiva da propaganda neoliberal tornou-se uma onda avassaladora na década seguinte e a URSS se fragilizava, com sua prioridade em Defesa, necessidade de manter os avanços sociais e de defender o socialismo no sistema internacional, não contando mais com o apoio chinês e onerando seu orçamento com a operação militar no Afeganistão.

14 O mesmo Brezhnev que proclamara, na comemoração dos cinquenta anos da Revolução, em 1967, ter o país entrado na era do “socialismo desenvolvido” (*razvitoi sotzializm*).

Mesmo assim, em regiões como África, Ásia e América Latina, “a URSS era vista como um contrapeso importante, às vezes, decisivo, aos intuítos dominadores dos EUA, e das ex-metrópoles coloniais europeias” (Reis Filho, 2004, p. 129). Diante desse contexto, o XI Plano Quinquenal (1981-1985) assistiu à forte crise da dívida do Terceiro Mundo e se voltava, segundo o PCURSS, a transformar o “crescimento extensivo em crescimento intensivo”, ou seja, avançar na melhoria do padrão de vida e da qualidade da produção de bens de consumo e também nas relações com os Estados Unidos, numa conjuntura em que a crise na produção de alimentos persistia.

O XII Plano Quinquenal (1986-1990), agora sob a tutela de Mikhail Gorbachov, programou grandes reformas e pensava num horizonte que ia até o ano 2000. Nessa época, as palavras russas *glasnost* (“transparência”) e *perestroika* (“reconstrução”) foram incorporadas ao vocabulário de pessoas cultas em todo o mundo, mas na verdade Gorbachov iniciou seu secretariado do partido com o *slogan uskoreniye* (“aceleração”). Seu anunciado objetivo de aumentar a tecnificação, por meio da robotização e substituição de trabalhadores braçais, denotava a pressão do padrão toyotista em implantação avançada no mundo industrializado. As medidas de reforma de Gorbachov, no entanto, não funcionaram, e uma crise se instaurou na União Soviética. Em meio a esse cenário, o acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, tornou-se um episódio traumático daquele período, gerando preocupações e críticas em escala global.

No final das contas, o XIII Plano Quinquenal nem chegou a ser implementado devido ao colapso intempestivo da União Soviética em 1991, fechando de forma inesperada a Guerra Fria. Seja como for, o advento da Revolução de 1917, acompanhada pela criação de uma economia de comando estatizada, promoveu a rápida industrialização da Rússia soviética, sendo um dos pilares fundamentais para a constituição de suas capacidades de Defesa e organização de recursos em tempos de crise, como demonstrado na Segunda Guerra Mundial.

A dissolução da União Soviética

Embora os diagnósticos sobre os problemas enfrentados pela União Soviética fossem, em muitos aspectos, acertados, a implementação das soluções

propostas resultou em consequências desastrosas. Como apontam Stephen Cohen (2011) e Richard Sakwa (2017), o colapso soviético é mais bem explicado pela condução equivocada das reformas do que pelos problemas estruturais, pelas pressões externas e pelas contradições internas do país. Além disso, os mesmos autores defendem que foi a própria URSS, e posteriormente a Rússia, que conduziu os processos de fim da Guerra Fria (1989), de fim do socialismo soviético (1990) e da própria dissolução da URSS (1991).

Os crescentes gastos militares,¹⁵ reflexo das tensões com o Bloco Ocidental e da custosa intervenção no Afeganistão, restringiram significativamente os investimentos internos. Para mitigar essa situação, a URSS intensificou a exportação de bens primários, marcando o início da proeminência do setor energético na economia, que perdura até hoje na estrutura russa. A queda dos preços do petróleo nos anos 1980 agravou a desaceleração, mas sem comprometer o crescimento, que permaneceu positivo até 1989. No entanto, a competitividade sistêmica exigia da União Soviética uma reformulação estrutural de sua matriz produtiva.

No Brasil, o primeiro livro a tratar da dissolução da URSS foi publicado por Luís Manuel Fernandes, em 1991 (*URSS, ascensão e queda: A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista*). Como observou Moraes: “Os subsídios analíticos que o livro oferece são úteis na medida em que expõem a situação em que o remédio venenoso da *perestroika* foi aplicado, mas faltava-lhe recuo histórico para reconstituir o processo concreto que conduziu ao grande desastre”. Já a primeira pesquisa acadêmica brasileira fundamentada em referências sobre aquele acontecimento histórico, na língua original, foi a tese de Ângelo Segrillo, defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1999, a partir de estudos em Moscou, no Instituto Pushkin, de 1989 a 1992.

A instabilidade sucessória, marcada pelas mortes de Brezhnev (1982), Andropov (1984) e Chernenko (1985), levou à ascensão de Gorbachov em 1985, que iniciou um amplo programa de reformas. A ausência de diretrizes operacionais e a condução errática do processo reformista intensificaram a

15 Segundo Ângelo Segrillo (2013), nos anos 1980, os gastos com defesa chegaram a cerca de 15% do PNB soviético. Além disso, a participação da indústria de defesa na economia também era significativa.

crise econômica e catalisaram forças centrífugas, que aumentariam a pressão sobre o sistema soviético. Observe-se que, “em outubro de 1988, o ministro das Finanças Bóris Gastev, admitiu, finalmente, que o déficit aumentara muito durante a *perestroika*” (Segrillo, 2014, p. 51) exatamente devido às reformas implementadas.

Além do déficit orçamentário, sob as reformas, a partir de 1987, a URSS apresentou um decréscimo significativo na sua taxa de crescimento, saindo de uma média de 5% do início da década de 1980, para cerca de 1% entre 1987 e 1989. Em 1990, a economia soviética apresentou uma taxa - 2% em relação ao ano anterior, a primeira taxa negativa do país desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A situação pioraria drasticamente em 1991, com o colapso do Comecon, quando a URSS apresentou uma taxa de - 8%, agravada pela dissolução do país em dezembro (Fundo Monetário Internacional, 1991). A RSFSR/Federação Russa apresentou uma taxa de - 5% para o mesmo ano.

Ainda que tenham sido os soviéticos os iniciadores do processo do fim da Guerra Fria, o resultado final foi o colapso unilateral do Bloco Socialista e da dissolução da URSS. O Ocidente, por sua vez, não tardou em declarar-se vitorioso na Guerra Fria, ensejando a precoce narrativa de “fim da história” e o advento do universalismo dos modelos e instituições democrático-liberais, que dali em diante deveriam ser copiadas não só pelo Bloco Oriental, mas também pelo restante do mundo, sob a tutela dos países ocidentais. Soma-se a isso o fato de que, nas negociações de reunificação da Alemanha, as lideranças ocidentais deram garantias verbais aos soviéticos de que não haveria expansão da Otan em direção ao Leste após a conclusão da reunificação (Shifrinson, 2016). Como a história mostrou, as promessas de não expansão não foram mantidas e a Alemanha entrou na Otan em 1990.

O colapso soviético e a secessão territorial da URSS em diversas repúblicas também significaram a redução das capacidades de organização e distribuição dos recursos e a fragmentação das cadeias produtivas, que agravaria substancialmente a crise econômica e social. A Rússia ainda passaria por outro período de reformas problemáticas com o início da Terapia de Choque na década de 1990, como se observa na Tabela 10.1.

Tabela 10.1 – Indicadores econômicos da Rússia (década de 1990)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Taxa de crescimento*	-5%	-14,5%	-8,7%	-12,6%	-4,1%	-3,6%	1,4%	-5,3%	6,4%	10%
PIB nominal**	517	460	435	395	395	391	404	270	195	259
PIB PPC**	1.166	1.019	953	851	832	817	843	807	870	1.000
* Taxa de crescimento anual percentual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante. ** Valores correntes em bilhões dólares americanos.										

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Mundial (2025).

A terapia de choque e a década de 1990

Após a dissolução da URSS, a Rússia, enquanto principal Estado legatário, buscou redefinir sua identidade geopolítica ao se alinhar aos paradigmas democrático-liberais e à economia de mercado ocidental. As reformas foram marcadas por privatizações em larga escala, desmonte do aparato militar e liberalização financeira, culminando numa transição traumática caracterizada pela erosão da soberania estatal e pela captura das instituições nacionais por oligarquias vinculadas a interesses transnacionais.

Essa nova ordem ideológica rompeu com as tradições de desenvolvimento autônomo e soberano, subordinando a Rússia à ortodoxia neoliberal e aos interesses hegemônicos ocidentais, enquanto, sob a influência de elites cooptadas, o país inadvertidamente facilitava projetos de reordenamento geopolítico antagônicos aos seus próprios interesses, resultando em colapso socioeconômico, fragmentação cultural e recuo estratégico internacional na década de 1990. As tentativas de adequação a um regime liberal, democrático e ocidentalizado acarretariam a maior desestruturação econômica e social

que um país sofreu durante o período de paz. Segundo Hoff & Stiglitz (2004), o “Big Bang” de privatizações afetou cerca de 14 mil empresas e, entre 1995 e 2001, houve uma fuga média de capitais de cerca de 5% do PIB do país ao ano. Além disso, conforme demonstrado na Tabela 10.1, entre 1991 e 1996, o país apresentou uma sucessão de taxas negativas de crescimento anual.

O Produto Interno Bruto (PIB) nominal da economia (em valores constantes) diminuiu de 517 bilhões de dólares, em 1990, para 195 bilhões em 1999,¹⁶ caindo para a vigésima segunda posição das maiores economias globais. Já a dívida externa do país atingiria o valor de US\$ 180 bilhões, em 1998, segundo o Banco Mundial. Para critério de comparação, o México e o Brasil – que também foram afetados por crises na década de 1990 – ocupavam, em 1999, a décima e a décima primeira posição respectivamente, com um PIB nominal aproximado de 600 bilhões, mais de três vezes maior do que o russo. Esses valores contrastam com os da União Soviética que, em 1989, era a segunda maior economia do planeta, com cerca de 2,6 trilhões de dólares.¹⁷

A “terapia de choque”, que previa privatização e abertura econômica imediatas, gerou concentração de renda em um pequeno segmento da sociedade, aumento do desemprego – que atingiu cerca de 13,3%¹⁸ da população economicamente ativa da Rússia – e queda drástica nos padrões de vida da população. Nesse período, houve uma queda considerável em indicadores básicos de conquistas sociais do período soviético, como a expectativa de vida – que declinou de 69 anos, em 1989, para 64, em 1994 –,¹⁹ o nível de extrema pobreza – que atingiu cerca de 35% dos russos em 1999 – e o Índice de Desenvolvimento Humano – que caiu de 0,741 em 1990 para 0,696 em 1994.²⁰ Igualmente, o país sofreu com a hiperinflação, situada em cerca de 300% em 1994 (Robinson & Owen, 2003) e que agravou severamente a situação econômica de aposentados e trabalhadores.

Além disso, também se iniciou o problema demográfico que persiste até hoje, não só com a redução na expectativa de vida, mas também devido a

16 Segundo dados do Banco Mundial (2025).

17 Segundo dados da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, 1990.

18 Banco Mundial, para o ano de 1998.

19 Idem.

20 Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), s/d.

uma redução nas taxas de natalidade e ao aumento do índice de emigração socioeconômica.²¹ As promessas de rápida modernização e prosperidade para a população russa não se concretizaram, pois os acordos de financiamento externo condicionados a reformas austeras, abertura de novos segmentos e desregulamentação aprofundaram a dependência doméstica perante credores ocidentais e fragilizaram o Estado, que passou a ser incapaz de honrar salários e pensões.

No âmbito internacional, a política externa inicial, sob Andrei Kozyrev (1990-1996) foi marcada por um ocidentalismo ideológico que visava a integração plena ao modelo ocidental, implicando concessões estratégicas, como a limitação da exportação de armamentos, a redução assimétrica do arsenal nuclear e o distanciamento de aliados históricos, além de um isolacionismo no espaço pós-soviético que acirrou conflitos étnicos e foi agravado pela crise chechena (1994-1996), drenando recursos estatais e aprofundando a crise estrutural. Paralelamente, as potências ocidentais exploraram essa vulnerabilidade para restringir a participação russa em instituições e engendrar a expansão da Otan no Leste Europeu, rompendo os compromissos assumidos com Moscou no fim da Guerra Fria. Ainda que em 1997 o país tenha sido admitido no G7²² e o Conselho Conjunto Permanente Otan-Rússia tenha sido estabelecido, as queixas russas não foram levadas a sério e a principal linha política para a confecção da nova arquitetura de segurança europeia e do alargamento da Otan, conduzida sob a liderança dos Estados Unidos, continuou nas diretrizes de “manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães subjugados”.²³

Por volta de 1994, diante da crise interna, da desestabilização no Cáucaso, da insatisfação popular e das demandas de segmentos importantes das elites por maior soberania, o governo russo iniciou uma mudança de curso em 1996 com a nomeação de Evgueni Primakov como Ministro das

21 Segundo Aleshkovski et al. (2018), cerca de 4,1 milhões de russos emigraram do país no período de 1990 a 2000.

22 Com a adesão da Rússia em 1997, o G7 se tornou o G8, formato que perdurou até sua expulsão em 2014.

23 A frase (traduzida do inglês: *Keep the Americans in, the Russians out, and the Germans down*) é atribuída ao Primeiro Secretário Geral da Otan, Lord Hastings Lionel Ismay (1952-1957), e descrevia o propósito geopolítico da aliança.

Relações Exteriores. Esse movimento marcou a substituição do “ocidentalismo ideológico” de Kozyrev por uma estratégia de balanceamento do poder norte-americano, então a única superpotência remanescente do sistema (Tsygankov, 2016). Nos diversos cargos que ocupou, de chefe dos serviços de inteligência a Primeiro-Ministro (1998-1999), Primakov propôs uma rearticulação econômica centrada no controle dos setores estratégicos e a aproximação com potências emergentes, como China, Índia e Irã (Tsygankov, 2016).

No espaço pós-soviético, as ideias de Primakov impulsionaram o fortalecimento de organismos regionais até então paralisados, como a OTSC [Organização do Tratado de Segurança Coletiva] e a CEI [Comunidade dos Estados Independentes], transformando-os em eixos de promoção da integração regional. A abordagem também favoreceu a aproximação com atores asiáticos, culminando em acordos como o tratado russo-chinês sobre boa vizinhança e a criação da OCX [Organização de Cooperação de Xangai], além de inspirar, posteriormente, a formação dos Brics (Panova, 2015). Ainda assim, a conjuntura internacional dos anos 1990, com potências emergentes pouco consolidadas e governos locais em crise no espaço pós-soviético, limitava a efetividade dos esforços de balanceamento. A crise financeira de 1998, marcada pela queda do rublo, *default* e moratória dos pagamentos da dívida externa, aprofundou os desafios econômicos e intensificou o debate sobre o fortalecimento da autoridade central e a recuperação de setores estratégicos.

Nesse cenário, a renúncia de Boris Iéltsin em 1999 e a ascensão de Vladimir Putin sinalizaram uma continuidade com elementos do projeto de Primakov e a implantação de reformas institucionais e econômicas voltadas ao reforço dos interesses nacionais, à limitação do poder dos oligarcas e à diversificação das parcerias internacionais, além de uma postura mais assertiva em questões de segurança interna e combate ao terrorismo.

O período Putin e a Rússia do século XXI

O século XXI inaugurou uma nova fase para a Rússia, caracterizada por um processo de recuperação socioeconômica e de reconstituição de suas capacidades estratégicas no sistema internacional, impulsionado pela rearticulação

de setores-chave da economia. Entre os anos 2000 e 2025, a formulação das políticas Externa e de Defesa refletiu a transição de um Ocidentalismo Pragmático (Segrillo, 2016), pautado na cooperação seletiva com potências ocidentais, para uma postura de assertividade geopolítica (Martyanov, 2018) e autonomia civilizacional (Tsygankov, 2016), especialmente após a incorporação da Crimeia, em 2014. Essa inflexão não advém apenas da consolidação de vetores de poder econômico e militar, mas também é uma resposta à continuidade do expansionismo institucional e do intervencionismo do Bloco Ocidental e é pautada em uma leitura acertada do aumento do protagonismo de potências emergentes – uma ambiguidade que marca o período.

Em âmbito interno, o início dos anos 2000 foi um período de alto crescimento econômico para a Rússia, puxado pela alta nos preços das *commodities*. A economia cresceu cerca de 10% já no ano 2000 (ver Tabela 10.1) e manteve uma média de crescimento de 7% entre esse ano e 2008. Apesar dos bons resultados de 2010, 2011 e 2012 (4,49%, 4,30%, 4,02%, respectivamente), no período de 2009 a 2019, a média de crescimento foi de 1% (ver Tabelas 10.2 e 10.3, a seguir). A fase de alto crescimento foi interrompida pela guerra na Geórgia em 2008 e pelos efeitos da crise econômica em 2009, pela conflagração das disputas geopolíticas com o Ocidente e pela imposição de sanções unilaterais.

Nesse sentido, é possível dividir o início do século XXI em três fases. A primeira, entre os anos 2000 e 2008, que compreende os dois primeiros mandatos de Putin, é marcada por alto crescimento, reformas econômicas e estabilização política e socioeconômica do país. A segunda fase, de 2008 a 2021, compreende o mandato presidencial de Dmitri Medvedev (2008-2012) e o retorno de Putin à presidência, a partir de 2012. Por um lado, essa fase foi marcada por instabilidade e baixas taxas de crescimento e pode ser considerada um período “entre crises”, a saber, a crise financeira global de 2008 (que afetaria a Rússia em 2009) e a crise econômica global causada pela pandemia, de 2020 a 2021. Por outro lado, houve adoção gradual de políticas econômicas modernizantes para a construção de uma economia soberana e o estabelecimento da “Fortaleza Rússia”, dadas as crescentes tensões com o Ocidente, que deram robustez à economia real do país. Para critério analítico, consideramos também a existência de uma terceira fase, iniciada em 2022, com a Operação Militar Especial e as sanções ocidentais. No entanto, esse último período ainda

carece de um “distanciamento histórico” para uma análise mais aprofundada, embora sua essência geopolítica seja evidente.

Tabela 10.2 – Rússia: indicadores econômicos (anos 2000)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de crescimento*	5,1%	4,69%	7,29%	7,19%	6,39%	8,2%	8,49%	5,19%	-7,79%	4,49%
PIB nominal**	306	345	430	591	764	989	1.299	1.660	1.222	1.524
PIB PPC**	1.074	1.167	1.338	1.473	1.696	2.133	2.377	2.878	2.768	2.927
* Taxa de crescimento anual percentual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante.										
** Valores correntes em bilhões de dólares americanos.										

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Mundial (2025).

Mais especificamente sobre a primeira fase (de 2000 a 2008), a Rússia viveu um período de crescimento econômico impulsionado pelas exportações energéticas, o que permitiu saldar dívidas e iniciar a recuperação do setor militar. No geral, essa época foi marcada por superávits orçamentários, induzidos pelas altas exportações de insumos energéticos dos setores de petróleo e gás. Com isso, o Estado angariou recursos para uma série de reformas sociais e econômicas, destacando-se as novas leis orçamentárias, tributárias, trabalhistas e fundiárias (Kudrin & Gurvich, 2015). Ademais, foi criado o Fundo de Estabilização da Federação Russa, que se tratava de um fundo soberano para acumulação de divisas oriundas da alta do preço do petróleo, permitindo assim o resgate da dívida externa e do déficit com as pensões.

Segundo Kudrin & Gurvich (2015), no período de 2000 a 2008, a participação da Rússia na economia mundial cresceu quatro vezes, de 0,6% para 2,7%, os salários reais aumentaram 3,4 vezes e as pensões reais aumentaram 2,8 vezes. Fatores que ajudam a explicar a popularidade de Vladimir Putin, seus sucessos eleitorais e a sua continuidade no poder. Ainda no plano econômico, os primeiros anos da era Putin foram marcados pelo amplo esforço

de nacionalização de setores estratégicos, em especial o energético, principal fonte de receitas do país. Essa abordagem gerou um embate com determinados segmentos das elites, que, em conluio com empresas transnacionais, aproveitaram o caos dos anos 1990 para se apropriar ilegalmente de bens, recursos e empresas.

As leis sobre a extração e a exportação do gás e a “renacionalização” da Gazprom em 2005, por exemplo, geraram não só uma das maiores empresas do ramo energético do mundo, mas também um sistema efetivo de controle do setor por parte do Estado. A subordinação das oligarquias, que na década de 1990 exerciam forte influência sobre Iéltsin, também foi um processo relevante e que gerou atrito com o Ocidente, coibido de continuar com suas práticas predatórias em detrimento da sociedade russa.²⁴ Além disso, houve a criação de diversas corporações estatais, como a *United Aircraft Corporation*, em 2006, que consolidou empresas como a *Mikoyan* e a *Sukhoi*, gigantes da indústria aeroespacial civil e militar da Rússia. Em 2007, foi criada a *United Shipbuilding Corporation*, que consolidou a indústria naval, e a *Rostekhnologii* (renomeada como *Rostec* em 2012), voltada para alta tecnologia industrial civil e militar que auxiliou a estabelecer mais de 400 empresas do setor.

Já no âmbito internacional, em um primeiro momento, o governo Putin buscou a cooperação com os Estados Unidos na “Guerra ao Terror”, no pós-11 de setembro, já que a Rússia também enfrentava ameaças terroristas e lutava contra separatistas vinculados a grupos radicais. Por essa postura pragmática e pela continuidade da centralidade do Ocidente nas relações exteriores do país – explicada também pela proeminência econômica mundial do bloco –, a política externa desse primeiro momento é denominada como o “Ocidentalismo Pragmático” (Tsygankov, 2016).

No entanto, mesmo essa abordagem pragmática seria revista, já que as relações com o Ocidente foram gradualmente abaladas. Entre os fatores que causaram a reorientação, destaca-se a postura dos Estados Unidos, que avançaram com a tentativa de consolidação de sua hegemonia, a saída desse país

24 As principais empresas midiáticas de alcance nacional do país, privatizadas na década de 1990 e utilizadas como instrumento de pressão em favor dos interesses oligárquicos e transnacionais, também foram nacionalizadas pelo Estado naquele período.

do Tratado ABM²⁵ em 2002 e a invasão do Iraque em 2003, a despeito do veto russo no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, a administração Bush alavancou a ideia de construção de um Escudo Antimísseis na Europa, que afetaria drasticamente as capacidades de dissuasão nuclear da Rússia e a balança de poder, além de defender a expansão da Otan. Um segundo fator foi a própria expansão das instituições ocidentais em direção ao Espaço Pós-Soviético, a despeito de qualquer coordenação com a Rússia. As rodadas de expansão da Otan de 2004 e 2009 são exemplos desses processos, incorporando nove países no total, entre eles as ex-Repúblicas Soviéticas do Báltico, que faziam fronteira com a Rússia.

A situação seria agravada pelas revoluções “coloridas” de 2003, na Geórgia, e de 2004, na Ucrânia, que contaram com amplo apoio ocidental. Dentro da própria Rússia, grupos opositores começaram também a se articular com financiamentos internacionais. O receio de uma destituição do governo por meio de manifestações apoiadas pelo Ocidente e a percepção desse novo cerco geopolítico foram fatores que ensejaram uma guinada mais brusca na política externa do Kremlin (Tsygankov, 2016). Nessa nova política, buscou-se o estabelecimento de bases econômicas mais sólidas, capazes de apoiar o país no âmbito internacional (Martyanov, 2018). Essas posições seriam sacralizadas pelo discurso de Putin na Conferência de Munique sobre Políticas de Segurança (Putin, 2007), em que criticou o “excepcionalismo ocidental”, a ideia de “unipolaridade” e a violação dos “direitos e reivindicações russas” no cenário internacional.

Além disso, não só a Rússia passava por uma fase de alto crescimento econômico, o que possibilitou que o país também pensasse vetores não ocidentais em sua política externa. Nesse âmbito, destaca-se a formalização da parceria com a China, que seria consolidada a partir de 2001, com o Tratado Sino-Russo de Amizade e a criação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), que posteriormente se expandiu e atualmente conta com a participação de dez membros (China, Rússia, Belarus, Índia, Paquistão, Irã, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão).

Ademais, no mesmo período, a Rússia, com outras economias emergentes, como o Brasil, a China e a Índia (compondo a sigla Bric, cunhada pelo

25 Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (1972-2002).

economista Jim O'Neill, da Goldman Sachs, em 2001), representavam um seletivo grupo de países que detinha grandes reservas de recursos naturais, dimensões geográficas consideráveis, contingentes populacionais extensos e um robusto crescimento econômico, sendo apontadas como futuras potências econômicas do mundo. Para além da sigla, o Bric começou a ganhar corpo em encontros bilaterais às margens de fóruns como o G20 e as reuniões na ONU, justamente por iniciativa russa (Panova, 2015) e brasileira. Esses países “emergentes” que compunham o Bric também detinham insatisfações com as relações de força no sistema internacional e as tentativas de manutenção da unipolaridade pelos Estados Unidos da América. Em 2009, por fim, o Bric foi formalmente estabelecido em Ecatimburgo, na Rússia. Em 2010, o grupo convidou a África do Sul para participar de suas reuniões, tornando-se então os Brics.

Por certo, a expansão e a institucionalização (Panova, 2015) do agrupamento demonstrou o compartilhamento das demandas de seus Estados-membro por pluralidade e maior representatividade nas instituições de governança global comandadas pelo Ocidente. Como reformas em organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) caminhavam de forma lenta e morosa, em 2014 o Brics decidiu criar ele mesmo um banco de fomento, a saber, o Novo Banco de Desenvolvimento (sigla NBD), com sede em Xangai e que desde 2023 é presidido por Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil. Esse vetor diplomático não ocidental representado pelos Brics foi posteriormente institucionalizado na política externa russa, primeiro como um processo de diversificação de parcerias e depois como parte da estratégia de consolidação da Rússia como um polo de poder num mundo multipolar. Assim, intensificaram-se também as relações de Moscou com outros países asiáticos, africanos e até latino-americanos.

O período entre crises e a consolidação da soberania econômica russa

A segunda fase (2009-2021) seria iniciada já sob a presidência de Dmitri Medvedev. A crise financeira de 2008 e a guerra da Geórgia, que ocasionou sanções temporárias à Rússia, foram os marcos do fim da fase de crescimento

acelerado. Em um primeiro momento, a nova fase foi marcada por uma tentativa de reconciliação com o Ocidente e os Estados Unidos, dada a política do *Reset*, proposta por Obama e Hillary Clinton. Essa reconciliação também atendia aos interesses russos de enfrentar os efeitos da crise econômica, de aderir à Organização Mundial do Comércio e de cooperar em segmentos de alta tecnologia. No entanto, sua duração foi breve, já que a Primavera Árabe, a malfadada intervenção da Otan na Líbia em 2011 e o intervencionismo norte-americano na Guerra Civil da Síria expuseram os limites da convergência de interesses.

Como mencionado, a média de crescimento econômico em valores correntes do período foi de cerca de 1% e o PIB nominal apresentou um substancial declínio, quando caiu de 2,2 trilhões de dólares em 2013 para 1,2 trilhão de dólares em 2016. Essa queda se explica pelos impactos das sanções impostas após a incorporação da Crimeia e pela instabilidade do rublo, também afetado pelas renovadas tensões com o Ocidente. No entanto, o período também é marcado por uma série de medidas econômicas estruturantes, que almejavam ampliar a autonomia e autossuficiência russa, e pelo longo processo de reforma e modernização militar, iniciado após a Guerra da Geórgia. Essas medidas também apontam para a revitalização do pensamento estratégico russo, que, como no período soviético, deu ênfase à economia real e à ampliação das capacidades do país.

No entanto, apesar do acirramento das tensões com o Ocidente, o contexto internacional atual difere radicalmente do período soviético, marcado pelo cerco geopolítico à URSS durante a Guerra Fria. Hoje, a ascensão de potências emergentes como China e Índia (que, juntas, representam cerca de 35% do PIB global em PPC, Paridade de Poder de Compra), insatisfeitas com a unipolaridade e a falta de representatividade em instituições como o FMI, permitiu à Rússia adotar uma estratégia multivetorial na política externa. Essa rede de parcerias, fortalecida por mecanismos como o Brics e a Organização de Cooperação de Xangai, viabilizou relações capazes de absorver partes significativas das exportações russas de energia e suprir lacunas tecnológicas críticas. Assim, diferentemente da URSS, isolada em um mundo bipolar, a Rússia contemporânea se baseia na multipolaridade emergente para reduzir sua dependência do Ocidente.

Após a imposição de sanções ocidentais em 2014 e a eclosão da guerra civil na Ucrânia, a Rússia intensificou a construção de mecanismos para enfrentar choques externos. Houve uma ampliação das reservas cambiais e de ouro, além do desenvolvimento de sistemas informacionais e financeiros análogos aos ocidentais, já que algumas das ameaças de sanções do Ocidente em 2014 visavam especificamente o sistema financeiro russo e sua exclusão do sistema de pagamentos SWIFT.

Nesse contexto, a Rússia criou o SPFS, um sistema para a transferência de mensagens financeiras, como alternativa ao Swift, e o sistema *Mir*, uma versão russa dos cartões Visa e Mastercard. Atualmente, há negociações para a integração do SPFS e do *Mir* aos sistemas locais de outros países, como o Sistema de Pagamento Interbancário e Transfronteiriço (CIPS) da China, os sistemas indianos, além de diálogos com a Turquia, o Irã e os países da União Econômica Euroasiática (UEE). Além disso, também há discussões nos Brics sobre a criação de um sistema de pagamentos próprio para o bloco, alinhado às propostas de utilização de moedas locais no comércio entre os países membros.

Tabela 10.3 – Rússia: indicadores econômicos (2011-2020)

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa de crescimento*	4,30%	4,02%	1,75%	0,73%	- 1,97%	0,19%	1,82%	2,80%	2,19%	-2,65%
PIB nominal**	2.045	2.208	2.292	2.059	1.363	1.276	1.574	1.657	1.693	1.493
PIB PPC**	3.259	3.480	3.741	3.763	3.526	3.538	3.807	4.231	4.579	4.651
* Taxa de crescimento anual percentual do PIB a preços de mercado com base na moeda local constante.										
** Valores correntes em bilhões de dólares americanos.										

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Banco Mundial (2025).

Assim, nesse período, apesar das recorrentes comparações feitas por analistas e autoridades pró-Ocidente, que frequentemente rotulam o país como

um “grande posto de gasolina” ou enfatizam que sua economia é “inferior à do Texas”, a Rússia consolidou-se como um dos principais exportadores de trigo e alimentos, além de ser uma grande produtora de aço, fertilizantes e hidrocarbonetos, ampliando sua influência nos mercados globais. Além disso, o país fortaleceu sua autossuficiência alimentar e energética, ao mesmo tempo que se firmou como um fornecedor de produtos estratégicos e de alta tecnologia, oferecendo uma alternativa ao Ocidente em setores como defesa, energia nuclear, exploração espacial e segurança digital.

Segundo o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra (PIB por PPC) da Rússia atingiu cerca de 6,4 trilhões de dólares em 2023, tornando-se o maior da Europa e o quarto maior do mundo. Esse valor supera o de países desenvolvidos, como o Japão (6,2 trilhões), a Alemanha (5,7 trilhões) e tanto o Reino Unido quanto a França (aproximadamente 3,8 trilhões cada). Também se destacam as economias indiana – a terceira maior do mundo, com 14,6 trilhões – e chinesa, a maior nesse critério, que alcança 34,6 trilhões, mantendo uma ampla distância do segundo colocado, os Estados Unidos (27,7 trilhões). Embora o PIB por PPC não seja o melhor indicador para mensurar a robustez econômica, ele evidencia o diferencial das capacidades produtivas reais e reflete o sucesso da modernização militar implementada durante os anos anteriores.²⁶

A modernização militar não apenas fortaleceu a segurança nacional, mas consolidou a indústria de Defesa como um pilar da economia russa, garantindo o domínio de ciclos produtivos que vão desde a extração da matéria-prima até a confecção de materiais avançados, usados nos equipamentos. No setor aeroespacial, o caça furtivo de quinta geração Sukhoi *Su-57* entrou em produção em 2018, tornando-se um símbolo do avanço tecnológico da aviação militar do país. Já o fortalecimento da tríade nuclear (terra-água-ar) incluiu o ICBM R-28 *Sarmat*, os mísseis RSM-56 *Bulava*, lançados de submarinos, e armas ainda sem análogos operacionais no Ocidente, como os mísseis hipersônicos *Kinzhal* e *Avantgard* e os drones submarinos nucleares Poseidon. A intervenção síria e a crise ucraniana de 2014 demonstraram o impacto dessas

²⁶ Martyanov, 2018. Esse processo de modernização também gerou transbordamentos para setores civis estratégicos, como o cibernético, o espacial e o de tecnologia, impulsionado por exemplos como a Yandex, a Kaspersky e o Telegram, que hoje são referências em serviços digitais, segurança na internet e comunicações de ponta.

modernizações (Trenin, 2016), com os sistemas S-400 garantindo a negação do espaço aéreo e os mísseis Kalibr, guiados pelo sistema Glonass (a alternativa russa ao GPS), sendo instrumentais na desarticulação do Estado Islâmico (Martyanov, 2018).

A Rússia também se reafirmou como um dos principais exportadores globais de armamentos e sua diplomacia de Defesa vai além das vendas militares, abrangendo assistência técnica, exercícios conjuntos e parcerias estratégicas que fortalecem laços políticos e econômicos, especialmente na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina. Dessa forma, além de seu papel estratégico, o setor de Defesa russo possui relevância geoeconômica e diplomática para o país, não apenas fortalecendo a capacidade dissuasória da Rússia, mas também projetando-o como um ator central na consolidação de uma ordem multipolar.

Outro fator de destaque é a estabilidade política mantida pela melhoria constante dos indicadores socioeconômicos. De fato, a Rússia de Putin apresentou uma robusta recuperação em relação aos anos 1990. Em 2023, por exemplo, segundo o Banco Mundial, o país atingiu a taxa mínima histórica de desemprego no período pós-soviético – cerca de 3,1%. A expectativa de vida, que havia declinado para 64 anos em 1994, atingiu a máxima histórica de 73 anos em 2019.²⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] apresentou uma melhora constante no período, atingindo a máxima histórica de 0,839 em 2019,²⁸ considerado como “muito alto” pela classificação das Nações Unidas.

Apesar dos resultados positivos, no entanto, diversos desafios ainda persistem. O nível de extrema pobreza, que assolou mais de um terço dos russos na década de 1990, também foi reduzido, atingindo cerca de 8,5% ao final de 2023, segundo as estatísticas oficiais,²⁹ o que, por outro lado, significa que cerca de 12,4 milhões de russos ainda vivem em condições muito abaixo do ideal. Não obstante, a concentração de renda na Rússia é uma das mais altas de todos os Estados pós-soviéticos, e, ainda que a hiperinflação tenha arrefecido, o país ainda sofre com episódios de pressão inflacionária de tempos

27 Segundo dados do Banco Mundial. Apesar das variações durante a pandemia de Covid-19, a taxa se manteve em 73 anos a partir de 2022.

28 Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), s/d.

29 Segundo a Rosstat, órgão estatal de estatísticas da Rússia.

em tempos, agravados pelas sanções ocidentais, por ataques especulativos ao rublo e pela crise recente causada pela pandemia.

A resiliência econômica russa na atualidade

A “Operação Militar Especial”, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, nas regiões russófonas da Ucrânia, emergiu como ponto crítico na disputa geopolítica contemporânea. A conflagração do conflito está diretamente relacionada com o alargamento da Otan, que se constituiu como uma ameaça geoestratégica existencial para a Rússia, e representa uma ruptura definitiva de Moscou com a arquitetura de segurança do pós-Guerra Fria. A imposição sem precedentes de sanções multilaterais à Rússia, que totalizaram mais de 5 mil medidas de natureza comercial, financeira e sociocultural, consolidou-a como o país mais sancionado da história.

Tais medidas, de acordo com autoridades ocidentais, visavam “degradar a capacidade bélica russa” por meio da desvalorização do rublo, da ruptura de cadeias produtivas críticas e da criação de instabilidade socioeconômica interna, que afetariam a estabilidade política e também o esforço de guerra do país³⁰. Paralelamente às sanções, os Estados Unidos e a Otan institucionalizaram um programa maciço de financiamento e cooperação militar com a Ucrânia, canalizando cerca de US\$ 180 bilhões em auxílio financeiro, militar e treinamento para as suas forças armadas (Masters & Merrow, 2024). Esse apoio ocidental é elemento central para a continuidade do esforço de guerra ucraniano e para a manutenção do regime de Kiev, o que também caracteriza o conflito como uma “guerra por procuração” (ou *proxy-war*, na literatura). Para além do discurso de “defesa da democracia”, os objetivos de enfraquecer³¹ e de impor “a derrota estratégica definitiva da Rússia” já foram mencionados publicamente por autoridades ocidentais, e o conflito é visto como uma oportunidade de concretizá-los sem com isso comprometer diretamente tropas da Otan.

30 Abordagem essa que já era utilizada para pressionar outros Estados autonomistas, como Cuba, Irã, Venezuela e Coreia do Norte.

31 Conforme mencionado pelo então Secretário de Segurança dos Estados Unidos, Lloyd Austin, em abril de 2022.

Em meio a esse cenário desafiador, a resiliência econômica russa diante das sanções do Ocidente pode ser compreendida como o resultado das reformas estruturais prévias e de medidas de contingência, que integraram economia e segurança nacional, adotadas durante o conflito e até mesmo antes de seu início. Como destacado anteriormente, Moscou priorizou, desde os anos 2000, um paradigma de autonomia estratégica, desenvolvendo setores-chave, como energia, defesa e tecnologia de ponta, por meio de políticas de substituição de importações, de domínio de cadeias produtivas e investimentos estatais em setores de alta tecnologia, processo acelerado após a anexação da Crimeia (2014), quando já se antecipava riscos de uma ruptura com o Ocidente.

Durante a guerra, essa estratégia foi amplificada por mecanismos como a nacionalização de ativos de empresas ocidentais que deixaram o país. Além disso, houve uma reorientação de cadeias de suprimentos em setores sensíveis, como a coordenação com a China para o fornecimento de componentes de microeletrônica, ou a negociação com novos parceiros para a exportação de petróleo, fertilizantes e outros derivados. Houve também um aproveitamento das relações com países emergentes, o que possibilitou o redirecionamento das exportações de hidrocarbonetos para a Ásia. Isso reduziu significativamente as vulnerabilidades a embargos na cadeia produtiva e manteve a Balança Comercial da Rússia positiva.

Igualmente, foi promovida uma “fortificação financeira” por meio da “desdolarização” progressiva, o acúmulo de reservas em moedas alternativas, como o yuan e a rupia indiana, e a expansão de parcerias com sistemas paralelos de pagamento, o que mitigou o impacto da expulsão dos bancos russos do Swift. Já a recuperação do rublo, que foi inicialmente abalado pelas sanções, baseou-se em intervenções macroeconômicas, como no aumento das taxas de juros pelo Banco Central da Rússia, bem como na manobra diplomática e geoeconômica de exigir que os “países não amigáveis” realizassem o pagamento pelo gás russo em rublos, obrigando-os a comprar a moeda russa (Reuters, 2024).

Socialmente, o Kremlin implementou políticas compensatórias, como subsídios, controle de preços e restrições à fuga de capitais, para amortecer o custo doméstico das sanções, aliadas a um discurso patriótico que associa a

resistência econômica com a segurança existencial do país. No mais, a Rússia realizou uma mobilização parcial em setembro de 2022, mas não tem implementado nenhuma medida coercitiva de conscrição ou mobilização adicional desde então. Com a exceção de uma leve pressão inflacionária, da elevação das taxas de juros e do contínuo problema demográfico, as condições socioeconômicas da Rússia continuam estáveis.

Essa resiliência econômica e social russa no contexto das sanções ocidentais desafia narrativas prévias sobre a vulnerabilidade estrutural do país. Segundo dados de 2025 da Rosstat, a economia registrou taxas de crescimento de 3,6% em 2023 e 4,1% em 2024,³² desempenho atípico para uma economia sob sanções severas, ainda que críticos apontem um aumento da primarização e o peso do setor bélico como alavancas do crescimento russo. No âmbito industrial-militar, a capacidade de reconversão tecnológica russa também colocou em xeque os prognósticos ocidentais sobre um possível colapso produtivo. Nesse sentido, foi uma surpresa para diversos analistas que a indústria de Defesa russa pudesse produzir cerca de 3 milhões de projéteis anuais (Orlov, 2024), mais do que a Europa, os Estados Unidos e a Ucrânia juntos. O país também teria produzido cerca de 1.500 tanques e mais de 22 mil drones em 2023 (Orlov, 2024), dados que destacam a sua robustez industrial.

Além disso, Moscou se utilizou das parcerias tecnológicas com a China, aproveitando a convergência de sistemas de pagamento em yuan e rotas logísticas asiáticas. Em 2023, cerca de 90% das importações de microeletrônicos e quase 70% das importações de máquinas-ferramenta da Rússia vieram da China.³³ A cooperação com o Irã foi igualmente aprofundada e resultou no fornecimento dos drones *Shahed* em troca de tecnologias sensíveis e de acesso de produtos iranianos ao mercado russo. Em 2024, o Kremlin também assinou um acordo compreensivo de cooperação técnica e militar com a Coreia do Norte. Esses desenvolvimentos ilustram a emergência de um ecossistema colaborativo multipolar, substituindo a centralidade ocidental e desafiando a ideia de que o caminho para o desenvolvimento deve passar não só pelas tecnologias ocidentais, mas também pela adoção de suas instituições, seus modelos e valores.

³² Segundo a Rosstat.

³³ Segundo notícia da AP News, 2024.

Considerações finais

No período do breve século XX e início do século XXI, a Rússia passou por profundas transformações que afetaram não só sua organização interna, mas também sua participação no cenário internacional. Nesse período, marcado pelas experiências da Primeira Guerra Mundial, da Guerra Civil, da Grande Guerra Patriótica e da Guerra Fria, foi imprimida na cultura política russa (Vershinin & Krivopalov, 2024) uma abordagem estratégica para o desenvolvimento da economia, a condução do Estado e a manutenção da autonomia e das capacidades bélicas.

A experiência soviética representou uma transformação radical iniciada com a Revolução de 1917, que rompeu com o capitalismo periférico ao instaurar uma economia de comando baseada na nacionalização dos setores estratégicos e na centralização da produção. Esse modelo, alicerçado na substituição do desenvolvimento por endividamento externo pela planificação centralizada e a reorganização das relações produtivas, não só posicionou a União Soviética como potência global, mas também criou um paradigma alternativo, cujo legado é central para a compreensão das transformações mundiais do século XX. Além de tudo, o legado soviético também está ligado aos sacrifícios feitos para a vitória sobre as forças do Eixo e para aniquilação do nazismo como um projeto de ordenamento político e racial em escala mundial.

Em resumo, a experiência histórica da Rússia revela um pensamento estratégico que, desde o período soviético, valorizou a autossuficiência, a estabilidade interna e a promoção de uma “economia real”, sempre dialética também com o contexto internacional. A partir dos anos 2000, sob a liderança de Putin, o país experimentou uma readaptação desse legado estratégico às novas dinâmicas geopolíticas e econômicas de seu tempo. Esse processo envolveu a modernização de infraestruturas estratégicas, o fortalecimento dos setores industriais e a diversificação das parcerias internacionais, consolidando a resiliência econômica russa e a capacidade de resistir a choques externos. A Rússia construiu suas capacidades econômicas a partir de modos e formas de administração que se situam fora dos moldes e modelos propagados pelo Ocidente como universais, que nada mais são do que narrativas hegemônicas voltadas para a exploração de países na periferia do sistema. Por fim, apesar

do cenário global substancialmente diferente daquele do período soviético, a Rússia do século XXI novamente teve de se rearticular diante das pressões e das ameaças externas, mas dessa vez com maior poder de articulação com outros polos emergentes.

Referências

- Aleshkovski et al. (2018). The evolution of russian emigration in the post-soviet period. *Social Evolution & History*, 17(2), 40-155.
- Banco Mundial. *Base de dados do Banco Mundial*. <https://data.worldbank.org/>.
- Cohen, S. (2011). *Soviet fates and lost alternatives: From stalinism to the new Cold War*. Columbia University Press.
- Fernandes, L. M. (1999). Rússia, do capitalismo tardio ao socialismo real. In J. L. Fiori, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes.
- Fortes, R. V. (2018). Entre o ideal revolucionário e o factível. Lênin e o problema da formação dos fatores objetivos e subjetivos para a revolução. In A. Cotrim, & V. Cotrim (Orgs.), *Todo poder aos soviets!: A Revolução Russa cem anos depois*. Zouk.
- Fundo Monetário Internacional. (1991). *The economy of the USSR*. <https://documents1.worldbank.org/curated/zh/187491468769887526/pdf/multi-page.pdf>
- Hoff, K., & Stiglitz, J. E. (2004). After the Big Bang? Obstacles to the emergence of the rule of law in post-communist societies. *American Economic Review*, 94(3), 753-763.
- Klyausova, N. (2016). *Bretton-Woods conference: The soviets perspective*. Erasmus University.
- Kudrin, A., & Gurvich, E. (2015, mar.). A new growth model for the russian economy. *Russian Journal of Economics*, 1(1), 30-54.
- Losurdo, D. (2010). *Stalin: História crítica de uma lenda negra*. Revan.
- Lukács, G. (2008). *Socialismo e democratização*. Editora UFJ.

- Martyanov, A. (2018). *Losing military supremacy: The myopia of american strategic planning*. Clarity Press.
- Masters, J., & Merrow, W. (2024). *How much U.S. Aid is going to Ukraine? Council of foreign relations*. <https://www.cfr.org/article/how-much-us-aid-going-ukraine>
- Moraes, J. Q. de. (2015). O mito do fracasso econômico da URSS. *Revista Crítica Marxista*, 40, 133-139.
- Nações Unidas. *Banco de dados do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento: Human development index*. <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>
- Orlov, A. (2024). *Inside Russia's 2024 military-industrial complex*. ESD, European Security and Defense. <https://euro-sd.com/2024/09/articles/40149/inside-russias-2024-military-industrial-complex/>
- Panova, V. V. (2015). Rússia nos Brics: Visão e interpretação prática. Semelhanças e diferenças. Coordenação dos Brics dentro das estruturas de instituições multilaterais. *Contexto Internacional*, 37(1). <https://www.scielo.br/j/cint/a/6K6zyK5yJWWdkDnMNFqXxDk/?format=html>
- Putin, V. (2007, 10 fev.). *Discurso na conferência de Munique sobre políticas de segurança*. <http://www.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.
- Reis Filho, D. A. (2004). *As revoluções russas e o socialismo soviético*. Unesp.
- Reuters. (2024). *Putin cancels option for roubles conversion at Gazprombank in Russian gas payments*. Reuters. <https://www.reuters.com/markets/europe/putin-removes-gazprombank-payments-russian-gas-exports-2024-12-05/>
- Robinson, D.; Owen, D. E. W. (Orgs.). (2003). *Russia rebounds*. Fundo Monetário Internacional.
- Sakwa, R. (2017). *Russia against the rest: The post-Cold War crisis of world order*. Cambridge University Press.
- Segrillo, Â. (2013). *O declínio da União Soviética: Um estudo das causas*. Prismas.
- Segrillo, Â. (2014). *De Gorbachev a Putin: A saga da Rússia do socialismo ao capitalismo*. Prismas.

Segrillo, Â. (2016). *Rússia – Europa ou Ásia? A questão da identidade russa nos debates entre ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas e suas consequências hoje na política da Rússia entre Ocidente e Oriente*. Prismas.

Shifrinson, J. R. I. (2016). Deal or no deal? The end of the Cold War and the U.S. offer to limit NATO expansion. *International Security*, 40(4) 7-44. <https://www.belfercenter.org/publication/deal-or-no-deal-end-cold-war-and-us-offer-limit-nato-expansion>

Trenin, D. (2016). The revival of the russian military: How Moscow reloaded. *Foreign Affairs*, 95(3), 23-29.

Tsygankov, A. P. (2016). *Russia's foreign policy: Change and continuity in national identity* (4th ed.). Rowman & Littlefield.

Vershinin, A. A., & Krivopalov, A. A. (2024). Russian strategic culture in retrospect. *Russia in Global Affairs*, 22(2), 28-49. <https://eng.globalaffairs.ru/articles/russian-strategic-culture/>



Figura 10.1 – Parada da vitória, em 1945, na Praça Vermelha, Moscou.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 10.2 – Winston Churchill, Franklin D. Roosevelt e Josef Stalin, na Conferência de Yalta, 1945.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 10.3 – Lançamento do Ural, quebra-gelo russo com propulsão nuclear, em 2019.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).

Sobre os autores

Beatriz Marcondes de Azevedo

Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS).

Boris Perius Zabolotsky

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela mesma instituição e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Substituto na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Membro do Clube Valdai e do Clube Gorchakov. E-mail: boris.zabolotsky@unilab.edu.br.

Danilo Thomaz

Doutorando pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Jornalista, repórter e colaborador em veículos como os jornais *Folha de S.Paulo*, *Expresso* (de Portugal) e *Valor Econômico*, além das revistas *Piauí* e *Época*. Atualmente, trabalha em seu primeiro romance e no desenvolvimento de uma série de TV.

Danielle Makio

Mestra em Relações Internacionais pelo programa de pós-graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP). Pelo programa de mestrado

internacional de titulação tripla CEERES (Central and East European, Russian and Eurasian Studies), é mestra em Central and East European, Russian and Eurasian Studies pela Universidade de Glasgow (Reino Unido), em Ciências Sociais pela Universidade de Tartu (Estônia) e em Relações Internacionais pela Universidade KIMEP (Cazaquistão).

Fabiano Pellin Mielniczuk

Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), mestre em Relações Internacionais pelo mesmo instituto e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com ênfase em Ciência Política. Professor Adjunto D do Departamento de Ciência Política, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (2019-2024), no qual desempenhou a função de Coordenador do PPGCP (2021-2023). Professor permanente (2022-2026) e colaborador (2015-2020) do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. E-mail: fabiano.mielniczuk@ufrgs.br.

Fábio Moreira de Oliveira

Professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS).

Ferdi Steinbach

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS).

Fernando Roberto de Freitas Almeida

Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador da graduação em Relações Internacionais da mesma universidade.

Flávio Lira

Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e no programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Relações

Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: flaviolira@unipampa.edu.br.

Fred Leite Siqueira Campos

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS).

João Claudio Platenik Pitillo

Pós-doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador do Núcleo de Estudos das Américas (Nucleas/UERJ) e membro do Grupo de Estudos 9 de Maio.

Jonas Marcell Gomes Domingos

Historiador, graduando em Psicologia, especialista em Inteligência de Estado e membro do Grupo de Estudos Rússia e Ásia Central da USP (LEA).

Pedro Henrique Dadalt de Queiroz

Graduando em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS).

Pérsio Glória de Paula

Doutorando em Relações Internacionais, Estudos Globais e Regionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo (SPbGU) e mestre em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ricardo Quiroga Vinhas

Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisador da Segunda Guerra Mundial e membro do Grupo de Estudos 9 de Maio.

Túlio Cezar de Oliveira Bunder

Doutorando na especialidade Teoria e História da Política na Universidade Politécnica de São Petersburgo “Pedro, o Grande” (SPbPU). Contato: de.ob@edu.spbstu.ru

Valdir da Silva Bezerra

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo (Rússia) e membro do Grupo de Estudos sobre os BRICS da USP (GEBRICS).

Vera Gers Dimitrov

Mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

80 ANOS DA VITÓRIA NA GRANDE GUERRA PATRIÓTICA (1941-1945)

Em 2025, celebram-se os 80 anos da vitória soviética na Grande Guerra Patriótica, denominação pela qual a Segunda Guerra Mundial é conhecida na Rússia. Foi em 9 de maio de 1945, o Dia da Vitória, que ocorreu a rendição incondicional da Alemanha nazista, marcando um dos momentos mais decisivos da história da humanidade. Contudo, no Ocidente costuma-se negligenciar o caráter decisivo da contribuição soviética para a derrota do nazismo. Afinal, é preciso lembrar que a União Soviética pagou o preço de mais de 27 milhões de vidas na luta contra o fascismo. Esse fato faz da vitória soviética um marco de profunda ressonância e significado, não somente na Rússia, mas no mundo.

Este livro oferece uma visão abrangente e honesta sobre o papel soviético no conflito, explorando não apenas o passado, como também seus efeitos e repercussões na Rússia contemporânea e nas relações internacionais.

Nos capítulos desta obra, importantes acadêmicos brasileiros dedicaram-se a examinar a memória, o legado, as repercussões e as lições desse grandioso evento no tempo presente, promovendo uma perspectiva que contrasta com as interpretações revisionistas que ganharam proeminência em círculos acadêmicos e políticos no Ocidente durante as últimas décadas.

ISBN 978-65-5550-277-0



openaccess.blucher.com.br

Blucher Open Access